



# **Revista educação e Suas Interdisciplinaridades**

## **Nº 3**

### **Dossiê - A Base Nacional Comum Curricular: Olhares e Reflexões**

**Organizadores:**

**Albertina Pereira**

**Eraldo Alves**

**Diogo Barbosa**



## Palavras dos organizadores

Podemos dizer que ao iniciar um projeto temos receio, dúvidas e até mesmo medo. Com o Projeto Editorial da Revista Educação e suas Interdisciplinaridades não foi diferente, a equipe reunida pensou, sistematizou e lançou o desafio para docentes e discentes da instituição e das instituições parceiras, evidentemente que não estamos consolidados ou maduros intelectualmente, o mundo editorial e acadêmico é seletivo, e muitas vezes competitivo, a ponto de termos a dimensão humana esvaziada, anulada pelos lugares e pelas relações de poder que a compõem, mas, o que importa é que o desafio foi aceito e continua produzindo bons frutos, o terceiro número de nossa revista é mais um deles.

Finalizando o ano de 2022, chegamos a publicação de 3 números, e mais um volume especial que trouxe os resumos expandidos do IV Simpósio Educacional da ESL<sup>1</sup>. O presente número propõe uma reflexão sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) documento que tem levantado críticas e análises diferentes sobre a educação e os caminhos de uma prática pedagógica centrada no estudante, o tema é analisado por vários olhares e por vários enfoques, não perdendo de vista que o educador, a educadora, são sujeitos permanentemente preocupados com a construção dos saberes educativos.

Por fim, desejamos que mais uma vez, os textos de nossa revista multipliquem as formas e as formas e as possibilidades de se pensar a educação.

Boas leituras!

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.eslcentroeducacional.com.br/14288a91994b3a9a7936235bf1a37bbb.pdf>.



## AS COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS DA BNCC: O IMPACTO DA PANDEMIA NA SAÚDE EMOCIONAL DOS PROFESSORES TRABALHO REMOTO EM NATAL.

*Tânia Maria de Carvalho Câmara Monte<sup>2</sup>*

### RESUMO:

O presente estudo discorre sobre a importância das competências socioemocionais da BNCC, constituindo-se de uma pesquisa qualitativa sobre os impactos emocionais da Covid - 19 no trabalho remoto de professores em Natal/RN. Assim foram as seguintes etapas para elaboração desse artigo: apresentar a importância de entender a inteligência emocional e como ela se apresenta na realidade; identificar os fatores que determinam o desenvolvimento das competências emocionais e inferir como a pandemia e o trabalho remoto impactam na saúde emocional das professoras aprofundando o conhecimento da realidade através de materiais já publicados sobre o tema; e apresentar uma síntese, unindo as ideias principais e concluindo sobre a educação emocional através de entrevistas, além da revisão bibliográfica, através do apanhado sobre os principais trabalhos científicos já realizados sobre o tema escolhidos por fornecerem dados atualizados e pertinentes na construção do arcabouço de dados para compreender a interpretação e concepção dos autores sobre o fenômeno estudado, seus contextos, sendo mediadora entre ambos, sob a perspectiva da complexidade, interdisciplinaridade e que encontrem ressonâncias em paradigmas que pleiteiem a educação emocional do ser em sua integralidade.

Palavras-chave: Covid - 19. Saúde Emocional. Trabalho Remoto.

### Introdução

Incontestavelmente estamos vivendo uma crise, apenas evidenciada pela pandemia, porém que já estava em percurso pelo modelo neoliberal e capitalista, sujeitando os serviços públicos, em especial o sistema de saúde com cortes de políticas sociais, no esgarçamento do tecido social e nas relações de consumo.

A normalidade da exceção. A actual pandemia não é uma situação de crise claramente contraposta a uma situação de normalidade.

---

<sup>2</sup> Turismóloga, Pedagoga, Licenciada em Educação Profissional e Tecnológica Especialista em Mídias na Educação e Psicologia Transpessoal, Neuropsicopedagoga Clínica, Institucional e Hospitalar, Mestre em Ciências Sociais, Tutora e Conteudista e Paraceirista de diversas revistas acadêmicas. Consultora em Inclusão e Metodologias. Docente e Orientadora do Programa de Pós-graduação em Ciências da Educação na Universidade Del Sol. E-mail: taniacmonte@hotmail.com.



Desde a década de 1980- à medida que o neoliberalismo se foi impondo como a versão dominante do capitalismo e este se foi sujeitando mais e mais à lógica do sector financeiro-, o mundo tem vivido em permanente estado de crise (SANTOS, 2020, p. 05).

No Brasil Ministério da Saúde declarou emergência em Saúde Pública, na Portaria nº 188 em 04 de fevereiro de 2020, posteriormente decretou-se suspensão de aulas em virtude da pandemia do novo coronavírus. Como medida para embridar o contágio, a suspensão das aulas presenciais em todas as etapas da Educação com base na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 do Governo do Federal.

Assim estipulou-se o trabalho remoto, o termo Ensino Remoto, que ficou explicitado durante pandemia de COVID-19 se dá pela união de duas palavras 'ensino+remoto', essa modalidade de trabalho no ensino fundamental está previsto no § 4º da Lei nº 9394/96 sendo a mesma aplicada também ao ensino superior, cabe salientar que Ensino remoto é diferente de Educação à Distância, que de acordo com a LBD, é uma modalidade de Educação com estrutura, metodologia, materiais e linguagem específicos a modalidade, enquanto o ensino remoto acontece em regime de excepcionalmente, onde as aulas acontecem de forma síncronas ou assíncronas, ou seja gravadas ou ao vivo, por videoconferência, nos dias e horários habituais que seriam as aulas, com o auxílio de ferramentas tecnológicas (TICs) para a garantia da aprendizagem dos acadêmica.

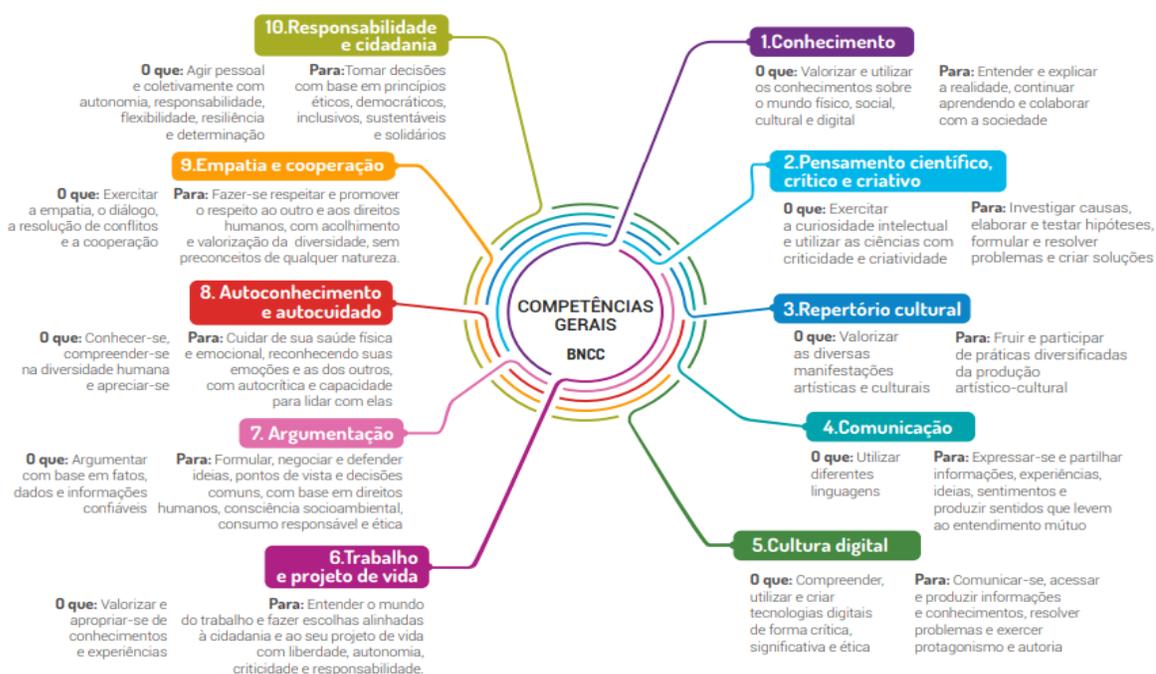
No complexo sistema competitivo do mundo atual é notável o desgaste físico, mental e emocional das pessoas, acelerado quando passa a desconsiderar a importância das emoções no processo mental e, sua relevância na vida humana (REIS, 2006).

A elasticidade do social. Em cada época histórica, os modos de viver dominantes (trabalho, consumo, lazer, convivência) e de antecipar ou adiar a morte são relativamente rígidos e parecem decorrer de regras escritas na pedra da natureza humana. É verdade que eles se vão alterando paulatinamente, mas as mudanças passam quase sempre despercebidas. A irrupção de uma pandemia não se compagina com esta morosidade. Exige mudanças drásticas (SANTOS, 2020, p.05).

Embora as competências socioemocionais estejam pleiteadas na Base Nacional Curricular Comum (BNCC), que é uma política educacional normatizadora e



orientadora do processo de ensino-aprendizagem no Brasil, nas redes pública e privada de ensino, anteriormente a pandemia não eram trabalhadas na maioria das escolas, pois as questões emocionais eram tratadas no âmbito da subjetividade, não havendo diretrizes específicas para a prática de forma efetiva, porém a necessidade despertou um olhar mais atento para essas questões e para o convívio social em gestores e educadores. De acordo com a BNCC (2017), são 10 as competências gerais.



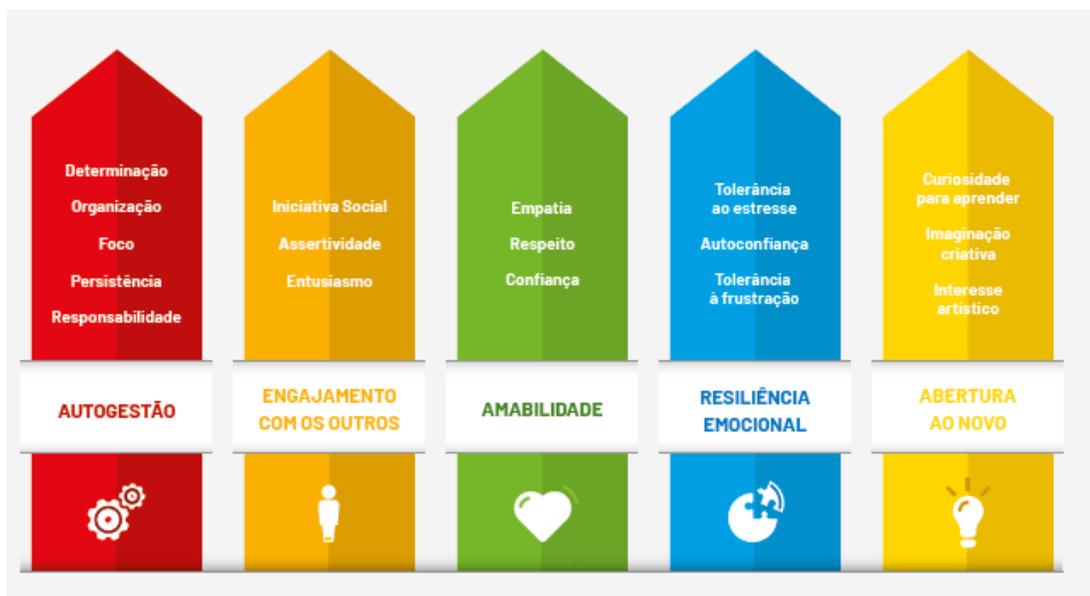
Fonte: <https://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/BNCC/o-que-e-BNCC.html>

A partir das competências gerais houve o desdobramento em 5 macro competências e estas foram novamente desdobradas em 17 competências socioemocionais sendo elas:

- ✓ Autogestão: determinação; foco; organização; persistência; responsabilidade;
- ✓ Engajamento como os outros: iniciativa social, assertividade, entusiasmo;
- ✓ Amabilidade: empatia, respeito, confiança;
- ✓ Resiliência: tolerância ao estresse, autoconfiança; tolerância à frustração;



- ✓ Abertura: curiosidade para aprender; imaginação criativa e interesse artístico.



Fonte: <https://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/BNCC/o-que-e-BNCC.html>

Assim por compreender a relevância do processo de ensino e aprendizagem alinhado ao desenvolvimento das competências socioemocionais da BNCC no ambiente escolar a presente pesquisa pretende discorrer sobre os impactos emocionais do trabalho remoto nos professores em Natal/RN, através da revisão bibliográfica, com o apanhado sobre os principais trabalhos científicos já realizados sobre o tema escolhidos, bem como a metodologia quantitativa, e da aplicação de questionários.

### Educação Emocional e o Processo de Ensino e Aprendizagem

*“qualquer um pode zangar-se – isso é fácil. Mas zangar-se com a pessoa certa, na medida certa, na hora certa, pelo motivo certo e de maneira certa não é fácil”*  
(ARISTÓTELES, In: GOLEMANN, 1995, 12).

Um dos trabalhos com maior relevância sobre a inteligência emocional é o trabalho de Salovey e Mayer (1990), que foi um marco, que propiciou o surgimento de



outros modelos sobre a temática, no referido artigo dissertaram desde a origem da inteligência social até a teoria das inteligências múltiplas, inserida como um subgrupo da inteligência social está a inteligência emocional, definida como “a habilidade de monitorar os sentimentos e as emoções próprios e de outras pessoas e utilizar estas informações para guiar seus pensamentos e ações” (SALOVEY & MAYER, 1990, p. 189).

Os teóricos da inteligência emocional afirmam que gerir as emoções é um requisito indispensável para construir e manter as relações interpessoais e para o sucesso no trabalho (SALOVEY E MAYER, 1997; GOLEMAN, 1998; CHERNISS, 2000), minimizando dessa forma os conflitos interpessoais, em função das constantes mudanças no mundo empresarial as organizações buscam novas formas para aumentar a produtividade em seus processos associados em consonância com bem estar de seus colaboradores, a fim de manterem a competitividade no mercado e atingir a excelência empresarial.

Daniel Goleman (1995) popularizou a teoria por ocasião do lançamento da obra “*Emotional intelligence*”, ampliando a definição da IE ao incluir aspectos da personalidade, ao afirmar que as pessoas que possuem práticas emocionais bem desenvolvidas dominam os hábitos mentais que estimulam sua produtividade, levando a uma maior probabilidade de se sentirem satisfeitas e de serem eficientes em suas vidas. Por outro lado, pessoas que não possuem nenhum controle sobre suas emoções travam batalhas internas que prejudicam a capacidade de pensar com clareza e de se concentrar no trabalho.

A escola é um ambiente de complexidade e cada vez mais se faz necessário compreender as diversas nuances do processo cognitivo, uma vez que o sujeito vê o objeto em suas relações com outros objetos ou acontecimentos, compreendemos que a educação se insere nesse contexto, tornando-se ainda maior se considerarmos a rapidez das mudanças na produção de conhecimento na atualidade em virtude da globalização e da informática com o uma nova linguagem de ver e ser no mundo, refuncionalizando a escrita na interação entre signos e imagens que traz consigo a necessidade de



qualificação e formação, pois que vivemos na sociedade da comunicação e da informação, portanto a educação das emoções também devem permear esse universo.

### **Impacto da Covid-19 na saúde emocional nos professores**

Aproximadamente 300 milhões de alunos afetados em 22 países de três continentes pelo fechamento de escolas devido à expansão do vírus, de acordo com relatório da ONU *Policy Brief: COVID-19 and the Need for Action on Mental Health* tratando de políticas públicas sobre saúde mental a COVID-19 não está apenas atacando nossa saúde física; também está aumentando o sofrimento psicológico.

Antes do surgimento do COVID-19, estatísticas sobre condições de saúde mental (incluindo distúrbios neurológicos e de uso de substâncias, risco de suicídio e deficiências psicossociais e intelectuais associadas) eram já fortes:

- A economia global perde mais de US \$ 1 trilhão por ano devido à depressão e ansiedade.
- A depressão afeta 264 milhões de pessoas no mundo.
- Cerca de metade de todas as condições de saúde mental começam aos 14 anos e o suicídio é a segunda causa principal de morte em jovens de 15 a 29 anos.
- Mais de 1 em cada 5 pessoas que vivem em ambientes afetados por conflitos têm uma condição de saúde mental.
- Pessoas com condições mentais graves morrem 10 a 20 anos antes da população em geral.
- Menos da metade dos países declara ter suas políticas de saúde mental alinhadas aos direitos humanos.
- Nos países de baixa e média renda, entre 76% e 85% das pessoas com problemas de saúde mental não recebem tratamento para sua condição, apesar da evidência de que intervenções eficazes possam ser entregues em qualquer contexto de recurso.
- Globalmente, há menos de 1 profissional de saúde mental para cada 10.000 pessoas.
- As violações dos direitos humanos contra pessoas com graves condições de saúde mental são generalizadas em todos Países do mundo (O. M. S, 2020, P.10- Traduzido pelo autor).

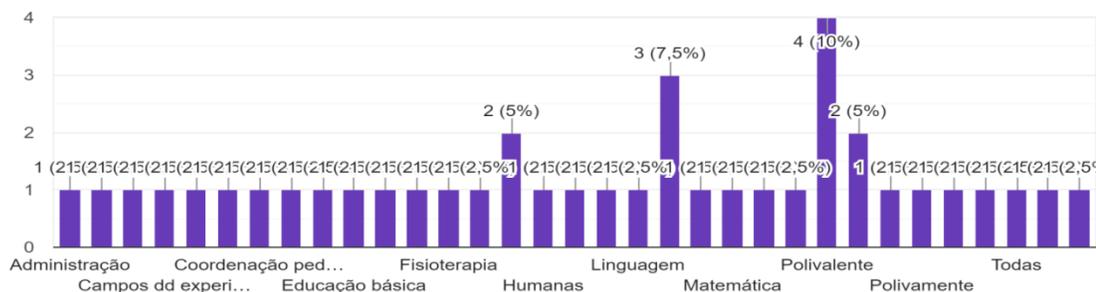
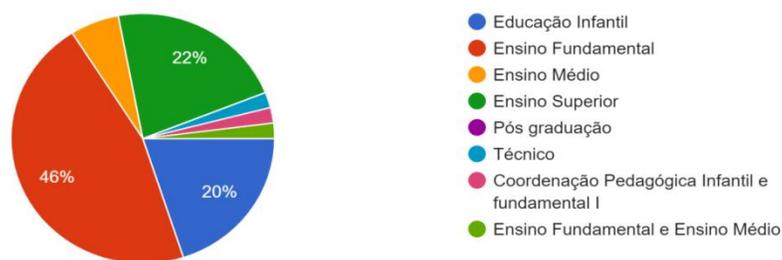
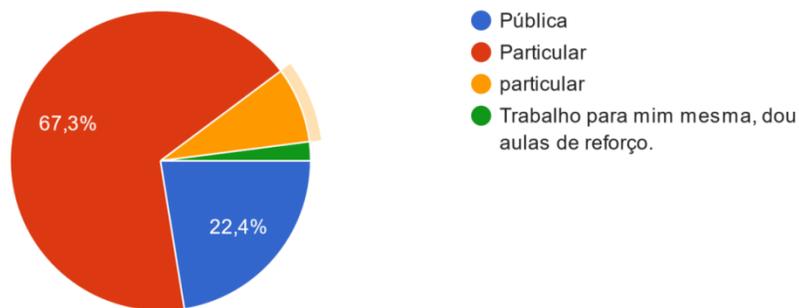
Foram aprovadas em 28 de abril pelo as diretrizes para nortear instituições de ensino da educação básica e de ensino superior no decorrer da pandemia do coronavírus através do parecer Conselho Nacional de Educação (CNE) com a colaboração do



Ministério da Educação (MEC), objetivando a orientação de estados, municípios e escolas sobre as práticas adotadas, as normas nacionais gerais, cabendo aos sistemas de ensino reorganização dos calendários, entre essas recomendações estão a aproximação virtual dos professores com as famílias, de modo a estreitar vínculos e fazer sugestões de atividades às crianças e aos pais e responsáveis. Sugere-se que as avaliações nacionais e estaduais considerem as ações de reorganização dos calendários de cada sistema de ensino antes de realizar o estabelecimento dos novos cronogramas das avaliações em larga escala de alcance nacional ou estadual (MEC, 2020).

Embora a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) preconize a relevância dos aspectos socioemocionais para o processo de ensino e aprendizagem podemos perceber que o foco principal das instituições está nos conteúdos curriculares, deixando de lado aspectos de suma importância para o aprendizado tais como: a empatia, afetividade e resiliência.

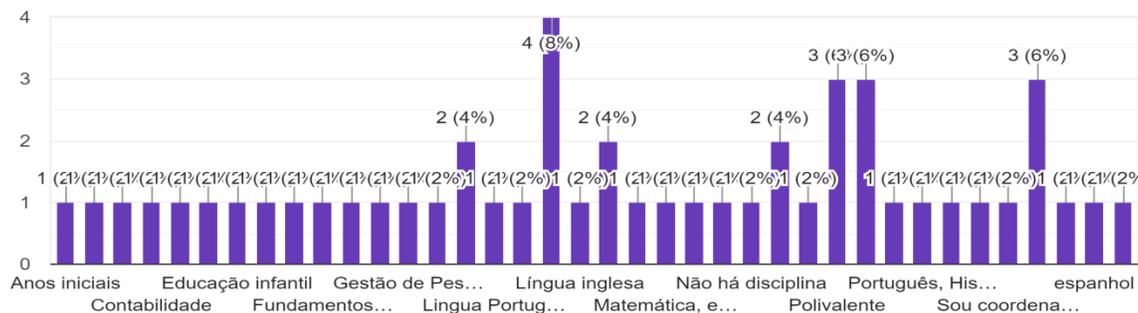
De acordo com Casel (2015) a educação socioemocional é um processo de entendimento e manejo das emoções, para tanto é fundamental a valorização da educação socioemocional através do desenvolvimento das cinco competências que são: autoconsciência, autogerenciamento, consciência social, habilidades de relacionamento e tomada de decisão responsável. Nesse contexto a questão norteadora é de como esses professores estão lidando com esses sentimentos, incertezas e adversidades frente a essa nova realidade, assim se justificou a pesquisa com 50 professores em Natal/RN de diversas áreas e níveis da educação, para fazer um recorte de como esses sentimentos impactam no processo de ensino e aprendizagem, a seguir os dados coletados através de formulários no *google docs*.





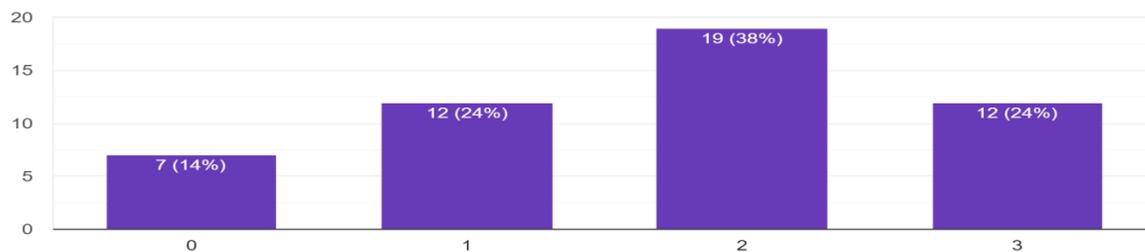
### Qual disciplina ministra?

50 respostas



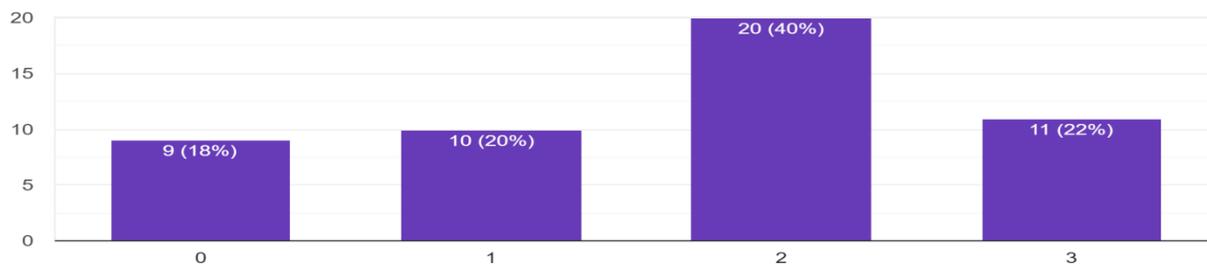
### Na escala de 0 a 3 quanto você se sente preparada para o trabalho remoto?

50 respostas



### Na a escala de 0 a 3 quanto de tristeza você sente em relação ao trabalho remoto?

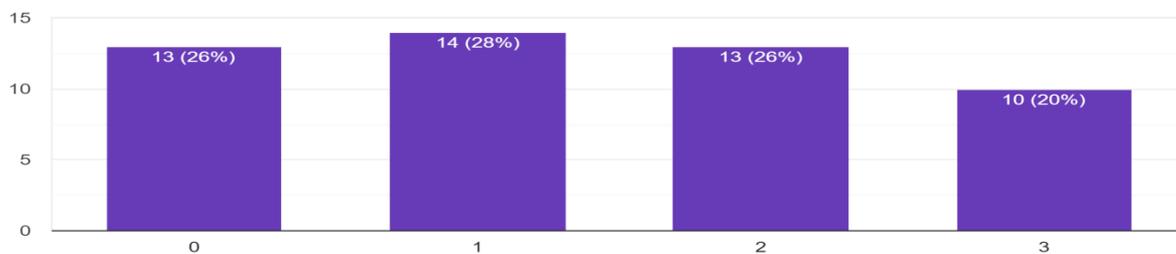
50 respostas





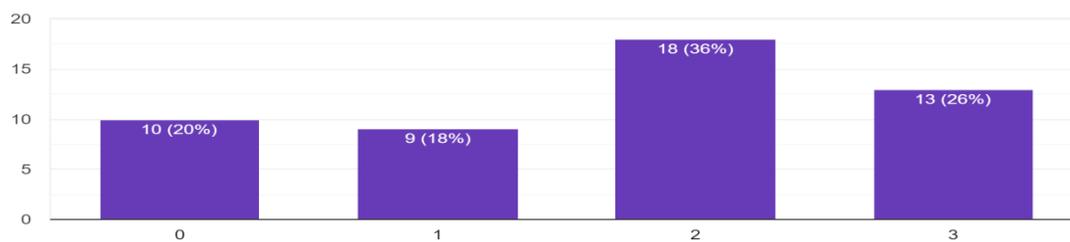
Na a escala de 0 a 3 quanto de raiva você sente em relação ao trabalho remoto?

50 respostas



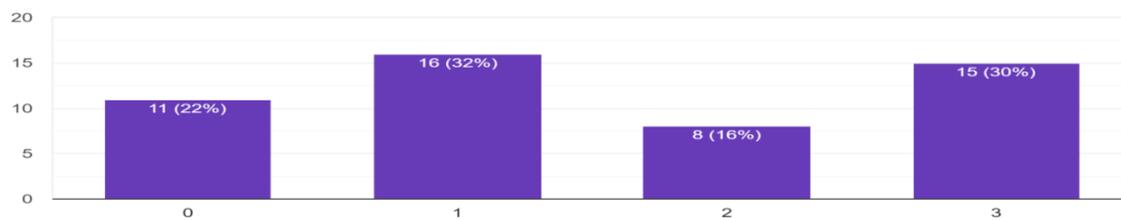
Na a escala de 0 a 3 quanto de frustração você sente em relação ao trabalho remoto?

50 respostas



Na escala de 0 a 3 qual o suporte recebido da instituição em que você trabalha para a realização do trabalho remoto?

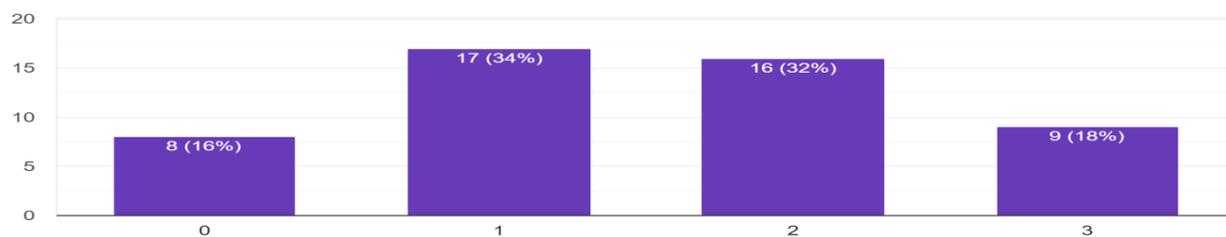
50 respostas





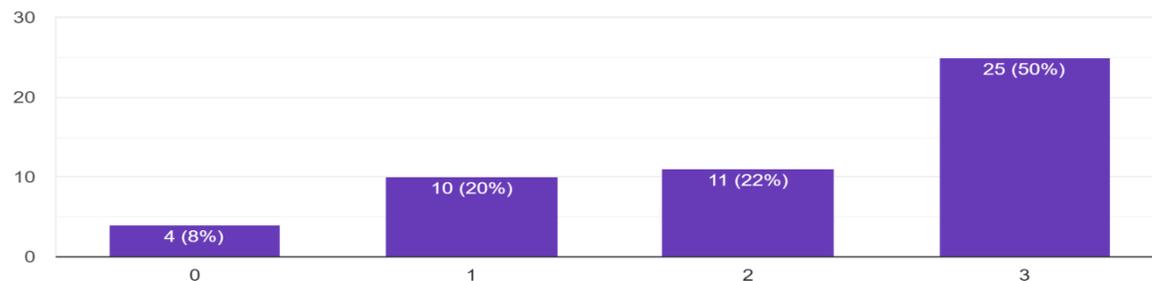
Na escala de 0 a 3 como se sente em relação possível permanência do trabalho remoto na instituição que trabalha?

50 respostas



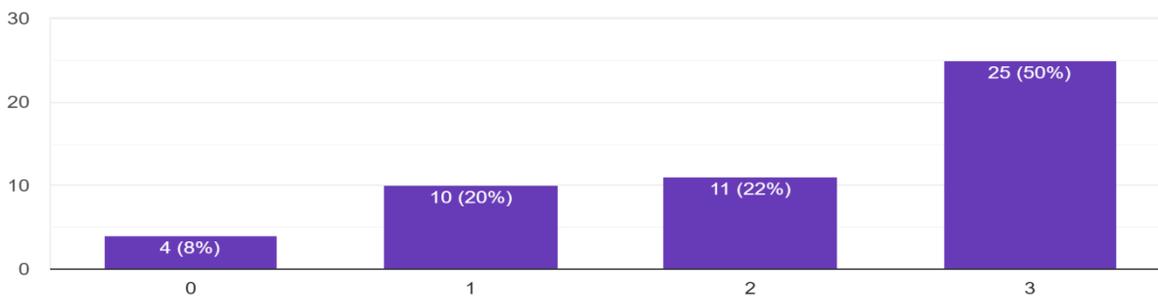
Na a escala de 0 a 3 quanto você sente de ansiedade em relação ao trabalho remoto?

50 respostas



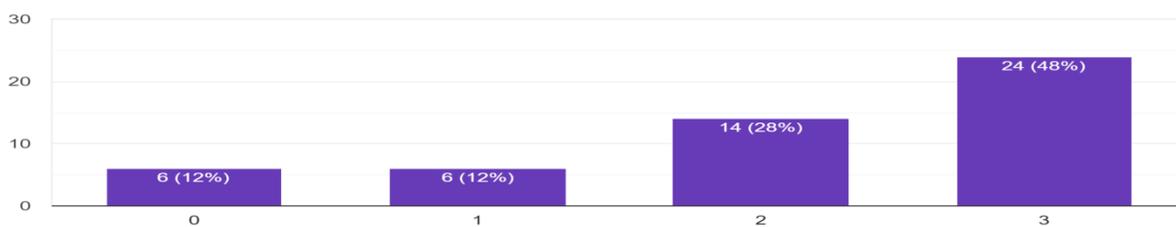
Na a escala de 0 a 3 quanto você sente de ansiedade em relação ao trabalho remoto?

50 respostas

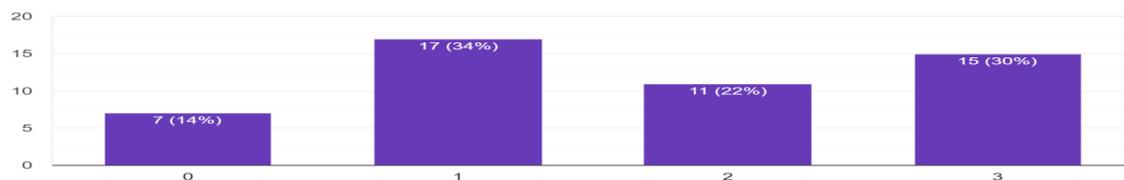




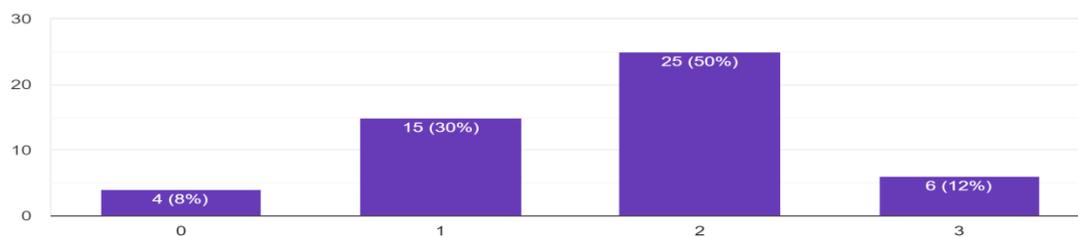
Na a escala de 0 a 3 você sente medo do futuro?  
50 respostas



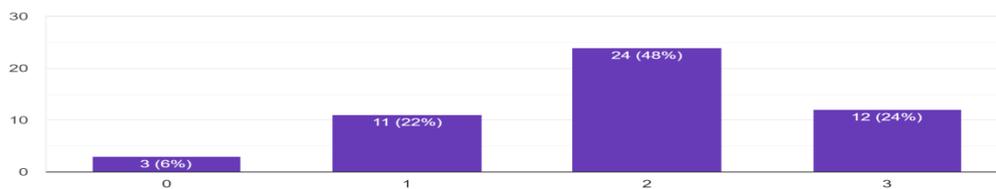
Na a escala de 0 a 3 quanto de solidão você sente em relação ao trabalho remoto?  
50 respostas



Na a escala de 0 a 3 em relação ao trabalho remoto, você está lidando bem com suas emoções?  
50 respostas

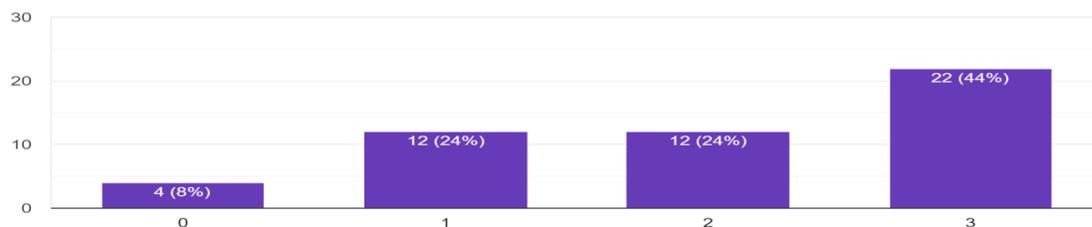


Na a escala de 0 a 3 qual o nível de insegurança em relação ao processo de aprendizagem dos seus alunos no trabalho remoto?  
50 respostas

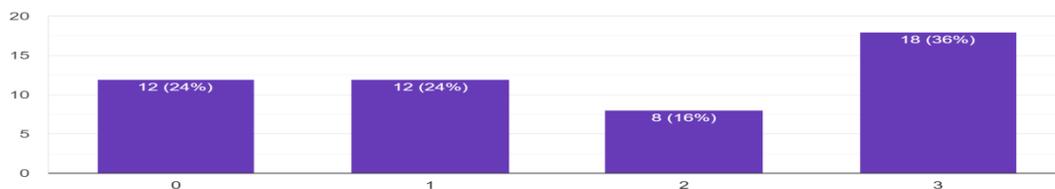




Na a escala de 0 a 3 qual o nível de estresse no trabalho remoto?  
50 respostas



Na a escala de 0 a 3 como está a qualidade do seu sono nesse período do trabalho remoto?  
50 respostas



Dentre os professores pesquisados a grande maioria lecionam nas escolas particulares, do ensino fundamental e polivalentes. Sabemos que as realidades das escolas públicas e privadas são absolutamente distintas, enquanto a rede privada já vinha aos poucos implantando o chamado ensino híbrido. Em relação ao trabalho remoto a maioria sentia-se preparada para desempenhar essa atividade, talvez porque o ensino híbrido já estava em andamento na maioria das escolas particulares principalmente no ensino superior, muitas instituições já oferecem parte da grade curricular com disciplinas presenciais e à distância e o uso da tecnologia uma exigência para o fazer docente, bem como a necessidade de professores terem perfis em rede sociais para interação com os alunos. Para tanto podemos verificar que as escolas particulares se adaptaram rapidamente a esse modelo, voltando às aulas quase que imediatamente a decretação do ensino remoto.

Relativo aos sentimentos de raiva, frustração que esses profissionais tem com relação ao trabalho remoto foi bastante acentuado, a maioria relata muito trabalho na elaboração de materiais e vídeo aulas, além do acúmulo das atividades de casa com as atividades do trabalho, principalmente mulheres e que são mães e tem o acúmulo com



as tarefas dos seus filhos, que estão em *homeschooling*. Pois os alunos estão integralmente no ambiente doméstico sob responsabilidade educacional aos próprios pais ou responsáveis.

A quarentena será particularmente difícil para as mulheres e, nalguns casos, pode mesmo ser perigosa. As mulheres são consideradas, as cuidadoras do mundo, dominam na prestação de cuidados dentro e fora das famílias. Dominam em profissões como enfermagem ou assistência social, que estarão na linha da frente da prestação de cuidados a doentes e idosos dentro e fora das instituições. Não se podem defender com uma quarentena para poderem garantir quarentena de outros (SANTOS, 2020, p. 16-17).

Porém nos chamou atenção os altos índices no tocante ao sentimento de tristeza apenas, as mulheres relataram estarem triste frente a essa situação, muitas são as razões: a pandemia que por si só já causa esse sentimento, a perda de pessoas amadas e da liberdade de ir e vir, pois que estamos em distanciamento social, a saudades da comunidade escolar, colegas, alunos e funcionários.

Podemos inferir que os altíssimos níveis de estresse, ansiedade, angústia e medo do futuro, pois esses sentimentos estão intrinsecamente ligados aos professores das instituições particulares e neste caso se dão em duas grandes vertentes: a manutenção da vida e do emprego de quando, como e de que forma voltaremos as atividades e de como será esse “novo normal”.

Existe também muita insegurança em relação a qualidade na aprendizagem dos alunos, visto que a atividade remota deixa muito a cargo do autogerenciamento do aluno sua aprendizagem e no caso das crianças o envolvimento e colaboração do pais ou responsáveis é fundamental, bem com quais são os conhecimentos realmente necessários nessa pandemia do coronavírus, visto que o mundo poderá existir pós pandemia outras habilidades e competências desse alunos, quais serão elas?

A solidão também é fator de observação ela se instaura pela falta do convívio físico e também pela falta de partilha de saberes e fazeres pedagógicos entre os seus pares. A maioria dos entrevistados relata contrariedade com a sobrecarga de trabalho, visto que a atividade agora demanda além as habituais tarefas no planejamento e



curadoria de materiais didáticos a realização de cursos *on line* para aprendizagem de novas competências como o uso de metodologias ativas, ferramentas virtuais na aula remota a gravação edição de vídeos aulas.

Grande parte dos entrevistados afirmaram sentir dificuldades no gerenciamento de suas emoções, refletindo também na qualidade do sono, que segundo a O. M. S é uma ocorrência na população mundial.

Assim cabe salientar que as emoções estão exacerbadas, algumas relataram que estão vivendo uma gangorra emocional, com muitos altos e baixos, portanto a problemática está em saber de como essa pandemia afetará posteriormente o fazer docente, visto esse “novo normal” ainda não está estabelecido e as emoções, a literatura confirma que historicamente após períodos de exceção, de acordo com a vulnerabilidade emocional as pessoas podem desenvolvem formas mais graves e alguns transtornos e patologias, entre os efeitos pós traumáticos mais recorrentes estão: estresse pós-traumático, transtornos de adaptação, o luto patológico, a depressão, dependência de álcool e/ou outras substâncias e transtornos psicossomáticos e problemas de relacionamento. Apesar disso a nova síndrome decorrente da pandemia designada como o Fear of Going Out - FOGO, um transtorno psicológico associado ao medo de sair de casa derivativo da ansiedade, dentre os sintomas estão o medo irracional, pensamentos obsessivos acerca da doença, somatização e impossibilidade de desempenhar tarefas do dia a dia.

### **Considerações Finais**

O paradigma mecanicista, outrora adotado é insuficiente para resolver a complexidade das relações sociais, questões e dilemas educacionais referentes principalmente a políticas educacionais, relações de classe, justiça e desigualdade sociais, na concepção da política da educação como mercadoria, assim podemos perceber que o panorama estabelecido nas últimas décadas deixa claro um descompasso entre a percepção de problemas e identificação de necessidade.



Assim sendo se faz necessário que as políticas educacionais ultrapasse essa percepção de mercadorização de uma tendência global da inserção da lógica do mercado no âmbito educacional e passe a ser uma construção coletiva entre sociedade e poder público, para o desenvolvimento de sujeitos autointeressados e autorregulados e principalmente a contextualização, bem como as questões em que participam emoções e sentimentos, ou seja, comportamentais, assim tende a limitar, ao invés de ativar o desenvolvimento das competências humanas e o uso de seus pontos fortes e potenciais.

A escola encontra-se permeada por preceitos da ciência moderna, assim não adentra com profundidade nos saberes que em torno dela circundam, a saber: diversidade de ideias, interpretações e subjetividades relativos ao ser no mundo e que se distanciem do tecnicismo, objetivismo e antropocentrismo, inerentes ao fazer epistemológico.

Relativo as essas questões Bauman (1998) afirma em sua teoria da liquidez que sobre as transformações sociais pelas quais passa a sociedade contemporânea, os relacionamentos humanos e de suas consequências para os relacionamentos humanos.

A escola de hoje não pode se limitar a reproduzir por si só as informações contidas no livro didático. Ela deve estabelecer um elo entre a cultura que acontece fora do contexto escolar (na rua, nas praças, na família, na internet) e a cultura formal.

Pois, assim sendo os alunos vão aprendendo a buscar a informação através dos meios de comunicação, fazendo um link com as informações obtidas na sala de aula, analisando criticamente, dando-lhes significado pessoal e social, juntamente com o professor, que tem o papel insubstituível de mediador, auxiliando o aluno para fazer a síntese entre a cultura formal e a cultura popular.

Para que isso ocorra a escola deve ser capaz de articular sua capacidade de receber e interpretar informação, com a de produzi-la, considerando o aluno sujeito do seu próprio conhecimento. A escola deverá ser capaz de destacar o papel da linguagem, do pensamento e da consciência e das emoções na configuração da realidade; identificar a vida com o processo de cognição e autodeterminação; destacar que a contradição entre o individual e o social é de origem cultural e não biológica; a aceitação e respeito pelo



outro está no centro do amor como fundamento biológico do social e de discutir e repensar modelos a partir dos objetivos a serem alcançados.

Portanto uma educação capaz de articular antigos e novos saberes, compreendendo seus contextos, sendo mediadora entre ambos, sob a perspectiva da complexidade, interdisciplinaridade e que encontrem ressonâncias em paradigmas que pleiteiem a educação emocional do ser em sua integralidade.

Ao final podemos inferir que embora as competências socioemocionais nas escolas ainda são relegadas ao segundo plano, que embora os conteúdos escolares sejam importantes, nesse momento de exceção as competências emocionais serão fundamentais para a saúde mental, elaboração e ressignificação de sentidos e saberes pessoais e profissionais e que se faz necessário a valorização desses aspectos para que possamos estar em consonância com esse novo tempo

Relativo aos contrastes ente as instituições de ensino público e privada a pandemia exacerbou essas desigualdades, sociais, culturais e principalmente econômicas, esse hiato, se estabelece, pois enquanto que nas instituições públicas a instalação do ensino remoto foi quase que imediato na escola particular, na rede pública esse processo está praticamente em implantação, dependendo da disponibilidade e aprovação de recursos para compra de materiais e adequação das escolas. Para tanto na rede estadual e municipal no Rio Grande do Norte a previsão de retorno presencial das aulas será somente em 2021, enquanto que na rede particular passou por treinamento de biossegurança e foi retomada de forma presencial em 14 de setembro, porém no modelo híbrido, com a participação dos alunos nas aulas de acordo com a indicação da família, mediante assinatura de termo de compromisso.

Ao contrário do que se possa pensar, o imediato pós-quarentena não será um período propício a discutir alternativas, a menos que a normalidade da vida a que as pessoas quiserem regressar não seja de todo possível. Tenhamos em mente que, no período imediatamente anterior à pandemia, havia protestos massivos em muitos países contra as desigualdades sociais, a corrupção e a falta de proteção social. Muito provavelmente, quando terminar a quarentena, os protestos e os saques voltarão, até porque a pobreza



e a extrema pobreza vão aumentar. Tal como anteriormente, os governos vão recorrer à repressão até onde for possível, e em qualquer caso procurarão que os cidadãos baixem ainda mais as expectativas e se habituem ao novo normal (SANTOS, 2020, p. 30).

Ainda é muito precoce para se mensurar os impactos que a pandemia vai desencadear a médio e longo prazo nos padrões de sofrimento, tristeza, medo e ansiedade, é essencial a mudança de paradigma, onde o ensino seja pleiteado enquanto educação integral e as emoções possam ter vez e voz.

A quarentena provocada pela pandemia é afinal uma quarentena dentro de outra quarentena. Superaremos a quarentena do capitalismo quando formos capazes de imaginar o planeta como a nossa casa comum e a Natureza como a nossa mãe originária a quem devemos amor e respeito. Ela não nos pertence. Nós é que lhe pertencemos. Quando superarmos esta quarentena, estaremos mais livres das quarentenas provocadas por pandemias (SANTOS, 2020, p. 32).

## Referências

BAUMAN, Z. **Vida Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CASEL. Casel Guide - Effective Social and Emotional Learning Programs. Disponível em: <http://secondaryguide.casel.org/#Outcomes>>. Acesso em: 20 de Abril. 2020.

GOLEMAN, D. **Inteligência emocional** (M. Santarrita, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Objetiva. 1995.

GOLEMAN, D. **Working with emotional intelligence**. New York: Bantam Books, 1998.

MAYER, J. & SALOVEY, P. What is emotional intelligence? In P. Salovey & D. Sluyter (Eds.), **Emotional development and emotional intelligence**. Educational implications. New York: Basic Books. 1997.

MAYER, J. D., DiPaolo, M. T., & Salovey, P. Perceiving affective content in ambiguous visual stimuli: A component of emotional intelligence. **Journal of Personality Assessment**, 54, 772-781, 1990.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 6. ed. São Paulo: Cortez.

O.M.S.[https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/un\\_policy\\_briefcovid\\_and\\_mental\\_health\\_final.pdf](https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/un_policy_briefcovid_and_mental_health_final.pdf). Acesso em 28/05/2020.



SALOVEY, P., & MAYER, J. D. **Emotional intelligence**. *Imagination, Cognition and Personality*, 9, 185-211, 1990.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra/Portugal: Edições Almedina, 2020.

MAYER, J. D., SALOVEY, P., & Caruso, D. R. Emotional intelligence: Theory, findings, and implications. **Psychological Inquiry**, 15(3), 197-215, 2002.



## OLHARES E REFLEXÕES SOBRE A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

*Walkíria Meneses de Oliveira*

### RESUMO

As escolas são lugares essenciais para o desenvolvimento social, emocional, físico e psicológico, visto que elas fornecem espaço para interação social constante e troca de ideias. A educação é um direito básico de todo cidadão; no entanto, deve ser assegurada pelo Estado e realizada pelos pais ou tutores legais. Historicamente, isso não acontecia devido às responsabilidades da escola; mas, ao contrário, faz sentido como consequência natural de ter um espaço de socialização constante. Para acompanhar o crescimento do aluno ao longo dos 16 anos letivos, os governantes da escolarização estabeleceram as Diretrizes e Bases, a exemplo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é o currículo nacional mais comum e atual. Uma análise de um ano de produções educacionais em 2018 revela como essa reforma foi divulgada ao público. A Base Curricular é uma reforma educacional recente que está sendo implementada em todo o mundo. O objetivo deste estudo é entender como os meios de comunicação noticiam a Base, considerando a facilidade com que o público pode acessar as informações de fontes digitais, televisivas e jornalísticas. Isso ocorre porque a maioria das pessoas só obtém informações sobre essa reforma dessas fontes. Esta análise destina-se a ajudar professores e administradores escolares a desenvolver aplicações práticas para suas escolas, refletindo sobre o retrato da Base pela mídia. Isso os ajudará a se comunicarem melhor uns com os outros sobre a implementação e realização dessa reforma educacional.

**Palavras-chave:** Ensino; BNCC; Reflexões.

### Introdução

A Legislação Educacional Nacional apoia as políticas educacionais do país, já que essas políticas públicas educacionais estão ligadas às políticas sociais, que criam e distribuem programas sociais para atender toda a população. É importante entender que as políticas educacionais são, na verdade, políticas públicas. Assim como, é importante entender que a legislação educacional nacional é amparada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP).

As políticas educacionais são importantes porque a educação é um direito humano básico que todo cidadão deve ter garantido. Para implementar adequadamente as políticas educacionais, é importante estar atento às necessidades da sociedade e trabalhar sempre dentro das demandas específicas de cada indivíduo. No entanto, muitas pessoas optam por



não seguir essas políticas educacionais devido ao fato de terem sido criadas pensando nos interesses de algumas pessoas específicas.

O Manifesto dos Pioneiros da Nova Educação, lançado em 1932, delineou a missão e os objetivos centrais da educação nos Estados Unidos. Seu lançamento destacou a importância significativa para o movimento educacional, bem como a necessidade de criar um novo ser humano por meio da educação. Assim, em 1996, foram criadas as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Esse projeto reelaborou muitos aspectos de seu texto original até criar o quadro que conhecemos hoje.

A Lei de Diretrizes e Bases abrange todas as fases da educação, desde o jardim de infância até o ensino superior, declarando que toda pessoa com mais de seis anos de idade tem direito e responsabilidade legal à educação. A LDB divide as responsabilidades relacionadas à educação em diferentes faixas etárias: de zero a cinco anos, os alunos estão na Educação Infantil; dos cinco aos nove anos, os alunos estão no Ensino Fundamental; dos nove aos 13, estão no Ensino Médio; e dos 13 aos 18, estão no Ensino Médio. Finalmente, qualquer pessoa com mais de 18 anos é considerada adulta, o que significa que não tem responsabilidades educacionais.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi criada em 2018 pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Essa iniciativa histórica do presidente Michel Temer gerou pouco alarde por ter contornado o escrutínio público. Apesar dos pedidos de associações de classe e do Ministério Público Federal para que a BNCC não fosse emitida, ela foi promulgada sem questionamentos. O processo de aprovação levou três anos e meio para ser concluído. Quanto ao ensino médio, sua reforma em 2016 causou um atraso que resultou em duas aprovações separadas no mesmo ano.

Foram elas a versão Educação Infantil e Ensino Fundamental, aprovada em dezembro de 2016, e a versão Ensino Médio, aprovada em dezembro de 2018. O documento foi aprovado com 18 votos a favor e duas abstenções. Esta foi a última etapa antes de ganhar a maioria dos votos e se tornar o currículo educacional oficial do país.

Esta pesquisa analisa como a reforma da BNCC do Ensino Médio foi veiculada pela mídia brasileira. Tem como foco veículos de comunicação como jornal O Globo, Estadão, Folha de São Paulo e revista Veja. Além disso, examina o trabalho de instituições privadas



como a Gazeta do Povo e o site do Ministério da Educação, para saber como a sociedade reagiu à reforma em geral. Outro objetivo desta pesquisa é observar como os veículos de mídia governamentais e não governamentais divulgaram o Currículo Base. Por fim, são feitas comparações entre as formas como esses dois grupos de veículos apresentaram suas mensagens ao seu público.

A análise crítica da educação nacional e da metodologia educacional empregada por seus professores continua a moldar os sistemas escolares modernos. A grande maioria das escolas e faculdades públicas são objeto de atenção negativa; esta tendência só cresce em função da prevalência da mídia na sociedade. Isso levou a uma necessidade crescente de pesquisas acadêmicas que pudessem contrabalançar essa tendência. Nos últimos anos, muitos meios de comunicação e sites de mídia social receberam atenção do público por sua ênfase na educação nacional. Isso ocorre porque muitas pessoas os usam para compartilhar informações sobre suas escolas e turmas.

Em síntese, é evidente que os educadores e a educação nacional precisam considerar a forma como divulgam as informações. Qualquer mudança significativa na Base Nacional Comum Curricular suscitará um forte debate. No entanto, informações precisas, completas e sensatas são essenciais para o sucesso. Consequentemente, as pessoas devem ser capazes de formar opiniões informadas sobre o novo currículo com base em fatos em vez de especulações.

## **Desenvolvimento**

Esta pesquisa emprega uma metodologia de revisão narrativa para coletar dados sobre trabalhos acadêmicos publicados sobre a criação da nova BNCC do Ensino Médio. Esses artigos avaliam a teoria e o contexto do assunto por meio da análise documental. Ao considerar o contexto e a teoria em que esses artigos foram criados, esta pesquisa visa fornecer uma visão ampla do desenvolvimento em uma determinada área.

O sociólogo Pierre Bourdieu ganhou atenção significativa com suas teorias sobre como a mídia e o capital operam como sistemas de poder que se sustentam e se mantêm mutuamente. Seu trabalho se aprofunda no tema desta pesquisa, que se baseia em um poder simbólico que ele chama de "verdade pública". Essa verdade pública é o que muitas



instituições usam para justificar algum tipo de autoridade – geralmente uma autoridade que mantém o controle sobre o capital. Quaisquer publicações de 2018 sobre esses assuntos serão utilizadas neste trabalho acadêmico.

Pierre Bourdieu é bem conhecido por seu trabalho remodelando a sociologia com suas novas teorias. Seu trabalho acadêmico o levou a descobrir que as massas têm um grande impacto em toda a sociedade, o que ele chamou de “pressão coletiva”. As ideias de todos são moldadas pelas tendências que vêm na cultura popular. Se um número suficiente de pessoas acredita em algo, isso se torna de conhecimento comum e até verdadeiro para todos que não investigam as ideias com muita profundidade. A sociedade moderna gira em torno da mídia - e da maneira como as pessoas a veem. As pessoas assistem televisão e utilizam outros canais digitais para aprender sobre o mundo.

É por isso que a teoria de Pierre Bourdieu sobre a distribuição cultural é tão importante. Compreendendo isso, pode-se ver como a mídia cria as ideologias, opiniões e ideias que todos acreditam. Foi isso que inspirou a criação da presente dissertação. Este projeto de educação utiliza fontes governamentais reconhecidas, como o Ministério da Educação. Além disso, os alunos utilizam a Revista O Globo, a Revista Veja, o Jornal Estadão, a Folha de São Paulo e a Gazeta do Povo como fontes de estudo.

Esses meios de comunicação informam sobre notícias e informações, ao mesmo tempo em que fornecem fontes de informação. Além disso, eles incentivam debates e fornecem uma plataforma para que as pessoas compartilhem suas ideias sobre como percebem a sociedade. O processo de coleta usou uma variedade de critérios para determinar quais documentários acabaram na seleção final. Como consideração de relevância, originalidade, autenticidade e consideração adequada pelos fatos apresentados nas reportagens.

Cada reportagem recebeu uma análise cuidadosa para determinar sua eficácia em atrair a atenção e influenciar as opiniões dos espectadores. A criação de uma tabela de relatórios coletados nos permite identificar facilmente as várias categorias de análise para os dados coletados. Isso é necessário para organizar as informações antes que possamos visualizá-las.

Nome da F	Data da publ	Tipo de publ	Autor (es	Título da Matéri
-----------	--------------	--------------	-----------	------------------



Ministério da Educação	02/01/2018	Reportagem	Conselho Nacional de Educação	Novo Ensino Médio
O Globo	18/12/2018	Reportagem	Maria Luiza de	Veja a nova versão da Base Curricular do ensino médio
Ministério da Educação	01/01/18	Reportagem	Conselho Nacional de Educação	Confira o calendário de audiências públicas da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio
Revista Veja	04/12/2018	Artigo de Opinião	Wilson Dias	Reforma do ensino médio deve começar a valer em 2020
Jornal Estadão	01/12/2018	Artigo	Paulo Machado Assis	Escolas ajustam currículo para nova Base Nacional Comum Curricular
Revista Veja	02/08/2018	Artigo de Opinião	João Batista de Oliveira	Ensino médio: Português, Matemática e Inglês serão obrigatórios.
Jornal Folha de São Paulo	06/12/2018	Reportagem	Maria Clara Vieira	A reforma do ensino médio ainda não saiu do papel
Jornal Folha de São Paulo	10/04/2018	Artigo	Maria Clara Vieira	Apesar de avanço, nova versão da base curricular exige pouco
Gazeta do Povo	08/03/2018	Reportagem	Mario Sérgio da Silva	Escolas mudam currículo para se adaptar à reforma do ensino médio
Jornal Folha de São Paulo	02/12/2018	Reportagem	Laura Mattos	Reforma do Ensino Médio esbarra em falta de estrutura e de recursos
Jornal Folha de São Paulo	17/12/2018	Reportagem	Paulo Saldanã	Bolsonaro segura R\$ 1 bilhão e empaca a implementação da base curricular
Jornal Estadão	22/12/2018	Reportagem	Paulo Saldanã	O Ensino Médio de perfil integral
Gazeta do Povo	18/12/2018	Reportagem	Mauro Sala	Novo e Flexível Ensino Médio



Gazeta do Po	20/12/2018	Reportagem	Mauro Sala	Um novo Ensino Méd
Jornal Estadã	17/12/2018	Artigo de Opini	Maria Eugênia S	A Base Nacional do En Médio
Jornal Folha de Paulo	26/12/2018	Reportagem	Pedro da Costa Juliana Acana	Veja o que diz a BNCC os alunos dos projetos inclusão
Gazeta do Po	23/12/2018	Artigo	Maximiliano M	Da teoria à prática: o r texto da BNCC
Jornal Folha de Paulo	21/12/2018	Reportagem	Maria Clara Vie	Colégios se antecipam Base Nacional Comum Ensino Médio
O Globo	22/12/2018	Reportagem	Maria Luiza de	O ensino integral com imposição de classes
O Globo	19/12/2018	Reportagem	Júlio César da C	O fim das ciências hu no ensino básico

Tabela 01. Resultados iniciais

Fonte: Dados originais da pesquisa (2022).

As discussões sobre a pesquisa envolvida na criação deste registro bibliográfico e documental, bem como sua análise, examinaram os efeitos da mudança social na educação. Além disso, as dificuldades enfrentadas pelos alunos nesse sistema serão exploradas por meio desse registro. A intenção do estado com a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) é padronizar o que é ensinado em todas as séries em todo o país. Isso vai além da Base Nacional Curricular, originalmente criada em 1998. A BNCC pretendia padronizar o que era ensinado nas escolas do país, mas as novas regulamentações foram mais específicas e focadas em conteúdos específicos da série. No ano de 1997, eles lançaram 10 volumes de cadernos que descreviam seus Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental 1 a 5. Com isso, esperavam tanto padronizar o que era ensinado quanto melhorar a qualidade geral da educação.

O lançamento dos PCNs em 1998 introduziu ideias relacionadas ao ensino médio dos alunos da 6<sup>a</sup> à 9<sup>a</sup> séries, incluindo o envolvimento da comunidade na educação dos alunos, como pais e pedagogos. Outro grande aspecto foi a inclusão de governantes no processo.



Lançados quatro volumes dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM) 2000. Este foi um grande movimento para combater a evasão escolar junto com novos métodos de ensino. Embora as taxas de evasão escolar continuem altas nessa faixa etária, essas novas metodologias de ensino ainda estão sendo utilizadas nas escolas atuais.

A Base Nacional Comum Curricular é o fundamento constitucional para garantir o acesso à educação de qualidade a todos os cidadãos brasileiros. Mantém-se através da adição constante de materiais educativos, que são derivados deste documento e apresentados no resultado final. O principal objetivo da BNCC é criar e manter uma lista de conteúdos educacionais que devem ser ensinados em todas as escolas do país. A Base Nacional Comum Curricular deverá servir de modelo idealizado para a criação de uma uniformização que visa estabelecer um currículo fixo para cada ano letivo. No entanto, essa teoria deve ser problematizada, uma vez que as pessoas são naturalmente diversas, sem uma forma comum de aprender, se comunicar ou se relacionar. Portanto, criar esse tipo de padronização é impossível devido à natureza humana.

Por força da Constituição Federal, as crianças devem frequentar escolas públicas ou privadas por mais da metade de suas vidas. Essas instituições ajudam as crianças a formar ideologias, opiniões e gostos. Eles também os ajudam a se desenvolver em seres sociais. Por causa disso, as escolas desempenham um papel crítico no desenvolvimento do senso de identidade de cada jovem. Muitos alunos lutam com problemas de aprendizagem devido a doenças ou distúrbios, bem como estilos de aprendizagem que diferem da maioria. Alguns alunos têm problemas de aprendizagem ainda mais específicos causados por condições de saúde, déficits sensoriais ou daltonismo. Pode-se afirmar que o Ensino Médio da BNCC carece de igualdade e inclusão do ponto de vista biológico. Se implementada, esta seção provavelmente faria com que os alunos tivessem dificuldades com seu aprendizado e autoestima.

Os dados coletados foram usados para estudar as necessidades do sistema educacional. Isso levou a um consenso sobre a urgência de reforma do sistema educacional do Brasil por muitos grupos acadêmicos e não acadêmicos. No entanto, as atuais reformas da BNCC enfrentaram resistência de educadores, pais, alunos e até administradores. Ficou claro



que a opinião de um grupo era inflexível: precisava haver algum tipo de mudança no sistema educacional brasileiro.

Muitos sistemas educacionais modernos descobriram que sua eficácia está diminuindo, pois os métodos tradicionais de ensino não funcionam mais com os alunos. Muitos artigos e discussões oferecem informações sobre a pesquisa, mas, para esta análise, vamos nos concentrar nos temas mais proeminentes dos relatórios. Entre eles estão desigualdades e diversidades sociais, necessidade de inclusão e obrigatoriedade do ensino de geografia, história e sociologia no ensino médio. Além disso, muitas escolas utilizam a tecnologia mais extensivamente em suas aulas.

Ao se deter sobre o material analisado é notório o diálogo estabelecido entre os jornais no que diz respeito a pontos considerados equivocados da BNCC, como as diversidades e desigualdades sociais, são as chamadas ausências que não foram consideradas na formulação da mesma. Para Paulo Saldanã, em sua reportagem intitulada de “O Ensino Médio Integral” publicada pelo Jornal Estadão, coloca que a transformação do ensino em período integral não leva em consideração as diferentes classes sociais e necessidades dos alunos. A questão da desigualdade também é apontada por Alex Gomes, também do Estadão, o qual considera que não há no documento um incentivo ao respeito e as boas práticas em sala de aula mediante a diversidade social demonstrada. Discussão a qual é complementada por Pedro da Costa e Juliana Acana, da Folha de São Paulo, os quais pontuam que não existem normas para o tratamento e convívio de alunos que fazem parte dos programas de inclusão.

Das reportagens, artigos e artigos de opinião selecionados, Paulo Saldanã com a reportagem “O ensino Médio Integral” do Jornal Estadão, e Mauro Sala com a reportagem “Um novo Ensino Médio” do veículo informativo Gazeta do Povo ganharam destaque ao pontuar a forma como o Ensino Integral é altamente recomendado e colocado como uma realidade para todas as escolas do Brasil até o ano de 2021 pela nova reforma da Base Nacional Comum Curricular, porém, os autores não levam em consideração a realidade de milhões de famílias brasileiras: adolescentes que precisam trabalhar no período contrário a escola para poder auxiliar suas famílias em seu sustento e sobrevivência. Sendo assim, tendo como uma única opção o ensino de período integral, muitos desses jovens optaram por não cursar o Ensino Básico, de modo que os índices de abandono escolar se tornariam ainda mais



altos, colocando o estudo como um privilégio daqueles que não precisam trabalhar para sobreviver. É preciso salientar que o direito à educação, em um país em desenvolvimento e que tem a desigualdade social como uma característica tão marcante como o Brasil, é um dos maiores privilégios que um indivíduo pode gozar. Tal realidade se deve ao fato de que muitas famílias não podem colocar a educação como prioridade, visto que precisam focar em sua sobrevivência e muitas vezes os filhos são peças importantes nessa missão. Logo, é preciso que haja uma desvinculação do acesso à educação com um conceito falho e elitista que coloca a meritocracia como uma avaliação de desempenho válida.

O conceito de meritocracia sempre foi alvo de diversos debates polêmicos, isso porque muitas pessoas não concordam com a real aplicabilidade do termo, visto que não leva em consideração diversos fatores que afetam os indivíduos, bem como resume tudo a uma grande competição onde as realizações pessoais são o prêmio. Em linhas gerais, o conceito aplicado atualmente de meritocracia define que o sistema é baseado em uma hierarquia e a única forma de crescer nesse sistema é através do mérito, ou seja, quanto mais um indivíduo se esforça, é inteligente, ambicioso e sabe realizar ações rentáveis, maior vai ser o seu mérito e por consequência a sua classificação nessa hierarquia na qual é baseado o sistema.

A grande crítica aplicada ao conceito de meritocracia se dá devido ao fato de que o mesmo parte de um princípio de igualdade, isso é, de que todas as pessoas partem do mesmo ponto, o que não condiz com a realidade. Um indivíduo que nasce em uma família composta apenas por sua mãe, periférico, negro e pertencente à classe pobre, não parte do mesmo ponto que um indivíduo branco, que nasce em uma família de classe média alta e é morador dos melhores bairros do país. Assim, um jovem branco, de classe média ou alta, não teria muito mais facilidade de conquistar seus objetivos, visto que não precisa lidar com uma série de problemas sociais.

Desse modo, podemos colocar que a imposição de um sistema educacional totalmente integral reforça a desigualdade social e dificulta muito o acesso à educação de milhares de brasileiros que se encontram nas classes sociais mais baixas. Seria preciso que esses jovens escolhessem entre estudar e trabalhar para garantirem o sustento de suas famílias, resultando em índices muito maiores de evasão escolar e colocando o direito à educação como pertencente apenas a uma pequena parte privilegiada da sociedade. Tal abordagem também



pode ser colocada como uma das esferas de outra, das maiores críticas feitas ao texto da nova reforma da BNCC: a ausência da normatização e incentivo do trato saudável e respeitoso à diversidade social existente dentro das salas de aula.

A temática sobre a diversidade desponta como um dos pontos nos quais estas mídias mais concentraram suas atenções, como demonstra a reportagem de Alex Gomes (2018) do Jornal Estadão que leva o título de “O que não foi dito no novo texto da Reforma da BNCC”. Nesta, foi realizada uma reportagem em uma escola pública do Estado de São Paulo, onde buscava informações de professores, gestores, pais e alunos, sobre a forma como a diversidade social é abordada e tratada na unidade escolar, bem como procurando identificar possíveis alterações nesse quesito após a aprovação da nova reforma da Base Nacional Comum Curricular. Porém, o resultado final dos dados coletados não é animador: os profissionais que atuam na área da educação pública colocam que a diversidade social e as alterações no comportamento dos alunos continuam sendo um grande desafio em sala de aula, ocorrendo até mesmo crimes como racismo e homofobia, bem como casos de xenofobia, preconceito de classe, credo e gênero por parte dos agentes envolvidos.

Mesmo sendo essa uma grande problemática nas escolas modernas, não foi abordada de maneira condizente no novo texto da BNCC, nem tão pouco são apresentadas metodologias recomendadas para serem adotadas mediante tais situações. Ao retomarmos os fundamentos do conceito de “diversidade” podemos considerar que, de acordo com Rodrigues e Cruz (2011), a diversidade é fruto de uma grande quantidade de culturas diferentes que convivem no mesmo espaço físico ou em espaços próximos, se origina dos novos modelos de estado ocidentais que pregam pela liberdade e autonomia individual. A diversidade se manifesta de diversas formas, ela pode se apresentar como diversidade de gênero, sexualidade, nacionalidade, ideologia, crenças, etnias, opiniões e línguas. Cabe então ao estado, aos educadores e a sociedade de modo geral, incentivar o convívio pacífico em espaços onde exista diversidade. Sempre prezando pelo respeito, tolerância, compreensão e desconstrução de todo e qualquer preconceito, seja ele por raça, crença, sexualidade, gênero, etnia ou nacionalidade.

De forma que os espaços sociais se mantenham saudáveis e propensos ao aprendizado social que pode ser obtido através dessa troca entre pessoas diferentes. As políticas e



diretrizes educacionais ainda não se encontram completamente prontas para lidar com essas diferenças culturais, sociais, políticas, econômicas e ideológicas. Mesmo que haja grandes avanços no que diz respeito à educação inclusiva nas escolas do Brasil, é preciso que os olhares institucionais da educação sejam voltados para a diversidade social dos alunos e não apenas as singularidades biológicas. A escola, na sua qualidade de ambiente formador de novos cidadãos, precisa fazer com que o respeito e a tolerância sejam passados como conceitos básicos no ambiente escolar. O profissional educador, como fonte de conhecimento dentro das salas de aula, deve abordar os temas relacionados à diversidade em busca de fazer com que seus alunos o compreendam, contudo, não se encontra apoio efetivo a essa realidade na nova reforma da Base Nacional Comum Curricular.

Outro tópico que apareceu de modo significativo foi a temática da inclusão. Pedro da Costa e Juliana Acana (2018), do Jornal Folha de São Paulo com a matéria “Veja o que diz a BNCC para os alunos dos projetos de inclusão”, foram os responsáveis pela produção de uma reportagem com mães e responsáveis legais de alunos que fazem parte dos programas de inclusão propostos pelo governo federal e também os estaduais. Esses alunos são aqueles que sofrem de alguma doença debilitante ou incapacitante, podendo se tratar de um transtorno ou uma síndrome, como por exemplo: Transtorno de Déficit de Atenção, Hiperatividade, Síndrome de Down, Autismo, dentre outros.

Apelo realizado pelas mães está direcionado para todos os problemas encontrados no processo educacional e na permanência desses alunos em salas de aula convencionais, em nome de efetivar a chamada: inclusão. A dramática dessas famílias está associada ao fato de que, apesar de teoricamente ser muito benéfica para ambas as partes, a inclusão desses alunos nas salas de aula brasileiras não está sendo saudável. Os relatos coletados contam que não há evolução considerável do quadro clínico do aluno que sofre com tais limitações quando colocado para conviver com os demais colegas, isso porque é muito comum que seja hostilizado, seja alvo de bullying e que não haja a compreensão, nem por parte dos alunos e nem por parte dos professores, de suas limitações crônicas. Ainda, os demais alunos costumam possuir suas aulas paralisadas com frequência ou atrasadas para que haja uma tentativa de nivelamento do ensino, causando revolta.



A inclusão de alunos com limitações nas escolas é um verdadeiro desafio dentro das políticas nacionais de educação. Isso porque, cada vez mais a educação vem sendo introduzida em um cenário que possui como característica a produção exaustiva. Ou seja, se consolida a ideologia de que o professor deve exigir cada vez mais desse aluno, para que dessa forma ele apresente os melhores resultados possíveis quando for testado e contabilize de forma positiva nos índices educacionais brasileiros. Como bem coloca Kassir (2011) o aluno com algum tipo de deficiência intelectual perde espaço nesse meio e acaba sendo esquecido e menosprezado. A autora coloca que o real desafio se encontra em lutar contra essa ideologia e proteger esse aluno de um sistema que busca números e não histórias. Esse aluno, assim como todos os outros, não pode ser silenciado dentro do ambiente escolar. Deve ser ouvido e incentivado a se desenvolver do ponto de vista social e também educacional. O texto que compreende a reforma da Base Nacional Curricular aborda a questão da inclusão de alunos com algum tipo de deficiência, sendo ela física, social ou intelectual, nas salas de aula brasileiras, reforçando a necessidade de um professor especial e individual apenas para esse aluno, de acordo com o grau de dificuldade do aluno, bem como preza pelo incentivo do protagonismo e autonomia necessária para esses alunos e que deve ser estimulada na escola.

A autonomia é muito discutida em meio às ciências humanas, seu significado etimológico é definido pela filosofia como o poder de tomar decisões livremente, enquanto indivíduo, país ou instituição. O autor Marques (2003) nos chama atenção para o fato de que a autonomia vai muito além de fazer o que se tem desejo no momento em que deseja. Principalmente no ambiente escolar a autonomia não deve ser apenas viabilizada, mas deve ser principalmente ensinada. Muito mais importante do que dar liberdade para os alunos, é ensiná-los como fazer uso da mesma de forma saudável e favorável ao seu desenvolvimento acadêmico e pessoal. Por exemplo, a autonomia não deve ser ensinada no âmbito escolar através da formulação de uma norma que decreta que o aluno tem liberdade para sair das dependências da escola no momento em que desejar, sem antes explicar para o mesmo as consequências de suas ações.

A autonomia tem o seu significado prático totalmente atrelado ao cumprimento de regras sociais, mesmo que o seu significado teórico nos passe uma impressão exatamente contrária. Vianna (2016) explica que atitudes autônomas compreendem também em analisar,



entender e seguir leis e regras sociais que apesar de não serem de nossa livre e total escolha, são plausíveis para uma sociedade pacífica. É de livre autonomia de um cidadão escolher cumprir as regras sociais que ele julgue que façam sentido e sejam benéficas para a convivência em sociedade, mesmo que tal regra não agrade a todos os momentos. Dessa forma, podemos notar a grande importância de compreender de uma forma muito mais profunda todos os significados do termo autonomia e levar em consideração todas as óticas que avaliam tais ações. É preciso que ações autônomas sejam incentivadas no ambiente escolar, mas é função da mesma – através dos conteúdos passados em matérias como sociologia e filosofia – explicar todo o contexto e todas as consequências das ações que estão disponíveis para escolha.

Já em relação ao protagonismo sabemos que a palavra, em sua tradução literal, significa “lutador principal”. Aquele que está em posição de destaque quando analisamos determinadas situações, sempre tomando a iniciativa e assumindo riscos. Já no contexto escolar esse termo é utilizado para designar o líder de um grupo de alunos, de uma turma ou até mesmo de uma escola. Geralmente é quem é escolhido para dar voz aos desejos e reclamações dos demais, aquele que realiza a comunicação entre os alunos e a gestão da escola. Indo para além dessa reflexão, o protagonista pode ser considerado aquele que toma atitudes concretas quando os demais indivíduos não o fazem. Sempre se coloca à disposição para servir de exemplo e se voluntariar para realizar ações benéficas para a escola e para a comunidade na qual a mesma está inserida (COSTA, 2016).

Em muitas situações o protagonismo pode proporcionar ensinamentos extremamente ricos e úteis para a vida daquele jovem, principalmente em eventos da vida adulta que exigirão muita desenvoltura. Através da consolidação de um senso crítico bem fundamentado esse aluno pode avaliar de forma mais clara todo o contexto escolar e se tornar o seu próprio protagonista.

É fundamental que seja trabalhado pela escola e, mais diretamente, pelos professores a importância e o respeito pelas singularidades humanas, as competências socioemocionais, independentemente de suas ideologias, características físicas, opiniões ou posições. Tornando o ambiente escolar pacífico, respeitoso, acolhedor e propício ao ensino. Essa realidade também se aplica a alunos que fazem parte da educação especial. Isso porque os mesmos



podem e devem aprender a se tornarem protagonistas e autônomos no ambiente escolar e também fora dele, esse fato não anula o fato de que esses alunos exigem uma atenção especial, diferenciando-o do assistencialismo.

Porém, a crítica apontada na reportagem produzida por Costa e Acana (2018) é de que o tema é abordado de forma amplamente teórica e não define o que seria uma necessidade: treinamento adequado para professores e agentes escolares para lidarem com alunos da educação inclusiva, bem como campanhas de conscientização para os demais alunos e pais que possuem contato direto com esses alunos. De modo que a vivência dos alunos do grupo de inclusão nas salas de aula brasileiras ainda é extremamente tóxica e, na maior parte dos casos, não é capaz de contribuir com a evolução desses alunos.

Outra temática que foi marcante na coleta dos dados foi a ausência de diretrizes que asseguram a obrigatoriedade do ensino de História, Geografia e Sociologia no Ensino Básico nacional. Júlio César da Costa (2018), do jornal O Globo com sua matéria “O fim das ciências humanas no ensino básico?”, chama atenção para o fato de que não poderia haver um momento pior para essa incerteza, visto que o país caminha para a desvalorização e acusações de professores que lecionam matérias que pertencem às Ciências Humanas, sob a ideia de que seriam uma forma de “doutrinação ideológica” de alunos em processo de formação. As matérias que não foram consideradas obrigatórias na nova reforma da BNCC (História, Sociologia e Geografia) são fundamentais para o desenvolvimento acadêmico, social e moral dos alunos. A geografia tem caráter de suma importância na educação, seja ela na sala de aula ou fora da mesma, conhecido também como estudo de campo, e tem como objetivo transmitir aos discentes, o conhecimento do espaço geográfico. Para (CASTELLAR e MAESTRO) a Geografia contribui para a formação do aluno já que auxilia na compreensão da realidade, levando-o a refletir sobre a dinâmica social, natural e a relação entre os homens e homem-natureza.

A Geografia também é a ciência responsável na realização de mapas, através do campo da cartografia, e com esse instrumento em mãos facilita aos estudantes a leitura de determinada área, região, cidade, etc. Elementos esses expostos no espaço podem ser naturais ou humanos, e são explicados através do mapa específico que coloca que o bom mapa é aquele que apresenta corretamente o que queremos mostrar. Os critérios básicos para



selecionar um bom mapa são os seguintes: Legibilidade, simplicidade e utilidade do conteúdo ou dos dados. Mas pode-se acrescentar que o mapa, como forma de comunicação gráfica, precisa transmitir sua mensagem de forma clara, rápida e efetiva. Mais importante ainda é que os receptores dessa mensagem, quando emitida em uma sala de aula, são crianças e adolescentes que se encontram em diversas etapas de seu desenvolvimento intelectual (OLIVEIRA, 2008).

Uma boa parte dos professores que lecionam essa matéria impõem de forma teórica, não submetendo outras didáticas de ensino a instigar o aprendizado do discente, e dessa forma a geografia não é colocada pelos alunos como uma matéria de grande influência para suas vidas fora das salas de aula e após o período escolar. Entretanto, essa realidade se deve devido ao fato do conhecimento raso que os alunos possuem sobre a importância dos conteúdos da geografia e como os mesmos podem ser usados. Bodart (2018) coloca que essa realidade se deve, em grande parte, pela relação que existe entre as Ciências Humanas e o imaginário coletivo atual que colocam essas matérias como inúteis, ideológicas e manipuladoras, quando se tratam apenas do estudo e da formulação de todos os conhecimentos que se relacionam com a trajetória do homem, a evolução da natureza, a sociedade e suas relações.

Além disso, a geografia é extremamente importante para que o indivíduo tenha contato com a educação ambiental e sustentabilidade, extremamente necessárias para a manutenção da saúde da natureza e dos ecossistemas que nos regem. Almeida (2006) afirma que a sustentabilidade pode ser definida como uma ideologia ambientalmente correta, ou seja, se trata de um conjunto de ideias, atitudes e campanhas que são realizadas e alteradas em prol da proteção e reparação do meio ambiente. Sempre incluindo a fauna e a flora, isso porque ideologias sustentáveis, de fato, visam melhorar a qualidade de vida de animais, vegetação, rios, mares, dentre outros.

A importância da sustentabilidade vai além da adoção de um conjunto de ações politicamente corretas, se trata na verdade da preservação do que ainda resta da natureza depois de milhares de anos consumindo seus recursos sem o mínimo de preocupação com o futuro. Para que ainda possa ser feito uso de tais recursos no futuro, é preciso que os mesmos sejam protegidos e conservados de forma sustentável (ALMEIDA, 2006). A educação



ambiental por sua vez pode ser definida como o conjunto de conhecimentos teóricos e práticos que são organizadas de maneira didática para que seja ministrada em sala de aula (tanto para a Educação Infantil, como Fundamental e Médio), tendo como objetivo geral formar jovens mais conscientes ecologicamente e que estejam cientes de que suas ações causam impactos diretos ao meio ambiente.

A sociologia por sua vez é ainda mais específica nos ensinamentos que compõem o desenvolvimento do homem, da sociedade e da formação de todos os conceitos que os rodeiam. Muitos estudiosos acreditam que a população não estava pronta para todas as mudanças proporcionadas pela Constituição da República de 1988 e que vivemos até hoje em um processo democrático e não em uma democracia, como o senso comum prega. A ausência de conhecimentos políticos e econômicos fez com que uma boa parte da população não compreendesse de fato o que mudaria, de forma prática, e como fazer bom uso dessas mudanças no cotidiano. Levando em conta que a sociologia chega às escolas apenas na década de 90, pode-se considerar que essa realidade tenha sido um dos grandes motivos para que essa fosse considerada importante o suficiente para estar nas grades curriculares de ensino. Isso porque, a função da sociologia é fazer com que os alunos se tornem capazes de realizar análises críticas sobre a realidade em que vivem, a classe social em que se encontram e o papel dessa dentro do modelo econômico em que vivemos: o capitalismo. Esse aluno, durante os três anos do Ensino Médio, deve se tornar capaz de questionar tudo e todos, por saber que essas relações sociais mudam conforme a ótica que a observamos (CARVALHO, 2004).

Para Moraes (2004), os ideais lançados através da Constituição de 1988 estão diretamente relacionados à educação, ao desenvolvimento pessoal, à cidadania e ao trabalho. Os modelos de educação existentes naquela época não contemplavam nenhuma dessas competências, sendo passado apenas os ensinamentos de natureza acadêmica e noções disciplinares. Segundo Sarandy (2004), a educação pode ser considerada então, uma das primeiras instituições sociais que passaram por uma grande reforma estrutural e ideológica. Agora, era preciso ensinar os alunos a lidarem com sua liberdade, seus corpos e suas ideias. Nesse ambiente a sociologia é colocada em papel de destaque como ferramenta amplificadora do ensino nacional, sempre abordando assuntos relacionados às interações



entre os homens e a sociedade. A escola tem como função, então, ensinar o aluno a conhecer, conviver, fazer e, por fim, a ser. Muitos dos conteúdos abordados durante o ensino da sociologia discutem sobre todos os esses pilares ao lado dos contextos históricos nacionais e a sua influência nas relações sociais que se formam e se alteram. O olhar sociológico é adquirido dessa forma, através do estudo da função política, econômica e social dos homens perante o ambiente em que estão inseridos.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, é possível compreender que a disciplina de História também se coloca como fundamental para a formação de indivíduos conscientes, academicamente aptos e que possuem plena noção dos processos evolutivos que resultaram no mundo como conhecemos hoje. Fazendo alusão a uma das mais importantes frases de Edmund Burke: “um povo que não conhece a sua história está condenado a repeti-la” podemos pontuar a importância desta matéria no Ensino Básico nacional. Logo, é possível compreender a grande revolta das comunidades acadêmicas, bem como de alguns veículos midiáticos com a ausência da obrigatoriedade dessas matérias no currículo nacional de ensino. Pontuando que essa ausência causaria danos enormes no desenvolvimento e na formação, pessoal e acadêmica, dos alunos que deixariam as escolas um pouco mais desprovidas de conhecimentos importantes para a sua vida em sociedade e para a formação de suas ideologias e opiniões. Isso porque a função das Ciências Humanas em sala de aula não está na doutrinação de alunos, mas sim no ensino do pensar, do questionar, do conhecer e descobrir, colocando a ciência como pilar e a verdade empírica como requisito primordial (COSTA, 2018).

Por fim, no último tópico que foi levantado como temática que perpassou em vários veículos de informação temos o uso das tecnologias educacionais. Paulo Machado de Assis, do *Jornal Estadão*, e João Batista de Oliveira, da *Revista Veja*, chamam atenção para a realidade dura das escolas brasileiras que fazem parte do ensino público nacional: a falta de estrutura física para cumprir com boa parte das diretrizes da reforma da BNCC, chamando atenção principalmente para o incentivo do uso de tecnologias educacionais dentro do ambiente escolar, porém, sem levar em consideração que a maioria esmagadora das escolas públicas brasileiras não possui a sua disposição os equipamentos tecnológicos necessários como computadores, *notebooks*, *tablets*, celulares, dentre outros.



Segundo o último relatório Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TIC) de Educação, realizado em 2016, 52% dos professores já solicitam frequentemente que seus alunos realizem atividades fazendo uso de seus smartphones ou computadores, além de considerarem que as mesmas são amplamente utilizadas dentro das salas de aula do mundo (DIAS, 2010). A integração da tecnologia nas metodologias de ensino-aprendizagem nacionais era uma grande polêmica para o meio educacional, acadêmico e também para os pais ou responsáveis legais dos alunos, no entanto a BNCC já define que a tecnologia pode e deve ser utilizada como ferramenta facilitadora e motivadora no processo de ensino. Assim como tudo que compõem o mundo atual, a tecnologia está em constante evolução e tais alterações também podem ser vistas na sociedade e suas ramificações. Sendo assim, o aluno que chega às salas de aulas brasileiras hoje, é muito diferente daquele que chegava há cinquenta anos.

Para Bacich (2015) esse aluno moderno é muito mais imediatista, desconfiado e amplamente complexo, devido ao fato de que é o reflexo de como age a sua geração em meio a sociedade. Para que fosse possível a integração de metodologias tecnológicas na educação desse aluno, foi preciso que todos os aspectos relacionados a essa integração fossem analisados, sendo eles: infraestrutura escolar, investimento em equipamento, aceitação por parte da escola, apoio familiar e a forma como esses alunos recebiam esse *upgrade* nas metodologias de ensino tradicionais (BACICH, 2015).

Apesar de ser amplamente benéfica, a tecnologia possui um lado obscuro que não deve ser acessado em ambiente escolar e muitas vezes nem mesmo por alunos menores de idade, isso porque apresenta fácil acesso a conteúdos inadequados para certas faixas etárias e não condiz - ética e moralmente - com a proposta de um espaço escolar de ensino. Logo, Oliveira (2010) nos apresenta os aplicativos, plataformas e sites exclusivamente educacionais como uma excelente saída para utilizar a tecnologia em sala de aula, mas limitar o acesso do aluno a conteúdos educacionais e condizentes com o plano educacional adotado. Esses ambientes virtuais educacionais possuem como característica o fato de terem sido elaborados e desenvolvidos com o único objetivo de auxiliar e facilitar o processo de aprendizagem dos alunos, sempre respeitando sua faixa etária e direcionando as atividades para o que se espera que esses alunos estejam aprendendo na série que compreende a sua idade (OLIVEIRA,



2010). Esses aplicativos, sites e plataformas seguem em amplo desenvolvimento e evolução, muitos deles atendem a Educação Infantil e possuem como objetivo auxiliar o desenvolvimento cognitivo, motor e acadêmico das crianças. Outros já atendem alunos com idades um pouco mais elevadas, apresentando conteúdos convidativos e se baseando em jogabilidade para crianças de oito até quatorze anos de idade. Enquanto isso, os ambientes virtuais educacionais que possuem como público alvo os adolescentes procuram ser mais detalhados e valorizar aspectos importantes para os jovens como: usabilidade, interface, design, e fluidez (DIAS, 2010).

Porém, mesmo que se apresentem de diferentes formas, essas iniciativas tecnológicas unicamente educacionais possuem um objetivo em comum, independe da idade e da série para a qual foram desenvolvidas: facilitar e suavizar as metodologias de ensino e aprendizagem. Outra abordagem extremamente necessária e complementar que se faz quando tratamos da presença da tecnologia na educação é a inclusão social para alunos com deficiências ou transtornos que afetem a sua aprendizagem e sua interação social. Outro ponto abordado por Paulo Machado de Assis, do Jornal Estadão, e João Batista de Oliveira, da Revista Veja, em seus respectivos artigos de opinião, chamam atenção para a considerável parcela de alunos que, devido às suas condições financeiras, nunca tiveram – ou pouco tiveram – acesso a tecnologia defendida pela reforma, sendo necessário que as escolas se responsabilizassem pelo chamado “letramento digital” desses alunos antes que a tecnologia pudesse ser inserida em sala de aula como metodologia de ensino.

Em um primeiro momento, se faz necessário que se defina o conceito de “letramento” isso porque, esta é uma abordagem relativamente atual da educação e de tudo que conhecemos sobre ela. Anos atrás, a alfabetização era o único objetivo da educação infantil, ou seja, para que o aluno saísse das séries iniciais da escola de forma plena deveria estar completamente alfabetizado. Porém, após anos de estudos comportamentais, cognitivos e evoluções sociais, se chegou à conclusão de que o aluno precisa estar mais do que alfabetizado para viver de forma saudável em sociedade: é preciso que o mesmo esteja letrado. Como bem define Soares (2003) o letramento vai além da função alfabética de ser capaz de ler e escrever, diz respeito à compreensão ampla e verdadeira do que se está escrevendo e lendo. Ou seja, ser letrado é muito mais do que ser capaz de ler ou escrever,



mas sim quando se é capaz de interpretar o que lê e conseguir se expressar de forma correta quando escreve. Sendo assim, a alfabetização deixou de ser o objetivo único das séries iniciais escolares, o letramento passou a ocupar uma posição de destaque nesse meio.

O letramento digital é ainda mais específico, por assim dizer, corresponde à preparação desse aluno para que ele seja capaz de interpretar e interagir com o meio social e maquinário atual: completamente digitalizado. Logo, é preciso que esse indivíduo passe por um processo de letramento digital, onde vai ser ensinado a se comunicar e a receber mensagens e conteúdo também em ambiente digital (VALENTE, 2007).

Dessa forma, obviamente o aluno precisa estar letrado para que depois seja ensinado a se letrar no ambiente virtual, ou seja, passar pelo processo de letramento digital. Valente (2007) explica que esse fato se dá porque a maioria dos conteúdos produzidos e compartilhados nos meios digitais exigem habilidades relacionadas à leitura e compreensão de textos e imagens, linguagem verbal e linguagem não verbal. Tal realidade contrapõe a ideia de que o processo de letramento digital nas escolas tornaria obsoleta a fase onde o aluno é letrado da forma tradicional, isso porque um processo depende exclusivamente do outro: não é possível que um indivíduo seja considerado letrado digitalmente se não for letrado da forma básica que conhecemos.

O letramento digital é extremamente fundamental para que os alunos convivam e interajam em sociedade atualmente, isso porque a grande questão que define o letramento é a capacidade de se comunicar e de fazer compreender frente outras pessoas durante a convivência social. Sendo a tecnologia uma realidade do século XXI, indivíduos que não possuem as habilidades necessárias para navegar nesse meio, possuem graves limitações sociais, informativas e até mesmo de conforto e facilidade (BONILLA, 2011). Segundo Friedmann (2015) a criança possui como uma de suas principais características a maior facilidade para aprender e armazenar conhecimento, tal realidade se deve ao fato de que a mesma costuma aplicar e aprimorar esses conhecimentos assim que tem acesso a eles. Logo, a melhor fase para se passar pelo processo de letramento digital é ainda na infância, logo após o aluno já ser considerado letrado de maneira tradicional.

Apesar de parecer uma ideia um pouco abstrata em um primeiro momento, é preciso apenas um pouco de reflexão para que se repare que as crianças estão tendo acesso a



aparelhos tecnológicos cada vez mais cedo. Quando os pais ou responsáveis legais não podem dar a atenção devida às crianças, e quando a televisão já não prende mais atenção, os desenhos e jogos digitais encontrados nos smartphones são a saída mais selecionada nas casas brasileiras. Essa realidade fez com que se tornasse comum ver crianças de três ou até mesmo dois anos de vida, já dominando e executando funções em celulares, tablets e computadores. Porém, como bem alerta Bonilla (2011) essa inclusão digital traz benefícios cognitivos, motores e até mesmo acadêmicos para essas crianças, mas também representa um grande risco e a única forma de proteger as crianças desse risco é a presença de adultos letrados digitalmente, e que se comprometam em vistoriar e controlar o acesso digital dessas crianças. Quando mais velhas e já alfabetizadas, é adequado que esses alunos passem pelo processo de letramento digital para que sejam capazes de interagir e fazer uso do ambiente virtual de maneira saudável e adequada.

Para que seja capaz de ensinar e mediar o processo de letramento digital, é necessário que os educadores estejam plenamente capacitados e tenham sido preparados para passar tais conteúdos. Logo, o professor deve passar por um processo de letramento digital caso ainda não possa ser considerado familiarizado com o ambiente digital e deve aprender não apenas como executar funções e se comunicar no meio digital, mas também como deve ensinar e introduzir seus alunos nesse ambiente virtual (PERRENOUD, 2002). Esse processo de letramento digital é extremamente necessário para que os alunos cresçam e se desenvolvam inteirados e participativos da nova tendência mundial: a tecnologia e os ambientes virtuais. E esse processo, quando ocorre ainda nas fases iniciais da vida humana, é naturalmente mais fácil e saudável, sendo até mesmo mais rápido e eficaz.

É importante ressaltar ainda que a tecnologia não chegou em todas as casas do mundo, isso porque o Brasil ainda é um país onde a desigualdade social e a pobreza extrema se fazem presente para uma parte considerável da população. Segundo o último relatório de Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada no ano de 2018, mais de 30% das casas brasileiras não possuíam conexão com internet e seus moradores não possuíam acesso a nenhum tipo de equipamento eletrônico tecnológico como celulares, tablets ou computadores. Essas famílias não costumam criar seus filhos, os alunos, fazendo uso de qualquer tipo de tecnologia. Sendo assim, é preciso que as escolas e as políticas



educacionais estejam cientes dessa realidade quando implementarem atividades tecnológicas nas metodologias de ensino tradicionais. Isso porque é preciso que esses alunos não sofram nenhum tipo de discriminação e que isso não se torne um motivo para que os mesmos tenham seu desenvolvimento educacional atrapalhado ou atrasado.

As críticas relacionadas à nova reforma da Base Nacional Comum Curricular demonstram a ausência da consideração e análise dessas problemáticas antes que as diretrizes e normas fossem elaboradas e o cumprimento das mesmas fosse exigido. Aliado ainda a essa realidade, Paulo Saldanã, do Jornal Estadão com sua reportagem chamada de “Bolsonaro segura R\$ 105 mi e empaca a implementação da base curricular”, foi o responsável pela elaboração da reportagem que noticia o congelamento do investimento de R\$105 milhões de reais para a educação nacional que, dentre muitos outros impactos, irá atrasar em pelo menos três anos a conclusão e a implementação total da reforma da BNCC.

Dessa forma, é preciso pontuar que a exploração midiática da nova reforma foi extensa e todas as partes que compõem esse todo foram abordadas pelos veículos de informação consultados, sendo através de reportagens, artigos ou artigos de opinião, de modo que aqueles que possuem interesse em se informarem sobre o tema possuem acesso a uma grande variedade de posicionamentos que podem ser utilizados para formular opiniões diversas. A seleção das reportagens utilizadas como objetos de estudo do presente trabalho foi realizada de modo que pudesse demonstrar os impactos e as impressões sobre a reforma da BNCC, analisando as produções midiáticas realizadas no período de 2018 tendo como foco analítico as temáticas apresentadas anteriormente. É importante pontuar que as produções também abordaram as impressões de pais, professores, alunos e gestores, os quais certamente serão diretamente afetados pelos desdobramentos dessa reforma e, mediante tais reflexões apontadas neste estudo, podem construir e trilhar uma implementação da base que seja positiva para a comunidade escolar.

### **Considerações finais**

Através dos conhecimentos obtidos para que fosse viabilizada a presente produção acadêmica, foi possível observar que a reforma da BNCC ainda é um assunto extremamente polêmico e poucos são os consensos identificados, sendo uma deles a necessidade de uma



reforma no sistema educacional brasileiro devido a sua notável ineficácia em diversos aspectos diferentes.

Porém, mesmo que haja essa ideia fixa, as críticas ao novo texto da reforma são extensas e muito bem abordadas pelos veículos de informação midiáticos. Mesmo que tenha existido as audiências de consultas públicas, a fim de alinhar o texto com as necessidades e desejos da população, muitos aspectos ficaram em aberto no texto final, bem como muitos pontos foram completamente ignorados ou abordados de forma superficial e teórica.

A exemplo disso podemos citar o incentivo e a definição do Ensino Integral como obrigatório em todas as escolas do país, sem levar em consideração a realidade dos alunos que pertencem às classes sociais mais baixas e precisam trabalhar para garantir a sobrevivência de suas famílias e colocando a meritocracia como uma abordagem avaliativa justa. Bem como a ausência de diretrizes e normas que possam auxiliar os professores no trato das diversidades sociais de natureza sexual, racial, religiosa, regional, financeiro, dentre outros, dentro das salas de aula.

Ainda, os alunos de inclusão não foram citados de forma ampla, condizente com a problemática que vivenciam todos os dias. Sendo esse um dos maiores apelos de pais, responsáveis legais e educadores que reconhecem o desafio de proporcionar um ensino de qualidade para alunos com limitações de natureza física ou intelectual nas salas de aula uma vez que se veem sozinhos, sem um profissional qualificado para auxílio dos mesmos, ou a viabilização da garantia de seus direitos e da real melhora do seu quadro clínico.

Outro ponto amplamente abordado é a ausência da obrigatoriedade do ensino de matérias que pertencem às Ciências Humanas: História, Geografia e Sociologia. Colocando em risco o ensino de conteúdos tão importantes para a formação acadêmica e pessoal dos alunos que cursam o Ensino Básico no Brasil, enfraquecendo o senso crítico e o ensino do pensar e questionar. Por fim, é possível concluir que as produções midiáticas informáticas não foram limitadas ou insuficientes, abordando os diversos pontos da reforma e as impressões e impactos da mesma para pais, responsáveis legais, alunos, professores e gestores escolares. Sempre pontuando que essas são as fontes de informação da população, e por isso precisam ter um compromisso com a verdade e com a disseminação de informações de qualidade que possam auxiliar as grandes massas na formação de suas opiniões.



## Referências

- BONILLA, Maria Helena Silveira; Oliveira, Paulo Cezar Souza de. Inclusão digital: ambiguidades em curso. **Inclusão digital: polêmica contemporânea**. Salvador: EDUFBA, v. 2, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- Carvalho, Ilona Szabó de; Garzón, Juan Carlos; Muggah, Robert. **Violencia, drogas y armas: Otro futuro posible?** Instituto Igarapé, Rio de Janeiro, mar. 2013. Disponível em: <<https://igarape.org.br/violencia-drogas-y-armas-otro-futuro-posible-2/>>. Acesso em: 11 outubro, 2019.
- COSTA, Veridiana Alves de Sousa Ferreira. A Carência de fronteiras na adolescência da atualidade: o adolescente em pane. Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, 17(3): 13-22, dezembro, 2017. Pernambuco, 2017.
- DEUSDARÁ, Bruno; DA ROCHA, Marisa Lopes. Premissas em torno da desvalorização do magistério em análise: pelo que lutamos?. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 17, n. 2, p. 215-222, 2013.
- DIAS, S. Educação e inclusão: projeto moral ou ético. **Educação e Subjetividade**, Faculdade de Educação da PUCSP, Ano 1, n.02, p.17- 42, 2006.
- FRIEDMANN, Adriana. **O olhar antropológico por dentro da infância**. Território do brincar: diálogo com escolas. São Paulo: Instituto Alana, p. 37-46, 2015.
- INEP/MEC. **Enciclopédia de pedagogia universitária**: glossário vol. 2. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.
- MARQUES, C. A.; MARQUES, L. P. **Do universal ao múltiplo: os caminhos da inclusão**. Práticas educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar. Rio de Janeiro: DPA, 2003.
- OLIVEIRA, Karina Griesi; SERTIÉ, Andréa Laurato. **Transtornos do espectro autista: um guia atualizado para aconselhamento genético**. Revendo de Ciências Básicas, Hospital Israelita Albert Einstein. São Paulo, 2008.
- PERRENOUD, P. Construir competências é virar as costas aos saberes? In: **Revista Pátio**, Porto Alegre: ARTMED, ano 03, nº 11, jan. 2000 (p. 15-19).
- RODRIGUES, Tatiane Cosentido; CRUZ, Ana Cristina Juvenal da; ABRAMOWICZ, Anete. A diferença e a diversidade na educação. **Revista Contemporânea**, São Carlos, n. 2, p. 85-97, ago.dez. 2011.



SOARES, Magda. **Alfabetização: a questão dos métodos.** São Paulo: Contexto, 2003.

VALENTE, José Armando. **As tecnologias digitais e os diferentes letramentos.** Pátio, Porto Alegre, 2007.

VIANNA, Elisete Soave. **O despertar para a autonomia, protagonismo e alteridade sob a concepção da pedagogia salesiana e de Paulo Freire.** Centro Universitário Salesiano de São Paulo, UNISAL. São Paulo, 2016.

## PROTAGONISMO ESTUDANTIL E SEUS DESAFIOS

*Ana Cristina Figueiredo do Nascimento*<sup>3</sup>

*João Maria Simplício Ferreira*<sup>4</sup>

### RESUMO

O tema Protagonismo Estudantil tem sido muito discutido no atual cenário escolar do nosso país, por ter em seus objetivos a compreensão do papel do jovem na sociedade brasileira, como também, as observações sobre o seu papel nas ações sócio, econômico, político e cultural. É uma ferramenta necessária para o mundo contemporâneo por estar atrelado ao mercado de trabalho o qual é impulsionado pela economia capitalista. O protagonismo dentro de suas atribuições requer uma escola que seja reorganizada como espaço onde se oferte a democracia, com abertura para o recebimento das diversidades sociais e no acolhimento heterogêneo dos alunos. Essas atribuições são amparadas pela BNCC, por trazer uma educação significativa e concreta para a contribuição do enfrentamento de desafios, para a preparação e a busca de soluções de conflitos pessoais e coletivos de forma madura, comportamento dado como importante para a vida profissional.

**Palavras-chave:** Protagonismo; Diversidade; Democracia; Enfrentamento.

### Introdução

A educação pública atual reflete a necessidade de uma postura educacional que promova o Protagonismo Estudantil na formação de futuros cidadãos conscientes de suas ações, conhecedores de seus direitos e deveres para a construção de uma sociedade mais justa. Para que esse modelo educacional possa fluir de forma significativa, percebe-se a

---

<sup>3</sup> Licenciada Plena em História pela UnP; Especialista em Literatura e Ensino pelo IFRN; Especialista em LIBRAS pela Unp; Mestranda em Ciências da Educação pela ESL Centro Educacional, Tradutora e Intérprete de LIBRAS em Parnamirim-RN e Professora Tradutora e Intérprete de LIBRAS pelo Estado de RN; E-mail: anacrisfn@yahoo.com.br.

<sup>4</sup> Bacharel e Mestre em música pela UFRN; Mestre em Ciências da Educação (UEP); Bacharel em Direito pelo Centro Universitário UNINASSAU, Pós-graduado em Direito Eleitoral e Previdenciário. Doutorando em Educação Profissional (IFRN – Campus Central).



necessidade da valorização do docente ao observar que no processo educativo o professor não é visto como um protagonista de atuação autoritária, ele também corrobora para a formação dos alunos protagonistas em uma modalidade de ensino que envolva todos aqueles que fazem parte da comunidade escolar.

O tema protagonismo estudantil se tornou ferramenta útil, por estar atento aos interesses, necessidades e habilidades dos alunos, além de apresentar a ideia de uma escola de caráter democrático, que valorize os saberes significativos e se adapte de forma justa para receber a todos, transformando esse ambiente em um local em que se vive, aprendendo-se a conviver com as diversidades socioeconômico e cultural.

Em relação ao tema protagonismo, inserido no Ensino Médio, a escola se organiza para receber os alunos heterogêneos. Nesse ato democrático, ela se permite resignificar e se transformar para receber os mesmos com acolhimento e respeito mútuo. Na sociedade atual, observa-se que as políticas educacionais são voltadas para o campo econômico capitalista que recebem atribuições de uma pedagogia atrelada a ações competitivas, que apenas visam a obtenção de metas, responsabilizando a escola a apresentar resultados satisfatórios nas suas avaliações.

Quando a escola se organiza em prol do trabalho que envolva o protagonismo estudantil, ela se preocupa em realizar a sua missão pedagógica que é formar cidadãos capazes de construir uma sociedade mais humanizada, ela traz ao educando o sentimento de valorização e pertencimento em uma sociedade que precisa ser transformada de maneira consciente para as melhorias sociais e o bem coletivo.

Esse protagonismo tem como objetivo trazer para o aluno a autonomia e a confiança de um futuro melhor, no respeito e tolerância as diversidades e na formação de um cidadão crítico, ativo e participativo nas práticas sociais. Ao conviver em um ambiente diversificado os alunos aprendem a buscar soluções para os conflitos do cotidiano de maneira madura, esse comportamento é considerado importante para o indivíduo na sua vida adulta, por ser valorizado no mercado de trabalho.

O papel da escola é de ser um local formador de uma consciência cidadã voltada para uma educação de qualidade com perspectivas na emancipação cultural e intelectual. Tal garantia relacionada à educação, foi estabelecida na nossa Constituição Federal de 1988, no



seu artigo 205, que discorre acerca da educação como direito de todos e dever do Estado, visando o pleno desenvolvimento da pessoa para seu exercício de cidadania.

Essas atribuições colocam o educando no centro de sua vida estudantil, reduzindo assim a passividade em sala de aula, estreitando as relações entre professores e alunos, com a oferta de atividades estimulantes e desafiadoras que os incentivem para a soluções de problemas.

Uma educação ativa produz liberdade e reduz o comportamento de submissão pelo sentimento do fracasso escolar, transformando assim o aluno em um indivíduo mais seguro e responsável, com ações criativas, habilidades e competências que visam a formação de um bom profissional na sua vida adulta.

### **O protagonismo estudantil e seus desafios**

O tema aqui proposto, surgiu para o desenvolvimento de uma educação que tenha em seus objetivos a autonomia do estudante a partir do seu empoderamento nos ambientes educacionais e sociais. Trata-se de uma reflexão sobre a importância do protagonismo na formação de jovens que sejam conscientes de suas ações como cidadãos, para uma melhor participação no processo de ensino aprendizagem.

Pensar no protagonismo do estudante é pensar na reflexão do docente como mediador do ensino aprendido, como afirma o autor Demo (1998) ao apresentar nos seus estudos o professor preocupado com a autonomia educacional, vê seus alunos como “parceiros de trabalho”, e não como um aluno recipiente, nem muito menos como um “aluno-objeto”, que está pronto para receber o ensino de forma passiva às informações dadas em sala de aula.

Volkweiss (2019) reflete sobre a importância da mudança do pensamento educacional, mas mesmo assim, encontramos resistências, como indicam suas pontuações que dizem:

Muitos professores julgam ter uma pretensa posse do saber, desqualificando a capacidade de seus alunos em se posicionar frente aos acontecimentos da atualidade. Consideram-nos incapazes de desenvolver argumentos, de contextualizar fatos, [...] não abrindo brecha ao trabalho em conjunto (p. 13).

No ambiente educacional, o protagonismo estudantil se tornou uma ferramenta útil para os alunos que queiram traçar com mais autonomia o seu desenvolvimento educacional,



que observa de forma atenta aos seus interesses, necessidades e habilidades, criando ações sólidas para que o mesmo se torne um agente ativo dentro e fora da sala de aula.

O que define as características de uma escola como espaço democrático é a valorização dos saberes significativos que estão ligados diretamente ao cotidiano dos discentes. Um espaço democrático, adapta-se para receber a todos, Tornando-se um local de aprendizado, de forma consciente e concreta, visando mudanças sociais para a diminuição do fracasso escolar, onde não basta estar em sala de aula ou na escola, mas sim em um ambiente onde se vive e se aprende a conviver e respeitar as diversidades trazidas pelos alunos.

A verdadeira democracia caracteriza-se pela participação ativa dos cidadãos na vida pública, como apresentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, Brasil (2013, p. 501):

As formas de discriminação de qualquer natureza não têm o seu nascedouro na escola, porém o racismo, as desigualdades e discriminações correntes na sociedade perpassam por ali. Para que as instituições de ensino desempenhem a contento o papel de educar, é necessário que se constituam em espaço democrático de produção e divulgação de conhecimentos e de posturas que visam a uma sociedade justa. A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários.

Tomando como base o Ensino Médio, se faz necessário demonstrar que o ato de entender o jovem aluno significa tentar superar o caráter homogêneo de uma educação tradicional. Na verdade, é percebê-lo como um sujeito com valores, detentor de visão de mundo e percepções diversas. Essas percepções são de caráter heterogêneo, que respeitamos singularidades do aluno transformando-o em um sujeito reflexivo que se permite ressignificar modificando as estruturas sócio-econômicos-culturais da sociedade.

A educação pública tem como referências de qualidade ações baseadas em uma visão voltada para políticas educacionais capitalistas que estão atreladas ao campo econômico. Em que a qualidade aparece em forma de competição e a realização de metas, responsabilizando a escola e os professores por uma didática voltada apenas para a obtenção de resultados satisfatórios nas suas avaliações.



Na esfera do capitalismo, o conceito de qualidade educacional entra no campo político voltado para uma economia baseada nos projetos neoliberais<sup>5</sup> e nos meados da década dos anos 70, quando surgiu o conceito de qualidade ligados ao crescimento do país, no qual foi relacionada a uma educação tradicional tecnicista cujo o objetivo era a capacitação dos pobres e o aumento de sua produtividade com cursos profissionalizantes, transferindo dessa forma a responsabilidade do Estado, para a classe menos favorecida.

Observa-se que o modelo de ensino tradicional tão criticado por Freire (2021) como algo que não traz melhorias educacionais e enfatizar que o professor é fator central do ensino aprendido, que age do autoritarismo para com os discentes que se comportam de maneira submissa, que apenas recebe os conteúdos. Para Freire, esta tendência tradicional está ultrapassada, pois nela os alunos recebem os conteúdos impostos em sala de aula de forma passiva, onde uma escola que oferta esse tipo de ensino não colabora no aprendizado ou de ensino.

No Brasil atual, o protagonismo estudantil deveria ser considerado como primordial, porém ainda existem aqueles com o tratam como algo relevante. É necessário entender que é preciso proporcionar a participação do estudante na escola, contudo, o mesmo pode não está ocupando o seu “papel principal” neste ambiente de aprendizado. Concordando com Volkweiss (2019), demonstra-se que na aprendizagem, o desafio é colocar o seu protagonismo como importante para a construção do conhecimento e aquisição dos saberes significativos durante a sua formação.

Muitos alunos veem a escola como um lugar monótono, que se resume em carteiras, livros, cadernos, lápis e canetas, não dando as devidas atenções ao local que pode vir a se tornar um ambiente de transformação dos saberes que formamos ser que no futuro se tornará ativo e consciente dos seus direitos e deveres como cidadão.

O ambiente escolar não é um lugar construído apenas para o aprendizado intelectual sem significados concretos, ele também é usado como ambiente social, onde se aprende a conviver em sociedade, aprende-se a ouvir as opiniões como também as respeitá-las.

---

<sup>5</sup> A teoria neoliberal tem como base uma visão econômica conservadora que pretende diminuir ao máximo a participação do Estado na economia. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/neoliberalismo-1.htm> Acesso em 09 de nov de 2022.



De acordo com Demo e Silva (2020, p 73) ressalta-se que: “o protagonismo serve para que avancem em sua formação socioemocional como pessoas e cidadãos”. Ainda em conformidade com os mesmos autores, nota-se que:

É parte do protagonismo escolar que os estudantes se sintam responsáveis pela escola, na condição de aluno especificamente, cuidem da escola, gostem dela, mantenham em boas condições, reivindicuem melhorias cabíveis, proponham alterações pertinentes etc. Estudantes não são visitantes, nem meros frequentadores da escola, mas sua razão de ser. Nada mais adequado e justo que se vejam como atores maiúsculos da comunidade escolar, na condição de aluno e dentro de seu desenvolvimento pessoal (DEMO e SILVA 2020 p. 75).

É importante o respeito pela faixa etária do discente, como também sua maturidade mental e emocional. Para que um aluno se torne protagonista é preciso que a escola o incentive e abra espaços de liberdade e o apoie nas suas ações, agindo assim ela está trabalhando de forma transformada e contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa, por estar educando cidadãos melhores.

Esse pensamento crítico que vem com o protagonismo estudantil visa a autonomia, é fundamental para a boa formação do cidadão, usando da criticidade dos alunos que refletem mais sobre os assuntos que lhe rodeiam, como também os conteúdos propostos na escola. Dessa forma, eles conseguem ter uma visão ampliada de mundo, podendo interagir e aprender com um olhar mais questionador.

### **A escola pública no contexto protagonismo estudantil**

Quando propomos uma educação que estimule os alunos, eles se sentem mais aptos ao aprendizado e o estudo se torna uma tarefa menos enfadonha e cansativa, os mesmos passam a interagir de forma satisfatória no ambiente escolar como também em sala de aula, adquirindo os conteúdos e os conhecimentos de forma mais significativa.

Uma escola pública preocupada na missão de formar cidadãos, transforma o seu ambiente em um lugar privilegiado e apresenta oportunidade para diálogos com abertura para críticas e opiniões que propiciam o respeito e o reconhecimento dos valores, aceitando a diversidade observada na democracia que capacita e motiva os alunos a exercerem ativamente sua cidadania na construção de uma sociedade mais humanizada.



No cenário atual, o ensino não é mais protagonizado pelo educador autoritário, hoje o ensino é uma ação de relação entre os educandos e educadores, possibilitando assim uma colaboração entre ambas as partes. Freire (2019, p. 65) destaca que “A escola como um espaço de ensino-aprendizagem será então um centro de debates de ideias soluções, reflexões, onde a organização popular vai sistematizando sua própria experiência”.

Quando uma escola leva em consideração o protagonismo do aluno e observa de perto os seus desejos e as suas dúvidas, traz para o educando o sentimento de valorização e de acolhimento. Com esse sentimento de valorização e respeito mútuo eles aprendem que a sua forma de pensar e sentir o mundo é importante e passa a se conhecer se posicionando na sociedade de maneira consciente e crítica.

Ao perceber que dentro da escola o seu pensamento e sua forma de ser é importante, ele aprende que respeitar os outros é parte fundamental do seu desenvolvimento social, e ao interagir em grupo percebe-se como alguém que respeita as diferenças e as opiniões alheias, aceitando melhor aqueles que não são iguais. Esse comportamento ajuda o aluno a lidar com a diversidade, reciprocidade e empatia.

É preciso reconhecer que a escola se constitui no principal espaço de acesso ao conhecimento sistematizado, tal como ele foi produzido pela humanidade ao longo dos anos. Assegurar essa possibilidade, garantindo a oferta de educação de qualidade para toda a população, é crucial para que a possibilidade da transformação social seja concretizada. Neste sentido, a educação escolar, embora não tenha autonomia para, por si mesma, mudar a sociedade, é importante estratégia de transformação, uma vez que a inclusão na sociedade contemporânea não se dá sem o domínio de determinados conhecimentos que devem ser assegurados a todos (BRASIL, 2013, p. 167).

As atividades oferecidas no protagonismo estudantil têm como objetivo trazer para o aluno a autonomia e a confiança em um futuro melhor, no respeito e no oferecimento de um ambiente de tolerância e aceitação da diversidade social, conforme citações de Freire (1996, p. 60) estimulando assim a ação da solidariedade e do reconhecimento social que cria a consciência de lutas sociais, ou seja, a formação de um cidadão crítico, ativo e participativo na sociedade e que entende e respeita seus deveres e direitos, como também, luta por melhorias sociais coletivas.



Dessa forma, para incentivar o protagonismo estudantil, é necessário que a escola esteja atenta para o sucesso dessa metodologia, ela precisa estar alinhada às necessidades e desejos concretos dos seus alunos, visando conteúdos que tenham propósitos nas diversas diretrizes educacionais. Sendo assim, possível promover o protagonismo que perpassa a sala de aula.

Na sociedade atual, o indivíduo lida com os desafios da diversidade cultural, como também com a necessidade da sua aceitação em grupos sociais, é neste momento que percebemos os conflitos internos. Onde as soluções desses conflitos podem ocorrer espontaneamente, sendo perceptível que esse comportamento entre os adolescentes, esteja em constante desenvolvimento, o que é altamente importante para o indivíduo na sua vida adulta.

O protagonismo estudantil tem a coletividade como fator importante para a construção e aquisição do conhecimento. Ao pensarmos no coletivo, surge a necessidade dos estudantes aprenderem a pensar juntos e a conviver em ambientes que lhes traga a diversidade, aceitando as várias opiniões, aumentando assim as suas experiências dentro e fora da sala de aula.

Significa compreender que a educação é um processo de produção e socialização da cultura da vida, no qual se constroem, se mantêm e se transformam conhecimentos e valores. Produzir e socializar a cultura inclui garantir a presença dos sujeitos das aprendizagens na escola. Assim, a qualidade social da educação escolar supõe encontrar alternativas políticas, administrativas e pedagógicas que garantam o acesso, a permanência e o sucesso do indivíduo no sistema escolar, não apenas pela redução da evasão, da repetência e da distorção idade-ano/série, mas também pelo aprendizado efetivo (BRASIL 2013, p. 154)

Essa metodologia de trabalhar em coletividade, ajuda o aluno a compreender a sociedade em que vive, a lidar com as diferenças, a respeitar as pessoas e os ambientes, ajuda-o a interagir de forma madura diante dos conflitos e estar mais aberto aos diálogos, além de trazer melhorias na relação com os pais, com os colegas, com os professores e no convívio social de forma geral.

Percebe-se então que o protagonismo do aluno o incentiva na busca por soluções saudáveis em grupo, e na praticidade da aceitação de forma madura com pensamento coletivo e participante, com respeito das discussões, ou seja, o lidar com a diversidade como



ferramenta oferecida pela convivência coletiva. Essa conduta é importante para a sua vida social, como também é uma habilidade muito valorizada no mercado de trabalho.

A educação oferecida tendo como proposta o protagonismo juvenil, busca qualificar o futuro cidadão para o mercado de trabalho. Ela abre caminhos para a sua participação de forma ativa na sociedade como conhecedores de seus direitos e deveres, através dos conhecimentos adquiridos na escola, pois observa-se que quem não tem acesso à uma educação de qualidade, não consegue reivindicar de forma satisfatória os seus direitos civis, políticos, econômicos e sociais, fato que prejudica a sua inclusão na sociedade atual de caráter capitalista. Pattos (2007).

É necessário observar que a missão da escola é formar futuros cidadãos, conscientes e abertos para a aceitação e compreensão da diversidade e dos valores éticos. Porém, é importante salientar que a escola trabalha em consonância com a economia vigente, voltada para o mercado de trabalho, atrelada ao sistema neoliberalista. Dessa forma Araújo (2011, p 286) discorre que:

Assim, o processo de ampliação da educação escolar se deu em estreita correlação tanto com os ideais da sociedade do pleno emprego, quanto da sociedade organizada sob a proteção de um Estado intervencionista do ponto de vista econômico e social.

O protagonismo estudantil valoriza a solução de problemas em conjunto por meio dos diálogos e da consideração de diversos fatores para enfim tomaras decisões. Isso contribui não só para a sua capacidade de lidar com as adversidades cotidianas, como também escolares, contribuindo para as melhorias no tocante a conflitos externos, amplificando assim as suas experiências sociais, econômicas e políticas.

As diferenças enriquecem os estudos e estimulam a interação construtiva, fruto do convívio com pessoas de diversas idades, gêneros e culturas, possibilitado a integração dos diferentes espaços e pensamentos. Essa responsabilidade observada na tolerância é conquistada com a convivência de grupos diversificados, que oferta a valorização da democracia, observando os cuidados com o bem comum, ou seja, viver em diversidade requer a superação das posturas autoritárias e de atitudes egoístas e por parte da sociedade.



## O papel da escola como norteadora de aprendizados significativos

A escola pública no Brasil precisa reconhecer que o jovem é um agente participante no desenvolvimento social, como também um ator que participa de forma ativa e crítica no seu engajamento nas ações políticas, sociais e ambientais. A escola é parte da comunidade local e faz parte da realidade onde o aluno está inserido, portanto, é necessário que ela trabalhe com temas que desenvolvam a autonomia de comportamentos colaborativos e de empregabilidade, na observância do bem-estar coletivo para as transformações sociais.

O papel da escola é de ser um local formador da cidadania que ofereça uma educação de qualidade, equitativa e inclusiva, nesse contexto entende-se que o jovem precisa estar envolvido em diversos contextos sociais essenciais para a vida e lutar por seus interesses ao reduzir os obstáculos socioeconômicos.

As escolas, assim como outras instituições sociais, têm um papel fundamental a desempenhar na garantia do respeito aos direitos humanos. Este respeito constitui irrevogável princípio nacional, pois nossa Constituição, já no seu preâmbulo, declara a instituição de um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos. Entre os princípios fundamentais do país, consagra o fundamento da dignidade da pessoa humana; os objetivos de construir uma sociedade livre, justa e solidária, de garantir o desenvolvimento nacional, de erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, e de promover o bem de todos, em preconceitos de origem, etnia, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; além de consagrar o princípio da prevalência dos direitos humanos nas suas relações internacionais. A Constituição estabelece, ainda, os direitos e garantias fundamentais, afirmando, discriminadamente, os direitos e deveres individuais e coletivos (BRASIL, 2013, p. 164).

A educação com visão no protagonismo estudantil, qualifica o futuro cidadão para o trabalho, ajudando-o na sua participação como sujeito ativo e transformador da sociedade em que vive. Conforme nossa norma maior, todos os cidadãos têm direito à educação, dando-lhes a oportunidade de desfrutar uma vida livre da pobreza por meio das melhorias educacionais para o mercado de trabalho, na transformação de uma consciência cidadã que seja capaz de exigir e exercer direitos civis, políticos, econômicos e sociais, garantindo assim a sua plena inclusão na sociedade.



Um processo educacional que leva em consideração a qualidade do ensino produz a atuação e a atualização histórica do homem como transformador social, aumentando gradativamente a sua condição na aquisição da cultural produzida historicamente ao construir sua própria humanidade histórico-social, sendo assim, a escola fundamental deve-se pautar na formação social e individual de seus alunos.

O conceito de qualidade da educação é uma construção histórica que assume diferentes significados em tempos e espaços diversos e tem relação com os lugares de onde falam os sujeitos, os grupos sociais a que pertencem, os interesses e os valores envolvidos, os projetos de sociedade em jogo (BRASIL, 2013, p. 151).

Uma educação de qualidade democrática traz perspectivas de emancipação cultural e intelectual para os alunos, essa ação é necessária para a formação do cidadão que contribua para a transformação da sociedade, essa educação se torna boa e de qualidade quando forma pessoas para pensar e agir com autonomia. Volkweiss (2019, p.15).

A escola pública no Brasil precisa ter como estratégia a qualificação do professor (BRASIL 2013, p. 181), quando se fala em educação de qualidade, relaciona-se a formação do cidadão de direito. Nesta premissa, o professor qualificado e motivado busca conteúdos com teores sociais e individuais para o aluno, contribuindo para a minimização da exclusão, da segregação e da marginalização das populações pobres.

Um dos propósitos do protagonismo estudantil é oferecer ao discente situações próximas da realidade no qual o aluno está inserido, que lhe traga a resolução de conflitos ou a busca por soluções ou amenizações do mesmo, objetivos concretos para o seu desenvolvimento pessoal e que traga para o aluno a sensação de autonomia.

O protagonismo é uma forma de ajudar o adolescente a construir sua autonomia, através da geração de espaços e situações propiciadoras da sua participação criativa, construtiva e solidaria na solução de problemas reais, como já dissemos, na escola, na comunidade e na vida social mais ampla (COSTA e VIEIRA, 2006, p. 22)

Presente no texto constitucional, mais precisamente no art. 205, discorrendo sobre a educação. O termo “pleno” tem suas atribuições focadas nas capacidades e competências do



ser humano, na preparação da criança e do jovem para a cidadania, para tal, é necessário que se vivencie situações reais que estimulem a autonomia.

A proposta da educação no século XXI à educação, trabalha observando a inteligência emocional, por ser uma ferramenta necessária para um mundo atual que se movimenta de forma agitada e veloz. É nesse contexto que se observa, a realidade que aclara que para o aluno continuar aprendendo, é preciso adaptações preponderantes na sua realidade para que ele possa acompanhar um mundo globalizado.

Esse mundo globalizado pede um ensino atrelado às exigências do mercado de trabalho que se alinhem à realidade dos estudantes na busca de um aprendizado com qualidade. Essas adequações foram propostas na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, ao estabelecer mudanças no Ensino Médio em suas estruturas com o objetivo de proporcionar e ofertar uma educação de qualidade aos jovens brasileiros, baseado em suas realidades sociais. Brasil (2013, p. 09).

As novas adaptações inseri o aluno como pertencente no convívio escolar, quando ela gera iniciativas que os motivem para as tomadas conscientes de decisões e autonomia. Reduzindo assim a passividade em sala de aula, ao proporcionar maior engajamento em relação aos conteúdos dados em sala de aula, estreitando a relação aluno professor e aproximando a escola para a realidade de vida do aluno.

A escola ao incentivar e promover o protagonismo estudantil tem resultados positivos na preparação do estudante para a vida adulta, Demo e Silva (2020) enfatizam que a valorização do discente e o reconhecimento e consciência de que o aluno não aprende sem sua participação estudantil, para a atuação desse ensino é necessário o reconhecimento do aluno como parte ativa no processo de ensino aprendizagem.

As escolas devem colaborar com a formação destes protagonistas, e esses jovens precisam encontrar na escola um ambiente que os mobilizem para as ações sociais de forma consciente e solidária, em um espaço que proporcione liberdade de agir com responsabilidade, de se envolver com os problemas escolares e sociais e, por estarem motivados ao hábito da leitura e compreensão dos textos, refletindo e se posicionando sobre os variados assuntos frente a realidade e vidas futuras.



Volkweiss (2019, p.10) aborda a necessidade de a escola oferecer atividades desafiadoras para os seus estudantes.

A proposição de atividades desafiadoras pelos sujeitos da pesquisa evidencia o quão importante é o protagonista se sentir instigado, curioso, com interesse e motivação em buscar as respostas às perguntas do professor, do livro, da sociedade, às suas próprias. O desafio é uma mola propulsora para desacomodar o estudante.

O jovem ao se deparar com atividades desafiadora traz para si reflexões sobre assuntos sociais, ele se percebe parte do problema, ou seja, parte do mundo que o cerca, ele se reconhece como sujeito dentro do processo no qual precisa ser o protagonista de sua existência. Ao se perceber como sujeito social, o jovem vivencia a necessidade de uma nova postura no ambiente escolar que levará para a sua vida pós escola.

Essa educação ativa que produz a autonomia, produz a liberdade na construção do conhecimento e desenvolvimento intelectual,esses elementos são caminhos para os questionamentos, que servem de estímulos para oser livre,evitando assim o comportamento de submissão ocasionada pelo medo do fracasso, ao favorecer a transformação de um indivíduo seguro, responsável, solidário e cooperativo, quando o protagonismo é oferecido na escola, ele age como ponte para que os alunos avancem em sua formação sócioemocional como pessoas e cidadãos. Demo e Silva (2020 p.73).

Na visão do protagonismo estudantil, o estudante é o centro de um processo que tem como ponto de partida e de chegada a autonomia. O sujeito torna-se autônomo quando é capaz de investigar, pesquisar e aprender sobre qualquer assunto que lhe chame a atenção, quando se relaciona com o próximo de maneira saudável e respeitosa e vive de forma coerente com seus princípios e valores.

A conquista dessa autonomia no estudante está na liberdade de escolha, ao ir atrás de seus interesses para atingir seus objetivos, respeitando seu ritmo ao desenhar suas trajetórias de aprendizagem, Freire (1996, p 41) aborda essa prática como fazer o aluno “assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizados de sonhos, capaz de ter raiva porque é capaz de amar”.

O trabalhar com o protagonismo estudantil é pensar na atuação reflexiva e flexiva do docente como um dos fatores na formação de futuros profissionais, cidadãos ativos de suas



comunidades por compreender seu papel na sociedade, Demo (1998) mostra o quanto é importante que o professor observe seu aluno como seu aliado na construção do saber e não apenas como um aluno que recebe as instruções, sendo o discente um participante direto no ato de aprender.

### **O protagonismo e a BNCC**

Nesse contexto, o protagonismo estudantil tem sua importância enfatizada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com bases constitucionais ao estabelecer que sua prática deve ser estimulada desde o ensino básico até os anos finais em todas as áreas do conhecimento, para a formação de um cidadão consciente na construção de uma sociedade mais justa, da qual ele se torna participante.

A BNCC, propõe essa temática para a sua aplicação na vida real de forma significativa e concreta, Demo e Silva (2020 p. 83), demonstram, para que o contexto possa dar sentido ao que se aprende, no qual o professor tem o papel de mediador de conhecimento e não apenas como único condutor do aprendizado, criando assim um ambiente que favoreça diálogos e opiniões, e que através deles venham auxiliar os alunos na construção da aprendizagem.

A proposta do aluno como personagem principal na realização de soluções para os problemas apresentados pela sua comunidade é pedagógica, sendo importante para a construção do conhecimento social durante a sua formação, o termo protagonismo estudantil além de se encontrar na LDBN, também entrou na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Demo e Silva (2020 p. 71) já falamos fortalecimento da qualidade do ensino no Brasil ao estimular a realização do seu conhecimento na vida real para um aprendizado concreto na construção do projeto de vida. Os citados autores apontam essa entrada ao enfatizar.

A BNCC (2018) encaixou a ideia do protagonismo estudantil no currículo escolar, e havendo relativo consenso de que formação socioemocional é indispensável na escola, ao lado da intelectual, cultural, formal, é preciso reconstruir a ideia na escola, implicando o que também consta na BNCC: recriação da escola (2020 p. 72).

A escola é um espaço que privilegia o aprendizado, que cria um ambiente para debates e construção de diálogos com foco na formação cidadã de jovens através de conhecimentos



que são associados as suas realidades, na ressignificação dos conteúdos ensinados em sala de aula atrelando-os a vida social de cada um, propiciando aos discentes a participação das atividades e projetos realizados dentro da escola.

Conforme Freire (1996 p. 47).

Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar a possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. Quando entro em uma sala de aula devo estar sendo um ser aberto a indagações, à curiosidade, as perguntas dos alunos, as suas inibições, um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que tenho - a ele ensinar e não a de transferir conhecimento.

A citação de Freire afirma que a metodologia tradicional de ensino baseada na transferência de conhecimento não favorece a construção do saber do estudante, por não desenvolver a criatividade e a criticidade em relação aos conteúdos propostos em sala, é preciso entender que o ensinar não é apenas transferir o conhecimento das disciplinas, consiste em tornar o conhecimento em algo concreto e que tenha significância para o ato de aprender.

Quando os alunos são convidados a ter um pensamento mais autônomo no ato de aprender, eles se desenvolvem pelo incentivo de trabalhar as suas próprias ideias e curiosidades, com isso se tornam também mais criativos, com habilidades criativas incentivadas, não só para serem idealizada na escola, mas para a sua vida pessoal e profissional como um todo.

Nessa perspectiva, fica claro que o educador também corrobora na sua atuação de protagonista, pois busca recursos diversos, ao criar novas possibilidades, e assim, a escola se transforma, tornando-se também protagonista de seu projeto políticopedagógico, na transformação de um projeto coletivo, que é comum a todos os estudantes, educadores, familiares e comunidade, como também, a todos interessados em produzir conhecimento. Ao mesmo tempo em que transformam, eles transformam o lugar em que vivem e convivem.

O protagonismo dos alunos, no Ensino Médio tem se tornado uma necessidade na educação pública brasileira, ao observar que, no Brasil a importância da participação dos jovens no processo de uma construção pedagógica que seja de caráter político e democrática,



se tornou fundamental na missão educacional de formar um cidadão que tenha plena consciência de seu papel na sociedade para a transformação da mesma de forma mais justa.

Entender o jovem do Ensino Médio dessa forma significa superar uma noção homogeneizante e naturalizada desse estudante, passando a percebê-lo como sujeito com valores, comportamentos, visões de mundo, interesses e necessidades singulares. Além disso, deve-se também aceitar a existência de pontos em comum que permitam tratá-lo como uma categoria social. Destacam-se sua ansiedade em relação ao futuro, sua necessidade de se fazer ouvir e sua valorização da sociabilidade. Além das vivências próprias da juventude, o jovem está inserido em processos que questionam e promovem sua preparação para assumir o papel de adulto, tanto no plano profissional quanto no social e no familiar (BRASIL 2013 p. 155).

No Ensino Médio, se encontram os alunos que estão finalizando o ensino básico e estes estão às portas de suas carreiras profissionais. As metodologias com foco no protagonismo têm o objetivo de trazer para os discentes a ideia de autonomia que os possibilite no seu desenvolvimento sócio emocional, esse desenvolvimento estimulado pelo protagonismo estudante é importante para a vida adulta que se inicia.

### **Considerações Finais**

O estímulo ao protagonismo estudantil traz benefícios para todos os autores educacionais por favorecer aos alunos o desenvolvimento de suas habilidades e competências que são fundamentais para a convivência em todas as esferas sociais, esse tema traz a chance de reinventar o ambiente escolar, ou seja, transformar e revitalizar a escola como espaço democrático.

Contudo, existem muitos professores, diretores ou representantes escolares que têm medo em permitir que seus alunos sejam protagonistas. Esses colaboradores da educação, de certa forma, se acostumaram a seguir o que é passado e não vão além disso, seguem um cronograma imposto e não buscam algo novo e nem a flexibilidade do ensino, dessa forma é importante a mudança do ensino com significado real para que os estudantes se sintam livres para aprender coisas novas e adquirir autonomia.

A escola, ao trabalhar com esse estímulo, contribui para o enfrentamento de desafios, com foco na busca de soluções criativas e por pensar nos problemas e nas adversidades como



algo a ser superado e que os mesmos façam parte do seu crescimento, tanto emocional, social, como também, no seu crescimento profissional.

Voltando para as tendências do ensino tradicional que é pensando nos estudantes como agentes passivos e submissos, percebe-se que esse aprendizado não é recebido de forma satisfatória, e para mudarmos esse comportamento em sala de aula, o bom é observar as reais necessidades que tragam o interesse da parte dos alunos, assim melhorando o aprendizado.

Com o tema protagonismo, o aluno passou a ser reconhecido como parte ativa e significativa do aprendizado por pensar em uma educação que estimule a solidariedade e tolerância por meios de práticas que condizem com postura autônomas e participativas que incluam uma educação para todos, e perceber que o modelo tradicional não trabalha com o envolvimento pleno do estudante no ato de aprender de forma ativa.

Essa tendência pedagógica tradicional tem o aluno como aquele que apenas reproduz o processo educativo de forma passiva, diferente dessa tendência, a proposta do protagonismo prioriza o envolvimento dos alunos, o modelo de ensino tradicional não envolve o estudante no aprendizado e ele apenas reproduz o que é transmitido, onde sua participação não é ativa do processo educacional.

Com o passar do tempo, os profissionais de ensino foram percebendo que a educação tradicional é muito distante da realidade dos seus alunos. Eles ficam desestimulados, o aprendizado não se torna concreto; e sem a idealização de um futuro que possa quebrar as barreiras das desigualdades sociais, pois nesse cenário o aluno não se sente capaz de mudar sua situação social.

Observa-se então a importância do tema Protagonismo Estudantil para a inclusão do aluno e a autonomia para saber lidar e conviver em uma sociedade que vive em constantes transformações. A escola aqui é apresentada para o aluno como um espaço de preparação e superação para a vida adulta, ela precisa acompanhar essas mudanças para oferecer aos seus estudantes uma educação com recursos que lhe tragam perspectivas de vida.

Os dias atuais propõem para as camadas menos favoráveis uma educação pública que leve em consideração o protagonismo do aluno que o incentive na melhoria de posturas mais autônomas, para que o ensino aprendido se torne significativo, concreto e que traga hábitos que serão levados para toda a sua vida, independentemente do caminho escolhido, e



dos propósitos a serem alcançados. O processo da formação do protagonismo inicia-se antes mesmo de sua entrada na escola e irá acompanhá-lo pós Ensino Básico tornando-se um ser protagonista da sua própria vida.

## Referências

ARAÚJO, G. C. de. Estado, **política educacional e direito à educação no Brasil: “o problema maior é o de estudar”**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 39, p. 279-292, jan./abr. 2011–Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/bC4kV7mHZJJpvJS7bnzQQ7x/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 09 de out de 2022.

BAPTISTA, C., & Alves, J. M. (2017). **O mal-estar discente numa escola do outro século: olhares de alunos**. *Revista Portuguesa De Investigação Educacional*, (17), 98-123. <https://doi.org/10.34632/investigacaoeducacional.2017.3435> Acesso em 09 de out de 2022.

BRASIL. (1996). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/96.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de **Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

COSTA, A. C., VIEIRA, M. A.. **Protagonismo Juvenil adolescência, educação e participação democrática**. São Paulo: FTD S.A, 2006.

DEMO, P. **Educação e Alfabetização Científica**. Campinas: Papirus, 2010.

DEMO, P. **Educar pela pesquisa**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 1998.

DEMO, P.; SILVA, R. A. **Student protagonism**. *ORG & DEMO* (Marília), v. 21, n. 1, p. 71-92, Jan./Jun., 2020.

FERREIRA, Damares. **Ensino público e ensino privado: diferenças constitucionais**. In: FERREIRA, Damares (coord). *Direito Constitucional em debate*. V. 1. São Paulo: Cobra Editora. 2004.

FREIRE, Paulo, **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativas** – São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

FREIRE, Paulo, SHOR, **Ira Medo e ousadia: o cotidiano do professor** / Paulo Freire: tradução Adriana Lopes: São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, Paulo. **Direitos Humanos e Educação Libertadora: gestão democrática da educação pública na cidade de São Paulo**. 1 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.



FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 64ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017

GERMANO, José Wellington. **Estado Militar e Educação no Brasil(1964-1985)**. São Paulo. Cortez, 1993.

PATTOS, Maria Helena Souza, **“Escolas cheias, cadeias vazias” Nota sobre as raízes ideológicas do pensamento educacional brasileiro**. Revista Estudos Avançados. Vol. 21. 2007.

PATTOS, Maria Helena Souza, **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia** - São Paulo: Casa do Psicólogo. 1999.

VIEIRA, Franciele de Souza Caetano. **Direito fundamental à educação pública de qualidade: legislação pertinente e sua efetiva aplicabilidade**. X ANPED SUL, Florianópolis, out. de 2014.

VOLKWEISS, A., Mendes de Lima, V., Ramos, M. G., & Ferraro, J. L. S. (2019). **Protagonismo e participação do estudante: desafios e possibilidades**. Educação Por Escrito, 10 (1), e29112. <https://doi.org/10.15448/2179-8435.2019.1.29112>. Acesso em 09 de out de 2022.



## A INCLUSÃO NA BNCC: A CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA VISUAL E O OLHAR DO PROFESSOR PARA ENSINAR E APRENDER

*Maria Trajano Alves de Veras<sup>6</sup>*

### RESUMO:

O presente artigo aborda o ensinar e o aprender da criança com deficiência visual, tendo vista o olhar do professor como fonte principal na perspectiva da educação necessária para a pessoas com deficiência em paralelo com a BNCC, que traz nas competências e habilidades previstas no Eixo 9: Empatia e Cooperação a relevância de desenvolver a empatia, o respeito aos direitos humanos e o acolhimento e valorização da diversidade, sem preconceito de qualquer natureza até os anos finais do Fundamental II, bem como o papel do psicopedagogo para esse processo na escola.

**Palavras chave:** BNCC, Empatia, Inclusão, Psicopedagogia.

### Introdução

Considerando a Escola como espaço de aquisição e construção de conhecimento, saberes, ideias e libertação com o mundo, para que a educação e inclusão das pessoas com deficiência seja efetiva a BNCC traz nas competências e habilidades, em especial no eixo 9, que trata de Empatia e colaboração as prerrogativas de: aceitação das diferenças, valorização

---

<sup>6</sup> Formada em Pedagogia (Licenciatura Plena) pela Universidade Vale do Acaraú (UVA). Especialista em Psicopedagogia Institucional pela Faculdade Maurício de Nassau. Especialista em Ensino Fundamental com Ênfase em Ciências (FAL). Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciências da Educação na Universidade Del Sol. Atua como docente na rede pública na cidade de Lagoa salgada/RN. E-mail: [trajanoiluminada@gmail.com](mailto:trajanoiluminada@gmail.com)



do ser humano de acordo com cada cultura, independentemente de raça, crença, condição física ou cognitiva.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)<sup>1</sup>, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN) (BRASIL, 2018, p. 9).

Na presente pesquisa foram analisados os dados obtidos com docentes para compreender como se dá o processo de aprendizagem de crianças com deficiência visual, através da realização de entrevistas com dois professores sendo um da sala de recurso que faz atendimento com alunos com deficiência visual e o outro que leciona a disciplina normal. Diante da deficiência há uma importância também com saberes, competências e capacitação e de que forma o docente se conduz como profissional nos diversos espaços de atuação como pessoa e profissional.

A colaboração de todos na comunidade escolar é de extrema importância, pois, a pessoa com deficiência precisa de um ambiente favorável e de mediadores que deem condições para que o deficiente visual possa ser estimulado de outras maneiras, aguçando todos os outros sentidos. Assim de acordo com Diretrizes Curriculares Nacionais-DCN será possível ultrapassar as barreiras impostas para uma real inclusão escolar:

Exige-se, pois, problematizar o desenho organizacional da instituição escolar, que não tem conseguido responder às singularidades dos sujeitos que a compõem. Torna-se inadiável trazer para o debate os princípios e as práticas de um processo de inclusão social, que garanta o acesso e considere a diversidade humana, [...] dos grupos historicamente excluídos. [...] todos que compõem a diversidade que é a sociedade brasileira e que começam a ser contemplados pelas políticas públicas (BRASIL, 2009, p. 16).

Pretendem ainda, estabelecer como contraponto do trabalho, o paradoxo existente entre educação e educação adequada, de modo que possamos analisar os aspectos inclusivos



necessários para uma correta inclusão da pessoa com deficiência visual. A inclusão social certamente tem sido um dos grandes desafios do mundo globalizado, gerando consequências multidisciplinares.

A redução das desigualdades em nossa sociedade é tema que ganha relevo a cada vez mais diversas pesquisas científicas, afinal, devemos pensar em uma sociedade realmente inclusiva e que prestigie cada dia mais a inclusão dos grupos.

Cuidar e educar significa compreender que o direito à educação parte do princípio da formação da pessoa em sua essência humana. Trata-se de considerar o cuidado no sentido profundo do que seja acolhimento de todos – crianças, adolescentes, jovens e adultos – com respeito e, com atenção adequada, de estudantes com deficiência (BRASIL, 2009, p. 17).

Todavia para esta educação a Psicopedagogia veio ajudar o professor dando uma realidade viva no potencial e saberes de cada um, tendo competência e capacitação como profissional. Sabendo que Psicopedagogia é um campo de estudo que propõe a compreensão de conhecimentos e princípios de diferentes ciências humanas, sobre os variados processos envolvidos no aprender e desenvolver habilidades para a vida, esta educação é o grande fator que nos impulsiona a realizar a pesquisa com dois professores da rede estadual de ensino, a fim de que possamos juntos enfatizar o que é mais importante e prioritário para com o professor da sala de recursos que atende alunos com deficiência visual.

No decorrer do trabalho o olhar do professor de fará presente constantemente que tudo parte deste olhar, ajudando as pessoas com deficiência visual por que sem dúvida o que nós professores queremos com a educação inclusiva e que sejam removidas de uma maneira diferente, onde não tenham barreiras externas ou internas com os olhos com deficiência, buscando forma de apoio e complementar ou suplementar o processo de aprender buscando assim novas metodologias que ajude a criatividade, a pesquisa do professor e o que ele aprenda também novas maneiras de ensinar.

As situações de aprendizagem de uma criança com deficiência visual (cega ou com baixa visão) dependem de um acompanhamento sistêmico de um professor especializado junto ao professor da sala comum, pois há competências que esses profissionais adquirem cursos voltados para a área que os outros não tem. Dessa forma o olhar do profissional é eficaz tanto para o aluno, por que possui o apoio necessário para complementar como ainda para o



professor da classe comum, que encontra dificuldade no seu trabalho de sala de recursos ao sentir-se como fonte ativa como aluno com deficiência visual na Escola e em outros ambientes. Neste sentido a escola tem um papel fundamental de oferecer condições para que a criança permaneça na instituição e que sua aprendizagem seja de forma prazerosa.

### **A História da Psicopedagogia**

Já na época da primeira guerra mundial, havia a oportunidade de se estudar o cérebro dos combatentes atingidos, a relação das áreas cerebrais danificadas com as funções que apareciam prejudicadas.

No final do século XIX, educadores, psiquiatras e neuro-psiquiatras passaram a se preocupar com os aspectos que prejudicavam a aprendizagem e a organizar métodos para a educação infantil. Desta época, temos a colaboração de Seguin, Esquirol, Montessori e Decroly, entre outros. A Oftalmologia, a Neurologia, a Psiquiatria eram algumas das áreas da Medicina que se ocupavam com esses estudos.

Os Centros Psicopedagógicos fundados na Europa, a partir da segunda metade do século XX, tinham como objetivo a integração de conhecimentos pedagógicos e psicanalíticos, para atender pessoas que apresentavam dificuldades desenvolver a aprendizagem, Mery (1985). Também nos Estados Unidos, o movimento acontecia, dando ênfase aos conhecimentos médicos e dando um caráter mais organicista a esta preocupação com as dificuldades de aprendizagem. Os mais variados conceitos foram elaborados para definir aqueles que não conseguiam aprender, mesmo sendo muito inteligentes. Os esforços dos investigadores americanos resultaram em processos de tratamento altamente desenvolvidos dessas dificuldades, que incluíam: médicos, psicólogos, pedagogos e professores, que atendiam em clínicas, seguindo um modelo multidisciplinar.

Todo movimento europeu originou a Psicopedagogia, enquanto que o movimento americano proliferou a crença de que os problemas de aprendizagem possuíam causas orgânicas e precisavam de atendimento especializado, influenciando parte do movimento da Psicologia Escolar que, determinando a forma de tratamento dada ao fracasso escolar. A Europa também influenciou a Argentina, que passou a cuidar de suas pessoas com dificuldade de aprendizagem, realizando um trabalho de reeducação, servindo de objeto de



estudo contando com os conhecimentos da Psicanálise e da Psicologia Genética, incluindo o conhecimento da linguagem e de psicomotricidade, que eram utilizados para melhorar a compreensão dessas referidas dificuldades.

A história da Psicopedagogia no Brasil, segundo Scoz (1994) considera a década de 60 um marco para a expansão e organização da categoria dos profissionais em Psicopedagogia, que buscaram no início as causas do fracasso escolar. Nessa época, os psicopedagogos prendiam-se a uma concepção organicista linear com conotações nitidamente patologizante que ancorava os indivíduos com dificuldades na escola como portadores de disfunções psiconeurológicas mentais e psicológicas.

Nota-se assim que a Psicopedagogia originou-se de uma perspectiva orgânica, onde um sujeito que apresentasse algum problema de aprendizagem, primeiramente procuraria um médico que iria detectar uma disfunção cerebral mínima, ou algum distúrbio, dentre eles dislexia, a disgrafia, a discalculia, ou seja, a Psicopedagogia tinha suas causas em fatores orgânicos tais como deficiências imunológicas, psicológicas, desnutrição como justificativa para os problemas que surgiam.

Esse período trouxe consequências a ampliação da atuação do psicopedagogo procurando articular o conhecimento humano dentro e fora do âmbito escolar, não se limitando a um determinado período da vida. Diante disso afirma Gonçalves (1999, p. 04):

Vista no âmbito de um sistema completo e inerente a condição humana, a aprendizagem não é estudada pela psicopedagogia num espaço restrito ou num determinado momento da vida, posto que ocorrem em todos os lugares, durante todo tempo da sua existência [...] o trabalho psicopedagógico pode assumir feição preventiva ou terapêutica e está relacionada com equipes ligadas aos campos de educação e saúde. É certo dizer que não tem espaço, nem tempo certo para o aluno aprender podendo se realizar duas coisas em qualquer lugar e em os momentos da vida, o aprendente precisa ter interesse, apoio, motivação para a aprendizagem acontecer efetivamente.

### **Psicopedagogia na Sociedade Atual**

A Psicopedagogia é um campo de conhecimento muito amplo de atuação que lida com as dificuldades de aprendizagem entre padrões normais ou patológicos, considerando a família e suas influências, como também a escola e a sociedade, tendo como desenvolvimentos técnicos próprios. Sabemos que a família tem um grande



responsabilidade na educação da criança. Onde a Psicopedagogia tem um papel muito forte em ajudar no desenvolvimento das dificuldades psicomotoras de cada indivíduo e tem como objeto de estudo o processo de construção do conhecimento.

Diante da Psicopedagogia Institucional o Psicopedagogo, por sua vez tem a função de observar e avaliar a necessidade da escola com um todo, atender aos anseios de alunos, professores e família para juntos conduzirem o processo de aprendizagem encontrando caminhos que possa criar novas habilidades que solucionem os problemas na vida escolar de crianças e adolescentes, englobando família, escola nos desafios do cotidiano de cada um.

A Psicopedagogia surgiu para reforçar a área de trabalho pedagógico com foco nos fatores psicológicos do desenvolvimento e da aprendizagem, tem como finalidade contribuir para o melhor desempenho das atividades escolares fazendo com que haja uma interação entre escola, professor e família.

O psicopedagogo institucional como um profissional qualificado, está apto a trabalhar dando assistência aos professores, alunos e a todos que fazem parte da instituição escolar, dando-lhes a contribuição necessária possibilitando assim, a maioria das condições do processo ensino aprendizagem, bem como na prevenção dos problemas de aprendizagem.

Com um enfoque mais preventivo de atuação, a Psicopedagogia Institucional busca maneiras de cuidar para que os problemas de aprendizagem sejam prevenidos. De acordo com Bossa (2000, p. 56):

O papel do psicopedagogo é o de entender o indivíduo aprendiz, orientá-lo e direcioná-lo em relação às suas dificuldades, possibilitando tanto este, como à escola que encontrem uma situação para os problemas de aprendizagem.

A Psicopedagogia Institucional não pode estar isolada, realiza um diagnóstico institucional para analisar possíveis problemas pedagógicos que possam vir prejudicar o processo ensino-aprendizagem; podendo estar encaminhando crianças e adolescentes a profissionais tais como: Fonoaudiólogo, Psicólogo entre outros; ajuda no direcionamento que a escola deve ter em relação aos seus educandos; ainda segundo Bossa (2000, p. 56) “A psicopedagogia nasceu para atender a patologia de aprendizagem visando



propor novas alternativas de ação voltadas para a melhoria da prática pedagógica nas escolas”.

Sendo assim, a Psicopedagogia nos dias atuais tem criado novas oportunidades para que os professores possam desenvolver práticas inovadoras em suas salas de aulas tendo maior desempenho no conhecimento e desenvolvimento dos educandos e facilitando assim a aprendizagem. Mais ainda percebe-se dificuldade por parte de alguns educadores em trabalhar com as tecnologias e ampliar seus conhecimentos.

Acreditamos que se existissem nas escolas psicopedagogos atuando e trabalhando as dificuldades de aprendizagem diagnosticadas no dia-a-dia, o número de crianças com essas dificuldades seria menor. Visto que o diagnóstico é um instrumento de investigação muito valioso que visa buscar um esclarecimento das dificuldades encontradas no sujeito, tanto no âmbito escolar, quanto familiar, assim como também no meio social no qual está inserido.

Portanto, a escola como instituição formadora precisa de uma parceria com a família, pois muitas vezes os problemas podem estar além das paredes da instituição, e para encontrar uma solução é preciso uma união de todos e um trabalho bem elaborado pode-se identificar e resolver a situação e amenizar o problema.

A psicopedagogia clínica é uma área ampla onde dá oportunidade ao ambiente de trabalho do Psicopedagogo que abrange ainda nas áreas da educação, saúde, empresas e entre outras instituições dando assistência de uma maneira diferente e eficaz, onde o Psicopedagogo atende de forma individual, também em domicílio como alugando um ambiente para sua própria deslocação e estrutura de trabalho.

A Psicopedagogia é uma área do conhecimento que abrange outras áreas como a Psicologia, Pedagogia, Linguagem, Psicanálise, dentre outros. Para obter um processo de aquisição e compreensão na construção da aprendizagem humana, sabendo que não é algo fácil de aprender de forma sistemática, exige do ser humano o equilíbrio, fazendo com que haja uma desorganização em um destes aspectos que provoca na qual chamamos distúrbios, transtornos ou apenas dificuldades de aprendizagem com o ser humano.

Quando o indivíduo se encontra com um destes aspectos anormais que impede de continuar seu processo de aprendizagem a Psicopedagogia atua de forma terapêutica, o indivíduo tem como abordagem principal o objetivo de solucionar sua aprendizagem tendo



umacompanhamento do Psicopedagogo, assim em consonância com a perspectiva descrita na BNCC (BRASIL, 2018, p.16) “Dessa maneira, reconhecem que a educação tem um compromisso com a formação e o desenvolvimento humano global, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica”.

Segundo Fagali; Vale (1993) a assessoria junto a Pedagogos, orientadores e Professores, tem como objetivo trabalhar as questões pertinentes às relações vinculares professor-aluno e redefinir os procedimentos pedagógicos, integrado o afetivo ecognitivo, através de aprendizagem de conceitos, nas diferentes áreas do conhecimento. Entendemos que a todo instante, o ser humano defronta-se com várias mudanças, novas informações, novos ambientes, ameaças e principalmente novas oportunidades com o mundo que o rodeia. Tendo assunto que favoreça em vista a necessidade de comentar o bem-estar, satisfação e o desenvolvimento individual e em grupo no trabalho com o outro, também havendo qualificação dos funcionários beneficiando o bom andamento dos resultados de uma empresa.

Esta pesquisa mostra as possibilidades e conquistas de atuação de um Psicopedagogo uma Instituição Empresarial, a cada dia que passa, deparamo-nos com grande diversidade de situações, onde vivemos no mundo com o fruto da economia globalizada, havendo assim a exigência de atualização e reciclagem, onde favoreça cada vez mais as informações necessárias, chegando hoje a tal ponto que algumas atividades que são feitas pelas máquinas estão hoje substituídas pelo ser humano e com isso as empresas estão exigindo cada vez mais de seus funcionários em busca de melhoria de qualidade, buscando novas qualificações profissionais, desempenhando serviço com maior precisão e perfeição, com o objetivo de trazer o retorno esperado para a própria empresa. Neste sentido o Psicopedagogo amplia o conhecimento e esclarece uma fonte de sua atuação uma nova realidade no seu campo de trabalho.

Para Mantoan (2003, p. 39): o seu comentário sobre o que devemos colocarem prática:

Inovar não tem necessariamente um sentido do inusitado. As grandes inovações são muitas vezes a concretização do óbvio, do simples, do que é possível fazer, mas precisa ser desvelado para se compreendidos por todos e aceito sem muitas resistências, exceto aquelas que dão brilho e vigor ao debate das novidades.



Não é nossa pretensão mostrar que, o que sabemos por vezes é diferente daquilo que fazemos. É preciso verificar que nosso comprometimento não pode, somente, estar recheado de boa vontade. É importante, também, ter conhecimento técnico e um pouco de audácia para realizar o que precisa ser feito, com requintes de inovação. É provocar discussão, é promover o debate, com o diálogo, é relembrar o que foi esquecido, é promover o novo, com vistas a novas perspectivas de trabalho.

### **Abordagem Teórica da Inclusão**

É preciso saber que o ponto principal da criança com deficiência visual é a participação da família no processo do ensino aprendizagem dela, o dever da família com a sociedade e a importância de sua presença no contexto escolar.

Sendo assim, o psicopedagogo deve estar preparado para auxiliar no seu desenvolvimento escolar ajudando nas dificuldades encontradas no ambiente institucional, levando em consideração que o olhar do professor com o aluno com necessidade especial é fundamental importância para que haja superação tanto da criança como dos profissionais da escola.

Por isso a escola tem que oferecer condições para que esta criança permaneça na instituição e que esta criança permaneça na instituição e que sua aprendizagem seja de forma prazerosa e eficaz visando superar as dificuldades de aprendizagem, assim a BNCC, compreende que é necessária a mudança para que haja a inclusão:

A BNCC por si só não alterará o quadro de desigualdade ainda presente na Educação Básica do Brasil, mas é essencial para que a mudança tenha início porque, além dos currículos, influenciará a formação inicial e continuada dos educadores, a produção de materiais didáticos, as matrizes de avaliações e os exames nacionais que serão revistos à luz do texto homologado da Base (BRASIL, 2018, p. 9)

Segundo Fernandez (1990, p. 53):

A criança ou adolescente que chega para atendimento clínico com queixa de fracasso na aprendizagem, provavelmente não recebeu a atenção devida quanto a problemática apresentada e dificilmente lhe foi dada a oportunidade de expressar seus sentimentos. Essas crianças ou jovens perdem o interesse pela escola, pois não veem sentido em aprender.



Ao tratarmos com crianças e jovens com necessidades especiais temos que lembrar dos seus direitos e deveres com os demais e temos o bom senso de vê-lo como pessoas com possibilidades. Hallahan e Kauffman (1994, p. 132) dizem que "Nós não devemos deixar que as incapacidades das pessoas nos impossibilitem reconhecer as suas habilidades. As características mais importantes das crianças e jovens com deficiências são as suas habilidades".

Dessa forma a inclusão de todos os alunos é um sinal real, onde a diversidade humana está cada vez mais sendo descoberta e valorizada e, assim podemos compreender melhor a nós mesmos e o outro.

Na história da humanidade, podemos encontrar várias pessoas que nos levam a perceber e conhecer essa relação entre a trajetória da Educação Especial é importante relatar alguns aspectos fundamentais transcorridos durante a história ao redor do mundo, sobre o modo como as diferenças e deficiências nessa história a Educação Especial possui fatores muito difíceis de serem aceitos, no que se refere ao tratamento dispensado às pessoas com deficiência eram "condenados" a escuridão de lugares inabitáveis por seres humanos ou até a morte como nos relata Cardoso (2004, p. 16) "Pois havia posições ambíguas a respeito da deficiência uma série a marca da punição divina, enquanto que a outra, acesso às verdades inatingíveis para a maioria".

Diante deste olhar observamos que o pensamento do ser humano muda. Antes as pessoas que apresentavam deficiência eram tratadas de forma diferente, mas com o desafio da Escola Inclusiva em desenvolver uma pedagogia capaz de educar a todas as crianças sem discriminação, respeitando e dando conta das necessidades de todos, faz parte de uma luta que está além das leis e diretrizes, que se pauta essencialmente nas reflexões e quebra de barreiras fortalecendo na história social da humanidade.

### **A BNCC e a Inclusão como modalidade de Ensino**

A Inclusão Social foi entendida como cidadania, isto é, participação na condição de cidadão na sociedade, com os mesmos direitos e deveres dos demais membros dessa sociedade. Diante dessa sociedade capitalista, a cidadania compreende os direitos civis, político e sociais. Os direitos civis referem-se à liberdade individual, os direitos políticos



dizem respeito a participação no exercício do poder político através da representação ou da participação e os direitos sociais do indivíduo.

[...] assim, estimular uma formação ética, elemento fundamental para a formação das novas gerações, auxiliando os alunos a construir um sentido de responsabilidade para valorizar: os direitos humanos; o respeito ao ambiente e à própria coletividade; o fortalecimento de valores sociais, tais como a solidariedade, a participação e o protagonismo voltados para o bem comum; e, sobretudo, a preocupação com as desigualdades sociais. [...] cultivar a formação de alunos intelectualmente autônomos, com capacidade de articular categorias de pensamento histórico e geográfico em face de seu próprio tempo, percebendo as experiências humanas e refletindo sobre elas, com base na diversidade de pontos de vista (BRASIL, 2018, p. 356).

Nesse sentido há uma abordagem da perspectiva da inclusão das pessoas portadoras de deficiência visual, consideram-se em primeiro lugar, as questões referentes à identificação dessas pessoas e ao combate à discriminação, que nos diz respeito a fatores culturais da sociedade, para a compreensão das perspectivas de inclusão civil, social e político. Em seguida trata-se a Inclusão Social e Econômica: educação e forma profissional, e acerca do trabalho. Dando uma melhor forma de inclusão as pessoas com deficiência visual e acessibilidade.

Dessa maneira, a área contribui para o adensamento de conhecimentos sobre a participação no mundo social e a reflexão sobre questões sociais, éticas e políticas, fortalecendo a formação dos alunos e o desenvolvimento da autonomia intelectual, bases para uma atuação crítica e orientada por valores democráticos (BRASIL, 2018, p. 356).

Para destacar a possibilidade de inclusão dessas pessoas, Oliveira (1999) adotou a escrita da palavra "deficiência" com uma alteração simbólica – deficiência-de forma a destacar como termo. Em seu trabalho, a autora procurou confirmar a hipótese de "deficiente" pode ser eficiente concorrendo em iguais condições com pessoas normais desde que consideradas suas diferenças.

Segundo Oliveira (1999, p.107):

Ainda que não ocorra consenso quanto ao uso da terminologia, constata-se (...) que existem diversidades significativas quanto ao significado geral de deficiência. Se para um grupo é uma questão de "cabeça", psicológica ou criada por pessoas ditas "normais", para outro é fato inegável que portar uma limitação física real e concreta expressa a dificuldade de realizar tarefas e funções "comuns", por exemplo, as que dependem de locomoção.



Para outros, representa a situação de transpor dificuldades e, por fim, temaqueles que associam a deficiência especialmente ao mercado de trabalho.

### **A deficiência visual na aprendizagem em sala de aula**

É possível pensar que a deficiência visual da criança na aprendizagem existe pelo fato de que tem escola que não tem recursos para elas, mas sabemos que hoje já melhorou muito em outros fatores, nada é absoluta na condição humana, nem mesmo todos os conceitos são compatíveis através das culturas. Muitas respostas foram sugeridas para resolver esse impasse dentro dessa deficiência envolvendo sua aprendizagem. As definições de deficiência divergem em razão das diferenças, entre atitudes, crença, orientação áreas de estudo e cultura, onde oferecem definições diversas de deficiências, e algumas delas incluem análise das características comuns de um grupo de indivíduo para um estudo bem aprofundado.

Todavia para ser um bom profissional diante dessa necessidade de aprendizagem necessita-se ter alguns conhecimentos imprescindíveis: técnico, profissional e pessoal. Como qualquer humano, a pessoa com deficiência visual. Tem suas possibilidades de se desenvolver tendo as mesmas condições sociais e culturais dentro da aprendizagem adquirido pelo profissional que ali ajudou todo tempo. Nessa perspectiva o psicopedagogo vê as formas de pensar e agir com relação a deficiência e a pessoa com deficiência se modifica. As mudanças podem ser percebidas no campo social e, mais especificamente no campo educacional.

Uma vez que se trata de representações a tarefa em relação ao aluno com deficiência visual, é de buscar as melhores formas de representação para esse aluno. É um desafio interessante para o professor está estabelecendo representações de forma criativa para com o aluno.

Nesse sentido, é importante que a família e escola saibam aproveitar dos recursos adquiridos em relação ao aprendizado e formação social da criança.

[...] Tanto a família quanto a escola desejam a mesma coisa preparar as crianças para o mundo; no entanto a família tem suas particularidades que a diferenciam da escola, as necessidades que a aproximam dessa mesma instituição. A escola tem sua metodologia e filosofia para educar uma criança, no entanto ela necessita da família para concretizar o seu projeto educativo (PAROLIM, 2003, p. 99).



Em vista disso, é que destacamos a necessidade de uma parceria entre aluno/família e escola. Visto que, apesar de cada uma apresentar valores e objetivos próprios no que se refere a educação de uma criança com necessidade especial.

### **Atendimento Educacional Especializado**

A escola é a instituição responsável pela passagem da vida particular e familiar da criança com deficiência, tendo assim uma função social reguladora e formativa para os alunos. O conhecimento nela produzido é revestido de valores éticos para com os alunos no seu atendimento especializado.

Nesse sentido a escola atende os mesmos com a tarefa de ensinar de um maneira diferenciada compartilhando seus saberes, no sentido de diferentes atividades, tendo as emoções a troca de experiências e tendo seu ponto de vista. É na escola que desenvolvemos o espírito crítico, a observação e o reconhecimento do outro em todas as suas dimensões. A escola comum tem como compromisso difundir o saber, certamente terá de saber lidar com o que há de particular na construção desse conhecimento para alcançar o seu objetivo. Mas ainda, assim terá limitações com este atendimento para tratar o que há de subjetivo nessa construção com alunos com deficiência principalmente com a deficiência visual. Neste fato demonstra a necessidade de existir um espaço que seja apropriado para o mesmo.

Esse atendimento refere-se ao que é necessariamente diferente da educação em escolas comuns e que é necessário para melhor atender as especificidades dos alunos com deficiência. Complementando a educação escolar devendo estar disponível em todos os níveis de ensino. Entretanto o professor que atua no atendimento educacional especializado além da formação básica. Devem ter uma formação específica para atuar com a deficiência a que se propõe atender a criança com deficiência dando sua contribuição no ensino aprendizagem.

### **Formação de professor na educação inclusiva**

No momento em que nós enquanto cidadãos entendemos que somente através da educação as possibilidades de inclusão das pessoas com necessidades especiais podem se concretizar, a sociedade abrirá de forma natural os espaços a quem tem alguma limitação física ou psicológica, modificando suas estruturas e serviços oferecidos, tornando-se a cada



dia um lugar onde as pessoas de todos os tipos de inteligências, possam sentir-se à vontade para desenvolver suas habilidades e aptidões de acordo com suas potencialidades e não discriminá-las.

Hoje no mundo em que vivemos, onde o egoísmo e o preconceito fazem parte do cotidiano da sociedade onde a tendência é o incentivo à competitividade, como se não fosse impossível vencer, neste caso o papel do professor na Educação Inclusiva é de fundamental importância para que as pessoas que têm uma deficiência sofram tanto como este desafio imposto pela mesma sociedade que exige a inclusão.

Não há forças sociais importantes que exijam uma escola mais eficaz, mesmo os que estão convencidos de que a escola tem de "se tornar mais eficaz" não estão prontos para elevar o nível de formação e de profissionalização dos professores. Eles têm novas expectativas relacionadas ao sistema educacional, porém não aceitam que ele seja um pouco mais oneroso (PERRENOUD, 2002, p. 192-193).

Embora de acordo com o autor haja dificuldades e desestímulo dos educadores, por parte das pessoas que estão no topo do sistema educacional, que por coincidência são os mesmos que pressionam para uma reformulação educacional a fim de acolher e incluir todos na escola, apesar disso devemos lembrar aos nossos educadores que o trabalho de vocês vai muito além do repasse da matéria, há também o compromisso social, moral e humano, que contribuirá para a formação de pessoas que vão construir o conhecimento com criticidade e futuramente mudar este quadro social em que estamos presenciando.

A construção do conhecimento, portanto não está apenas nas mãos daqueles que repassam conteúdos, precisamos de pessoas preparadas para ensinar sim, mas acima de tudo aprender, de falar aos seus ouvintes, mas também que saiba escutá-los, ver, mas querendo também enxergar o outro e também a si mesmo, pois é neste momento que há a interação aluno versus professor e a construção do saber.

Neste sentido a formação e capacitação dos professores para trabalhar como os alunos da Educação Inclusiva é de fundamental importância para atender com desempenho no ensino aprendido.

A formação origina um processo contínuo, o qual necessita ir além da participação de professores em cursos que mudem sua ação no processo ensino aprendizagem. O professor



precisa ser ajudado a pensar sobre a sua prática, para que entenda a relação de suas crenças com o que ocorre ao redor e se torne um pesquisador de sua ação, aprimorando o ensino oferecido em sua sala de aula. O professor, na educação inclusiva, estar preparado para lidar com as diferenças, com a singularidade e a diversidade de todas as crianças e não com um modelo de pensamento comum a todas elas. Cabe a ele, a partir de observações criteriosas, ajustar suas intervenções pedagógicas ao processo de aprendizagem dos diferentes alunos, de modo que lhes possibilite um ganho significativo do ponto de vista educacional, afetivo e sócio cultural (PRADO; FREIRE, 2001, p. 5).

Para realização do processo de inclusão educacional, é claro e necessário o comprometimento de todos os membros da equipe escolar no planejamento de ações e programas voltados à temática. Professores, diretores e funcionários apresentam papéis específicos, mas precisam agir coletivamente para que a inclusão escolar seja efetivada nas escolas.

## **Método**

O método a ser utilizado foi o estudo do caso, com a realização de sessões psicopedagógicas. Para execução foram realizadas dois dias de sessões com duração de 50 (cinquenta) minutos cada. O processo avaliativo psicopedagógico foi composto de várias etapas, que por meio de entrevistas, levando ao diagnóstico do problema apresentado no caso, necessitando de uma intervenção, averiguando a estrutura cognitiva, emocional e social, com elaboração de informe psicopedagógico para o sujeito e para a família.

## **Apresentação do Caso**

Observando e analisando o caso da aluna L. M. N. S., ficou clara a necessidade de fazer um diagnóstico ajudando a levar a todos os alunos a interagir e estimular a mesma de forma inclusiva, dando apoio moral e social na instituição.

## **Apresentação do Sujeito**



A aluna L. M. N. S., tem 15 anos e estuda o 9º ano do ensino fundamental na E. E. J. T. N., mesma possui necessidade especial, pois sua dificuldade de aprendizagem está na visão, hoje ela só está com 5% na capacidade de enxergar. Mesmo assim ela diz gosta da escola principalmente de assistir as aulas e das atividades desenvolvidas em sala de aula, com relação aos professores são bons ensinam com qualidade, gosta muito de estudar e para ela a escola ideal seria com aulas diferenciadas para alunos com necessidade especial, mas também compiscina, aula de dança e música.

Sua disciplina preferida é a Matemática e afirma não gosta de Português, Redação e Inglês, quando não entende as explicações na aula por vergonha não pede explicação aos professores, em casa sua mãe ajuda com as tarefas sempre procura realizar em local adequado. Seus professores ensinam bem e gosta quando as aulas são expositivas dialogadas, pois assim consegue entender melhor, diz que se fosse professor só daria aula expositiva.

Procura sempre sentar na frente seus colegas e respeitam não a tratam com diferença, pelo contrário estão sempre ajudando a superar as barreiras encontradas. Diariamente tem uma rotina mais ou menos normal, ajuda sua mãe em casa em algumas atividades, vai à escola e seus planos para o futuro é de concluir os estudos e fazer uma faculdade de música. Considera a escola que estuda é boa, com ótimos professores e principalmente gosta por ter a sala de recursos multifuncional, pois é lugar que há ajuda nas atividades escolares, como também na vida em sociedade.

### **Queixa principal**

Segundo a senhora M. F. S. Mãe da aluna L. M. N.S. do 9º ano do ensino fundamental da E. E. J. T. N., a mãe trabalha como agricultora e toma conta da casa e dos filhos, de acordo com a mesma a que há levou a matricular a filha nesta escola foi a qualidade do ensino e principalmente por possui sala de recursos multifuncional com professor apto a trabalhar com alunos portadores de necessidades especiais.

Disse que ajuda a filha nas tarefas escolares e também nas atividades em BRAILLE, percebe que as disciplinas onde a aluna sente mais dificuldades é Língua Portuguesa, Redação e Inglês sempre realizam as atividades no quarto e procura ajudá-la para poder ter um melhor desenvolvimento nas atividades escolares. Penso que na escola o mais importante é



que os professores desenvolvam atividades voltadas aos alunos com necessidades especiais dando ênfase a aprendizagem destes alunos. Vejo que escola que a minha filha estuda como regular, pois ainda precisa melhorar as práticas voltadas para a realidade dos alunos com dificuldade visuais.

## Resultados e discussões

A observação foi realizada na turma do 9º ano da E. E. J. T. N. que funciona no turno vespertino, a sala em que se localiza a turma é ampla e arejada, com produções dos educandos nas paredes e as cadeiras arrumadas em filas. A turma formada por 32 alunos, entre eles a aluna L que apresenta dificuldades na aprendizagem. A aula da professora L, de Língua Portuguesa teve início às 13:00h com acolhimento da turma e uma dinâmica (dinâmica da autoestima) a professora orientou a turma que seria dupla, pediu que ficassem de frente um para o outro e se tocassem no rosto para verem qualidades e elogiar o que cada um tem de melhor nesse momento a aluna L interagiu bem, pois a professora foi até sua cadeira e explicou como funcionava a dinâmica, então todos participaram e disseram seus comentários. Em seguida a professora retomou a aula voltando ao assunto da disciplina então os alunos formaram grupos para desenvolver a atividade que era no livro didático, a partir de então a aluna L passou a ter dificuldades para realizar a atividade, pois seu problema de visão a impediu de ler e escrever, mesmo assim ela participou com as colegas que liam a tarefa e interagiam junto.

No dia seguinte fomos observar a aula do professor G da disciplina de Matemática que teve início às 14:40 h ao chegar na sala o professor cumprimentou a turma e começou com a explicação do conteúdo neste momento a aluna L ficou bem atenta, pois é neste tipo de aula que ela consegue aprender, já em seguida da explicação o professor passou a atividade no quadro para a turma copiar e responder, então a aluna teve dificuldade porque não pode enxergar, como realizar a tarefa que era individual.

Enfim, durante a aula percebemos que a turma é muito boa e estão sempre procurando ajudar a aluna L a superar sua dificuldade. Após o resultado das entrevistas, e das



observações realizadas voltamos para a devolutiva com os professores, à família e à educanda para podermos melhorar o desenvolvimento da aprendizagem da mesma.

Na devolutiva com os professores falamos inicialmente sobre dificuldade de aprendizagem da aluna, onde notamos que ela é uma aluna que merece atenção, por não poder enxergar e com isso não consegui realizar atividades normais e assim sugerimos que os professores procurassem trazer atividades dialogadas e tarefas digitadas para que a aluna possa desenvolvê-las no Notebook, como também aulas mais lúdicas com jogos, dinâmicas interativas e tarefas em grupo, tanto para aproximá-la dos conteúdos quanto dos demais colegas de sala.

Na devolutiva com a família, conversamos com mãe da aluna que já haviamos mostrado compromisso e cuidados com a mesma, reforçamos o valor da educação como também a importância que tem a família na formação da criança. Com a aluna, falamos que nada na vida é por acaso e que ela é capaz de superar as dificuldades que lhe foram impostas, vencer os desafios e realizar seus sonhos, também a orientamos que cobrasse mais da Escola como também dos professores, tratamos ainda sobre a importância dela se aproximar dos demais colegas e de procurar se alimentar com o lanche da Escola, pois é saudável e não prejudica sua saúde.

## **Conclusão**

Chegando ao final do presente trabalho a partir dessa pesquisa realizada podemos constatar que se fez necessário um estudo onde tivemos a oportunidade de aprofundar nosso conhecimento sobre a importância de trabalhar com pessoas com a deficiência visual, na qual acredito ter alcançado os objetivos propostos diante do ensino aprendizagem.

Este artigo visa uma preocupação com o ensino direcionado para a criança com deficiência visual, pois se sabe que educar uma criança é prepará-la para descobrir, inventar e criar habilidades na busca do desenvolvimento da sua inteligência. Neste sentido, o conhecimento adquirido na formação desse professor e a possibilidade de formação continuada, bem como o seu compromisso com o seu fazer na Psicopedagogia, o ajude a desenvolver estratégias, que viabilize um trabalho que amenize a dificuldade no ensino aprendizagem com as pessoas com deficiência visual. Sendo assim, o educador deve estar



atento ao seu aluno deficiente visual, buscando orientar-se conforme a sua excepcionalidade e especificidade e recursos necessários que orientem e o capacitem a agir de maneira correspondente à sua deficiência. Para isso, deve-se levar em consideração a própria criança, verificar o problema que ela apresenta e a partir daí avaliar a maneira de ingressá-la na sala de aula e dentro da sociedade como um todo.

Todas essas reflexões trazidas mostram que à inclusão educacional da pessoa com deficiência visual deve se realizar em sua plenitude, não bastando à mera inserção desta pessoa no grupo, deve-se conceder meios efetivos e adequados para que a pessoa permaneça lá. Os meios referem-se à condutas adequadas às necessidades de aprendizagem dos indivíduos, não limitando-se apenas a oferecer o ensino, mas também consagrar a inclusão, a integração dessa pessoa ao meio. Essa tarefa não é das mais simples, tão pouco será alcançada em um curto espaço de tempo, mas de outro lado, apresenta-se plenamente possível, além de necessária, de modo a impingir ao poder público este dever constitucional, e por assim ser deve ser concretizada nem que seja por meio da interferência segura do Poder Judiciário no sentido de determinar sua essa implementação.

A pessoa com deficiência visual tem o direito constitucional assegurado de ser incluída educacionalmente, e o poder público deve atuar de modo a efetivar os direitos inerentes destas pessoas. A palavra para a pessoa com deficiência visual é o signo mais importante, pois, traduz o significado de que ele não pode enxergar, mas, também, expressa toda necessidade por ele requerida. O que foi apresentado neste trabalho não finaliza o tema, nem tão pouco de apresentar soluções únicas e imutáveis, mas sim, mas vem possibilitar melhores reflexões acerca do tema, as quais proporcionam melhores condições de implementações de políticas públicas neste contexto.

Refletimos que a postura dos educadores não é intencional a falta de formação contribui para que não haja corretamente. Assim, como pessoas que tem vontade de ajudar o deficiente visual, mas não sabem como, fazendo com que as boas intenções muitas vezes acabam piorando a situação. Nós como profissionais devemos nos adequar para desempenhar um bom trabalho efetivo de inclusão da diversidade. Um bom conhecimento sobre a deficiência ajuda muito a todas as pessoas que estão próximas dessas pessoas com deficiência visual.



Entretanto, nós como Psicopedagogo percebemos como se faz necessário o apoio da família junto à escola para poder ajudar no processo de ensino e aprendizagem do educando. Desta maneira o psicopedagogo é o profissional que está voltado para uma ação coletiva com toda a equipe pedagógica que abrange a direção, professores, pais, alunos e demais funcionários da escola, os processos didáticos, as interações e avaliação escolar, problemas educacionais e que procura compreender como acontece a relação ensino-aprendizagem no espaço educativo. Com ênfase na dimensão coletiva, potencializa o diálogo com os profissionais que atuam junto ao aluno com deficiência em outros locais (núcleo especializado, sala de recurso, consultório, etc) e busca contribuições.

Frente à diversidade, o psicopedagogo busca o ensino adaptativo para que se ajuste às características dos alunos e promova seu desenvolvimento, o que demanda por meio de consenso, a definição de objetivos, planejamento e implantação de situações de ensino adequadas, envolvendo análise e reflexão constantes.

Ser professor é ser um pesquisador, que investiga, avalia, levanta dados e supera dificuldades. Ser o professor, portanto, é ser humano, humilde capaz de entender e compreender os anseios de seus alunos. Refletir sobre o “ser professor” é o papel de todo educador. Relativo à BNCC podemos observar que traz importantes contribuições para mudança do atual panorama na escola, na construção de um currículo mais abrangente e inclusivo, no desenvolvimento de valores humanos e na construção de uma sociedade mais equânime.

## Referências

- BOSSA, Nádia A. **A Psicopedagogia no Brasil**: contribuição a partir da prática. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- BRASIL, **Diretrizes Curriculares Nacionais**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018.
- FAGALI, Eloísa Quadros. VALE, Zélia Del Rio do. **Psicopedagogia Institucional Aplicada**: aprendizagem escolar dinâmica e construção na sala de aula. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1993.



FERNANDEZ, Alicia. **A Inteligência Aprisionada**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

HALLAHAN, D. & KAUFFMAN, J. **Expecional Children**: Introductionto Special. Education. 6 th. Ed. Boston: Allynand Bacon, 1994.

MANTOAN, M.T.E. (org). **Pensando e fazendo educação de qualidade**. São Paulo: Editora Moderna, 2001.

MERY, J. **Pedagogia curativa escolar e Psicanálise**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

OLIVEIRA, Cristiane Cardoso de. **O trabalhador portador de deficiência física esua inclusão no mundo do trabalho**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 1999.

PAROLIN, Isabel. **As Dificuldades da Aprendizagem e as Relações Familiares**. Fortaleza, 2003.

PERRENOUD, Philippe. **A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PRADO, M. E. B. B.; FREIRE, F. M. P. A formação em serviço visando areconstrução da prática educacional. In: FREIRE, F. M. P.; VALENTE, A. (Orgs). **Aprendendo para a Vida: os Computadores na Sala de Aula**. São Paulo: Cortez, 2001.

RIBEIRO, Maria Luisa, S. Perspectivas de escola inclusiva: algumas reflexões. In: \_\_\_\_\_; BAUMEL, R C.; RIBEIRO, Maria Luisa (orgs). **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.

SILVA, Maria Odete Emygdio da. **A análise de necessidades na formação contínua de professor: Um contributo para a integração e inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular**. São Paulo: AVERCAMP, 2003. =

SCOZ, Beatriz, **Psicopedagogia e realidade escolar: o problema escolar e de aprendizagem**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.



## EDUCAÇÃO INTEGRAL: A IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO DAS HABILIDADES SOCIOEMOCIONAIS E DAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS

*Elza Barbosa de Santana<sup>7</sup>*

### RESUMO

---

<sup>7</sup> Graduada em Licenciatura Plena em Ciências com Habilitação em Biologia pela Universidade de Pernambuco - UPE; Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB-EAD, Polo UAB Limoeiro-PE; Especialista em Informática Educativa pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE; Pós-graduada em Psicopedagogia pela Faculdade Escritor Osman da Costa Lins - FACOL; Mestranda UNADES, [elza1000.pe@hotmail.com](mailto:elza1000.pe@hotmail.com).



A presente pesquisa discute sobre a importância de reconhecer as habilidades socioemocionais como um caminho de entendimento nos relacionamentos interpessoais na educação e para a vida. Partindo da problemática: como as habilidades socioemocionais podem influenciá-las relações interpessoais? A pesquisa objetiva analisar como as relações interpessoais influenciam o ambiente escolar de todos os envolvidos na prática educativa, descrevendo os fatores que facilitam os relacionamentos, contribuindo na formação e no desenvolvimento humano global do ser capaz de perceber as causas das mudanças de comportamentos, atitudes e valores e se posicionar diante delas com inteligência emocional, sendo a tarefa essencial e permanente da escola comunicar ao jovem elementos capazes de permitir-lhe compreender-se e aceitar-se, como compreender e aceitar os demais. Estabelece ainda as habilidades socioemocionais como o caminho de transformação no futuro emocional dos jovens.

**Palavras-chave:** Educação. Habilidades Socioemocionais. Relacionamento Interpessoal.

## Introdução

Este artigo aborda as Habilidades Socioemocionais contida na versão final da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Este documento normativo garante o conjunto de aprendizagens essenciais e as dez competências gerais para a Educação Básica, que visam aos estudantes a formação humana e integral. O tema trata das questões sociais e emocionais como vêm influenciar nas relações interpessoais. Propondo o gerenciamento do autoconhecimento, da autogestão, das habilidades sociais, da empatia e consciência social, também contribuem na tomada de decisões responsáveis considerando a aprendizagem socioemocional como parte de um processo de desenvolvimento como princípio proposto a trabalhar a subjetividade dos alunos.

Consideram-se as várias fases e formas de vivenciar a adolescência, na qual permeia o estudo mais subjetivo que permitem outras concepções a serem consideradas. Sobre isso as autoras Martins, *et al* (2003, p. 556) fazem a seguinte reflexão: Sendo assim, a adolescência é um período/processo em que o adolescente é convidado a participar, dinamicamente, da construção de um projeto seu, o seu projeto de vida. Neste processo, a identidade, a sexualidade, o grupo de amigos, os valores, a experiência e a experimentação de novos papéis tornam-se importantes nas relações do adolescente com o seu mundo. Nessa fase, o adolescente procura se definir por meio de suas atividades, de suas inclinações, de suas aspirações e de suas relações afetivas.



Sobre esse entendimento com a fase da adolescência, surge a compreensão de como nossos jovens adolescentes podem participar do seu projeto de vida e dos seus valores, como importantes para resolver demandas complexas da vida cotidiana, respaldados na BNCC (2018, p. 13), entendendo melhor sobre suas aspirações e relações afetivas que refletem na sua vivência de mundo e do seu futuro. Oportunamente entende-se que as Habilidades Socioemocionais se baseiam fundamentalmente em condutas aprendidas que se manifestam verbalmente e não verbalmente nas mais diversas situações interpessoais. Na educação socioemocional o desenvolvimento integral requer em aprender as influências e implicações das emoções em nosso desenvolvimento e em nossa subjetividade.

Surge então o questionamento: Por que vivenciar na escola as habilidades das emoções? Pensa-se que, o cumprimento sobre quais valores que a escola precisa formar respeitando o seu processo social global torna-se relevante considerando a partir da base de como estão sendo gerenciadas as emoções no sistema educacional.

Refletindo todo o processo, Vieira Pinto (2007) apud Vasconcelos (2011) explica, a educação é um processo histórico pelo qual a sociedade forma seus membros. Formar no sentido de desenvolvê-los como seres humanos, contribuir no processo da formação da personalidade humana. Na educação emocional o foco se dá na aprendizagem de formas de ser e de estar que promovam harmonia e saúde, e o desenvolvimento das habilidades socioemocionais dizem das condutas aprendidas ao longo da vida e que tornam a pessoa um ser melhor. Portanto, superar desafios, lidar com as dores, enfrentar as contradições da existência são condicionantes indicativos no preparo com situações adversas com sabedoria.

Identificou-se diante da premissa a problemática desta pesquisa a partir da pergunta: como as habilidades socioemocionais podem influenciar nas relações interpessoais no espaço escolar? Fundamental se faz que as escolas apliquem um modelo educacional que valorize as competências socioemocionais, formando indivíduos mais conscientes de si por uma sociedade mais empática.

Diante dessa evidência, uma das finalidades do Ensino Médio de acordo com a BNCC (2018, p.466) visa, “conhecer-se e lidar melhor com seu corpo, seus sentimentos, suas emoções e suas relações interpessoais, fazendo-se respeitar e respeitando os demais”. Dessa maneira, evidencia-se o que a autora fala:



Os professores são a melhor fonte de ajuda para os alunos que enfrentam problemas emocionais ou interpessoais. Quando os alunos têm uma vida familiar caótica e imprevisível, eles precisam de uma estrutura firme e atenta na escola. Eles precisam de professores que estabeleçam limites claros, sejam consistentes, apliquem as regras firme, mas não punitivamente, respeitem os alunos e mostrem uma preocupação genuína com o seu bem estar. Como professor, você pode estar disponível para conversar sobre problemas pessoais sem exigir que seus alunos o façam (WOOLFOLK, 2000, p.47).

A sensibilidade da autora mostra claramente e de forma assertiva que as habilidades socioemocionais e as relações interpessoais são fundamentais nos processos de convivência dentro da sala de aula, onde o aluno possa exercitar a inteligência emocional diante das situações, se colocar no lugar do outro, reconhecer seus limites, romper o egoísmo, aprender a perder e a ganhar, deixar de ser individualistas e se preocupar com o bem-estar do outro, etc. Visto isso, os professores são ou deveriam ser os escolhidos na ajuda aos alunos no enfrentamento dos problemas emocionais, pela sua sensibilidade.

### **Educação Integrale a BNCC**

A proposta pela qual a BNCC teve ao ser implementada nos remete a desafios por entender que as abordagens por ela sinalizadas trazem variadas formas nos planejamentos e nas aprendizagens de modo a fortalecer os currículos dos sistemas de ensino. A Base Nacional Comum Curricular - BNCC é um documento de caráter norteador, portanto, cabe às instituições escolares, dentro do seu contexto, praticar o desenvolvimento de ações pedagógicas visando as aprendizagens das habilidades sociais e emocionais.

Em consonância com a BNCC, as aprendizagens das competências e habilidades direcionam a formação integral dos estudantes nas suas variadas dimensões (intelectual, afetiva, ética, física, sociopolítica etc.) com propostas de grande importância, como as competências socioemocionais. As dimensões se identificam com o conjunto de deveres que são formados também na escola que cultivam na compreensão dos comportamentos humanos.

Quanto à sua formação, “a escola que acolhe as juventudes tem de estar comprometida com a Educação Integral dos estudantes e com a construção do seu projeto de vida.” (BRASIL, 2018, p.464). Nessa condição, Santos (2016, p.43) reforça, “Educação Integral não



somente na ampliação do horário pedagógico, do incremento das matrizes curriculares ou da abertura de escolas com esses ingredientes.” Ela ressalta com convicção outra condição fundamental, “sim, é necessário condições, e essas são algumas, mas o principal é o trabalho educativo que favoreça a integralidade do ser.” (SANTOS, 2016, p.43). E favorecer a integralidade do ser é falar da formação por um conjunto de valores pelos quais se deve lutar em prol de uma sociedade que se acreditaem torná-la mais justa, solidária e igualitária por garantir o acesso, a permanência e o sucesso do aluno.

Necessariamente, contempla-se a Educação Integral na fala de Dutra:

O Programa de Educação Integral propiciou mudanças que demarcaram diferenças substanciais na concepção, na definição de responsabilidades, na abrangência, no acesso e nas condições de funcionamento em relação às escolas de um turno. Surgiu dessa forma uma nova escola para o Ensino Médio, visando à qualidade social para uma educação que esteja além da construção unilateral dos conhecimentos e da aprendizagem dos conteúdos (2014, p. 24).

É nítida a preocupação com a formação do ser na sua integralidade, quando o Programa visa a qualidade social não apenas na construção do conhecimento sistematizado na aquisição dos conteúdos, mas por se caracterizar queé na escola que a Educação Integral se concretiza nas ações humanas, na sua concepção, de modo a torná-los sujeitos capazes de transformar uma sociedade. A educação integral teve o cuidado de trazer aos poucos mudanças no espaço educativo, com o propósito de acompanhar as transições ocorridas nos paradigmas educacionais, e o Programa de Educação Integral visa reinventar a escola visando a formação dos sujeitos no sentido mais amplo. A subjetividade do sujeito se solidifica nas ações protagonistas do indivíduo diante das situações vivenciadas.

Diante da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, o compromisso com Educação Integral se configura:

[...] Requer o desenvolvimento de competências para aprender a aprender, saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades (BRASIL, 2018, p. 14).



A BNCC reconhece de fato que, conviver e aprender nesse contexto diz muito sobre se desenvolver e saber lidar com suas emoções, as diferenças e as diversidades. Sinalizando ainda sobre tais concepções, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNEB) falam que, “a escola de Educação Básica é o espaço coletivo de convívio, onde são privilegiados trocas, acolhimento e aconchego para garantir o bem-estar de crianças, adolescentes, jovens e adultos, no relacionamento entre si e com as demais pessoas. [...]” (BRASIL, 2013, p.25). Preceitua-se assim que, é imprescindível que as escolas do Ensino Médio trabalhem a educação socioemocional consolidando a participação ativa, colaborando na realização das atividades escolares para que possam ampliar sua autoestima, sua liderança, formando-se alunos com capacidades de diálogo na resolução de conflitos, identificando necessidades e antecipando problemas com responsabilidade, resiliência e consciência.

Assumindo um caráter norteador, a BNCC substancia as instituições escolares nas ações por uma prática dinâmica e estrutural no sentido de formular ações educativas diversificadas que dinamizem o controle das emoções levando em consideração as estruturas sociais ora imprevistas e circunstanciais. Contudo, de forma explícita e contextualizada, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96), art. 7º contempla, “Os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para a sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais.” (p.p. 26,27). Dessa maneira, diz o quanto as habilidades socioemocionais estão inseridas no currículo do Ensino Integral contribuindo para a formação da personalidade de forma humanizada, ética, solidária, e do projeto de vida do educando. Compactuando com a LDB, é também finalidade do Ensino Médio, “o aprimoramento do educando como pessoa humana, considerando sua formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.” (BRASIL, 2018, p.466).

Complementando essas necessidades, reflete-se assim nas competências que o aluno poderá desenvolver e atuar com responsabilidade simultaneamente, sobre o contexto no uso das culturas digitais, com autonomia e discernimento, levando em consideração as novas formas de comunicação do nosso convívio, que trazem feedbacks imediatos entre as pessoas, necessitando o exercício da empatia, o respeito à pessoa e seus



direitos. A autonomia no sentido da construção sobre as relações que o sujeito exerce na sua vida e nos seus vínculos sociais.

Nesse contexto, a BNCC afirma o seu compromisso com a educação integral:

Independentemente da duração da jornada escolar, o conceito de educação integral com o qual a BNCC está comprometida se refere à construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea. Isso supõe considerar as diferentes infâncias e juventudes, as diversas culturas juvenis e seu potencial de criar novas formas de existir (BRASIL, 2018, p. 14).

Assim, propõe a superação da fragmentação radicalmente disciplinar do conhecimento, o estímulo à sua aplicação na vida real, a importância do contexto para dar sentido ao que se aprende e o protagonismo do estudante em sua aprendizagem e na construção de seu projeto de vida. (2018, p. 14-15). Comporta a sociedade contemporânea com relação a atender as expectativas das demandas na formação do ensino médio. Estabelecendo-se assim, as DCNEM defendem a necessidade de caracterizá-los como:

[...] ser fundamental reconhecer a juventude como condição sócio-histórico-cultural de uma categoria de sujeitos que necessita ser considerada em suas múltiplas dimensões, com especificidades próprias que não estão restritas às dimensões biológica e etária. [...] Significa não apenas compreendê-las como diversas e dinâmicas, como também reconhecer os jovens como participantes ativos das sociedades nas quais estão inseridos, sociedades essas também tão dinâmicas e diversas. Considerar que há muitas juventudes implica organizar uma escola que acolha as diversidades, promovendo, de modo intencional e permanente, o respeito à pessoa humana e aos seus direitos. Significa, nesse sentido, assegurar-lhes uma formação que, em sintonia com seus percursos e histórias, permita-lhes definir seu projeto de vida [...] (BRASIL, 2011, p. 464).

Visto ser reconhecida a educação como um processo contínuo, ela não se finda no espaço da escola, ela precisa ser acolhedora nas diversidades. Nessa conjuntura, os jovens são tidos como participantes ativos da sociedade, e participar com autonomia de pensamentos é exercer a cidadania, condizendo o que diz Menezes (2020, p. 12) na sua fala, “a diversidade esconde assim um campo bastante amplo que se esvazia politicamente quando deixa de contemplar as diferenças dos grupos e sujeitos implicados”. Diz ainda as DCNEM (2011, p.463) que:



Para formar esses jovens como sujeitos críticos, criativos, autônomos e responsáveis, cabe às escolas de Ensino Médio proporcionar experiências e processos que lhes garantam as aprendizagens necessárias para a leitura da realidade, o enfrentamento dos novos desafios da contemporaneidade (sociais, econômicos e ambientais) e a tomada de decisões éticas e fundamentadas. O mundo deve lhes ser apresentado como campo aberto para investigação intervenção quanto a seus aspectos políticos, sociais, produtivos, ambientais e culturais, de modo que se sintam estimulados a equacionar e resolver questões legadas pelas gerações anteriores – e que se refletem nos contextos atuais –, abrindo-se criativamente para o novo.

Concordando, jovens como participantes ativos, dinâmicos, com habilidades para expressar seus sentimentos e pensamentos, condições estas ideais na construção do seu projeto de vida, fundamental e destinada à juventude. Dessa forma, Vasconcelos (2011, p.30) colabora, “por conseguinte, pode-se dizer que o conceito de educação, bem como o de seu papel sociocultural, depende do nível de consciência dos indivíduos afetados pelo processo de formação.” E ainda contribui dizendo, o indivíduo ocupa um lugar que é seu enquanto ser humano, podendo realizar suas necessidades elementares e suas aspirações. Vasconcelos (2011, p.42) acrescenta que, o papel da educação deve estar conexo com a ideia de que a reforma do ensino leva à reforma do pensamento e vice-versa. Remotamente, as gerações anteriores admitiam ao cidadão, Vasconcelos (2011, p.30), “à educação cabia formar o mais elevado tipo do ser humano, sendo ela a representação dos esforços dos membros da comunidade”. Essa formação tem assim um cunho importante à luz da Educação Básica, diante da BNCC:

Reconhece, assim, que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. Além disso, a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades [...] (BRASIL, 2018, p.15).



Reconhecer a escola como espaço de aprendizagem e democracia inclusiva dá-se a sensação de estar travando uma luta, mas, na certeza de que a educação acontece a partir da concepção do comportamento humano e de mundo, capaz de entender o sentido da igualdade de oportunidades que a escola hoje vem proporcionar com o objetivo de tornar aos discentes capazes de conviver no mundo em tamanha transformação. Como forma de entender o trabalho da escola de humanização do ser, é imprescindível a concepção de educação ressaltada por Vasconcellos:

De qualquer forma e muito sinteticamente, entendemos que a educação escolar é um sistemático e intencional processo de interação com a realidade, através do relacionamento humano baseado no trabalho com o conhecimento e na organização com a coletividade, cuja finalidade é colaborar na formação do educando na sua totalidade-consciência, caráter, cidadania, tendo como mediação fundamental o conhecimento que possibilite o **compreender**, o **usufruir** ou o **transformar** a realidade (2002, p. 98).

O entendimento que se faz necessário sobre a educação é de confronto com a realidade, não mais idealista como no passado. Uma realidade dinâmica e atual, vinculada e construída na solidificação dos papéis sociais. Complementando essa fala: “Educação consiste, portanto, no processo de socialização da cultura da vida, no qual se constroem, se mantêm e se transformam saberes, conhecimentos e valores.” (BRASIL, 2013, p. 16).

### **Família, Escola e Função Social**

E compreender a função social da escola na relação com as finalidades sociais e legais pressupõe o entendimento de que a escola, na sua relação com os demais órgãos oficiais e a comunidade, se constitui como espaço de consolidação dos princípios estabelecidos na Constituição Federal. Inserir-se sempre na busca de parcerias com as famílias e comunidade escolar para que o trabalho tenha um caráter dinâmico, que venha proporcionar a todos que compõem a escola uma participação ativa na busca de resultados positivos para a sua comunidade. Constitui-se assim como finalidade da escola, a de educar. Assim, as DCNEB (2013, p.18) asseguram:

Educar é, enfim, enfrentar o desafio de lidar com gente, isto é, com criaturas tão imprevisíveis e diferentes quanto semelhantes, ao longo de uma existência inscrita na teia das relações humanas, neste mundo complexo. Educar com cuidado significa aprender a amar sem dependência, desenvolver a



sensibilidade humana na relação de cada um consigo, com o outro e com tudo o que existe, com zelo, ante uma situação que requer cautela em busca da formação humana plena.

Piovesan (2018) fala da complexidade do indivíduo dizendo, o processo de aprendizagem é complexo, envolve fatores internos de natureza biológica e psicológica que interagem entre si e com o meio externo. Sendo assim, compartilha com o ser humano que aprende em sociedade, reconhecendo que cada pessoa aprende de modo singular. Os sistemas complexos estão dentro de cada pessoa, logo, a recíproca é verdadeira. A autora ratifica, por outro lado, a diversidade de sujeitos e objetos em busca de conexões fazem da sala de aula um fenômeno complexo, ideal para iniciar o processo de mudança de mentalidades defendida por Morin (2018).

Mudança essa que se dá na convivência entre pessoas que se propõem a interagir com inteligência, trazendo para a sua realidade de vida o que absorveu dos ensinamentos. Nessa condição, evidencia-se que o papel da 'função social' que estabelece na educação tem-se uma junção entre o comportamento individual e maneira de pensar, o que colabora no entendimento das relações de vivências que venham atender interesses coletivos. Essa consciência de grupo traz um diferencial à educação. Assim, "Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários." (BRASIL, 2018, p. 10).

É sabido que a instituição escola elabora e reúne várias instâncias da comunidade, e o seu papel visa a melhoria e a transformação social, como também de forma socializadora, permite que os sujeitos se integrem ao coletivo. Essa é a formação do indivíduo na consolidação da função social. Dessa forma, Oliveira (2008) fala: "A escola deve proporcionar a manifestação das diferentes ideias, de indivíduos com diferentes desenvolvimentos. Esse é o nosso grande desafio: transformar nossos sonhos em realidade, desenvolvendo ações educativas na perspectiva da construção de indivíduos preocupados com o coletivo." (p.59). No entanto, acerca da contribuição da escola como espaço de preparação nessa formação, a autora diz que a escola não se restringe apenas a um espaço



onde só o professor tem voz, e sim, que o diálogo entre os sujeitos seja uma constante, favorecendo na troca de vivências e experiências.

Neste aspecto, Cerqueira fala, “vislumbramos uma escola que deixa de ser transmissora de conteúdos para voltar-se à formação do sujeito no seu sentido mais amplo [...] que deveria ser o espaço comprometido com a humanização.” (2006, p.31). Certamente, a escola deverá se preparar para ser espaço de acolhimento por saber que é nela onde o homem se constitui e, se transforma, ao transformar. A autora ainda contribui:

É nesse sentido que queremos uma escola viva, dinâmica, pulsante, democrática; uma escola que enxergue o sujeito como um todo, que valorize e respeite o ser humano em todas suas dimensões emocionais, racionais e espirituais. Uma escola que possa contribuir para a transformação da realidade (CERQUEIRA, 2006, p.31).

A autora nos inquieta em repensarmos essa escola viva preparando os cidadãos para ter voz ativa, sendo donos de opiniões; dinâmica, que participem de debates e discussões; pulsante para conquistar a liberdade de ir e vir; democrática que possam cumprir seus deveres e lutarem por seus direitos com autonomia. Estas possibilidades situarão as escolas no cumprimento do seu papel social e humanitário quando no cumprimento de enxergar o sujeito como um todo e na sua essência.

Neste contexto, o professor desenvolve o seu papel de conseguir dar conta das atribuições do cotidiano e assim formar cidadãos capazes de cumprir e acompanhar às exigências da nossa realidade atual. Na escola encontram-se seres pensantes, capazes de modificar a realidade que os cercam, trazendo saberes do dia a dia que foram concretizados pela sua trajetória de vida.

A educação como função social diz que a competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BRASIL, 2018, p.11)

Dessa forma, a função social da escola se concretiza no cotidiano das relações entre os indivíduos que a realizam na prática das atitudes e valores, na convivência e no exercício do diálogo. O direcionamento do ato educativo se faz na formação do novo ser humano capaz



de transformar realidades sociais mais humana, justa e cidadã. E sendo assim, a família participa dessa formação humana constituindo-se de forma imprescindível.

Nessa perspectiva, a dimensão do ser social é validada na sua prática, se os acordos de uma assistência humanizada ao docente se fazem presentes. A escola tem esse papel de possibilitar este espaço de interação e acolhimento dos indivíduos no sentido de atender com sensibilidade o aluno que tiver na condição de vulnerabilidade e priorizar na prática suas reais necessidades quanto ao apoio à sua carência. Considera-se que nos dias atuais, o foco principal da atuação da escola se estabelece na formação dos estudantes, com o objetivo de os tornar capazes de conviver com o mundo globalizado em tamanha transformação e, assim, perceber as causas das mudanças e se posicionar diante delas, colocar-se nessa realidade contemporânea compreendendo os problemas que se apresentam. E compreender significa contextualizar as informações dadas indo mais além, estabelecendo várias relações sobre os pontos de vista e se posicionando sobre eles.

Em cumprimento à sua função social como sujeitos do processo educativo enfatizam as DCNEB:

A educação destina-se a múltiplos sujeitos e tem como objetivo a troca de saberes, a socialização e o confronto do conhecimento, segundo diferentes abordagens, exercidas por pessoas de diferentes condições físicas, sensoriais, intelectuais e emocionais, classes sociais, crenças, etnias, gêneros, origens, contextos socioculturais, e da cidade, do campo e de aldeias. [...] (BRASIL, 2013, p. 25).

A educação emocional atua como uma ação preventiva. Isso ocorre porque ela vem interferir positivamente na regulação emocional das pessoas, colaborando para a sua saúde mental. Esta é uma ação muito importante porque ela atua diretamente nos estados de ânimo, elevando-os. Como ação pedagógica preventiva, a educação emocional cuida da integralidade do ser, aliando as dimensões física, emocional, mental e espiritual. No contexto família/escola, a participação da família se torna imprescindível por se tratar das questões interpessoais dos filhos na escola.

Neste sentido, Marcondes e Sigolo (2012, p.93) correlacionam importantes condições no atendimento de situações que envolvam as emoções e as relações interpessoais dos alunos em família e na escola. “Para uma relação família e escola fundamentada em pressupostos de



igualdade, é necessário que os pais se aproximem do ambiente escolar. Esta nova visão implicaria, obrigatoriamente, em mudar relações sociais tradicionais e culturalmente construídas. "Diante disso, sabe-se da importância da participação da família, da escola e da sociedade neste contexto de caminhar sempre juntos interagindo e tomando decisões e do conhecimento sobre as situações emocionais dos jovens em casa e na escola no intuito final de comum acordo, buscando sempre numa conexão interna e harmônica entre os partícipes, que visem tornar-se num exercício da autonomia de decisões e da cidadania como uma prática cotidiana. Sabe-se que a prática tradicional das famílias sempre esteve de deixar a educação emocional dos filhos para a escola, e hoje, nos moldes modernos mostram-se que família e escola precisam andar de mãos dadas por essa causa.

No entanto, torna-se necessário a compreensão de se construir uma ponte entre família e escola, a fim de que todos possam contribuir qualitativamente na vida dos estudantes e, conseqüentemente, da família.

Sobre esta análise, Bhering (2003) apud Marcondes e Sigolo (2012, p. 93) dizem, "A escola é considerada instituição que pode iniciar os processos comunicativos. Dessa forma, se não desenvolver maneiras eficazes e adequadas para realizar esta comunicação, haverá repercussão negativa nas relações entre as instâncias".

### **As Emoções, o Autoconhecimento e as Relações Interpessoais na Escola**

Falar da dimensão emocional compreende-se falar do ser humano. Permite-se conhecer a nós mesmos no emergir do nosso próprio ser. Vasconcelos explica a fala de Goleman, "cada emoção predispõe os indivíduos a agirem imediatamente diante de ações que se repetem no enfrentamento de desafios[...]elas permanecem gravadas no sistema nervoso de cada um como inclinações inatas e automáticas do coração." (2011, p.26). O autor explica, mesmo havendo tentativas de fragmentá-lo, a concepção de que há uma unidade constitutiva do ser humano, prevalece. (p.27)

Diante dessa existência, vivenciar a educação socioemocional reflete uma nova visão de educação, onde a experiência de vida e a cultura sistematizadas vão interagir trazendo uma condição de atuação no modo de ver e resolver situações da vida. Vasconcelos (2011, p. 26) acrescenta, "Os sociólogos entendem que durante a evolução da espécie humana houve uma



ascendência do emocional sobre o racional”. Ainda sobre esse assunto, o autor cita Goleman (2007), que se coloca:

Pesquisas demonstram que as emoções orientam os indivíduos nos desafios cotidianos, cuja solução não deve ser relegada unicamente a cargo do intelecto. Conforme explica, cada emoção predispõe os indivíduos a agirem imediatamente diante de ações que se repetem no enfrentamento de desafios (VASCONCELOS, 2011, p. 26).

Freire contribui enfatizando o autor acima:

O que importa, na formação docente, não é a repetição mecânica do gesto, este ou aquele, mas a compreensão do valor dos sentimentos, das emoções, do desejo, da insegurança a ser superada pela segurança, do medo que, ao ser educado, vai gerando coragem (1998, p. 51).

É bastante oportuna a colocação de Freire quando trata da formação docente dando ênfase a convivência coletiva, as trocas dos olhares, as interações, as experiências e no desenvolvimento de saberes no dia a dia, mas acima de tudo, nas suas ações voltadas aos sentimentos que envolvem as emoções e o autoconhecimento. É saber compreender esses valores a ponto de refletir e mudar uma realidade de insegurança dos envolvidos. Assim endossa Fernandes (2009, p. 259), “a valorização do cotidiano e de nossa ação nos coloca diante da possibilidade de pensar a educação como um espaço de produção de cidadãos.” Portanto, há a responsabilidade de tentar penetrar no âmago do ser, esse desafio será um objetivo de todos os envolvidos nesta busca que torna a educação sempre dinâmica e sensível, nunca tornando a mesma em ações pré-fabricadas, e sim inovadas e imbuídas de bons sentimentos.

Assim, “[...] há uma criatura humana em formação e, nesse sentido, cuidar e educar são, ao mesmo tempo, princípios e atos que orientam e dão sentido aos processos de ensino, de aprendizagem e de construção da pessoa humana em suas múltiplas dimensões.” (BRASIL, 2013, p.18). Evidentemente que o papel da escola será de ter um olhar mais amoroso no trato com esses jovens dessa geração que não conseguem enxergar a sua volta a necessidade de se preparar para lidar com essas questões de limitações e suas dores. A partir desse contexto toma-se como ponto de partida o trabalho que a escola precisa executar junto aos professores no combate a essas situações. Na sua fala, Cerqueira diz que:



Esse é um dos desafios para a construção de uma educação de qualidade, pois ao falarmos em sentir o universo afetivo, imaginário e cognitivo do outro. Com isso, estamos nos referindo a construção de um novo saber, de um saber singular que impulsiona o desejo tanto do aluno quanto do professor [...](2006, p. 33).

Vê-se assim, que a educação se encarrega da tarefa prática de preparar os indivíduos para a vida social, e nesta condição deixa em jogo os verdadeiros fins da educação. Dessa forma diz Aragão (2009, p.303):

A função da educação é a formação da cidadania e da democracia. Para tanto, é preciso que os educadores se vejam como cidadãos participantes da construção da sociedade e do conhecimento, sendo capazes de criar ou mudar a ordem social, criando formas de pensar, sentir e atuar junto com um grupo de alunos, por meio do trabalho, com o conhecimento e os valores da sociedade.

Essa convivência diária entre professores e alunos favorece muito o estímulo de ir à escola. É na escola que se pode também estabelecer os melhores amigos, e o professor pode vir a conquistar a confiança e o respeito de todos, assim como estabelecer laços afetivos, contribuindo para o bem-estar e a construção da personalidade, estabelecendo a escola como instituição social.

E sobre isto, Ferreira (2010, p. 23) cita o que diz Rodrigues, (2001):

[...] Na medida em que os meios e as formas tradicionais de Educação acham-se de tal modo corroídos, começam a ser direcionados para a Escola os olhares dos povos, na esperança de que esta exerça uma função Educativa e não apenas a da Escolarização. Somente que será necessária uma outra visão da Escola, dos conteúdos escolares, do papel dos educadores e da relação da Escola com a sociedade. As crianças serão enviadas para a Escola cada vez mais cedo e nela permanecerão por um tempo mais extenso. E isso não será porque há um mundo novo de informações a ser processado e, sim, porque a Escola deverá exercer o tradicional papel das famílias, das comunidades, da Igreja, e ainda, o que lhe era próprio: desenvolver conhecimentos e habilidades. Ela deverá se ocupar com a formação integral do ser humano e terá como missão suprema a formação do sujeito ético.

É importante que a escola como espaço de aprendizagem, de oportunidade, de experiências e de manifestações afetivas possa proporcionar momentos de reflexões sobre a vida do educando e que pode ser decisiva naquilo que o mesmo almeja para o seu projeto de



vida. E por que não dizer que a inteligência emocional seja parte imprescindível no processo de desenvolvimento de uma educação consciente, crítica e transformadora.

Busca-se entender de acordo com Cerqueira que “o sentido da escola está no olhar, na escuta, no sorriso, nos afetos e desafetos, nas intrigas, no redescobrir a alegria do conhecimento, a aventura da imaginação.” (2006, p.33). Assim, a sensibilidade do professor ao lidar com o aluno estabelecerá um contato no sentido de compreender o universo afetivo, cognitivo e imaginário do mesmo, podendo assim compreender suas atitudes numa interação constante.

Não se pode negligenciar a busca na compreensão dos desafios para o desenvolvimento das relações com o outro e com o meio em que vive. Enfatiza-se assim o autoconhecimento. Dessa forma, diz a BNCC (2018, p.10), na 8ª competência, “Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.” De fato, conhecer-se a ponto de gerenciar as reações, se colocar numa condição de superar as frustrações, as dificuldades, e aprender com elas.

Contudo, autoconhecimento condiz ser um exercício diário, fortalece os laços afetivos. A BNCC fala, “promover o diálogo, o entendimento e a solução não violenta de conflitos, possibilitando a manifestação de opiniões e pontos de vista diferentes, divergentes ou opostos.” (2018, p. 467). Na certeza que a riqueza do aprendizado diário se solidifica e dessa forma prevalece a perpetuação das boas influências contribuindo no desenvolvimento das emoções do ser humano. Essas considerações vêm enfatizar e eleger a escola como espaço de aprendizado quando na sala de aula são vivenciadas as mais diversas situações como a agressividade, a dificuldade de se colocar no lugar do outro, o estresse, a ansiedade, a depressão, a síndrome do pânico, as doenças psicossomáticas, tudo isso decorrentes da falta de administração das emoções. A partir dessas situações, convence-se de que a educação é um instrumento de mudança de atitudes quando a partir do exercício do gerenciamento das emoções na sala de aula se faz presente.

Dessa maneira, as DCNEM subsidiam enfaticamente, “educar com cuidado significa aprender a amar sem dependência, desenvolver a sensibilidade humana na relação de cada um consigo, com o outro e com tudo o que existe, com zelo, ante uma situação que requer



cautela em busca da formação humana plena.” (2013, p.18).Essa formação humanística vai desde a valorização dos conhecimentos prévios com os quais eles chegam à escola, quanto com as experiências adquiridas sobre os valores humanos no âmbito escolar. Entendendo ainda o enfoque da BNCC com as juventudes:

Tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa, ética, democrática, inclusiva, sustentável e solidária, a escola que acolhe as juventudes deve ser um espaço que permita aos estudantes: conhecer-se e lidar melhor com seu corpo, seus sentimentos, suas emoções e suas relações interpessoais, fazendo-se respeitar e respeitando os demais (BRASIL, 2018, p. 466).

Partindo para a análise da sala de aula, essa valorização se concretiza na prática de socialização das ações vivenciadas na escola. E neste sentido, a BNCC traz que, “É, também, no ambiente escolar que os jovens podem experimentar, de forma mediada e intencional, as interações com o outro, com o mundo, e vislumbrar, na valorização da diversidade, oportunidades de crescimento para seu presente e futuro.”(BRASIL, 2018, p.473). E ainda dialoga apontando que, “[...] em regime de colaboração, as mudanças esperadas alcancem cada sala de aula das escolas brasileiras. Somente aí teremos cumprido o compromisso da equidade que a sociedade brasileira espera daqueles que juntos atuam na educação.” (2018, p.5). A sociedade acredita na educação vivenciada a cada momento na escola por sersignificativana formação cidadã do educando.

## **Metodologia**

Para a construção do presente trabalho optou-se por realizá-lo através da pesquisa bibliográfica em relação à temática, objeto de estudo. Sobre a pesquisa bibliográfica Cervo, Bervian e da Silva (2007, p.61), citada pelo site pesquisa bibliográfica relatam “constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema.” Os autores contribuem dizendo que a pesquisa bibliográfica traz à tona o ato da abordagem pelo qual se desenvolve de acordo com a interpretação que se faz sobre um determinado assunto que será produzido, elegendo assim a arte na forma de escrever.

E assim por achar de grande importância as ideias dos autores pesquisados, sendo os mesmos da área da Psicologia do Desenvolvimento Humano, Pedagogia, discorrendo sobre a



BNCC, a DCNEB, a DCNEM, enfatizaram a relação entre as habilidades socioemocionais e as relações interpessoais, e ao mesmo tempo conheceram-se as várias contribuições de bases científicas disponíveis sobre o tema. E, ainda, veio dar subsídios para compreender a interação entre os pares nas relações interpessoais, considerando as emoções, a empatia e a solidariedade.

O embasamento teórico deu-se a partir dos trabalhos de dissertações, livros, artigos e sites. A contribuição que traz a pesquisa encontra-se nas teorias de Henri Wallon e outros estudiosos da área. Sobre o tema “Educação Integral: A Importância do Desenvolvimento das Habilidades Socioemocionais e das Relações Interpessoais” serão citadas das fontes e levantamento das informações as ideias escritas dos autores: Cury, Henri Wallon, Fernandes, Freire, Vasconcelos, e demais autores que explicam suas visões sobre os assuntos relacionados.

### **Considerações Finais**

O trabalho teve durante a pesquisa a preocupação em discutir elementos fundamentais que embasam a importância de refletir sobre as habilidades sociais e emocionais como estruturantes nos relacionamentos interpessoais na sala de aula, no espaço escolar e na família, por ser a escola e a família ambientes repletos de interações sociais, que trazem elementos facilitadores e motivadores na convivência entre os pares, nas relações mais agradáveis, onde o exercício da valorização das diferenças, do respeito mútuo e da ética são essenciais no processo do autoconhecimento que interferem nos relacionamentos interpessoais.

Conforme visto, cabe partir do princípio que, para que o docente possa estar motivado para vivenciar as habilidades sociais e emocionais com seus alunos precisa estar também articulado com a sua própria condição frente à sua autopreparação dessas habilidades, o cuidar de si em processo contínuo, diante das complexidades existentes entre as relações intrapessoais e interpessoais para poder cuidar do outro, não se perdendo no papel de educador e na sua atuação. Sabendo da importância do trabalho do professor, é necessário que ele se estabeleça com concretude, dando a devida relevância ao seu papel social, se dispor em conhecer sobre seus alunos na efetivação quanto ao exercício da prática do olhar o



outrosimbioticamente e com empatia, chegando a ser investigativo no que se refere a história de vida do aluno, se dispôr no dia a dia proporcionando essa assistência humanizada, não se permitindo correr riscos quanto ao negligenciamento desses aspectos, fazendo-se primordialmente reflexões contínuas sobre sua prática na sala de aula com inteligência emocional e as habilidades socioemocionais.

Reconheceu-se então o papel do professor nesse processo por uma educação que se efetive na sua prática, buscando sempre tentativas por melhores caminhos com autonomia, conhecimento e a sua aplicação, vislumbrando buscar os meios que permitirão chegar, diante das dificuldades e empecilhos. Olhando para o futuro, a educação de hoje precisa se reinventar com novos modelos e novas formas de educar, apesar dos problemas e aflições na vida, não deve desanimar.

Este trabalho traz respaldos quanto ao respeito mútuo dos envolvidos, onde todos possam ser compreendidos, aceitos e respeitados na sua singularidade, com sensibilidade para ouvir e entender seus sentimentos, exercitar o diálogo e apoio a eles, buscando sempre a superação das suas dificuldades. Permitir-se sempre contaminar o mundo sobre essas habilidades adquiridas, ser um semeador.

Por meio dos aspectos fundamentados e respaldados nas discussões dos autores, conclui-se que as emoções e as relações interpessoais manifestadas na escola se constituam como elementos inseparáveis no processo da qualidade da saúde mental, das relações sociais, da qualidade de vida da comunidade escolar, na prevalência dos valores humanos e dos seus objetivos de vida, uma vez que a educação desempenha papel fundamental no desenvolvimento do ser que se constitui humano, diariamente.

Nessa perspectiva, a fase da adolescência é considerada uma fase difícil por também estar relacionada entre o “ter e o ser.” O ‘ter’ como condição do consumismo desenfreado do sistema econômico, e o ‘ser’ no sentido de ‘ser humano’. E assim, reúne-se a necessidade de pensar e depositar na família e na escola a confiança do poder dessas instituições de transformarem o mundo e as pessoas do “ter” pela valorização do “ser”. Ser solidário, empático, sensível, afetivo, acreditando numa educação de valores e por uma escola dos nossos sonhos. Como também pela fala de Woolfolk, quando ressalta que os professores são os principais amigos dos alunos pela capacidade de possuírem estruturas psíquicas para tal e



assim poderem ajudá-los a lidar com os seus sentimentos, entendendo que muitas vezes na família não existe esse alicerce de que tanto necessitam. Atribuiu-se a contribuição de Wallon quando diz que a educação se caracteriza a cada pessoa, atendendo a complexidade do indivíduo nas suas diversas dimensões. Ao sociólogo Edgar Morin, no qual dialoga contemplando o fato de que a mudança de mentalidade só acontece na prática da convivência entre pessoas que agem com maturidade.

E assim, evidenciaram-se valores indispensáveis atribuídos ao papel da escola de educar para a vida, do ponto de partida tanto do docente quanto do discente pelos desafios que a cada dia se deparam no ambiente escolar. Evidentemente que a prática diária vai colaborar para que cada profissional possa a partir da postura de educador, colaborar na intenção de estar aberto às mudanças, se colocar também como protagonista de suas ações e práticas diárias, mostrando que um sonho é o maior combustível para se chegar onde se deseja, não importam as dificuldades, os resultados serão sempre positivos diante das intenções. Chegou-se assim compreender que, o caminho é acreditar que é preciso lutar por objetivos a atingir, uma boa causa será sempre por ideais numa educação e escolas de qualidade, é uma luta por aquilo que se defende, e por aqueles por quem se luta. Refletiu-se aqui o que dizem as DCNEB (2013), educar é estar disposto a enfrentar desafios de lidar com gente, com seres imprevisíveis e diferentes, porém, semelhantes.

## Referências

ARAGÃO, Wilson H. **Gestão Democrática da Educação**. Universidade Aberta do Brasil. Universidade Federal da Paraíba. Centro de Educação. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, v.2, Aula 6, 2009.

BRASIL, **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília: 2018.

\_\_\_\_\_, **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais do Ensino Médio (DCNEM)** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília: 2011.

\_\_\_\_\_, **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCNEB)** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília: 2013.



CANETTIERI, Marina Kurotusch; PARANAHYBA, Jordana de Castro Balduino; SANTOS, Soraya Vieira. **Habilidades socioemocionais: da BNCC às salas de aula.** Educ. Form., Fortaleza, v. 6, n. 2, e4406, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/4406>.

CERQUEIRA, Teresa Cristina Siqueira. **O professor em sala de aula: reflexão sobre os estilos de aprendizagem e a escuta sensível.** Psic, São Paulo, v.7, n.1, p. 29-38, jun. 2006. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1676-73142006000100005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-73142006000100005&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 18 out. 2022.

DUTRA, Paulo. **Educação Integral no estado de Pernambuco: uma política pública para o ensino médio.** Editora UFPE, Recife, 2014.

FERNANDES, Ângela Maria D. **Psicologia e Produção da Autonomia.** Universidade Aberta do Brasil. Universidade Federal da Paraíba. Centro de Educação. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, v.2, Aula 7, 2009.

FERREIRA, A. L. **Contribuições de Henri Wallon à relação cognição e afetividade na educação.** Educar, Curitiba, n. 36, p. 21-38, 2010. Editora UFPR.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia-saberes necessários à prática da autonomia.** São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência Emocional: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MARCONDES, Keila Hellen B; SIGOLO, Sílvia Regina R. **Comunicação e Envolvimento: Possibilidades de Interconexões entre Família-escola?** Universidade Estadual Paulista, Araraquara-SP, Brasil: Paidéia, jan.-abr. 2012, Vol. 22, No. 51, 91-99. Disponível: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/wmHT7pZPnLS7L3vTDbC9tTP/abstract/?lang=pt>. Acesso, 08/11/2022.

MARTINS, Priscilla de O. et al. O Ter e o Ser: **Representações Sociais da Adolescência entre Adolescentes de Inserção Urbana e Rural.** Psicologia: Reflexão e Crítica, 2003.

MENEZES, Janaina de O. **A BNCC e a Diversidade no Currículo do Ensino Médio.** Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB, BA: 2020. Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/semgepraxis/article/viewFile/9620/9428>. Em: 19/10/2022.

OLIVEIRA, S. M. L. G. de. **A Escola de Educação Infantil: construindo sonhos possíveis.** Psicologia Educacional II. Universidade Aberta do Brasil. Universidade Federal da Paraíba. Centro de Educação. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, V.3, 2008.



PIOVESAN, Josieli et al. **Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem**. (recurso eletrônico) 1 ed. Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2018.

Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as\\_sdt=0%2C5&q=PIOVESAN%2C+Josieli+et+al.+Psicologia+do+Desenvolvimento+e+da+Aprendizagem.+&btnG=Acesso](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=PIOVESAN%2C+Josieli+et+al.+Psicologia+do+Desenvolvimento+e+da+Aprendizagem.+&btnG=Acesso): 29/09/2022.

SANTOS, Maria de Fátima. **Pedagogia da Presença: Uma Estratégia para o Sucesso Escolar**. 2016. 124f. Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE/CCSA - Universidade Federal da Paraíba-UFPB, João Pessoa, PB: 2016.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto-Político Pedagógico**. São Paulo: Libertad, 2002. (Cadernos Pedagógicos do Libertad, v.1).

VASCONCELOS, Ivan César O de. **Desenvolvimento Humano: como se articulam informação e formação no processo educacional?** 2011. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Brasília, Brasília: 2011, p.24.

Disponível em: <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/bitstream/123456789/653/1/Ivar%20Cesar%20Oliveira%20de%20Vasconcelos.pdf>. Acesso: 30/09/2022.

WOOLFOLK, Anita E. **Psicologia da Educação**. Porto Alegre, Artmed, 2000. Submetido em julho de 2019 Aprovado em outubro de 2020. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as\\_sdt=0%2C5&q=WOOLFOLK%2C+Anita+E.+Psicologia+da+Educa%C3%A7%C3%A3o.+&btnG=Acesso](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=WOOLFOLK%2C+Anita+E.+Psicologia+da+Educa%C3%A7%C3%A3o.+&btnG=Acesso): 01/10/2022.



## BNCC E MEIO AMBIENTE: A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL PARA UMA MELHOR QUALIDADE DE VIDA

*Maria de Melo Azevedo<sup>8</sup>*  
*Maria Trajano A. Veras<sup>9</sup>*

### RESUMO

O presente artigo surgiu da necessidade de despertar no educando o interesse e a conscientização em relação à preservação do meio ambiente. Realizando uma pesquisa, com os alunos de modo geral contando com o corpo docente e discente direção e coordenação, comunidade escolar sensibilizando todos da importância da preservação e da qualidade de vida dos nossos educando, pretendemos através desse documento conseguir uma maior sensibilização para buscar soluções dos problemas ambientais dando oportunidade de todas as espécies e do próprio indivíduo que está inserido na sociedade possam ter uma melhor qualidade de vida. O resultado atesta a relevância de se alterar a norma na qual aprendi nas disciplinas dadas de modo que se passe a utilizar a lauda de papel nos trabalhos acadêmicos tendo em vista uma amostra de conhecimento muito amplo demonstrando assim um amplo desafio de como podemos todo corpo discente aprendeu de uma maneira simples que preservando o meio ambiente e muito importante para todos. Então foi uma ação responsável e consciente, que favorece a preservação dos recursos naturais, justificando gerações futuras, justificando assim o objetivo pretendendo no presente artigo.

**Palavras Chaves:** Coleta seletiva; Conscientização; Educação ambiental; Meio Ambiente.

### Introdução

Este artigo caracteriza-se em um estudo sobre a importância do conhecimento com o meio ambiente, no qual vamos trabalhar com nossos alunos do ensino fundamental, dando

---

<sup>8</sup> Formada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Atua como docente na rede pública na cidade de Lagoa Salgada/RN. E-mail: [mariameloazevedo2021@gmail.com](mailto:mariameloazevedo2021@gmail.com).

<sup>9</sup> Formada em Pedagogia. Especialista em Psicopedagogia Institucional e em Ensino Fundamental com Ênfase em Ciências. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciências da Educação na Universidade Del Sol. Atua como docente na rede pública na cidade de Lagoa Salgada/RN. E-mail: [trajanoiluminada@gmail.com](mailto:trajanoiluminada@gmail.com).



uma perspectiva, orientando-os para uma melhor qualidade de vida. Onde em diversas situações de aprendizagem, eles irão apropriar-se do conhecimento no que diz respeito ao ambiente onde estão inseridos.

Nos dias atuais diversas entidades tem se pronunciado a respeito da questão ambiente entre elas podemos citar o aquecimento global, a importância da reciclagem que pode minimizar o processo de degradação que a natureza vem sofrendo. Sendo assim, para um futuro bom, todos nós devemos preservar o meio ambiente, desde o espaço físico aos recursos naturais tão preciosos como a água, se conscientize que todos são responsáveis pelo futuro do meio ambiente.

Assim sendo necessito cuidar, para qual o modo econômico dos benefícios da terra pelos indivíduos tenha atitude de conservação, que provoque o mínimo choque aceitável e venere as qualidades de máxima sustentabilidade dos andamentos, porém, a recente amostra econômica instiga um consumo crescente e insensato condenando a existência na terra a uma ligeira destruição. Percebemos que a racionalidade científica tecnológica e econômica, além de não analisar os acontecimentos desastrosos da exploração indiscriminada da natureza no momento, atual a lógica continua a desconhecer os alertas de cientistas à semelhança crescente redução dos recursos naturais e da ameaça representada por esta diminuição para a assiduidade da vivência do homem com o meio ambiente.

De acordo com Freire; Nascimento; Silva (2006, p.21) numa ótima síntese da trajetória da relação do homem com o meio ambiente, explica que com o advento da agricultura, uma fantástica revolução deu novos rumos a está relação: o homem não mais precisa se deslocar a procura de alimentos, pois tinha descoberto as técnicas básicas de uso do solo para a produção, pois era só cuidar do ambiente em que vivia:

A necessidade de assumir-nos uma postura vigilante contra todas as práticas de desumanização. Para tal o saber-fazer da autorreflexão crítica e o saber-se da sabedoria exercitando, permanentemente, podem nos ajudar a fazer a necessidade leitura crítica das verdadeiras causas da degradação humana e da razão de ser do discurso fatalista da globalização (FREIRE, 1996, p. 11).

Com base no que nossa introdução nos mostra, é importante que todos estejam voltados para uma solução que possibilitem uma boa qualidade de vida, onde as gerações atuais e futuras desfrutem de um ambiente puro e saudável.



## Conceitos de Educação Ambiental

A Educação Ambiental em função da educação das dificuldades reais do meio ambiente, precisa levar em consideração os aspectos multidisciplinares dos indivíduos e da coletividade.

No entanto, os que convivem com a EA se encontraram com uma admirável variedade sob o guarda-chuva dessa designação. Atualmente, podemos deparar uma gama colossal de apreciação, práticas e metodológicas que, por sua vez, ora se subdividem, ora se antagonizam, ora se mesclam. Não é, pois, trabalho fácil ponderar, considerar e adjetivar a educação ambiental. Seus exercícios têm sido categorizados de muitos estilos: Educação Ambiental conhecido, apreciação, política, comunitária, formal, não formal, para o acréscimo sustentável, para a sustentabilidade, conservacionista, socioambiental, ao ar livre, entre tantas outras. Notemos determinado destes principais fluxos do ambientalismo e como se dá a inclusão da educação ambiental, em cada uma delas.

### a) Conservacionismo

Com expressivo aspecto nos países mais desenvolvidos, ganha grande investida com a manifestação dos impactos sobre a natureza acarretados pelas recentes amostras de desenvolvimento. Sua penetração no Brasil se dá a partir do desempenho de entidades conservacionistas como a UIPA e a FBCN.

A partir de então, esta corrente é conservada no país notadamente por ONGS de raiz internacionais que se destinam o amparo, defesa e precaução de classes, ecossistemas e do Planeta como um todo; à amparo da biodiversidade; às pontos do aquecimento global e o efeito estufa; ao enfrentamento da questão da ligeira degradação dos recursos hídricos; ao análise e apreciação dos grandes fatos de deterioração da natureza, incluindo a espécie humana como parte da natureza; ao esboço e formulação de banco de informação que convenham de apoio para a defesa e uso dos recursos naturais.

Na derradeira década, no entanto, a desempenho destas criações no Brasil tem se corrompido substancialmente. Com constância, elas nutrem programas de Educação



Ambiental, com as concordâncias do entorno de seus campos de ação, com costume prioritário de disponibilizar dados sobre os ecossistemas em esboço, mas ainda adicionar formação da idéia de inclusão social e emancipação política.

### **b) Socioambientalismo**

Tem suas ascendências mais intensas encravadas nos movimentos de obstinação aos regimes imperiosos na América Latina. No Brasil, esses virtuais foram distintivos da educação pública que brota com a visão tecnicista, difusora e repassadora de conhecimentos. Paulo Freire teve desempenho preponderante na alegação deste tipo de educação e guiou centenas de educadores brasileiros e em todo mundo que desfizeram com a visão tecnicista e reprodutora de noção para arquitetar uma educação emancipatória, transformadora, libertária.

Uma respeitável vertente da EA se guia nos ideais democráticos e emancipatórios da Educação Popular e lhe adiciona a extensão ambiental trazer envolver as relações sociedade e natureza para interferir-nos agitação socioambiental.

Em meio a os principais procedimentos deste fluxo estão o histórico seringalista Chico Mendes e sua discípula Marina Silva, ex Ministra do Meio Ambiente. Seus desígnios distinguem para o excito de uma cultura de artifícios democráticos; de excitação a métodos participativos e horizontalizados; de entendimento e refinamento de organizações, de conversa na diversidade; de autogestão política; de inclusão social e de uma organização social mais justa e eqüitativa.

### **c) Desenvolvimento Sustentável e/ou a Economia Ecológica**

Vertente que brota na década de 70, guiada na opinião de eco desenvolvimento. Ganha ampla investida na segunda metade da década de 80, quando governos e estrutura internacionais dar início a se incomodar com o futuro da vida no Planeta e passam a publicar documentos como “Nosso futuro comum”, a sugerir estrutura de regulação do uso dos recursos naturais, a criar novas legislações.



Se espalhar hoje, principalmente no chamado “Capitalismo Natural”, alcançado como planejamento das intervenções antrópicas no ambiente, empregar tecnologias e materiais desenhados ecologicamente.

De amplo alcance nos países do hemisfério norte, esta corrente concebe um crescimento adiantamento no uso coerente dos recursos naturais, na diminuição do gasto de energia, na minimização de envio de gases poluentes, no descimento e no tratamento dos resíduos, no eco eficiência etc. Desempenha grande influência nos bancos internacionais e nos mecanismos multilaterais e em especial em apontamentos do PNUMA, FAO UNESCO entre outros.

Seu evento está intensamente pertinente ao surgimento dos conceitos de responsabilidade social e desenvolvimento sustentável, frutos de décadas de tarefas dos movimentos da sociedade civil, de caráter especial o movimento feminista, de direitos humanos e o ambientalista que maquinaram consumidores, eleitores e investidores mais exigentes.

Passar a existir um grande número de fundações, institutos e associações governamentais, privadas e mistas que lidam a cogitar a educação ambiental sob a ótica da edificação de um novo modelo de produção, distribuição, consumo e descarte. Determinado ONGs ambientalistas que de acordo com a tradição afligem a questão da Educação Ambiental se integram e/ou consolidam parcerias com instituições de pesquisa nacionais e internacionais e decorrem a atuar fortemente com tais conceitos e práticas.

#### **d) Ecopedagogia**

Apresenta como fundamento a entendimento de Paulo Freire da educação como ato político que permite ao educando atingir seu papel no mundo e sua inclusão na história. O eco pedagogia fixa um olhar global a partir dos aprendizados do habitual. Nela o conhecimento de natureza está embasado na Hipótese de Gaia, de James Lovelock e no pensamento de Fritjof Capra e Leonardo Boff e está adjunta a elementos espirituais.

As duas derradeiras características, de maneira especial, dão o tom da abordagem metodológica desta vertente que procura cooperar para o entendimento de novos valores para uma sociedade sustentável. Abrange a educação a partir de uma concepção. O eco



pedagogia se assegura como movimento social em torno, principalmente, da formulação e discussão da Carta da Terra.

### **Meio ambiente e qualidade de vida**

A humanidade acordou para a necessidade de preservar o meio ambiente, a palavra de ordem é diminuir os impactos negativos do ser humano sobre o mundo. Como? Mudando atitudes pessoais e coletivos para salvar o mundo da ameaça cada vez mais real. É de suma importância interpretar situações de equilíbrio e desequilíbrio ambiental relacionando informações sobre a interferência do ser humano e a dinâmica das cadeias alimentares.

É necessário que todos os seres humanos tomem parte de como cuidar do meio ambiente, relacionando-se com a preservação ambiental para que todos nos tenhamos uma boa qualidade de vida, devemos conscientizar os nossos discentes para que os mesmos se envolvam nesse processo. O verdadeiro desenvolvimento de um país deve trazer bem-estar para sua população depende de refletir se é necessário consumir certo produto e sempre recusar o consumo do que é desnecessário, reduzir o consumo e o desperdício, sempre reutilizar embalagens e materiais se possível e reciclar o que não puder reutilizado.

As questões sobre o meio ambiente não são problema para ser resolvido, mas diremos que o assunto que envolve o mesmo deverá dar mais valor e atenção, já que dependemos disso para o futuro, não e hoje nem amanhã que sofreremos é o mundo daqui a dez, vinte, trinta e cinquenta anos que está em jogo. Qualidade e vida são o que todos querem, mas para ter precisamos dar mais valor para a qualidade que hoje temos.

No Brasil o número de desmatamento diminuiu o consumo de gases que geram o buraco na camada de ozônio acrescentou sua eficácia energética com o maior uso de fontes renováveis de energia, devemos promover o desenvolvimento sustentável, reduzir os danos de diversidade biológica cooperando com a limpeza da cidade, praticando ações simples como não aglomerar lixo em casa, ruas, terrenos, praias, rios e mares.

### **Preserções do meio ambiente**

Entretanto podemos preservar o meio ambiente de uma maneira diferente sobre tudo devemos demonstrar que a coleta do lixo tem como um meio principal de preservação



ambiental a preocupação com o ambiente esta associada ao radicalismo dando ênfase a um ponto de vista muito importante que é econômico, diante dessas atividades de preservação com o meio em que vivemos procuramos incentivar nossos educandos sobre os cuidados que nós devemos ter com nosso planeta.

Assim a grande tarefa da escola é proporcionar um ambiente escolar, puro, saudável e coerente, porém pretendemos que nossos alunos aprendam a contribuir sempre nessa formação de uma identidade como cidadão consciente no papel exercendo sua cidadania. Como sujeito social formador de cultura nas suas atuações coerente com próprio meio onde ele se encontra inserido. No seu habitat, quando se trata da preservação ambiental devemos sempre ter o cuidado de associar a natureza com o meio, hoje há uma exploração muito grande por parte do ser humano onde eles estão fazendo uso dos recursos naturais sem se preocupar com os renovados que são de suma importância para as espécies do ecossistema que muitas vezes são agredidas devidas a falta de conscientização homem que a cada dia destruindo o seu meio sua ganância de possuir seus bens matérias.

Hoje percebemos os limites de empasse dessa concepção que devemos ter com o meio ambiente, observando assim que a sociedade escolar está inserida com vários argumentos limpando, juntando, reciclando e reproduzindo para uma melhor qualidade de vida. Com relação a isso devemos considerar uma realização de modo integro onde os educandos aprenderam os valores de como tratar a questão ambiental sempre defendendo assim os recursos naturais havendo assim um equilíbrio ambiental quando se trata de discutir as questões ambientais com os discentes devem assim sempre relacionar os interesses dando ênfase com principais recursos a preservação com os valores no ambiente.

Nesse sentido, deve ser organizados de forma proporcionando assim com podemos utilizar todos os conhecimentos sobre o meio ambiente para que os alunos possam compreender todas as questões ambientais, assim tendo sempre a importância da ajuda do professor mediador e orientada como a gente do processo ensino aprendizagem, para um melhor conhecimento do mundo de modo geral o trabalho com esse tema tem sido de ampla importância nosso aluno com base de conhecimentos para sua formação acadêmica. Para que esse trabalho possa atingir essa amplitude se faz necessária a participação de toda comunidade escolar, buscando assim conhecimento: professores, funcionários pais e alunos



se conscientizem sempre com o conteúdo abordado. De acordo com (GIDDENS, 1991, p.169), ele afirma que:

A preocupação com os danos ao meio ambiente está agora difundida, e é um foco de atenção para os governos em todo o mundo. [...] Na medida em que a maior parte das questões ecológicas consequentes é tão obviamente global, as formas de intervenção para minimizar os riscos ambientais terão necessariamente uma base planetária.

Segundo Giddens (1991), é que devemos nos preocupar cada vez mais com a preservação do meio ambiente, conscientizando os educandos para tomarem atitudes mais severas, para garantir o bem-estar da humanidade. A deterioração ou desastre ecológico é uma possibilidade real nos dias de hoje, podendo ser “menos imediata que o risco de uma grande guerra, mas suas implicações são igualmente perturbadoras” (GIDDENS, 1991, p. 169).

Sob o ponto de vista da melhoria da qualidade de vida e da própria sobrevivência das espécies sobre o planeta, a relação homem-natureza está sendo reavaliada. A natureza não pode mais ser vista como uma simples fonte de matéria-prima ou um local de despejo da sucata industrial. Esta mentalidade, largamente empregada em tempos passados, resultou em desequilíbrio ambiental, que atualmente manifesta-se de diversas formas: poluição hídrica, poluição atmosférica, chuva ácida e destruição da camada de ozônio. E os processos erosivos são apenas alguns exemplos dos problemas ambientais que comprometem a nossa qualidade de vida.

O correto equacionamento dos problemas ambientais passa pela instauração de um processo para despertá-lo de uma nova consciência e de uma nova postura ética em cada cidadão diante da natureza. Assim sendo a política de preservação do meio ambiente e os problemas ambientais devem continuar como pauta de discussão de todos os segmentos da sociedade preocupados com a qualidade de vida e, conseqüentemente com o meio ambiente.

### **A ação do homem com o meio ambiente: um breve olhar sobre a história no ambiente em que vive**

Diante de tudo a preservação é um ato de como devemos fazer para que o nosso ambiente fique mais saudável. Portanto, os nossos discentes devem aprender fazer de tudo



como podemos ajudar o nosso ambiente, tendo uma conscientização ampla na preocupação que devemos ter com o nosso meio. A relação dos discentes é muito importante, pois ele deve ter muito cuidado como tratar de seu próprio lugar de viver.

Tendo uma ação coerente e justa, ajudando assim não sujar e se protegendo sempre seu próprio lugar. Nesse caso devemos se preocupar de uma maneira ampla conservando o ambiente no presente para o futuro sempre inovando uma modificação para que nos possamos viver com uma qualidade de vida bem melhor tendo sempre o ambiente limpo e saudável.

Desde o início dos períodos, o homem continuamente se pautou com o meio natural, dele extrair informações para garantir a sua permanência. Nas palavras de Esteves e Abreu (2005) no início da sua história, os homens eram basicamente “seres ecológicos”, uma vez que viviam essencialmente do consumo de recursos renováveis. Além disso, extraíam tanto simplesmente o imprescindível para a sua sustentabilidade, com as descobertas com o meio ambiente, a semelhança do homem com o meio se transformou e este principiou o artifício de dominação da natureza.

### **O que é o lixo?**

Em Matos, (2009), mostra que o lixo é qualquer material considerado inútil, gerado pela atividade humana e pelo fato de assim ser, necessita de eliminação. Ou seja, qualquer material que indivíduo elimina é considerado lixo.

Mas como afirma o dizer famoso na natureza nada se perde, nada se cria; tudo se transforma, é por isso que mais de 50% do lixo é formado por materiais que podem ser reutilizados ou reciclados.

O lixo é um problema ambiental, conseqüentemente, é um problema que atinge toda a sociedade. Deve, no entanto, ser tratado de forma mais adequada, haja vista o lixo ser caro, pois gasta energia e demanda muito tempo e espaço para decompor-se.

### **Tipos de lixo**

De acordo com (MATOS, 2009, p.5), o mesmo afirma que o lixo pode ser selecionado de varias formas tais como:



- Lixo domiciliar (residências)

É o tipo de lixo produzido pelas pessoas em suas residências. Constituído principalmente de restos de alimentos, embalagens plásticas, vidros, trapos, papéis e plásticos, em geral. O lixo domiciliar requer maior atenção enquanto se trata da sua separação, pois os restos da comida, cascas de frutas ou vegetais caracterizam o ‘lixo molhado’ e os papéis, folhas secas e tudo que se varre dentro da casa caracterizam o ‘lixo seco’. Sem esquecermos do lixo doméstico perigoso, geralmente proveniente de produtos domésticos comuns, como produtos de limpeza (soda cáustica), ácido muriático, (água sanitária), solventes, tintas, produtos de manutenção de jardim (praguicidas), venenos, inseticidas, medicamentos, sprays, etc.

- Lixo comercial (restaurantes órgãos públicos, bares, açougues, lojas comerciais, escritórios, hotéis, bancos, etc.).

Esse tipo de lixo é originado do setor terciário, ou seja, dos diversos estabelecimentos comerciais e de serviços, composto de papel, plásticos, papelões, restos de alimentos, resíduos de lavagens, sabões, descartáveis, embalagens diversas, papel toalha, papel higiênico, etc.

- Lixo industrial (processo de industrialização)

Lixo proveniente das indústrias, por isso, justifica-se a variedade de resíduos, dentre eles: sólidos, líquidos e gasosos. Uma grande parte do lixo resultante da indústria alimentícia é utilizada como ração animal, enquanto o lixo que gera material químico é bem menos aproveitado por apresentar maior grau de toxicidade e elevado custo para reaproveitamento. As indústrias metalúrgicas e de plásticos vendem seu refugo para serem reciclados por outras empresas.

Não esquecemos de que a liberação de resíduos ou produtos “não-necessários” para a indústria, no ambiente, pode causar a poluição do ar, da água e do solo.

- Lixo hospitalar (hospitais, clínicas, laboratórios, etc.)

Mediante a diversidade de atividades que se desenvolvem dentro de hospitais e clínicas, há uma enorme geração de resíduos, chamados de “lixo hospitalar”, e que representa perigo à saúde e ao meio ambiente. Estes resíduos podem ser: ataduras, gases,



fitas adesivas para curativos, seringas e agulhas, lâminas de bisturi, restos e frascos de medicamentos, fraldas e outros descartáveis.

Se os restos hospitalares forem colocados de acordo com o princípio da ANVISA, não há riscos para o meio ambiente nem para a população. Segundo os preceitos do ministério da saúde, os materiais hospitalares que podem produzir cortes e perfurações devem ser conduzidos por aterros sanitários, que não sejam frequentados por catadores de lixo, garantindo assim, a arrumação final dos resíduos de serviços e saúde, em solo.

- Lixo Público

Portanto os serviços públicos urbanos incluem a limpeza com todos os resíduos onde tem uma variação de vias publicas que podem ser: praia, galeria, córregos e terrenos baldios.

- Lixo Nuclear

Diante a destinação incorreta de resíduos provenientes de diversas fontes de energia nuclear como por exemplo as usinas nucleares ou aparelhos de raio x e se caracteriza pelo alto grau de periculosidade que causa alterações das células provocando assim alterações no organismo como um todo. na pratica o lixo nuclear polui menos que os outros lixos, porque possui um rigoroso controle de destinação .

### **Tempos de vida do lixo**

- Papel

Decomposição: 3 a 6 meses

Tipo não reciclável: vegetal, celofane, encerados, papel-carbono, fotografias, papéis sanitários usados e fraldas descartáveis.

Vantagens da reciclagem: preservação de recursos naturais, economia de água e energia.

- Plástico

Decomposição: mais de 100 anos

Tipo não reciclável: celofane, embalagens plásticas metalizadas e plásticos usados na indústria eletroeletrônica e na produção de computadores, telefones e eletrodomésticos.



Vantagens da reciclagem: em lixões, o plástico pode queimar, indevidamente, e sem controle. Em aterros sanitários, dificulta a compactação e prejudica a decomposição dos elementos degradáveis.

- Vidro

Decomposição: mais de 4.000 anos

Tipo não reciclável: espelhos, vidros de janelas e de automóvel, tubos de televisão e válvulas, ampolas de medicamentos, cristal, vidros temperados planos ou de utensílios domésticos.

Vantagens da Reciclagem: pode ser reutilizado porque sua esterilização tem alto grau de segurança.

- Metal

Decomposição: não se decompõem

Vantagem da Reciclagem: evita a retirada de minérios do solo, minimizando o impacto ambiental, acarretado pela atividade mineradora, e reduz o volume de água necessária para a produção de novos produtos.

- Lixo Orgânico

Decomposição: 6 a 12 meses

Vantagens da Reciclagem: a compostagem de resíduos orgânicos garante adubo com grande capacidade de reposição de sais minerais e vitaminas.

## **Reciclagem**

Diante do que foi retratado dentro do contexto (CANTO, 2009, p.149), classificou a reciclagem segundo as suas utilidades.

Quando você compra um produto de papel, de vidro, de plástico ou de metal, pode ser que esse material, um dia já tenha sido jogado fora como lixo.

A reciclagem é o processo que permite reaproveitar esses materiais, que serão transformados em novos objetos que podem, ou não, se parecer com os objetos originais.

Mas por que reciclar? A resposta pode ser dividida em quatro partes.



- Pouparamos dinheiro, pois obter plásticos, vidro ou metal a partir de matéria-prima natural custa mais do que reaproveitarmos o que já existe;
- Economizarmos energia, pois gasta-se menos energia na reciclagem do que na obtenção a partir de fontes naturais;
- Conservarmos os recursos naturais, como as árvores-usadas para fabricar papel, o petróleo-matéria-prima para os plásticos-e os minérios-que permitem obter metais, e diminuimos a quantidade de lixo e, portanto, reduzimos os problemas trazidos por ele, tais como a necessidade de espaço nos aterros sanitários.

### **Reciclagem de vidro**

O vidro é mais fácil de todos os materiais para reciclar primeiramente ele é triturado, transformado em pó. A seguir é aquecido assim ele derrete e pode ser modificado no formato que se deseja. Após endurecer está pronto um objeto de vidro reciclado.

### **Reciclagem dos metais**

Um metal pode ser reciclado de maneira muito parecida com a do vidro. Ele deve ser derretido por aquecimento e a seguir modelado no formato desejado.

### **Reciclagem dos plásticos**

Você já notou que os objetos de plásticos apresentam um aviso alertando que eles são recicláveis? Para reciclar um plástico, ele deve ser derretido e moldado. No entanto, se reciclarmos plásticos diferentes misturados, o que vamos obter é um material que se quebra com facilidade.

### **Reciclagem do papel**

A reciclagem do papel é um pouco mais complexa do que a de vidro a de metal e a de plásticos. O processo é bastante parecido com a fabricação do papel a partir da madeira, só que em vez de madeira se utiliza o papel velho.

### **Coleta seletiva de lixo**



Se vidrar, metal, plásticos, papel e restos de comida estiveram juntos num mesmo saco de lixo, funcionários precisarão separar esses componentes para que sejam enviadas as indústrias que os reciclam.

### **Mandamentos ambientais**

Foi classificado os mandamentos ambientais em:

- Não desperdice água e energia elétrica;
- Antes de jogar algo no lixo, pense em como poderia ser reutilizado, ou reciclados;
- Prefira produtos duráveis, que não precisem ser trocados com frequências;
- Substitua as pilhas pela energia elétrica. Quando não for possível, prefira pilhas sem cádmio e mercúrio ou recarregável;
- Opte por produtos com o mínimo de embalagem, de preferencia feita com materiais recicláveis;
- Prefira embalagens renováveis ou reutilizáveis;
- Procure comprar alimentos orgânicos, que são produzidos sem o uso de agrotóxicos;
- Prefira produtos mais concentrado (tipo tamanho família) que geram menor quantidade de lixo;
- Evite consumir produtos descartáveis;
- Evite consumir produtos de limpeza á base de cloro, tintas que tenham chumbo na sua composição e produtos de plásticos PVC (identificado com o nº 3 ou com letra v) essas substancia são tóxicas ao homem e ao ambiente;
- Evite consumir isopor. Na sua produção, utilizam-se gases que agride a camada de ozônio;
- Não misture o lixo separe papel, plástico, alumínio, vidro, e metais, ferrosos, que podem ser reciclados;
- Substitua as sacolas plásticas por uma sacola de pano os copos descartáveis por copos de vidros, e assim por diante;



- Pratique a filosofia dos, 4 R's: Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Reusar.

Estes mandamentos são de suma importância, pois conscientiza o homem sobre a preservação do meio ambiente.

### **Trabalhando meio ambiente no ensino fundamental**

Através dos conhecimentos dos nossos educandos sobre o meio ambiente relativo à qualidade de vida e tentando sensibilizando a população escolar diante de um estudo feito coletivamente, visando os cuidados que devemos ter com o ambiente em que vivemos na preservação ambiental.

No mundo atual, está ficando cada vez mais difícil para os indivíduos ter uma qualidade de vida mais saudável devida o índice de população, no geral tendo como principal meta a preservação dos mananciais e das espécies existentes no nosso ecossistema.

Sabemos das dificuldades encontradas para fazer com que as pessoas se reeduquem só, assim a população escolar poderia exercer a sua cidadania e também construir um mundo melhor onde todos pudessem ter uma qualidade de vida melhor e assim contribuiremos não jogando tanto lixo nos rios, lagos, etc.

Nós educadores e mediadores dos conhecimentos e formadores de conceitos para a formação do cidadão crítico e reflexivo, buscando os conhecimentos básicos para o desempenho de cada cidadão para que todos possam fazer uso da ação cidadania para uma melhor conscientização dos cuidados que devemos ter em relação à comunidade escolar ajudando na qualidade de vida de nos seres humanos tendo uma vida mais saudável dando oportunidade para que todo se sinta mais valorizado.

### **A Formação docente no Processo de preservação ambiental**

No ensino construtivista, existem alguns aspectos relacionados ao papel do professor em sala de aula bastante diferente ou até mesmo oposto aos do ensino fundamental. Por isso, é importante discutimos juntos alguns pontos que dizem respeito ao modo como o professor cria um ambiente propício ao desenvolvimento cognitivo e afetivo de seus alunos.



Nós professores desempenhamos um papel essencial na proposta de ensino, pois não é fácil, nas séries iniciais, criar condições para que os alunos construam conhecimentos específicos, o educador é a figura chave do desenvolvimento das atividades e, por esse motivo é importante discutir alguns pontos relacionados a sua atividade em sala de aula, o que se torna bastante diferente do professor que trabalha de forma tradicional.

Nesse sentido (COLL, 1992, p.113) propõe que:

[...] na escola se ensinem e se aprendam outras coisas consideradas tanto ou mais importantes que os fatos e conceitos, como por exemplo, determinadas estratégias ou habilidades para resolver problemas, selecionar informações pertinentes em situações novas ou inesperadas, ou também, saber trabalhar em equipe, mostrarem-se solidários com os companheiros, respeitar e valorizar o trabalho dos demais, ou não discriminar as pessoas por razão de gênero, idade ou outro tipo de características individuais.

Uma das atividades usada no método construtivista é a experimental, pois quando problematizada torna-se ainda mais desafiadora, supondo um planejamento conjunto entre professor e aluno. A principal função da experiência é com a ajuda do professor e a partir das hipóteses e conhecimentos anteriores, ampliar o conhecimento do aluno sobre os fenômenos naturais e fazer com que maneira de ver o mundo.

Portanto, a elaboração do experimento se constitui numa estratégia de aprendizagem para o conteúdo procedimental 'montagem experimental'. Será necessário oferecer aos alunos oportunidades de participarem mais ativamente no planejamento, não se restringindo a sua execução, como também buscar informações, identificar problemas, elaborar hipóteses a partir das evidências coletadas pelos próprios alunos, planejar experimento, levando em consideração apenas os meios possíveis, sobre tudo os problemas a ser resolvido, analisar experimento, uma vez realizadas e coletados os dados, se propõe saber criticar o próprio experimento, além disso, é muito importante para o ensino de Ciências.

Quando a aprendizagem dos educandos não for satisfatória, é preciso que o educador reflita honestamente sobre aquilo que fez ou deixou de fazer e planeje mudanças no seu modo de agir.

Temos uma noção dos fatores que vem acontecendo no nosso ambiente por que, sempre trabalhamos temas que envolvam problemas que nos faz refletir e fornece subsídios para que



juntos possam acompanhar o desempenho dos nossos discentes. Diante de vários experimentos realizados nas aulas de ciências verificamos a ansiedade e expectativas pelos alunos buscando a certeza de refletir sobre diferentes papéis dos estudos dos conteúdos.com temas abordados. Sendo assim o verdadeiro papel do estudo dos conteúdos e de principal função do docente no qual ele orienta proporcionando os valores e dando oportunidade de fazer uma reflexão do assunto pesquisado relativo à nação humana como cidadão crítico e reflexivo tendo uma postura diante do conhecimento adquirido através de uma leitura de mundo no qual ele esta inserido exercendo a sua cidadania.

O professor de Ciências deve trabalhar numa perspectiva pelo sucesso dos seus alunos, uma das características básicas desse progresso refere-se a forma empregada pelos alunos para explicar o mundo que os cerca, no entanto, é preciso criar condições concretas para que as mudanças ocorram alcançando assim a melhoria da qualidade do ensino. Incentivar as aulas pratica pode ser o caminho, visto que a escola deve proporcionar ao educando maneiras que lhes permitam se organizar e se tornarem responsáveis pelos espaços que são disponibilizados.

A aquisição do conhecimento ocorrera em um processo que comporta atividades variadas e interessantes, colocando o aluno sempre no centro da ação pedagógica ou se ele se sinta à vontade para falar, para participar e relatar suas experiências vivenciadas.

Para que os discentes adquiram tais habilidades, o educador precisa planejar atividades que contemple as necessidades de cada aluno, pois o ato de planejar deve ser entendido como uma maneira de organizar de forma mais objetiva os conhecimentos. Infelizmente existem professores que não usam a prática do planejamento, apoiando-se apenas em livros didáticos. Ao se deparar com a necessidade de mediar uma aula pratica ficam completamente desorientados, porque vinculam o ensino com atividades práticas as existências de sala apropriadas como: equipamentos, laboratórios, materiais específicos e instalações adequadas, o que geralmente na maioria das instituições de ensino não disponibilizam. Não há outra saída de não argumentar que, a inexistência desses recursos impossibilita a sua aula pratica, e o que se deve fazer é ou voltar para os livros ou encaminhar os alunos para observarem a fauna e a flora ou para ir para um zoológico.



A participação ativa dos alunos nesse processo é essencial, criarem espaço para a reflexão, organizar os conteúdos contextualizando-os ao meio sociocultural e ambiental do aluno, considera-lo com a bagagem emocional, afetiva e de conhecimentos. A apropriação dos conteúdos científicos possibilita uma leitura de mundo que facilita a compreensão dos fenômenos e instrumentaliza o aluno para debater e modificar a realidade que o cerca, no que diz respeito ao meio ambiente.

A ciência necessita ser percebida como um componente da Cultura, tendo um cenário que as informações científicas e tecnológicas ampliam-se em grande escala na nossa sociedade, resultante do meio de sobrevivência do homem, do seu empenho criativo, e não de um período mágico, no qual o homem cria, a partir do nada, teorias e leis. Ao apreciar ciência como um componente do universo cultural, deve-se analisar que ela possui uma história. A produção da noção científica está pautada com os diversos momentos históricos do seu aparecimento, recebendo influências dos interesses econômicas, sociais, políticas, religiosas, entre outras, e também sobre elas preencher a sua influência.

O ensino de Ciências não pode ser crescido como um elemento isolado do todo social e, além disso, deve auxiliar o cidadão na captação dos múltiplos assuntos com as quais passamos no nosso cotidiano e que envolvem elementos da ciência e da técnica.

Pode-se refletir que o ensino de Ciências deva fornecer para o próprio aumento da ciência, garantindo o entendimento inicial e o estímulo à posterior profissionalização dos cientistas e técnicos hábeis a dar respostas às misérias sociais. Não obstante, sua principal função necessitará ser a de proporcionar aos indivíduos uma melhor concepção não só da ciência e de sua natureza, como do mesmo modo do papel da ciência na sociedade atual. Assim, o ensino de Ciências necessitará possibilitar a todos os discentes uma constituição científica básica, capacitando-os a envolver o funcionamento de seu mundo, ao mesmo tempo em que pode incentivá-los a prosseguir seus estudos nos campos da ciência e da técnica.

### **A importância das aulas práticas com os discentes**



A implantação da prática de experimentação dentro dos planejamentos da disciplina de Ciências depende muito de muitos fatores, sendo assim o docente deve fazer o possível para aprimorar oportunidades aos alunos de maneira que eles possam ter umas observações amplas. Coletar e construir, tendo uma conclusão muito boa. O docente ele é o espelho no qual o aluno vê, ajudando a se próprio diante dos elementos fornecidos pelo professor ou pelos materiais didáticos, o que nos mostra uma rápida progressão conceitual.

Portanto, é de suma importância, que o docente planeje atividades nas quais o discente possa ter feito de muitas formas e recomendável que as primeiras iniciativas foram supervisionadas pelo professor. Precisamos incluir a experimentação como uma batalha, onde nos dias atuais temos que agir diante da disciplina de Ciências para que nossos alunos contribuam verdadeiramente com a educação. E importante que o docente oriente atividades de experimentação e orientação, pois é por meio deste que acontece a construção de conhecimento.

É importante para que se possam trabalhar ciências nos dias atuais a implantação da pratica de experimentação nos planejamentos da disciplina de ciências depende muito de vários fatores, portanto o educador deve fazer o possível para proporcionar oportunidades aos alunos de maneira que eles possam realizar observações, coletar e construir conclusões mais evidentes, portanto, é de suma importância que o educador planeje atividades nas quais o aluno possa ter oportunidade de realizar observações de maneira autônoma.

A tomada de consciência estar longe de construir apenas uma simples leitura ela é uma reconstrução que o aluno faz de suas ações do que conseguir observar durante a experiência. Uma coisa é saber fazer, outra é compreender. No entanto, ter resolvido o problema não significa que a atividade chegou ao fim. Segundo (PIAGET, 1978, p.176).

[...] fazer é compreender uma ação uma dada situação em grau suficiente para atingir os fins propostas, e compreender e conseguir dominar em pensamentos, as mesmas situações aтем poder resolver os problemas por elas levantados, em relação ao porque e ao como das ligações constatadas e, por outro lado utilizados na ação.

Portanto, é isso o que queremos com nossas atividades: acima de tudo criar condições em sala de aula para que os educandos consigam fazer, isso e resolver o problema.



É vital criar situações onde os alunos possam refletir sobre seus próprios conhecimentos, comparando-os os dos colegas, sendo convidados a procurar por explicações diferentes e perceber que pode não existir compatibilidade entre elas, a experimentação favorece o questionamento e a busca pelo conhecimento permitindo a inter-relação do aprendido com o que é visto na realidade, tais atividades requer do professor sensibilidade, senso de observação e metodologia adequadas para que as crianças cheias de vontade e curiosidade e também dotados de conhecimentos, concepções e representações prévias, sejam orientadas nas construções de novos conhecimentos de forma plausível, inteligível e frutífera.

É importante que as atividades das aulas de experimentação sejam planejadas de forma tal que as mesmas tenham relações estabelecidas que possam emergir como consequência do trabalho realizado muitas vezes dos próprios estudantes, a metodologia nesse processo inovador possibilita o desenvolvimento das competências necessárias a construção do pensamento crítica proporcionando a interatividade entre professor e aluno na aprendizagem, estabelecendo uma mediação dialógica favorecendo uma esfera de motivação influenciando no ato de ensinar e aprender. Segundo (BECKER, 1997) não há educador tão sábio que nada possa aprender, nem educando tão ignorante que nada possa ensinar.

Diante dessa afirmação é papel do professor criar um ambiente investigativo na sala de aula, que lhe permita a confrontação daquilo que o aluno pensa com o pensamento dos colegas. A partir de certo tempo será possível perceber o amadurecimento de suas reflexões, através desta experiência, possivelmente, eles se tornarão mais conscientes de que cada educando é responsável em buscar novas práticas de aprendizado, educar para uma sociedade.

Estamos numa época de busca de novas práticas sociais e também, de novas formas de pensar essa prática. Portanto são as humanidades dos saberes fundadores de todas e qualquer transformação, elas são pressupostas a quaisquer outras Ciências humanas. Nesse contexto o grande desafio da educação no século XXI é generalizar o conhecimento torna-lo acessível a todas as sociedades contemporânea está marcada pela questão do conhecimento. E não é por acaso que o conhecimento se tornou peça chave para entender a própria evolução das estruturas, sociais, políticas e econômicas de hoje.



Não se pode falar na ação de ensinar sem pensar a condição do aprendiz, também se lembra de que é desafiador para o professor ter que lidar, ao mesmo tempo, com a desmotivação encontrada nos aprendizes, quando estes são mais atentos às superficialidades e a busca de soluções facilitadoras nos estudos. Isso porque aprender admite-se apesar de proporcionar prazeres, não é fácil, exige empenho concreto nas buscas, nas descobertas e no uso destas. Nesse contexto é que os profissionais da educação devem repensar a sua atuação.

Sabemos que na construção do conhecimento pelo aluno estão presentes os aspectos interno e externo a ele é que no âmbito dessa estrutura que o sujeito constrói o conhecimento e, portanto aprende, no entanto o educando é visto como um ser ativo que agindo sobre os objetos de conhecimentos decorrentes de suas estruturas cognitivas e de suas aprendizagens e experiências vividas, assim como também os recebe do meio que vive. Entretanto como afirma (LUCKESI, 1995, p. 148).

Conhecer o nível do desenvolvimento do aluno em forma de constatação da realidade, comparar essa informação com aquilo que é considerado importante no processo educativo, tomar decisões que possibilitem atingir os resultados esperados.

Se aprendizagem consiste em novas informações, então requer em seus processos constantes, reestruturações do conhecimento adequando-se ao nível cognitivo adquirido pelos alunos. É importante que o professor faça seus registros, só assim é possível constatar informações que viabilizem a construir uma postura crítica em ação-reflexão aconteçam constantemente.

O ensino associado ao experimento prático na sala de aula é trabalhar dentro de uma organização tendo em vista a execução da ação educativa, em que implica em ensinar e aprender de uma forma diferente, levando em consideração o modo como os alunos pensam e aprendem. Além disso, propõe desafios, desperta a curiosidade e permite ao aluno confrontar suas hipóteses com o conhecimento histórico propiciando assim, a construção do conhecimento científica.

O educador necessita também abranger claramente a distinção entre os procedimentos de ensino e de aprendizagem. A educação é função primordial do docente, que delinea, destaca e considera as atividades de aprendizagem, tendo por alicerce os desígnios educativos acentuadas no plano curricular e no nível de ensino. A aprendizagem é um



artifício pelo qual cada educando arquiteta os conhecimentos que permanecem em jogo na agilidade que foi proposta pelo professor; sendo o principiante um sujeito que carece ter arranjo para o esforço de aprender e um caráter compatível com os desafios que o procedimento lhe coloca.

Assegura-se ao mesmo tempo em que se deve apreciar a exercício social presente nas crianças. Quando se leciona Ciências, nas Séries Iniciais, está-se aperfeiçoando o cidadão e não apenas posteriores cidadãos. Argumenta que os educandos, enquanto complementares do corpo social atual pode ser hoje em dia do mesmo modo responsável pelo cuidado do meio ambiente, podem atuar hoje de forma consciente e solidária em semelhança a temas acoplados ao bem-estar da sociedade da qual conseguem parte. Appreciar a criança como sujeito igualitário atual, estar-se-á cooperar para o seu ato como adulto responsável e decisivo na sociedade.

### **Considerações Finais**

Podemos constatar que se fez necessário um estudo amplo devido os problemas ambientais que vem ocorrendo no meio ambiente e causando sérias conseqüências de saúde a nossa comunidade como um todo, sendo assim os discentes tiveram uma conscientização de como devemos cuidar do ambiente em que vivemos, e só assim buscar uma melhor qualidade de vida dos cidadãos. Sabemos que nós docentes procuramos sempre esclarecer aos nossos discentes da importância da preservação do meio ambiente.

Fazendo com que nossos educandos possam ter os principais cuidados que deve se ter com os recursos naturais renováveis que a cada dia vem sendo mais escassos no nosso planeta. Entretanto, como afirma Freire:

*Estar no mundo sem fazer história, sem por ela ser feito, sem fazer cultura, sem tratar, sem cantar, sem musicar, sem pintar, sem cuidar da terra, das águas, sem usar as mãos, sem esculpir, sem filosofar, sem pontos de vista. Sobre o mundo, sem fazer ciência ou teologia, sem assombro em face de mistério, sem aprender, sem ensinar, sem idéias de formação, sem politizar, não é possível (FREIRE, 1996, p. 89).*

Diante do que vemos que a complexidade da questão ambiental e as possibilidades de fundação de uma ética planetária implicam, sobretudo, na reformulação de atitudes, diante da



disciplina de ciências que é de fundamentação importância para fazer com que o aprendizado dos alunos fique bem avançado, de acordo com as pesquisas realizadas no referido trabalho, usando esse conhecimento para melhorar o ensino aprendizagem, onde todos possam desenvolver um excelente trabalho, facilitando o aprendizado na disciplina abordada.

A escola é um espaço onde todos os alunos se qualificam com a orientação do professor, os mesmos são capazes de garantir um desenvolvimento de raciocinar e inserir no nosso mundo tendo uma melhor qualidade de vida. Portanto é importante que, saibamos sempre ajudar as pessoas que nos rodeiam e entre as quais vivemos, no que diz respeito a preservação do nosso planeta sendo assim a educação do futuro deverá se basear numa postura transdisciplinar que ao redescobrir que certas coisas não só dependem de nós e sim de todos que fazem parte do mundo.

Nós educadores precisamos desafiar as suposições básicas e as metáforas orientadoras que tem fundamentado e legitimados o tratamento humano do mundo natural durante a era moderna. A necessidade de recuperar um sentido de conexão com o mundo e com a comunidade da terra como um todo surge como uma tarefa cultural essencial para que possamos responder efetivamente do desafio ecológico tal recuperação precisara ser multifacetada envolvendo pessoas de todas as idades e profissões e de todas as instituições sociais.

Portanto como comunidade escolar pretendemos enfrentar com competência estes graves problemas causados pelas mãos do homem a terra e preciso restabelecer o nosso vínculo com a natureza resgatar o respeito e a harmonia nas relações com o meio ambiente. Hoje mais do que ontem a natureza vem revelando todo esse desequilíbrio são enumeras as catástrofes que vem abalando o nosso mundo tentando despertar aqueles/as que estão podendo reconhecer as inúmeras mazelas que o desenvolvimento científico e tecnológico também nos oferece ao lado de tantos benefícios nas realidades este mesmo desenvolvimento vem traindo o ser humano e levando a destruição a própria civilização que o criou. Precisamos sensibilizar a todos a respeito do valor do meio ambiente e de sua importância no desenvolvimento e bem-estar sustentável da sociedade.

É preciso ressaltar que a formação complementar que obtivemos nesse curso veio a coroar todas as disciplinas diversas, por isso devemos afirmar que continuaremos buscando



conhecimentos que nos ajudem a compreender a realidade, pois na condição de professoras, não podemos negar que hoje somos pesquisadoras, o que constitui para nós num repensar o nosso fazer pedagógico, aprendendo a aprender para então melhor ensinar.

## Referências

- BECKE, Fernando da ação a operação: **O caminho da aprendizagem em jogos**: Piaget e P. Freire. ed. 2. Rio de Janeiro: Palmarinea. 1997.
- CANTO, E. L. Ciências naturais: aprendendo com o cotidiano. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2009.
- COLL, C. **Los contenidos em la forma**. Magrid: Santillana. 1992.
- CRUZ, D. **O meio ambiente**. São Paulo: Atica, 2002.
- DIAS, G.F **Educação ambiental**: princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 1992.
- ESTEVES, Otavio de A; ABREU, M de F Bandeira Ecológica: Uma causa superada. **Bios**: cadernos dos Departamentos de Ciências Biologica da PVC, Belo Horizonte, V.1, nº 1, p.25-26, junho. 2005.
- FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: **Saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, J. T., NASCIMENTO, M. de F. F.; SILVA, S. H. S. **Diretrizes Curriculares de Educação Ambiental**: Salvador: SEMEC 2006.
- GADOTTI, M. **O Mercosul educacional e os desafios do século 21**. Brasília, Instituto Nacional de Estudos e pesquisas Educacionais, 2007.
- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**, São Paulo: UNESP, 1991.
- LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 1995.
- MATOS, T. Lixo: **uma Alternativa Sustentável**/Terceiro Matos. Recife. Soler edições Pedagógicas, 2009.
- PIAGET, J. **O nascimento da inteligência na criança**. São Paulo: Zahar, 1978.



## A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

*Janecleide Pereira de Souza Amorim<sup>10</sup>*

### RESUMO:

A pesquisa nos mostrou da importância que a tecnologia apresenta em nossas escolas, sendo uma ferramenta bastante instigante a ser utilizada de forma positiva, para a contribuição de desenvolver na sala de aula, aulas com mais evoluídas. Desse modo, salienta a necessidade dos professores inovarem em suas práticas pedagógicas. Por isso a pesquisa nos proporcionará um olhar que precisamos levar para as escolas, de forma que todos façam parte dessa inovação, pois, a BNCC nos mostra em suas propostas que a tecnologia é umas das ferramentas que deve ser mais usada na prática pedagógica dos professores, fazendo com que tanto o professor quanto o aluno tornem-se pesquisadores dos saberes. Com isso, se faz necessário que os professores tenham conhecimento das dez competências que a BNCC compõe, para que os professores possam refazer suas práticas pedagógicas, com mais

---

<sup>10</sup> Graduada em Pedagogia pela UVA-Universidade Estadual do Vale do Acaraú, Pós-graduada em Psicopedagogia Institucional UNIFACOL e Mestranda pela UNADES. E mail: [janecleideamorim865@gmail.com](mailto:janecleideamorim865@gmail.com).



estímulo e criatividade, utilizando meios tecnológicos nos quais são oferecidas por diversas ferramentas no melhoramento e avanço de uma prática renovadora.

**Palavras Chave:** Alunos; Aprendizagem; Inovação; Tecnologia; Práticas Pedagógicas.

## Introdução

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), traz para educação básica propostas para que o professor utilize na sua prática pedagógica, sendo assim, uma delas é a valorização as situações lúdicas e o uso da tecnologia, que devido às dificuldades nos quais muitas crianças apresentam no processo de aprendizagem.

Desse modo, ressalta-se que os professores devem pensar em práticas que se torne mais estimulativa para o processo de aprendizagem da criança. Com isso, se faz necessário que os professores tenham conhecimento das dez competências que a BNCC compõe, para que assim, os professores possam refazer suas práticas pedagógicas, com mais estímulo e criatividade, utilizando meios tecnológicos nos quais são oferecidas por diversas ferramentas no melhoramento e avanço de uma prática renovadora.

A BNCC respalda-se, “a valorizar as situações lúdicas de aprendizagem, apontada para a necessária articulação com as experiências vivenciadas na Educação Infantil. No qual, tal articulação precisa prever a progressiva sistematização” (BRASIL, 2000). Com o ensino fundamental com a duração de nove anos, tornou-se a educação básica mais longa para o desenvolvimento do processo de aprendizagem dos alunos.

Assim, conforme a situação problema respaldada nesta pesquisa, aborda o uso da tecnologia vinculada ao processo de aprendizagem dos alunos, isso porque, a tecnologia atualmente está dominando o mundo, mais um dominar de melhoria no processo de aprendizagem, pois, conforme o tempo atípico que se encontra a educação se faz necessário uma mudança nas práticas pedagógicas e com isso, a BNCC propõe estratégias para facilitar o aprendizado do aluno, cabendo aos professores utilizar-se de metodologia pedagógica facilitadora e dialógica, no qual trabalhará o conhecimento prévio dos alunos.

Desse modo, o intuito maior dessa pesquisa é o de entender como a BNCC contribuirá nas práticas pedagógicas e na compreensão aos desafios no cotidiano. Ou seja, a Prática Pedagógica deve ser pensada de forma dialética e dialógica no qual intenciona o



educar, como instrumentos e elementos para construção de um melhoramento na forma de lidar com o trabalho pedagógico, e assim, pensar a prática refletindo nos fatores históricos, sociais, culturais, individuais e coletivos dos atores sociais envolvidos.

### **As práticas pedagógicas na proposta da BNCC**

De acordo com Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil, 2018) traz orientações, nos quais, os professores devem ser utilizados nas suas práticas pedagógicas. Assim, a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, propõe que o professor utilize na sua prática pedagógica o uso de jogos como uma interação no contexto de aprendizagem, sendo assim, uma delas é a valorização as situações lúdicas e o uso da tecnologia, que devido às dificuldades nos quais muitas crianças apresentam no processo de aprendizagem.

Desse modo, para que a aprendizagem seja efetiva é necessário que haja significação para o aluno, além disso, que ele se sinta competente e motivado, pois quando motivado, as atividades são realizadas prazerosamente e não como obrigação cotidiana. Sendo através do incentivo do professor torna-se curioso e com maiores chances de desenvolver suas atividades de forma espontânea.

Diante disso, faz-se necessário destacar a presença da interação humanística, que transforma o ser passivo em sujeito ativo da ação e seu desenvolvimento cognitivo é percebido pelos resultados que de forma espontânea foi sendo concretizado.

Assim “é importante frisar que as crianças se desenvolvem em situações de interação social, nas quais conflitos e negociações de sentimentos, ideais e soluções são elementos indispensáveis” (BRASIL, 1998, p.31). Que desta forma, o professor deva ter como meta a construção da autonomia das crianças para que se possa se locomover pelo ambiente, explorar o mundo, para colocar-se nas relações éticas entre pares e se posicionar nas situações de conflitos. As práticas pedagógicas também devem estar entrelaçadas por ideais políticos de garantia do direito de ser respeitado em sua singularidade, e atendido em suas especificidades de vivenciar relações democráticas em todos os sentidos.

Desse modo, temos a tecnologia que é uma ferramenta, no qual, pode ser interligada como um sistema educacional, nos quais os professores possam estar atentos às renovações, as mudanças que a tecnologia nos oferece. Portanto, a tecnologia torna-se atualmente a



ferramenta necessária para o trabalho do professor, principalmente pelo ensino está sendo realizado por meio de atividades remotas.

A educação básica, não fica de fora desta ferramenta, sendo um apoio de supra importância para a interação entre o professor e a criança, entre o professor e família, pois, a família hoje está sendo o aporte desse elo, no qual a criança está nos cuidados e no educar com a família, nos quais as atividades são realizadas de forma prazerosa e flexível conforme a comodidade da criança. Neste sentido, Kenski (2014), nos diz que “a tecnologia é essencial para a educação. Ou melhor, a educação e tecnologia são indissociáveis.” (p.43), Ou seja, a tecnologia precisa ser interligada com a educação, sendo por meio dela que se levam propostas e métodos em busca de uma educação mais renovada e qualificada.

Kenski (2014, p.44) nos aponta que: “A maioria das tecnologias é utilizada como auxiliar no processo educativo. Não são nem o objeto, nem a sua substância, nem a sua finalidade”. Ou seja, por meio dessa ferramenta o processo educativo passa a ser mais atualizada, as propostas oferecidas são mais dinâmicas, fazendo com que o professor se sinta preparado para o processo de mudança que a tecnologia oferece.

Desse modo, precisamos estar atentos a toda transformação que a tecnologia nos apresenta no contexto educacional, nesta perspectiva, Lévy (1999) ressalta que o ciberespaço é dito por um novo espaço de comunicação que abrange diferentes dispositivos computacionais.

Sendo assim, passa a oferecer abertura e descentralização, conteúdo ilimitado, liberdade de expressão e de singularidades no qual as comunicações ocorrem por meio de trocas de mensagens eletrônicas (e-mail) e outras ferramentas que a tecnologia oferece para que o professor e aluno estejam conectados cada vez mais.

Quando pensamos em sala de aula, logo levamos em consideração quais ferramentas podemos utilizar para que os nossos alunos aprendam, portanto, o data show é uma das ferramentas que propicia ao professor levar as informações da disciplina para que o aluno possa fazer suas conclusões, possa assim questionar o determinado assunto, e quando essa ferramenta passa a ser utilizada nas aulas com frequência, faz com que o aluno se sinta mais a vontade de querer aprender. Pois, o professor precisa ser o estimulador de suas aulas,



proporcionando momentos dinâmicos, no qual poderá utilizar-se vídeo aulas e chame assim a atenção do aluno, fazendo com que eles se tornem participativos.

Vale salientar que a BNCC propõe em suas competências a participação efetiva do aluno, nos quais os mesmos precisam ter autonomia para dialogar, questionar e pesquisar conforme os conteúdos trabalhados na sala de aula. Por isso, que o uso da tecnologia torna-se necessário, seu uso tem condições de proporcionar estratégias que não só se preocupem com as soluções tecnológicas voltadas diretamente para a aprendizagem dos estudantes, mas também, como ferramentas que possam ser utilizadas para a formação, interação e apoio mútuo entre os docentes, pois, os professores seguem sendo o mediador mais importante para o enfrentamento dos desafios educacionais que se apresentam agora e que, muito provavelmente, só aumentarão no futuro breve. (CREDO, 2019, p.45).

Para Moran (1993) o desenvolvimento tecnológico e científico, percorre a um novo paradigma social que vem estabelecendo conseqüentemente a educação caminhos que exerça uma nova centralidade no processo de transformação social em que a informação e o conhecimento atuam como instrumento de mudanças na educação, desse modo o autor pontua seguinte:

O conhecimento não pode ser reduzido unicamente ao racional. Conhecer significa compreender todas as dimensões da realidade, captar e expressar essa totalidade de forma cada vez mais ampla e integral. [...] Para conhecer precisamos estar inseridos em um novo paradigma, que pressupõe educar sempre dentro de uma visão de totalidade; educar pessoas inteiras, que integrem todas as dimensões: corpo, mente, sentimento; o pessoal, o grupal e o social, que tentem encontrar as pontes, as relações entre as partes e o todo, entre o sensorial e o racional, entre o concreto e o abstrato (MORAN 1993, p. 28).

Nesta perspectiva, o autor ressalta que para que essa conexão possa ser direcionada exclusivamente na direção de um conhecimento que integre todas as dimensões do ser humano, se faz necessário que se crie empatia no processo pedagógico, no qual gestores, professores, alunos e pais estejam engajados diretamente na escola, de modo que se desenvolva processos de comunicação interativos da informação e comunicação, no qual implica-se a não mais treinar as pessoas para o uso das tecnologias para educar para uma nova experiência no processo do ensinar e aprender. Vale ressaltar que é por meio das



múltiplas maneiras da utilização da tecnologia que se criam possibilidades pedagógicas e metodológicas de ensino e aprendizagem, além de favorecer o reconhecimento e validação da presença da diversidade, da pluralidade e da multiplicidade dos diálogos.

Desse modo, ressalta que os professores devem pensar em práticas lúdicas com usos de jogos que estimule a criança para o processo de aprendizagem. Com isso, se faz necessário que os professores tenham conhecimento das dez competências que a BNCC compõe, para que assim, os professores possam refazer suas práticas pedagógicas na utilização de games utilizando meios tecnológicos nos quais são oferecidas por diversas ferramentas no melhoramento e avanço de uma prática renovadora.

A BNCC respalda-se, que as interações e a brincadeira, experiências nas quais as crianças podem construir e apropriar-se de conhecimentos por meio de suas ações e interações (BRASIL, 2018, p. 33).

### **O uso da gamificação na prática do professor da Educação Infantil**

O jogo proporciona a troca de ponto de vista diferente, ajuda a perceber com os outros o veem, auxilia a criação de interesses comum, uma razão para que se possa interagir com o outro. Friedrich Froebel (1912) foi um dos primeiros educadores a considerar o início da infância como uma fase decisiva e de grande importância formação das pessoas.

Desta forma Kishimoto (2009, p. 37) afirma que:

A utilização do jogo potencializa a exploração e a construção do conhecimento, por contar com a motivação interna, típica do lúdico, mas o trabalho pedagógico requer a oferta de estímulos externos e a influência de parceiros bem como a sistematização de conceitos em outras situações que não jogos.

O jogo oferece a troca de pontos de vista diferentes, ajuda a perceber a como os outros que passam a ajudar a criação de interesses comuns que venham interagir com outro. Vygotsky afirma: “Ao participar do jogo, a criança tem a possibilidade de buscar coerência e lógica nas ações em relação ao outro”. Os brinquedos e os jogos formam a base das atividades infantis, para isso precisam ser constatados e inovados com a experimentação de novos materiais. Vygotsky (1988), diz que a brincadeira forma zona de desenvolvimento



potencial na qual a criança se comporta além do habitual para a idade, além do seu comportamento é em grande parte determinado.

Desse modo, salienta-se que, devido aos grandes avanços no mundo digital, os alunos têm contato com as tecnologias digitais, onde são chamadas de nativo digital. A expressão, nativo digital é utilizada para conceituar a geração que nasceu na era digital, que dominam uma nova linguagem, que pensa e se comporta diferente de seus pais e professores, e têm uma nova forma de entender o mundo, para Marc Prensky (2001), os nativos digitais não são necessariamente divididos por idade e, sim, por seu contato com as novas tecnologias.

Assim, podemos entender a importância de o professor trabalhar a gamificação como proposta da educação infantil, isso porque as crianças atualmente são mais acessíveis a tecnologia e o uso de games ou atividades gamificadas que favorece o engajamento das crianças em atividades escolares tidas por eles como enfadonhas é inevitável, porque o uso dos games pode aproximar o processo de aprendizagem da criança à sua própria realidade.

Para Moita (1992, p.12) “esse tipo de jogo, proporciona aprendizagem a partir dos jogos eletrônicos ou digitais vêm gradativamente tomando espaço cada vez maior na educação”. Neste contexto, esses jogos surgem como ferramenta indispensável para o mundo moderno. Assim como nos jogos tradicionais, os digitais também assumem um papel educativo e possuem aspectos emocionais, sociais e intelectuais que estão em ação.

Além da preocupação com as regras, hipóteses, discussões e competitividade eles proporcionam uma aprendizagem que surge como resultado de tarefas estimuladoras para relacionar os saberes da vida cotidiana dos alunos com os conteúdos propostos, facilitando, dessa forma, a compreensão dos conteúdos trabalhados. Segundo Moita e Silva (1992, p. 5):

Os games constituem-se um meio para a construção e transformação da informação e do conhecimento. Por um lado, porque permitem ao jogador o acesso à rede de informações e, por outro, porque é instrumentos para o desenvolvimento das interações e representações da comunidade de jogadores que permitem, desse modo, a contextualização do conhecimento.

Por isso, é indispensável à utilização de jogos educativos digitais nas instituições de ensino de educação infantil/a todo nível de escolaridade como recurso didático. O mesmo está cada vez mais presente, especialmente em salas de aula dos anos finais se adequando ao contexto atual. Sabe-se que o aluno passa a maior parte do tempo brincando e em contato



com os programas televisivos de desenhos infantis e jogos de games. Devido à tecnologia está mais presente, tanto em casa quanto na escola, os alunos é que estão trocando as brincadeiras tradicionais por jogos eletrônicos. Há quem diga que esses jogos são prejudiciais na educação da criança, mas isso é questionável, pois de acordo com Silva (2003) só acontece se esses não forem de caráter educativo, quando são usados com fins educativos e pedagógicos desenvolvem a atenção, a disciplina, respeito a regras e habilidades perceptivas e motoras.

Na sala de aula, por exemplo, o ideal é que os jogos educativos sejam utilizados com fins pedagógicos, orientados pelo professor e sirva de suporte de aula para que o mesmo possa definir o tipo de jogo para serem trabalhados em sala de aula.

### **Resultados e discussões**

Diante dos artigos, teses, dissertações, entre outras fontes pesquisadas, percebe-se a importância da tecnologia dentro do contexto educacional, sendo assim, as práticas pedagógicas utilizadas pelos professores, atualmente estão renovando, devido ao avanço que a tecnologia propôs. Se faz necessário, assim que nossos professores se adéquem a essa nova ferramenta de apoio, precisamos levar para as nossas crianças, mas estímulo para que o seu processo de aprendizagem possa acontecer de forma espontânea e criativa.

Diante da dificuldade na utilização da tecnologia no contexto sala de aula, principalmente o uso da gamificação como proposta de aprendizagem, propõe aos professores que possam estar preparados para utilizar-se das tecnologias de acordo com as competências que a BNCC traz a prática do professor. Entretanto, podemos perceber que os recursos tecnológicos devem ser utilizados como ferramentas que precisam ser renovadas e atualizadas, pois a tecnologia vem se expandindo no contexto escolar, estamos observando assim que nos dias atuais cada vez mais as crianças passem a aprofundar o seu conhecimento diante desta ferramenta, pois, as TICs, hoje vem permitir que os professores procurem renovações em sua metodologia, levando para os nossos alunos a melhor forma de compreensão dos conteúdos.

A tecnologia vista também pela Base Nacional Comum Curricular, nos deixa claro que o seu uso permite o aluno a interessa-se com as ferramentas que ela oferece, pois, se faz



necessário que o professor se habitue a utiliza-se esse recurso em suas aulas, permitindo que os alunos sejam estimulados e aprenda com prazer em querer participar das aulas. Portanto, essa a importância da contribuição do uso da gamificação como proposta para educação infantil para incentivar no processo aprendizagem. Desse modo, salienta que a BNCC propõe estratégias que possa facilitar o aprendizado do aluno, cabendo aos professores utilizar-se de metodologia pedagógica facilitadora e dialógica, no qual trabalhará o conhecimento prévio dos alunos.

Desta forma, a pesquisa apresentou como intuito de entender como o uso da gamificação contribuirá nas propostas de ensino dos professores. Ou seja, a Prática Pedagógica deve ser pensada de forma dialética e dialógica no qual intenciona o educar, como instrumentos e elementos para construção de um melhoramento na forma de lidar com o trabalho pedagógico.

### **Considerações Finais**

A pesquisa nos mostrou da importância que a tecnologia apresenta em nossas escolas, sendo uma ferramenta bastante instigante a ser utilizada de forma positiva, para a contribuição de desenvolver na sala de aula, aulas com mais evoluídas. Se faz necessário, assim que nossos professores se adéquem a essa nova ferramenta de apoio, precisamos levar para os nossos alunos, mas estímulo para que o seu processo de aprendizagem possa acontecer de forma espontânea e criativa.

Diante da dificuldade na utilização da tecnologia no contexto sala de aula, se faz necessário que os nossos professores possam estar preparados para utiliza-se das tecnologias de acordo com as competências que a BNCC traz em pauta para prática do professor, pois, podemos perceber que os recursos mais utilizados, são o data show e projetor, que são ferramentas que precisam ser renovadas e atualizadas, pois a tecnologia vem se expandindo no contexto escolar, estamos observando assim que nos dias atuais cada vez mais os nossos alunos estão aprofundando o seu conhecimento diante desta ferramenta, pois, as TICs, hoje vem permitir que os professores procurem renovações em sua metodologia, levando para os nossos alunos a melhor forma de compreensão dos conteúdos.

A tecnologia vista também pela Base Nacional Comum Curricular, nos deixa claro



que o seu uso permite o aluno a interessa-se com as ferramentas que ela oferece, pois, se faz necessário que o professor se habitue a utiliza-se esse recurso em suas aulas, permitindo que os alunos sejam estimulados e aprenda com prazer em querer participar das aulas. Portanto, essa a importância da contribuição do uso das tecnologias nas escolas, ou melhor, na sala de aula, nas disciplinas curriculares e formar alunos pesquisadores no qual procure utiliza-se da tecnologia para melhorar em seu processo de aprendizagem.

## Referências

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. Ministério da Educação e Cultura: Brasília, 2000.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2018.

CREDO. **Desempenho da escola charter em Ohio**. Centro de Pesquisa em Resultados de Educação - Universidade de Stanford. 2019.

FROEBEL, F. **Pedagogics of the kindergarten**. Translated by Josephine Jarvis. New York: Appleton, 1912.

KENSKI, V.M. **Educação e Tecnologias o Novo Ritmo Da Informação**. São Paulo: Campinas, 2014.

KISHIMOTO, T. M. (Org.). **O jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 2009.

LEVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

MOITA, M. da C. Percursos de formação e de trans-formação. In: SILVA, A. (Org.). **Vidas de professores**. Porto: Porto Editora, 1992.

MORAN, José Manuel. **A escola do amanhã: desafio do presente. educação, meios de comunicação e conhecimento**. Tecnologia Educacional, Associação Brasileira de Tecnologia Educacional. Rio de Janeiro, v. 22, p. 113-114, Jul.-Out. 1993.

PRENSKY, Marc. **Redes sociais e educação: uma visão sobre os nativos e imigrantes digitais e o uso de sites colaborativos em processos pedagógicos**, 2001.



SILVA, Susany Garcia da. **Jogos educativos digitais como instrumento metodológico na educação infantil, 2003.**

VYGOTSK, L. S. **A formação Social da Mente.** São Paulo: Martins Fontes 1988.

## PROCESSOS DE IMPLANTAÇÃO DA BNCC NO ÂMBITO ESCOLAR: RELATOS DE EXPERIÊNCIAS DE GESTORES E PROFESSORES

*Josimar Alves Ferreira<sup>11</sup>*  
*Grace Kelly Barreto Alves<sup>12</sup>*  
*Tâmisa Barreto Borges<sup>13</sup>*

---

<sup>11</sup> Graduado em pedagogia licenciatura plena pela Universidade potiguar - UNP, Pós-graduando em gestão Educacional pela Universidade Potiguar - UNP e Mestrando em Ciências da Educação pela Universidad Del Sol - UNADES.

<sup>12</sup> Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Graduada em Tecnologia em Meio Ambiente pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN, Graduada em Pedagogia pela Universidade Potiguar - UNP, Pós-graduada em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN, Pós-graduada em Psicopedagogia Institucional e Clínica pelo Centro Universitário FAVENI, Pós-graduanda em Coaching Educacional pelo Centro Universitário FAVENI e Mestranda em Ciências da Educação pela Universidad Del Sol - UNADES.

<sup>13</sup> Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Pós-graduada em Leitura e Literatura pela Universidade Potiguar - UNP, Pós-graduada em Língua Portuguesa e Matemática em Uma Perspectiva Transdisciplinar pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e



## RESUMO

A Base Nacional Comum Curricular - BNCC, é um documento norteador para o trabalho escolar em todas as instituições de ensino do Brasil, dentre seus objetivos podemos citar a meta de diminuir as diferenças que existem entre as regiões de um país de dimensões continentais como é o Brasil, no tocante ao lecionado e estudado nas diversas escolas, possibilitando que todas as regiões tivessem a mesma orientação básica sobre o que lecionar e/ou estudar. A BNCC traz consigo uma proposta de trabalho que pensa o educando como sujeito atuante do seu processo de aprendizagem, de forma a desenvolver e/ou melhorar habilidades e competências essenciais a vida em uma sociedade contemporânea. Nessa perspectiva esse artigo visa relatar o processo de transição/implantação da BNCC nas escolas de ensino fundamental I e II, onde os autores desenvolvem suas respectivas funções profissionais.

**PALAVRAS- CHAVE:** Adaptações; BNCC; Qualificação.

## Introdução

Quando vislumbramos o processo de desenvolvimento, homologação e implantação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, percebemos um processo de desenvolvimento bastante plural, participativo, democrático, consultivo e visionário. Entretanto, apesar dos aspectos positivos, há opiniões divergentes dos profissionais da educação sobre o documento, muitas delas envolvendo o trâmite da implantação, não diretamente a construção do documento.

Até a publicação em 2018 a BNCC passou por um longo processo antes da sua publicação final, com a elaboração de três versões (passando por consulta pública, consulta e contribuições de profissionais da educação de todo o país, divulgações e/ou palestras regionais, para posteriormente a divulgação da versão final em 2018). Mesmo com toda essa abrangência do processo ainda há a necessidade de refletir sobre como será o processo de implantação desse documento em cada uma das regiões do Brasil. Para isso os desenvolvedores da BNCC orientam que o documento seja usado como uma base geral para todo o país e que cada Estado e Município desenvolva o seu documento curricular, tomando como base a BNCC. Nessa perspectiva relataremos os procedimentos transitórios das



unidades de ensino as quais os autores atuam, no município de Parnamirim/RN, motivadas pela homologação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC.

### **Contextualização da BNCC**

Utilizada como parâmetro em todo o Brasil para a elaboração dos currículos das redes de ensino municipais, estaduais e federais, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) faz parte da política nacional da Educação Básica que visa alinhar ações pertinentes ao amplo desenvolvimento da educação, como por exemplo, a formação dos docentes e a elaboração de avaliações e dos conteúdos educacionais.

Sua homologação foi um marco na história da educação brasileira, desde a educação infantil até o ensino fundamental, o Estado Brasileiro almeja alinha o seu sistema educacional aos sistemas educacionais mundiais de maior sucesso. Vale ressaltar que esse documento já era idealizado na constituição de 1988, no plano nacional de educação - PNE de 2014 e na Lei de Diretrizes e Bases - LDB de 1996. Sendo criada e/ou desenvolvida por especialistas de cada área de ensino, com participação de profissionais da educação e da sociedade civil.

Nas palavras do Sr. Mendonça Filho (ministro da educação do governo federal brasileiro no período de publicação da BNCC), percebe-se a importância do documento como base para a construção dos currículos dos estados e cidades, bem como a relevância para os educandos, professores e toda comunidade escolar, quando diz:

A BNCC expressa o compromisso do Estado Brasileiro com a promoção de uma educação integral voltada ao acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno de todos os estudantes, com respeito às diferenças e enfrentamento à discriminação e ao preconceito. Assim, para cada uma das redes de ensino e das instituições escolares, este será um documento valioso tanto para adequar ou construir seus currículos como para reafirmar o compromisso de todos com a redução das desigualdades educacionais no Brasil e a promoção da equidade e da qualidade das aprendizagens dos estudantes brasileiros (BRASIL, 2018, p. 5).

Compreendendo esse contexto o Estado do Rio grande do Norte desenvolveu um processo de consulta, pesquisa e desenvolvimento do seu currículo similar ao processo de desenvolvimento da BNCC em âmbito nacional. O currículo potiguar (como é conhecido o documento curricular do Estado do Rio Grande do Norte), já é uma realidade no estado e foi



adotado como currículo por vários municípios e suas respectivas redes de ensino, esses modos operante foi seguido também pela rede municipal de ensino de Parnamirim/RN, onde os autores desse artigo exercem suas funções profissionais.

Tanto a BNCC quanto o Currículo Potiguar usam uma estrutura básica, para o ensino fundamental, estruturada em: objetos de conhecimento, competências e habilidades (compreendemos que o documento aborda outros princípios, todavia citamos os três acima, por compreendermos a importância dos mesmos, bem como por percebermos a aplicabilidade desses conceitos na prática docente, desde o planejamento a aplicação em sala de aula).

A BNCC conceitua competência como sendo:

A mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BRASIL, 2018, p. 8).

Já no tocante aos objetos de conhecimento estão relacionados diretamente com as habilidades, observa-se a seguinte definição contida na BNCC (Brasil, pág.28, 2018):

Para garantir o desenvolvimento das competências específicas, cada componente curricular apresenta um conjunto de habilidades. Essas habilidades estão relacionadas a diferentes objetos de conhecimento – aqui entendidos como conteúdos, conceitos e processos –, que, por sua vez, são organizados em unidades temáticas (Brasil, pág.28, 2018).

No decorrer de todas as etapas e modalidades da Educação Básica, as aprendizagens basilares estabelecidas na BNCC devem contribuir para garantir aos educandos o desenvolvimento das dez competências gerais descritas a seguir que consolidam este documento:

**Quadro 01:** Competências gerais descritas na BNCC (2018)

COMPETÊNCIAS	DESCRIÇÃO
Conhecimento	Valorizar e utilizar os conhecimentos históricos e científicos, produzidos em diferentes culturas e épocas, para compreender a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade democrática e inclusiva.



Pensamento Científico Crítico e Criativo	exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
Repertório Cultural	valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
Comunicação	utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou em suporte escrito), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
Cultura Digital	compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
Trabalho e Projeto de Vida	valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais; apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
Argumentação	argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
Autoconhecimento e Autocuidado	conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrisia e capacidade para lidar com elas.



Empatia e Cooperação	exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
Responsabilidade e Cidadania	agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Fonte: Brasil (2018)

### Adaptações Internas

O processo de implantação da Base Nacional Comum Curricular, nas escolas em foco, iniciou-se com muita especulação, entre os docentes percebiam-se muitas incertezas e inseguranças no tocante as mudanças. Para minimizar esses sentimentos, realizamos um processo de implantação proativo, acompanhando o processo desde a criação/desenvolvimento do documento até a fase da implantação.

Nas unidades escolares iniciamos com as contribuições ao texto base da BNCC. Esse processo foi de muita relevância uma vez que podendo analisar e contribuir com a construção do texto os professores compreenderam que eram parte significativa desse processo, retirando assim o sentimento de documento hierárquico verticalizado, sem possibilidades de contribuição de todos. Para realizar essas ações houve uma preparação prévia, com os estudos dos conceitos de objeto de conhecimento, habilidades, competências, bem como sobre a estrutura da BNCC e sua divisão por áreas (Linguagens e suas tecnologias, matemática e seus códigos, ciências da natureza e ciências humanas).

Ao longo desse processo de conscientização preliminar, tínhamos como objetivo mostrar aos docentes os pontos positivos da BNCC para o cotidiano escolar, como por exemplo: o trabalho interdisciplinar e multidisciplinar, o processo de consciência investigativa vista na pedagogia de projetos, a valorização do conhecimento científico sendo fundamento para a vida de todo cidadão e as contribuições positivas no processo do planejamento escolar. O processo de interdisciplinaridade contribui no cotidiano escolar



integrando conhecimentos de áreas distintas colocando-os em uma posição de correlacionamento. Segundo o site da **FIA BUSINESS SCHOOL**, podemos definir a interdisciplinaridade como:

Interdisciplinaridade é um conceito que busca a **intersecção entre conteúdos** de duas ou mais disciplinas para permitir que o aluno elabore uma visão mais ampla a respeito dessas temáticas. A prática interdisciplinar procura romper com padrões tradicionais que priorizam a construção do conhecimento de maneira fragmentada, revelando pontos em comum e favorecendo análises críticas a respeito das **diversas abordagens para um mesmo assunto**. (<https://fia.com.br/blog/interdisciplinaridade/> acesso em 23/11/2022).

Nesse sentido o processo interdisciplinar compreendido na filosofia da BNCC encaixa-se perfeitamente, observando as decisões do currículo de ação da BNCC, essas decisões vão adequar à proposta da base a realidade de cada localidade. Uma dessas decisões propostas pela BNCC é:

Decidir sobre formas de organização interdisciplinar dos componentes curriculares e fortalecer a competência pedagógica das equipes escolares para adotar estratégias mais dinâmicas, interativas e colaborativas em relação à gestão do ensino e da aprendizagem. (Brasil, p. 16, 2018).

Também foi relatado pelos docentes, ao longo dos estudos iniciais, que o formato da construção do texto e a filosofia da BNCC em compreender o educando como parte central do processo de ensino-aprendizagem, favoreceria o trabalho e desenvolvimento de projetos pedagógicos, uma vez que compreende o aluno como autor da ação investigativa, produtiva, metódica e, principalmente, científica. Nesse contexto, os docentes perceberam que a proposta de aprendizagem da BNCC é ativa e reflexiva, bem como proporciona mudanças na vida do aluno ao trabalhar com habilidades e competências, trabalhadas em sala de aula com resultados esperados tanto no ambiente escolar quanto no contexto extraescolar do educando.

Esse processo preliminar se deu ao longo dos planejamentos semanais (realizados em pequenos grupos de dois ou três docentes e coordenação escolar). Posteriormente, foi realizado o processo de adaptação do modelo de planejamento pedagógico usado na escola, refletiu-se sobre a proposta mais direta da BNCC, percebendo que havia a necessidade de



dar mais ênfase ao processo de aprendizagem o documento de planejamento foi mudado passando a conter: Objeto do conhecimento, habilidade e didática.

O grupo compreendeu que usando a BNCC (ou o currículo potiguar) como referência poderiam selecionar as habilidades trabalhadas em sala com mais faticidade, reduzindo o tempo de trabalho burocrático e assim dedicando-se mais ao processo de ensino aprendizagem, buscando melhores estratégias de ensino, melhores recursos didáticos e melhores materiais para utilização dos educandos.

### **Considerações finais**

Compreendendo todo o processo de desenvolvimento, contribuições e implantação da Base Nacional Comum Curricular nas instituições de ensino, verificamos que foi de grande contribuição para o cotidiano escolar e para o processo de ensino aprendizagem.

Desde a escuta inicial dos profissionais, percebemos que as inquietudes, incertezas e questionamentos eram correlacionadas as necessidades específicas dos profissionais, como por exemplo: a falta de domínio das tecnologias de informação e comunicação – TIC's, a falta de conhecimento do documento da BNCC e de seu processo de criação, o não entendimento do conceito de interdisciplinaridade e como aplicar o mesmo em sala de aula e o temor a mudanças que aparentemente eram impositivas de uma hierarquia maior.

Ao longo da implantação da BNCC na instituição escolar, realizou-se um processo paulatino e gradativo, buscando sanar todas as dificuldades acima citadas. Atualmente, realiza-se um processo similar, mas de forma reduzida, para os professores e/ou coordenadores que chegam a instituição para acolher o novo servidor e manter o uso da base de forma correta.

Dessa forma, concluímos que a base nacional comum curricular – BNCC contribuiu significativamente com o todo o processo pedagógico das instituições, bem como contribuiu de forma positiva na redução de desigualdades do ensino entre as regiões brasileiras, proporcionando um ensino mais justo, com mais qualidade equidade para todos os brasileiros.

### **REFERÊNCIAS**



BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em:<<http://www.basenacionalcomum.mec.gov.br/>> Acesso em: 27 Out. 2022.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria da Educação e da Cultura. Documento Curricular do Estado do Rio Grande do Norte: ensino fundamental [recurso eletrônico] / Secretaria da Educação e da Cultura. - Dados eletrônicos. - Natal: offset, 2018. Disponível em <https://rn.undime.org.br/noticia/29-08-2019-10-11-documento-curricular-e-formacao-continuada-do-rn-> Acesso em 17 de novembro de 2022.

<https://fia.com.br/blog/interdisciplinaridade/> acesso em 23/11/2022



# *TEXTOS DE FLUXO CONTÍNUO*

## **O AUTISMO E A INCLUSÃO ESCOLAR**

*Rogério Ramos de Souza Duarte<sup>14</sup>*

---

<sup>14</sup> Rogério Ramos de Souza Duarte- Graduado em Geografia pelo IFPE, Especialista no Ensino de História e Geografia pela UNINTER. Email: [rogerioduarte56@hotmail.com](mailto:rogerioduarte56@hotmail.com).



*Rosa Maria Pereira de Albuquerque e Silva<sup>15</sup>*

## RESUMO

O interesse em estudar o Transtorno do Espectro Autista surge em virtude da sua complexidade, visando conhecer e tentar reduzir as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com este transtorno, seus familiares e dos profissionais da educação que precisam trabalhar com essas pessoas. Nesse sentido, com o objetivo de conhecer as peculiaridades da criança com Transtorno do Espectro Autista e buscando identificar suas causas, seus sintomas, surgiu o interesse em produzir este trabalho com tema proposto. O grande aumento dos estudantes que procuram a escola, diagnosticadas ou não com autismo, despertou o interesse em conhecer mais profundamente este transtorno. Daí a importância do conhecimento e desenvolvimento de práticas pedagógicas por parte dos educadores, que favoreçam o desenvolvimento de habilidades por parte da criança e do adolescente com Transtorno do Espectro Autista. A metodologia do trabalho está centrada na pesquisa bibliográfica e na comparação as opiniões de diferentes autores.

**Palavras-chave:** Autismo; Inclusão Escolar; Educação; Diferenças.

## Introdução

Este artigo tem como objetivo conhecer o Transtorno do Espectro Autista (Autismo) e como ele é tratado no ambiente escolar. Para isso, é necessário conhecer a origem do Autismo, suas causas potenciais e suas características.

A problemática que se impulsionou este trabalho foi o autismo e a inclusão escolar, buscando pensar que práticas educativas são possíveis para o aluno autista na perspectiva da inclusão? O autismo, assim como outras patologias do gênero, sempre esteve presente na prática pedagógica. Observando essas práticas, percebe-se o quanto é desafiador trabalhar com as pessoas que apresentam este transtorno e outras deficiências, visto que se tem pouco conhecimento teórico sobre as diversas patologias apresentadas pelos estudantes.

Além disso, outra dificuldade enfrentada é à falta de diagnósticos e de diagnósticos não conclusivos, com falta de referências e dados claros em relação à patologia apresentada pelo estudante.

Para Gardia, Bordine e Portolese (2013), “Os professores e o ambiente escolar são referências determinantes para a vida e o desenvolvimento da criança e do adolescente.” O

---

<sup>15</sup> Rosa Maria Pereira de Albuquerque e Silva- Graduada em Letras pela FFPNM/ UPE, Especialista em Literaturas de Expressão Portuguesa pela FFPNM/UPE, Mestra em Educação pela UNIXAVIER, Doutoranda pela FASLUGO/ Universidade DEL SOL. Email: [prof.rosmaria@yahoo.com.br](mailto:prof.rosmaria@yahoo.com.br).



que comprova que, um dos principais papéis exercidos pela escola é o de auxiliar o estudante na sua formação intelectual, psicológica e pessoal, estimulando e desenvolvendo neste, características que são essenciais para o seu crescimento individual e social.

A escola da atualidade ainda se encontra presa ao tradicionalismo, contemplando, na maioria das vezes, apenas o aspecto cognitivo da criança, desconsiderando assim, a sua subjetividade. Para esse modelo de escola, o que importa é o conhecimento científico, a quantidade de conteúdos que os alunos conseguem absorver.

Em contrapartida, há também, movimentos que buscam novas alternativas de ensino e aprendizagem. Dentre esses movimentos encontra-se a inclusão escolar. Mas o que significa, na verdade, inclusão? A inclusão escolar tem como objetivo, inserir, indistintamente, as crianças e adolescentes com os mais diversos tipos de comprometimento, tanto social quanto cognitivo.

É relevante esse conhecimento por parte de todos aqueles que trabalham com crianças ou adolescentes que apresentam necessidades educacionais especiais. Para Marco, Spalato e Duarte (2013), “O professor é a pessoa mais importante no processo de aprendizagem do aluno. Como educadores devemos nos conscientizar disso e procurar obter uma melhor compreensão de como o aprendizado efetivamente ocorre.” Daí a importância de que a escola regular, ao receber alunos com tais necessidades, os atenda de maneira responsável e comprometida levando em conta as suas capacidades e limitações. Sabe-se que existe uma grande diversidade de problemas relacionados ao processo de aprendizagem, entre eles os Transtornos Invasivos do Desenvolvimento. Nesse caso, o desafio para a escola torna-se maior, em virtude da manifestação de estereotípias por parte desses indivíduos.

### **Autismo**

O termo autismo tem origem grega: vem de “autos”, que quer dizer “de si mesmo”. Para Cunha (2011, p. 27) o autismo “é um conjunto de sintomas iniciados na infância, onde a capacidade para pensamentos abstratos, jogos imaginativos e simbolização fica severamente prejudicada”.

Gaiato e Teixeira (2018) assim definem o Autismo:



Podemos definir o Autismo ou Transtorno do Espectro Autista como uma condição comportamental em que a criança apresenta prejuízos ou alterações básicas de comportamento ou interação social, dificuldades na comunicação, por exemplo, na aquisição da linguagem verbal e não-verbal; alterações na cognição e presença de comportamentos repetitivos ou estereotipados (GAIATO e TEIXEIRA, 2018, p. 13).

Esse comprometimento na interação social, na comunicação e a presença de um repertório extremamente restrito de interesses e atividades. Bem como, o déficit na interação social são os principais marcadores do Transtorno do Espectro Autista (TEA), e, portanto, pode gerar uma série de problemas como baixa estima, dificuldades na aprendizagem, uma vez que, como a criança não interage, não há a troca de experiências.

Segundo Cunha (2011), a palavra autismo foi utilizada pela primeira vez em 1911, por Eugen Bleuler, quando descrevia o comportamento de pessoas esquizofrênicas, referindo-se ao isolamento dessas pessoas, visto que fugiam da realidade. Anos mais tarde, em 1943, Leo Kanner realizou alguns estudos observando onze crianças que apresentavam dificuldades no relacionamento com outras pessoas, na comunicação e tinham excessivo apego à rotina.

Desde então, o autismo passou a ser denominado como uma síndrome que Kanner chamou de Autismo Infantil Precoce. Seus estudos acerca das características mais representativas dos pais dos seus pacientes permitiu-lhe escrever “um perfil comum” aos pais de crianças que apresentam esta síndrome: nível intelectual alto e dificuldades profundas quanto à afetividade (frieza nas relações).

Em 1944, Hans Asperger publica um trabalho, com base nos pacientes por ele acompanhados: levantando, sobretudo, “características mais amplas que as de Leo Kanner, incluindo casos envolvendo comprometimento orgânico”. Ele chama atenção para as peculiaridades dos gestos – carentes de significado e caracterizados por estereotípias, da fala que se apresentava sem problemas de gramática e com vocabulário variado, porém monótona, e a forma inapropriada de se aproximar das pessoas, e em alguns casos, apresentação de ausência de contato visual e interação social entre portadores do transtorno e seu círculo familiar (pais, irmãos, tios, primos, avós entre outros).

Historicamente, diversos conceitos em que o autismo se incluiu, foram denominados conforme as áreas pesquisadas. Houve conceitos com aplicação dos termos psicose e



esquizofrenia ao autismo, além de transtorno invasivo do desenvolvimento pela área da psicologia e transtorno global de desenvolvimento pela psiquiatria.

Na atualidade, a área da neurociência o classifica como patologia neurológica e usa o termo “transtorno do espectro autista”, para nomeá-la. Segundo Consenza e Guerra (2011), o Autismo:

É um transtorno neurobiológico do desenvolvimento que tem uma origem genética poligênica que pode afetar muitos órgãos, mas com predomínio da alteração do funcionamento do sistema nervoso central, especialmente, estruturas como o córtex cerebral, o cerebelo e áreas do sistema límbico. [...] é caracterizado por anormalidades no comportamento, envolvendo a interação social, a linguagem e a cognição, com retardo mental em 70% dos casos e convulsões em 30% deles. O diagnóstico é clínico, feito pela observação do comportamento (CONSENZA; GUERRA, 2011, p. 133).

Onzi e Gomes (2015) apontam que o TEA (Transtorno do Espectro Autista) apresenta subcategorias e o “comprometimento pode ocorrer em três níveis de gravidade: no nível um, o indivíduo exige apoio; no nível dois, exige apoio substancial; e no nível três exige muito apoio substancial” (APA, Associação Psiquiátrica Americana, 2014 apud ONZI; GOMES, 2015, p. 189).

Na proporção que, o “Autismo é uma inadequacidade no desenvolvimento que se manifesta de maneira grave, durante toda a vida. É incapacitante e aparece tipicamente nos três primeiros anos de vida”. (BORALLI, 2008, p. 21). Esta definição contraria o que afirma Steiner, com o agravante de que, a síndrome torna o indivíduo incapaz de responder por seus atos e ações. Conforme Camargo e Bosa (2009), o autismo é classificado pelo DSM-IV-TR (Associação Psiquiátrica Americana [APA], 2002) como: Um transtorno global do desenvolvimento, que se caracteriza pelo desenvolvimento acentuadamente atípico na interação social e comunicação e pela presença de um repertório marcadamente restrito de atividades e interesses. (CAMARGO; BOSA, 2009, p. 67).

Bosa e Baptista (2002, p. 31), afirmam que, até 2002, o prognóstico era de que o autismo “acomete cerca de cinco entre cada dez mil nascidos e é quatro vezes mais comum entre meninos do que meninas.” Sendo que é quatro vezes maior em meninos do que em meninas, com uma diferença da pesquisa americana, no que diz respeito às meninas afetadas pelo autismo, que segundo “evidências são mais severamente afetadas” pelo fato de que



meninas autistas “apresentarem QI (coeficiente de inteligência) mais baixos do que os meninos.” (BOSA; BAPTISTA, 2002, p. 31).

Em relação à incidência do autismo por faixa etária, no Brasil, de acordo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, tem-se os seguintes dados: Considerando-se as taxas de 60/10.000 ou a mais recente taxa de 1% se pode estimar, que entre 1 a 2 milhões de brasileiros preenchem critério para o espectro autista, sendo de 400 a 600 mil com menos de 20 anos, e entre 120 e 200 mil menores de cinco anos. (IBGE, 2000, apud ONZI; GOMES, 2015).

### **Características e causas do Autismo**

As características do Autismo segundo Consenza e Guerra (2011, p.134) são esboçadas como as mais marcantes: “Os comportamentos estereotipados (repetitivos) e os problemas de comunicação, de habilidade social e de cognição (aprendizagem)”.

Houve durante muitos anos a crença de que o autismo era causado por pais pouco ligados emocionalmente aos filhos. Tal crença foi embasada na teoria de Leo Kanner, que inicialmente responsabilizou o comportamento frio e distante de algumas mães de crianças autistas, nos dois primeiros anos de vida.

Cunha (2011) observa que, em 1944, Hans Asperger avaliou o comportamento e as habilidades de mais de 400 crianças e descreveu em sua tese de doutorado a falta de empatia, a inabilidade com amizades, a falta de coordenação motora e os interesses restritos dessas crianças.

Atualmente sabe-se que há uma grande variedade de manifestações autísticas, pois depende muito do nível de desenvolvimento e da idade da criança. Nem todos os indivíduos diagnosticados com autismo, precisam necessariamente apresentar todas as dificuldades juntas.

Sabe-se que os fatores biológicos exercem grande influência no desenvolvimento de um bebê, desde o início da gestação até o momento do seu nascimento. Para que um bebê nasça saudável se faz necessário uma série de fatores, seguindo várias etapas sucessivas que devem ocorrer de forma correta.



Segundo relato de Orrú (2012):

[...] as questões sobre os possíveis agentes causadores do autismo são muito polêmicas. Inquirem-se desde causas psicológicas, disfunções cerebrais e alterações de neurotransmissores e fatores ambientais, como definidores da doença, até os de natureza genética, sendo esta última levantada e analisada mais recentemente por diversos cientistas (ORRÚ, 2012, p. 27).

Para muitos autores há a hipótese de que alterações ocorridas durante a formação de um feto podem causar o transtorno autístico, sendo este caracterizado por disfunções leves ou com um maior grau de comprometimento.

São muitas condições médicas que se associam ao autismo, entre elas, a epilepsia, a síndrome de Down, além de problemas pré-natais e perinatais. Segundo Orrú (2012, p. 28), as causas do autismo podem estar associadas também a infecções como Toxoplasmose, Varicela, Sífilis, Caxumba, Rubéola, Herpes Simples e outros problemas pré-natais.

Considerando estudos realizados por Silva et al (2012, p. 173) “podemos afirmar que o autismo tem como causa fundamental as alterações genéticas.” Para esses autores a origem do transtorno do espectro autista está relacionada, não a um único gene, mas à combinação de vários genes e da interação entre eles. As mutações nesses genes podem tornar a criança mais propensa ao autismo.

De acordo com Orrú (2012):

[...] estão se realizando estudos de alguns genes, [...] a serem identificados como mecanismos de herança para o autismo. Embora não sejam definitivos para clarear-lhe a origem, mostram-se úteis no estímulo da busca ardilosa para o melhor conhecimento da síndrome, suas hipóteses e possibilidades de desenvolvimento (ORRÚ, 2012, p. 29).

É possível que fatores ambientais contribuam para desencadear o autismo. Vários fatores ambientais foram associados ao autismo, desde infecções virais à exposição a substâncias químicas. Segundo Silva et al (2012, p. 177) “os fatores genéticos, que determinam a formação cerebral, aliados aos fatores ambientais (externos) formam o ser humano com suas habilidades ou talentos e com suas dificuldades e inaptidões.”

Ainda há muitas especulações para se explicar ou justificar o autismo. Muitos estudos ainda estão sendo realizados, visto que se trata de um distúrbio de desenvolvimento tão



complexo. Devido à possibilidade de associação com outros distúrbios, é necessário que haja extrema cautela ao fazer o diagnóstico do autismo.

Apesar de muitos estudos, os profissionais enfrentam grandes dificuldades para estabelecerem um diagnóstico preciso. Para Schwartzman (2003, *apud* CUNHA, 2011, p. 26) essas dificuldades se devem ao fato de que “o grupo de Transtornos Invasivos do Desenvolvimento pode ser caracterizado como um conjunto de anormalidades qualitativas onde cabem outros distúrbios”. A esse respeito, mediante seus muitos estudos e pesquisas, Costa (2013) concluiu que:

[...] era uma unanimidade entre os especialistas que quanto mais cedo fosse feito o diagnóstico, mais cedo poderia começar a estimulação precoce das crianças dentro do espectro autista, obtendo resultados extremamente significativos na aquisição de comportamentos adequados, com reflexos na atenção, na aprendizagem, no ajustamento social e na sua interação com as pessoas (COSTA, 2013, p. 75).

É de fundamental importância o diagnóstico precoce na criança com autismo, para que o tratamento se inicie o mais breve possível. Ao perceber alguma alteração no desenvolvimento da criança, desde o seu nascimento, o pediatra precisa encaminhá-la a um especialista, para que, através de estudos, seja feito o diagnóstico.

O autismo é caracterizado por uma série de sintomas que normalmente afeta três áreas principais: a socialização, a comunicação e o comportamento. Dessas três áreas prejudicadas pelo autismo, a principal é a interação social. A dificuldade de interagir com as demais pessoas pode apresentar-se com maior ou menor nível de gravidade.

Para Silva et al (2012, p. 64), “o autismo pode ser subdividido em categorias: O autismo com traços leves, a Síndrome de Asperger, o autismo em pessoas de alto funcionamento e o autismo clássico.” Quando o indivíduo apresenta interesses restritos, olha nos olhos, não apresenta movimentos estereotipados, e não tem o desenvolvimento normal da linguagem, dizemos que ele tem apenas traços de autismo, portanto, suas dificuldades são menores, inclusive na socialização. Essas crianças, no entanto, precisam de tratamento, visto que mesmo as pequenas dificuldades podem comprometer o futuro. Adultos com sérias dificuldades em manter vínculos são resultantes de uma infância com autismo não diagnosticado.



Segundo Silva et al (2012), indivíduos com apenas traços de autismo chegam a tentar estabelecer relacionamentos, muitas vezes, oferecendo a prestação de serviços, e acabam simplesmente sendo usados pelas pessoas. Esses indivíduos não conseguem aprofundar os laços de amizade e sofrem tanto quanto aqueles que apresentam um transtorno grave.

Para o indivíduo com Síndrome de Asperger as maiores dificuldades são na socialização, visto que não compartilham ideias e são rotineiras. Sua linguagem é bem desenvolvida, mas pode ter dificuldade de aprendizagem. As pessoas autistas caracterizadas com alto funcionamento têm comportamento que se assemelha ao daquelas que têm Síndrome de Asperger, mas, ao contrário destas, apresentam desenvolvimento atrasado da linguagem, embora não tenham retardo mental. São muito inteligentes, mas têm dificuldades de interação e comportamento estereotipado.

O autismo clássico é o tipo mais grave, caracterizando-se pelo conjunto de todos esses sintomas, apresentando retardo mental. As dificuldades na socialização podem manifestar-se com uma inapropriação do comportamento, esquiva do contato visual e das manifestações de afeto, um isolamento, ou seja, uma completa falta de interação com o outro e falta de empatia social.

Percebe-se ainda através de estudos de Silva et al (2012, p. 24-25), que a criança com autismo, por ser extremamente sensível, entende o convívio social como uma ameaça, motivo que a faz isolar-se. Ficar ou brincar sozinho não é uma questão de escolha dessas crianças, mas a falta de habilidade para conseguirem manter um contato mais duradouro é que as faz afastarem-se das demais. A comunicação verbal é a segunda área prejudicada. A aquisição tardia da linguagem é uma das mais frequentes reclamações dos pais. A forma dessa aquisição pode ser bem diferenciada nos vários casos de autismo, ou simplesmente, não existir.

Algumas crianças com autismo chegam a falar, embora essa fala não signifique necessariamente, comunicação. Muitas apenas reproduzem o que ouvem das pessoas ao redor, ou o que escutam da televisão, (a chamada ecolalia imediata). Em relatos de Orrú (2012, p. 106) constatamos que “para crianças autistas não verbais situação muitas vezes se agrava, pois, não havendo linguagem oral, a criança se encontra ainda mais isolada e restrita a um ambiente precário e de segregação, diante das suas necessidades.” Quando a criança



não emite sons significativos que possam ser considerados verbalização, não há construção de conhecimento por parte dessa criança. A sua linguagem oral é melhor desenvolvida quando ela consegue interagir socialmente e realizar contextualizações em seus discursos.

Outro aspecto observado é que as crianças com autismo geralmente não conseguem se emocionar quando falam. Para elas, não há necessidade de destacar trechos em frases como costumamos fazer quando julgamos importante.

Contar algum fato que lhe ocorreu, por exemplo, alguma agressão verbal ou física, não é uma característica de crianças com autismo. É importante, portanto, que os pais façam questionamentos, e no tratamento dessas crianças, deve-se estimulá-las ao relato de suas vivências, para que se possa evitar que sejam vítimas de bullying, o que ocorre com muita frequência. Para Silva et al (2012, p. 38), outras crianças veem tudo de forma muito concreta e interpretam o que ouvem de forma literal, ou seja, “não inferem a intencionalidade de ironias e brincadeiras, nem as falas de duplo sentido”.

Quanto ao comportamento dos indivíduos com funcionamento autístico temos com mais evidência as atitudes estereotipadas e repetitivas. Elas geralmente balançam o corpo, batem palmas ou torcem os dedos, e andam na ponta dos pés. A frequente agitação faz com que muitos confundam autismo com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). É importante salientar que a criança que tem autismo realiza o movimento pelo movimento, enquanto que no TDAH a criança tem um propósito determinado, buscando se envolver em variadas atividades.

Há também no comportamento cognitivo dessas crianças os interesses e atividades restritos. Os autistas frequentemente apresentam dificuldade em alterar sua rotina, o que pode trazer diversos prejuízos à vida do indivíduo. Esse apego à rotina representa para alguns, uma forma de se sentirem seguros. Isto ocorre porque as situações já conhecidas, os caminhos sempre percorridos, são para eles, previsíveis e, portanto, não lhes oferece nenhuma surpresa desagradável.

Dependendo do nível do autismo, a resposta da criança à mudança de rotina pode ser variada: algumas podem zangar-se ou angustiar-se quando algo estabelecido é alterado. Quando uma mudança é forçada, a criança torna-se extremamente irritada e responde com acessos de raiva.



Distúrbios do humor e do afeto são bem comuns na síndrome do autismo e se manifestam através de crises de risos ou de choro, aparentemente desmotivados. Algumas crianças com autismo armazenam na memória grande quantidade de informação sobre um determinado foco, prejudicando outras áreas de sua aprendizagem, visto que, dessa forma não dispensam atenção a essas áreas prejudicadas.

Vale ressaltar também que a pessoa com autismo vê o mundo fragmentado, ou seja, ela valoriza mais o detalhe das coisas do que a sua totalidade. Ao pegar um brinquedo, por exemplo, nem sempre essa criança busca utilizá-lo de forma convencional, como uma criança típica o faria, mas limita-se a observar um detalhe.

Deve-se considerar que o autismo é uma dimensão que apresenta uma grande variação de sintomas, e que não se faz necessário que o indivíduo apresente todos os sintomas para se fechar um diagnóstico. Quem tem traços leves de autismo apresenta poucos sintomas, o que às vezes pode dificultar o diagnóstico. Não se pode, portanto, padronizar a forma de apresentação do autismo e os sintomas podem mostrar diversas variações de uma criança para outra.

### **O que diz a Legislação**

A Legislação Brasileira assegura os direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autistas através da Lei Nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e Bases da Educação Nacional, da Lei Nº 12.769/12 (Lei Berenice Piana) e da Lei Nº 13.438 de 2017.

Segundo, BRAGA, SANTOS e BUYTENDORP, 2019, os direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autistas estão assegurados nas Leis:

- Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sobre o Direito a Educação e o Dever de Educar, no Art.4: prevê o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino.
- Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, que foi instituída com a Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, a qual também é conhecida como - Lei Berenice Piana - que assegura o acesso à educação para as pessoas com Transtorno do Espectro Autista e ainda infere no Art. 7º: “O gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno



com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos”.

- Lei Nº 13.438, de 26 de abril de 2017, a qual altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tornar obrigatória a adoção pelo Sistema Único de Saúde (SUS) de protocolo, o qual estabeleça padrões para a avaliação de riscos para o desenvolvimento psíquico das crianças, com obrigatoriedade de aplicação nos primeiros dezoito meses de vida (RAGA, SANTOS e BUYTENDORP, 2019, p. 22).

### **A inclusão escolar**

A partir da exigência legal e da necessidade de incluir os autistas na escola, as escolas começaram a se adaptar para atender e oferecer a estes o atendimento educacional capaz de desenvolver suas potencialidades. Na atualidade, “inclusão” é palavra que está em evidência em documentos e discursos de muitas organizações e âmbitos, no contexto social e educacional. Quando se fala de inclusão na escola de ensino regular, fala-se do acolhimento e educação das diferenças, de todas as formas e de todos os tipos de diferenças.

Segundo Fink (2018):

[...] a inclusão no Brasil passou de um foco excludente para uma visão inclusiva de todos. Partindo, do século XVIII, período que se caracterizou por movimentos de exclusão, as pessoas com deficiência foram retiradas do convívio social porque não tinham direitos, nem a sociedade os aceitava, portanto, necessitavam viver reclusos. Relegando-os a uma reclusão de confinamento em tempo integral. Mais tarde, no século XIX, verificam-se movimentos de reclusão parcial para aqueles considerados em risco social, com acesso somente a instituições específicas, (APAE e outras instituições afins) para receber tratamento, educação, formação para o trabalho, de acordo com suas potencialidades e capacidades (2018, p. 11).

Com a implantação de leis que orientam as normas e o delineamento da inclusão no Brasil, suscitou transformações importantes na concepção de inclusão social na sociedade brasileira. Desencadeando investimentos do estado nas condições de vida, na educação e participação social destes sujeitos, que articulados aos desejos já imprevisíveis nas pessoas com deficiências e suas famílias. É possível perceber um ambiente notadamente inclusivo. Nessa direção, “o simples fato de o aluno frequentar a escola, tendo a oportunidade de conviver com os demais colegas e professores, justificaria sua permanência em sala de aula.



Negligencia-se a construção do conhecimento em prol da socialização do sujeito” (HATTGE; KLAUS, 2014, p. 329).

Os métodos inclusivos não devem favorecer somente a participação desses indivíduos em sala de aula. Mas, sobretudo, oportunizar a aprendizagem destes mesmos alunos, pois:

A escola tem um compromisso com o desenvolvimento dos sujeitos. Nos processos inclusivos vinculados a esses princípios, reside uma grande preocupação com a construção de materiais e a implementação de metodologias de ensino que venham a produzir uma aprendizagem individualizada, levando em consideração as necessidades específicas dos sujeitos, suas potencialidades e desafios. Porém, grande parte das discussões realizadas é centrada nas metodologias de ensino. A inclusão é tomada como algo natural, como se ela estivesse, desde sempre, aí no mundo (HATTGE; KLAUS, 2014, p. 329).

Hattge e Klaus (2014, p.330) ainda afirmam que:

[...] é preciso criar e organizar estratégias que percebam as questões individuais e de grupo, que permeiam o processo de aprendizagem, e utilizá-las a seu favor, seja como pistas para estudo e pesquisa, seja como produção de práticas pedagógicas que tencionem permanentemente os processos de ensino e aprendizagem implementados em sala de aula (HATTGE; KLAUS, 2014, p. 330).

Segundo os autores acima citados, não se trata apenas de garantir o acesso destes estudantes a escola, mas a escola necessita dar condições para que estes estudantes participem do processo de ensino aprendizagem e lhes sejam garantidos métodos eficazes que lhes proporcionem uma aprendizagem efetiva.

Nesse sentido, Veiga-Neto e Lopes (2011, p. 129-130) chamam a atenção para o uso alargado da palavra inclusão, pois entendem que: “seu uso além de banalizar o conceito e o sentido ético que pode ser dado a ela, também reduz o princípio universal das condições de igualdade para todos, a uma simples introdução “de todos” num mesmo espaço físico.” Uma vez que todos têm o direito a ocupar os mesmos espaços, mas de maneiras diferentes, isto é, indivíduos são colocados numa situação de incluídos, mas ao mesmo tempo de excluídos. Isto é, inclui-se para excluir, fazendo-se desse modo, uma inclusão excludente. E, desta forma, o uso mais ampliado do termo inclusão não consegue estabelecer a necessária diferenciação entre as várias categorias excluídas.



Quando se trata da inclusão de alunos com deficiência, como é o caso dos sujeitos com Transtorno do Espectro Autista, cujos conceitos vamos nos referir a seguir, tais estratégias, anteriormente mencionadas, por Hattge e Klaus (2014) são fundamentais para a inserção e inclusão escolar e social destes indivíduos.

### **Considerações Finais**

Percebe-se através das leituras realizadas que a proposta de inclusão das crianças com necessidades especiais, entre elas as que apresentam Transtorno do Espectro Autista, é, de certa forma, excludente, isto é, a inclusão não está ocorrendo nas escolas de acordo com a legislação brasileira. Sabe-se que existem leis, decretos e documentos que visam dar suporte à implementação da inclusão, mas, na verdade, na prática essa inclusão não existe, não é efetiva.

Após o estudo bibliográfico realizado pode-se concluir que muitas mudanças no sistema educacional são necessárias para que se conquiste de fato uma inclusão de qualidade, mudanças essas não só na estrutura física do ambiente escolar, mas mudanças em termos de conscientização das pessoas, oportunizando o convívio com a diversidade. Embora não se possa fazer o diagnóstico, os professores devem identificar os sintomas do autismo, e procurar auxiliar a criança, conversando com os responsáveis pela mesma. Dessa forma torna-se mais fácil encaminhá-la ao profissional adequado.

Quando o aluno já é diagnosticado com autismo, ou seja, quando os pais já trazem para a escola a informação de que seu filho tem autismo, esta já pode se antecipar para garantir um atendimento adequado àquela criança, considerando suas dificuldades e buscando metodologias que venham de encontro à elas. No entanto, sabe-se que isso nem sempre acontece. Ainda há um descaso com a questão dos TID (Transtornos Invasivos do Desenvolvimento) e apesar de existirem leis que garantem a inclusão escolar, muitas escolas rejeitam ou encontram-se despreparadas para receber o aluno com autismo, talvez por ser um dos mais complexos transtornos do desenvolvimento.

Os dados citados neste trabalho permitem afirmar que é de fundamental importância que se ampliem os estudos e pesquisas acerca do Transtorno do Espectro Autista por parte



dos profissionais da educação, para que as crianças sejam realmente incluídas e suas famílias possam ver a garantia dos seus direitos, o cumprimento da lei.

## Referências

BRAGA, Paola Gianotto/SANTOS, Stéfani Quevedo de Meneses dos/BUYTENDORP, Adriana A. Burato Marques. **Cartilha transtorno do espectro autista**. Campo Grande, MS: Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul – SED/MS, 2019. 28 p.

BRASIL. **Política nacional de proteção dos direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Brasília, Senado Federal, 2012.

BORALLI, Eliana Rodrigues. **Autismo: Trabalhando com a criança e com a família**. São Paulo, Edicon, 2008

CAMARGO, Sígla P. H.; BOSA, Cleonice Alves. Competência social, Inclusão Escolar e Autismo: revisão crítica da literatura. **Psicologia & Sociedade**, 2009, 21(Janeiro-Abril).

CARNEIRO, Moaci Alves. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns: possibilidades e limitações**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CONSENZA, Ramon M.; GUERRA, Leonor B. **Neurociência e educação: como o cérebro aprende**. Porto alegre, Artmed, 2011.

COSTA, Ulisses. **Autismo no Brasil: um grande desafio**. Rio de Janeiro: Wak, 2013.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. 3. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2011.

FINK, Isabel Cristina. **Autismo e Educação: Possibilidades e Estratégias de Inclusão**, Pedagogia, Lajeado, Nov. 2018, 43 p.

GAIATO, Mayra; TEIXEIRA, Gustavo. **Rezinho Autista: guia para lidar com comportamentos difíceis**, São Paulo, Versos, 2018.

HATTGE, Morgana Domênica, KLAUS, Viviane. A Importância da Pedagogia nos Processos Inclusivos. **Revista Educação. Especial** | v. 27 | n. 49 | p. 327-340 | maio/ago. 2014 Santa Maria. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5902/1984686X7641>>. Acesso em 23 de Maio. 2022.

ONZI, Franciele Zanella; GOMES, Roberta de Figueiredo. Transtorno do espectro autista: a importância do diagnóstico e reabilitação. **Caderno pedagógico**. Lajeado, v. 12, n. 3, p. 188-199, 2015.



ORRÚ, Sílvia Ester. **Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar**. 3 ed. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

SILVA, Ana Beatriz B., et al. **Mundo Singular: entenda o autismo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. **Inclusão, exclusão, in/exclusão**. Verve, 20: 121- 135, 2011.

## O USO DE RECURSOS DIDÁTICOS PARA O ENSINO DE PORTUGUÊS COMO SEGUNDA LINGUA PARA SURDOS NO ENSINO FUNDAMENTAL

*Cathia Raquel Pereira da Silva*<sup>16</sup>  
*Kátia Michaela Conserva Albuquerque*<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup> Graduada em Letras e em Pedagogia (UFCG). Aluna do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB).

<sup>17</sup> Mestra em Linguística, pela UFPB. Professora de Libras do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB).



## RESUMO

O processo de letramento para alunos surdos, atualmente tem sido um grande desafio para os professores. É necessário mudar alguns paradigmas na Educação, especialmente, quando se trata do ensino da Língua portuguesa para surdos, que deve ser ensinada como segunda língua. Partindo desse entendimento, o objetivo deste artigo é discutir sobre o uso de recursos didáticos para o ensino de Português como segunda língua para surdos, no Ensino Fundamental. Utilizaremos como pressupostos teóricos, nesta pesquisa Bibliográfica, estudos de Campos (2013), Campello (2008), Skliar (2001), entre outros. Esses autores favorecem a compreensão da adaptação de recursos didáticos para o público surdo. Esta pesquisa caracteriza-se por ser exploratória, a abordagem qualitativa, técnicas de pesquisas bibliográfica e documental, focando no uso de recursos didáticos, com base na visualidade.

**Palavras-chave:** Educação Bilíngue; Recursos Didáticos; Surdos.

## Introdução

Mesmo diante da legalidade e da obrigatoriedade em nosso país, no que diz respeito ao ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos, existem muitos enfrentamentos e barreiras entre os sujeitos: quem aprende, quem ensina e os recursos usados nos espaços de ensino-aprendizagem.

Essa pesquisa foi motivada por uma experiência que vivenciamos na qual tivemos a oportunidade de lecionar em uma turma em que havia uma aluna surda e nessa experiência, sentimos a dificuldade que é comumente enfrentada por professores, em inserir o aluno surdo na sala regular, de forma que o aprendizado e as atividades sejam democráticos e Participativos possibilitando assim, a troca de aprendizado entre atores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Ainda que sejam amplas as discussões em torno da educação inclusiva, algumas questões básicas precisam de atenção, como é o caso dos recursos didáticos no ensino de Português como segunda língua para surdos no Ensino Fundamental, de modo que os educandos possam mergulhar no conhecimento aprofundado da língua oficial do país e consigam acessar o conhecimento de modo amplo.



O processo de ensino bilíngue na rede regular de ensino está em fase de adaptação e nesse sentido, abordamos sobre os recursos visuais, discutindo aspectos que facilitam o ensino-aprendizagem da Língua portuguesa escrita para as crianças surdas no Ensino Fundamental, onde voltamos o olhar para o ensino bilíngue.

Neste estudo, estamos discutindo sobre recursos utilizados para os estudantes surdos, de modo a buscar por uma melhor qualidade de ensino e identificar as dificuldades dos alunos a respeito dessa língua, considerando que recursos pedagógicos são utilizados para estimular a leitura e a interação entre os estudantes surdos e os ouvintes. Este artigo tem a base teórica na pesquisa bibliográfica, a partir de estudos científicos com referências a vários autores dos quais destacamos: Campos (2013), Skliar (2001), Campello (2008).

Em uma busca de resposta para a seguinte questão: Quais recursos didáticos podem ser utilizados para o ensino de Português como L2 aos alunos surdos no Ensino Fundamental? Diante disso, este estudo visa discutir a respeito do uso de recursos didáticos para o ensino de Português como segunda língua para surdos no Ensino Fundamental I. No que se refere a sua estrutura, este artigo está dividido em fundamentação teórica, que aborda o ensino de Português como L2, no Ensino Fundamental, com o foco em recursos didáticos que atendam a visualidade dos estudantes surdos.

No tópico da metodologia apresentamos a caracterização da pesquisa e etapas deste trabalho científico. Uma breve discussão sobre recursos utilizados para o ensino da Língua portuguesa como L2 para alunos surdos no Ensino Fundamental. ensino de Português como L2 mediante a proposta de Educação Bilíngue para surdos.

Não basta a educação ser legalmente um direito de todos, ela deve realmente ser assegurada na prática a cada aluno que busque a instituição escolar e precise ser acolhido, tendo a certeza da garantia do seu acesso e que ele se dê em um processo de inclusão, onde tenha garantido o seu direito de participar desse movimento educacional efetivamente, vivenciando as atividades educacionais que o levem para as possibilidades de aprendizagem.



Esse processo de inclusão é um movimento de luta que vem ganhando força, contudo, muito ainda precisa ser buscado para rompermos o desafio que é garantirmos os direitos a Educação para todos, uma busca que deve ser social e política. E, para que a inclusão seja de fato uma ação que promova a interação do sujeito com a língua, por um aprendizado para a comunicação, a escola tem de avançar, no sentido de assumir um compromisso com uma prática apropriada, dando conta do uso de recursos visuais adequados.

Entendemos que o olhar docente precisa estar voltado para essa questão dos recursos visuais, em uma realidade na qual a Libras não poderá substituir a modalidade escrita da Língua portuguesa que, para os surdos, é uma segunda língua, como é defendido no parágrafo único da Lei nº 10.436/02 (BRASIL, 2002). Assim, estar inserido, ser participante do processo educativo é um direito do surdo, assegurado no Decreto 5.626/05 (BRASIL, 2005).

A Língua de sinais vem conquistando o espaço que se faz necessário ao processo de inclusão e aos poucos abre um leque de possibilidades ao aprendizado da Língua portuguesa. No âmbito da inclusão observamos que a aprendizagem da Língua Portuguesa é tema de destaque, tendo em vista que abrange também a necessidade e as dificuldades presentes e enfrentadas pelo aluno surdo, dificuldades que estão ligadas principalmente, à leitura e escrita. De acordo com a Lei nº. 13.146 (BRASIL, 2005), as questões educacionais referentes ao surdo brasileiro indicam a devida inclusão. Mas, sabemos que nem todas as instituições de ensino atuam dentro dessa indicação, pois ainda faltam determinadas condições, algumas estão apresentando uma política de inclusão social e educacional bem coerente com a lei, outras estão buscando passo a passo atingir esse ideal, pois não dispõem de ferramentas para oferecerem os atendimentos fundamentais às pessoas com deficiência.

Conforme Campos (2013, p. 48):

sabemos que o sucesso da escola de alunos surdos depende de como o domínio da língua está sendo apresentado como também as práticas pedagógicas do professor em apresentar uma aula diversificada e atrativa e aquisição de Libras para que o aluno possa desenvolver aquisição plena da leitura e escrita do português como segunda língua pela criança surda.



Compreendemos que, para a escola regular ter e apresentar um currículo preparado, direcionado à inclusão do aluno surdo, ela precisa que seu professor utilize recursos didáticos adaptados para abranger alunos surdos, com o objetivo principal de garantir o acesso, a participação de todos e a possibilidade de interação quanto ao ensino-aprendizagem satisfatório a cada estudante.

Entendemos que o bilinguismo só tem eficácia se o aluno surdo dominar Libras, sua Língua materna e tiver como L2, o Português. Quadros (2000, p. 54) afirma: “quando me refiro ao bilinguismo, não estou estabelecendo uma dicotomia, mas sim reconhecendo as línguas envolvidas no cotidiano dos surdos, ou seja, a Língua Brasileira de Sinais e o Português no contexto mais comum do Brasil”.

No ensino-aprendizagem, o professor tem que dominar também a Libras que, assim como o Português, tem suas regras quanto ao uso. A Libras apresenta características gramaticais específicas, norteadas pela modalidade visuoespacial considerada como uma língua natural com características e princípios linguísticos.

Para Quadros e Karnopp (2004, p. 30):

As línguas de sinais são, portanto, consideradas pela linguística como línguas naturais ou como um sistema linguístico legítimo, e não como um problema dosurdo ou como uma patologia da linguagem. Stokoe, em 1960, percebeu e comprovou que a língua de sinais atendia a todos os critérios linguísticos de uma língua genuína, no léxico, na sintaxe e na capacidade de gerar uma quantidade infinita de sentenças.

Tendo em vista o fato de que a educação de surdos é nova, os alunos estão sendo aos poucos, inseridos na escola regular e isso requer um olhar não só para as condições do espaço físico, mas, para uma formação de professores que amplie discussões sobre os recursos que podem ser usados em sala de aula, pois a exposição dos assuntos deve estar acessível a cada educando.

Assim, quando o professor se apropria de base teórica e com conhecimento teórico-prático, se dedica para trabalhar os recursos de maneira criativa e segura, fazendo adaptações, se elas forem necessárias e as aulas podem realmente favorecer a inclusão do aluno surdo.



Conforme Campos (2013, p. 48):

O surdo é aquele que apreende o mundo por meio de contatos visuais, que é capaz de se apropriar da língua de sinais e da língua escrita e de outras, de modo a propiciar pleno desenvolvimento cognitivo, cultural e social. A língua de sinais permite ao ser surdo expressar seus sentimentos e visões sobre o mundo, sobre significados, de forma mais completa e acessível.

Algumas das alternativas interessantes quanto aos recursos didáticos voltados ao uso nas aulas, com os alunos surdos, são as atividades que envolvem visualidade. Estas atividades aparecem como formas eficazes na relação ensino-aprendizagem, pois os surdos apresentam facilidade na aprendizagem através desses recursos. Nesse aspecto, Campello (2008, p. 129) chama a nossa atenção para as várias possibilidades de recursos:

(...) contação de história ou estória, jogos educativos, envolvimento da cultura artística, cultura visual, desenvolvimento da criatividade plástica, visual e infantis das artes visuais, utilização da linguagem de Sign Writing (escrita de sinais) na informática, recursos visuais, sua pedagogia crítica e suas ferramentas e práticas, concepção do mundo através da subjetividade e objetividade com as experiências visuais.

Com a evolução na educação, em que todos os alunos, independente de classe social qualquer diferença ou dificuldade apresentadas por ele, o mesmo tem que ser inserido na escola. Então, foram surgindo novas estratégias e recursos didáticos voltados ao processo de ensino-aprendizagem direcionados ao aluno surdo, dentro de uma pedagogia conhecida como visual, onde o educador se apropria dos mesmos e aproxima o educando do assunto a ser estudado; estimula a aula tornando-a mais dinâmica; aproxima os conteúdos da compreensão do estudante; oferece oportunidade ao educando de expandir seus conhecimentos, dentre outros aspectos.

Essas possibilidades estão presentes como fatores de grande importância destinados ao ensino-aprendizagem também na “pedagogia visual, ou pedagogia surda, que é assim denominada considerando-se que a mesma pode ser compreendida como aquela que se ergue sobre os pilares da visualidade, ou seja, que tem no signo visual, seu maior aliado no processo de ensinar e aprender” (CAMPELLO, 2008, p. 131). Essa pedagogia consiste em apresentar recursos bem simples, porém, eficazes como: gravuras, imagens, pinturas, fotografias dentre outros que podem ser direcionados ao aluno surdo.

Para Skliar (2001, p. 176):



[...] a experiência visual dos surdos envolve, para além das questões linguísticas, todo tipo de significações comunitárias e culturais, exemplificando: os surdos utilizam apelidos ou nomes visuais; metáforas visuais; imagens visuais, humor visual; definição das marcas do tempo a partir de figuras visuais, entre tantas outras formas de significações.

Podemos mostrar através de meios visuais, o desenvolvimento quanto à relação intelectual e psicológica do aluno em conseguir práticas de desenvolvimentos através de uma nova visão de mundo, quanto aos aspectos objetivos e subjetivos envolvendo a cultura visual. Para tanto, reafirmamos o papel da escola como meio de promover a aprendizagem e atender necessidades globais de todos os seus alunos, realizando o processo de inclusão e investindo na adoção de recursos visuais.

Desse modo, retomamos uma ideia de uma educação que possibilite aos seus alunos viverem em um contexto sociocultural, agindo a partir de oportunidades com seus possíveis papéis naturalmente com autonomia. Nesse sentido, é necessário que o professor desenvolva estratégias e utilize recursos que atendam aos alunos surdos e ouvintes, que contemplem a necessidade de cada um, em ambiente propício ao processo de ensino-aprendizagem, já que a inclusão é um direito. Então, é importante entendermos que:

Será possível avançar mais nas questões de ensino, se os professores conseguirem adaptar os programas previstos as necessidades dos alunos, criando conexões com cotidiano, com o inesperado, se transformarmos a sala de aula em uma comunidade de investigação (MORAN, 2008, p. 5).

Com o objetivo de inserir o aluno na escola regular, o professor tem de apresentar estratégias de aprendizagem, se distanciando da alienação, mas acreditando e estimulando a interação, a união e o fortalecimento da efetivação do direito da pessoa com deficiência, como objetivo de garantir a participação de todos em uma educação interessada realmente no aluno, nos alunos de um modo geral, assim não existirá barreira que não seja vencida, para que sejam apresentados novos recursos dirigidos ao processo de ensino-aprendizagem eficaz.

## **Metodologia**



Essa pesquisa foi motivada por uma experiência que vivenciamos na qual tivemos a oportunidade de lecionar em uma turma em que havia uma aluna surda e nessa experiência, sentimos a dificuldade que é comumente enfrentada por professores, em inserir o aluno surdo na sala regular, de forma que o aprendizado e as atividades sejam inclusivas, possibilitando assim, a troca de aprendizado entre atores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Considerando as dificuldades apresentadas no ensino igualitário para alunos surdos, em sala de aula regular, este artigo foi produzido a partir de pesquisa bibliográfica e documental. Segundo Mattar (2001, *apud* OLIVEIRA, 2011, p. 21), “os métodos utilizados pela pesquisa exploratória são amplos e versáteis. (...) levantamentos em fontes secundárias, levantamentos de experiências, estudos de casos selecionados (...)”.

Quanto ao seu objetivo, este artigo se propõe a discutir sobre o uso de recursos didáticos para o ensino de Português como segunda língua para surdos no Ensino Fundamental. Para alcançar esse objetivo, outros específicos foram pensados, a saber: pesquisar referências sobre o ensino de Português para surdos; abordar o uso dos recursos didáticos na Educação bilíngue; Identificar recursos didáticos baseados na Pedagogia visual.

Ainda sobre a Pesquisa exploratória, observamos que Gil (1999, *apud* OLIVEIRA, 2011, p. 20) considera que:

a pesquisa exploratória tem como objetivo principal desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Este tipo de pesquisa apresenta menor rigidez no planejamento, pois é planejada com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato.

A presente discussão também evidencia a importância de o professor apresentar adaptações das atividades para os alunos surdos, tornando as aulas dinâmicas com o uso de recursos didáticos diversificados e ricos visualmente, visando o aprendizado do Português como L2, valorizando o artefato experiência visual. Como principais fontes de pesquisa recorreremos a Campos (2013), Campello (2008), Skliar (2001), entre outros.

Para a elaboração deste artigo realizamos uma análise bibliográfica, partindo de leis, decretos voltados para o ensino do Português como segunda língua para surdos. Assim, os



estudos voltados à produção deste trabalho científico foram realizados com base em artigos científicos e outros documentos comuns à pesquisa bibliográfica.

Severino (2007, p. 122), ao se referir sobre a pesquisa bibliográfica, afirma que:

é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses (...) Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos constantes dos textos.

Nesse sentido, os estudos foram realizados com base nos referidos autores. Desenvolvemos nosso artigo analisando recursos didáticos que favoreçam o ensino-aprendizagem de Língua portuguesa escrita para crianças surdas no Ensino Fundamental.

### **Reflexões sobre recursos didáticos para o ensino de Português como L2**

Com relação às dificuldades dos alunos surdos apresentadas na sala de aula regularna qual temos alunos surdos, para um aprendizado de interação entre eles em que possamos incluir todos, existem outras dificuldades, a exemplo: falta de materiais didáticos para o trabalho com determinados conteúdos, falta de formação continuada do professor e da equipe pedagógica. Com isso, fica clara a necessidade de uma educação que apresente uma didática diferenciada para atender as crianças surdas. Sendo assim, os professores alfabetizadores precisam, além de estimular o *input* dos estudantes surdos, ensinar a Língua portuguesa de maneiravisual, apresentando ferramentas práticas quanto àvisão de mundo através da relação intelectual do aluno.

Aliar recursos visuais à metodologia adotada pelo professor, ao ensinar L2, adaptando seu material pedagógico, utilizando gravuras, sinais em Libras e palavras em Português configura-se como prática consolidada e verificamos que são variados os recursos disponíveis na internet que podem apoiar o trabalho docente direcionado a essa prática em foco.

Dentre inúmeros matérias que temos é preciso que o professor consiga êxito através de cartazes escritos, da datilologia e palavras em Língua portuguesa, imagens em que os alunospossam analisarasilustraçõesese consigam percebercomo elemento relacional aescrita.



Esta ação estimula o contato com a Língua portuguesa escrita desde cedo, já que a apreensão desta língua é visual para o aluno surdo.

É fundamental que a equipe pedagógica tenha um olhar voltado para as estratégias de ensino necessárias ao alcançado aprendizado bilíngue, adotando materiais didáticos ajustados às necessidades desse educando. Cruz (2016, p. 53), chama a nossa atenção para um ponto importante no contexto do ensino bilíngue:

No contexto de ensino bilíngue, é bastante interessante que existam dispositivos que permitam alternância entre estímulos ao pensamento verbal e ao pensamento não-verbal, uma vez que nos colocamos diante da multiplicidade de indivíduos, com suas diferentes características de aquisição e nível de domínio de língua. Expressar-se através da arte pode se tornar um saber transversal na escola, diante do qual essas diferenças encontrem potência para comunicação e para o apoio da construção de saberes cada vez mais sofisticados, além de fortalecer a autoestima do aluno.

Compreendemos que a alternância de estratégias visando essa construção de saberes passa a ter forma com o empenho da equipe pedagógica e ganha movimento a partir de ações docentes efetivas no seu ensino com vistas nos recursos matérias.

Nessa perspectiva, o professor deve pensar, discutir e planejar para conseguir uma atuação na prática pedagógica em benefício do alunado, pois objetos de ensino devem ser adaptados para a realidade do aluno surdo. Esses instrumentos têm como função facilitar a aprendizagem na escola, que abre realmente seus espaços ao conhecimento.

Tais recursos direcionados ao ensino nessa perspectiva são adotados para darem vida à aula, despertar a criatividade. Com isso, o docente visa o desempenho do aluno quanto a Língua de sinais e Língua portuguesa como L2. Pontos interessantes a serem observados são as formas de apresentação de imagens com cores fortes no intuito de desenvolver também a linguagem.

A exploração das várias linguagens é um fator oportuno de ser observado. Trazê-las ao referido contexto é um passo acertado, pois é relevante a exploração das linguagens, no sentido de “levar o aluno a pensar sobre a linguagem para poder compreendê-la e utilizá-la apropriadamente para as situações e propósitos definidos” (BRASIL, 1998, p. 19).



Essas medidas acabam facilitando a interação entre os alunos surdos, os ouvintes e os recursos, os conhecimentos, os saberes e o que mais a imaginação possibilitar.

Nesse sentido, Sardelich (2006, p. 453) alerta que:

na medida em que a imagem passa a ser compreendida como signo que incorpora diversos códigos, sua leitura requer o conhecimento e a compreensão desses códigos [...] as imagens não cumprem apenas a função de informar ou ilustrar, mas também de educar e produzir conhecimento.

Tomando como base os objetivos e pesquisas aqui citados, após as definições de alguns autores foram identificados recursos adaptados, pautados na visualidade. Verificamos que são vários os recursos que podem favorecer o processo de ensino-aprendizagem e interação entre os educandos em uma sala de ensino regular, revelando a Língua portuguesa como L2, para alunos surdos no Ensino Fundamental.

Contudo, para que o docente e o aluno surdo possam conseguir êxitos em atividades propostas, a metodologia (o caminho a ser seguido nas aulas) deve estar de acordo com as condições do estudante surdo. Para que os professores possam explorar as características visuais, as possibilidades de assimilação dos seus alunos, a opção de recursos de imagem, de vídeos, histórias em quadrinhos, tirinhas são fontes apropriadas (MARINHO, 2018).

Ainda de acordo com a autora, observamos que no trabalho com imagem deve haver “contextualização visual do texto e exploração do conhecimento prévio, dentre outras possibilidades” (MARINHO, 2018, p. 145). Nesse aspecto, o do trabalho com imagem, verificamos que:

as imagens são importantes na constituição do pensamento científico do sujeito surdo. Na linguagem verbal, a palavra possibilita a generalização e o raciocínio classificatório, e, no caso dos surdos, a representação visual poderá auxiliar nesses processos de pensamento. Além destas funções, a imagem favorece um pensamento relacional, utilizando os elementos visuais para estabelecer relações e comparações (NERY; BATISTA, 2004, *apud* NASCIMENTO, 2014, p. 8).

Dentre os recursos voltados a uma prática pedagógica que atenda a perspectiva de inclusão temos o Mapa Conceitual, trabalhando a “memória visual, as imagens (palavras) de ligação que são apresentadas nos mapas” (LOBATO, 2017, p. 43), e tornam mais fácil para o



aluno as associações: imagem/palavras, representações, conceitos. Esse recurso, de acordo com Lobato e Bentes (2018, p. 73):

é um elemento que possui diversos conceitos que indicam relações entre cada conceito ou palavra os quais usamos para representar algo no mapa. É relevante pontuar que devem estar claros no mapa quais os conceitos contextualmente mais significativos e quais os conceitos secundários ou específicos. Sendo que, em determinado Mapa Conceitual, as setas podem ser utilizadas para dar um sentido de direção a determinadas relações conceituais.

Interligar as partes de um conteúdo contribui de modo significativo com o melhor entendimento do aluno sobre o tema que está sendo estudado. Com esse recurso, o educador e o aluno vão ligando o conteúdo e suas partes, percebendo os assuntos trabalhados em sala de aula e suas conexões, trazendo-os à vida dos alunos, mostrando aos mesmos que os conhecimentos têm uma utilidade para o crescimento nos seus vários sentidos e, portanto, um significado na vida cotidiana, assim como no apoio para ampliar o entendimento sobre o mundo.

Segundo Barbosa (2016, p. 12): “os Mapas Conceituais (MCs) cumprem uma importante função quando empreendidos como instrumento avaliativo: fornecem informações para alunos e professores, permitindo-lhes correções e adaptações essenciais à aprendizagem e ao desenvolvimento”.

Isso é importante, pois, não é necessário voltarmos o pensamento apenas para as atividades de exercícios, de prática de leitura e de escrita, mas será válido o empreendimento em material que possa ser usado no processo avaliativo e os mapas conceituais são viáveis à prática avaliativa do processo de ensino e de verificação da aprendizagem do aluno surdo. Ainda sobre os mapas conceituais, Barbosa (2016, p. 27), afirma que “a técnica de utilização de mapas conceituais como prática pedagógica, apesar de não ter sido desenvolvida recentemente, ainda é pouco utilizada e difundida nas instituições de ensino básico no Brasil”.

Interessado em usar o mapa conceitual em uma aula sobre o gênero Fábula, por exemplo: O professor desenha no topo do quadro, um quadrado, ou um retângulo (ele escolhe a forma geométrica, que também pode ser escolhida com os alunos). No retângulo, do



topo do quadro é colocada a palavra Fábula (o gênero a ser estudado). A partir daí, ele desenha outros retângulos, que devem ser ligados entre si, interligados por linhas traçadas, na medida em que vão dando desdobramento do conteúdo. Depois que coloca a palavra Fábula, ele vai dando sequência à aula, caracterizando o referido gênero textual: personagens; narrador; espaço onde ocorre a narrativa; tempo em que aconteceu fato; e a moral da história.

Nessa atividade, as imagens são fundamentais bem como a Dramatização (que é outro recurso indispensável para aulas com o aluno surdo), usada para contribuir de forma significativa, associada às imagens. Esse também é um modo de apresentar as próprias histórias, trabalhar os gêneros textuais com os educandos. Assim, são variadas as possibilidades de conteúdos que podem ser apresentados. A utilização dos mapas conceituais também facilita a aula sobre Histórias em quadrinhos na qual o educador tem oportunidade de: “1. Diferenciar sentidos associados aos variados formatos de balão e tipos de letra empregados; 2. Reconhecer sentidos criados pela pontuação expressiva; Identificar presença e a estrutura do diálogo” (MARINHO, 2018, p. 7) e ainda, caracterizar personagens, paisagens, tempo, clima, dentre outros fatores, explorando os temas.

As gravuras e fotos também devem ter lugar garantido nessa perspectiva de ensino, precisam estar presentes no cenário da educação inclusiva, como recursos de ensino disponibilizados, próprios para enriquecer as estratégias e estimular a participação do educando nesse contexto escolar.

Entendemos que a fotografia é realmente um objeto de ensino instigante para ser levada à sala de aula. Ela pode ser um estimulante elemento visual, possuindo muitas vezes um conteúdo expressivo e cheio de significados, pois revela bastante informação, tendo assim, a condição de prender a atenção do aluno e até quem sabe, pode despertar além da atenção, suas emoções. Observamos que a foto é uma linguagem a ser explorada na escola, “existem muitas linguagens na arte, a fotografia é arte” (CRUZ, 2016, p. 37).

Percebemos que gravuras e fotos são valiosos instrumentos aliados de atividades pedagógicas e podem ganhar destaque na sala de aula quando estão disponíveis para a explanação de conteúdos de várias disciplinas, sendo muito interessante a associação entre esses recursos e seus significados, pois como vimos anteriormente: “[...] as imagens não



cumprem apenas a função de informar ou ilustrar, mas também de educar e produzir conhecimento” (SARDELICH, 2006, p. 453).

A dramatização também é útil na explicação de muitos dos temas (NASCIMENTO, 2014). Adotando expressão, movimento e linguagem corporal o professor contribui para assimilação de conceitos. Nesse sentido, “a linguagem teatral pode ser um grande diferencial no estudo sobre a diversidade e na inclusão de pessoas surdas na sociedade, favorecendo de forma significativa a comunicação entre surdos e ouvintes” (FREITAS, 2014, p. 18).

A capacidade que essa arte possui de envolver o sujeito através de sua forma de atrair pela via do olhar, pelo seu dinamismo, sua ludicidade e por ser em si um processo comunicativo efetivo, esse recurso precisa ser considerado como uma das prioridades ao pensarmos em ensino e aprendizagem no contexto do ensino fundamental, principalmente, enquanto instrumento para aulas com alunos surdos. Nesse sentido, Vieira e Lima (2016, p. 86-97) afirmam que:

O teatro, por sua capacidade de absorção de linguagens e culturas, por seu poder de produzir encantamento, ao representar a realidade, mostra-se capaz de romper fronteiras, possibilitando uma visão educacional mais humanizada, aberta à diversidade [...] o teatro pode ser compreendido como um recurso valioso na educação do aluno surdo, pois a língua de sinais, por suas características visuoespaciais, apresenta afinidades com a gestualidade teatral como estratégia de ensino e aprendizagem, o teatro facilita a abordagem de conteúdos e conceitos, permitindo ao surdo uma melhor compreensão de seu objeto de estudo, considerando a possibilidade de se expressar artisticamente, sem utilizar a língua dos ouvintes.

Esses autores pretendem levar o educador a refletir sobre o quanto existe de possibilidades quando se envolve a arte de dramatizar com o processo de ensino-aprendizagem, não apenas como elemento cultural, mas atribuindo para essa prática artística um maior espaço e tempo, nesse ambiente do conhecimento, onde o próprio aluno surdo precisa participar de forma ativa. Este também é um dos modos de promovermos a Educação Inclusiva.

Portodas essas possibilidades e pela facilidade que a dramatização oferece quando se trata de apresentação dos conteúdos escolares, se faz necessário um olhar especial para essa arte e junto com esse olhar, uma exigência de que esse ambiente educacional possua um



palco literalmente, onde o aluno surdo participe como um sujeito ativo. Os recursos apresentados nesta discussão são instrumentos que podem ser utilizados para apresentações de múltiplas temáticas de forma dinâmica. São indicados como importantes recursos facilitadores da formulação do entendimento da parte do aluno surdo sobre conceitos apresentados pelo professor, sendo, portanto, relevantes canais de linguagem visual.

### **Considerações Finais**

Com a evolução na educação, o aluno surdo vai conseguindo assegurar os seus direitos de acesso ao conhecimento pela via do processo de ensino-aprendizagem no meio escolar, onde vem também vislumbrando os seus direitos linguísticos. Assim, passos importantes foram observados com o Bilinguismo, como uma abordagem de proposta de duas línguas no cotidiano escolar. É então, quando percebemos as barreiras que o professor passa a encontrar em sua sala de aula.

Nesse contexto, vimos que é importante o uso de recursos pedagógicos adaptados, nas salas de aula regulares. Logo, com os devidos materiais e atenção os referidos alunos se sentem acolhidos e participam bem mais das aulas, interagindo com todos os demais da sua turma.

O objetivo deste artigo consistiu em apresentar recursos didáticos que venham facilitar o ensino-aprendizagem de Língua portuguesa para crianças surdas no Ensino Fundamental. E seguimos também, refletindo sobre a adoção de estratégias de ensino bilíngue.

Esperamos, portanto, que este estudo contribua para aqueles que se interessam por Educação de surdos e que os professores possam criarem e adotarem o maior número de recurso possível em suas aulas, assim como possam também adaptar em seus planos de aula, material já utilizado com alunos ouvintes, usando os mesmos adaptados para alunos surdos, analisando juntos com os educandos aspectos como cores, gravuras, fotos, dramatização, mapas conceituais e explorando as várias linguagens, no intuito de construir uma sala de aula verdadeiramente inclusiva que possibilite a todos os educandos a sua formação integral.



## Referências

BARBOSA, Eudilene Costa. **Mapas conceituais como instrumento de avaliação na disciplina de Língua portuguesa com CMAPTOOLS.** (Monografia). Universidade Federal de Roraima. Núcleo de Educação a Distância. Licenciatura em Informática. Boa Vista - RR, 2016.

BRASIL. Decreto nº5. 626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei nº10.436, de 24 de abril de 2002. Língua Brasileira de Sinais - Libras.** Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 23 dez. 2005.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 25 abr.2002.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua portuguesa. Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAMPELLO, Ana Regina e Souza. **Pedagogia visual na Educação dos surdos-mudos.** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

\_\_\_\_\_. **Aspectos da visualidade na educação de surdos.** Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

CAMPOS, Mariana de L. I. Leandro. Educação inclusiva para surdos e as políticas vigentes. In: LACERDA, Cristina Broglia F. de; SANTOS, Lara F. dos (Org.) **Tenho um aluno surdo, e agora?:** Introdução à Libras e educação de surdos. São Carlos: EdUFSCar, 2013.

CRUZ, Andreza Nunes Real da. **Aula de arte com surdos:** criando uma prática de ensino. Dissertação (Mestrado em Artes). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Instituto de Artes. São Paulo, 2016.

FREITAS, Cilene Rodrigues Carneiro. **Processo de compreensão e reflexão sobre iniciação teatral de surdos.** Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília, DF., 2014.

QUADROS, Ronice M.; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de Sinais Brasileira; estudos linguísticos.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

LOBATO, H. K. G. Desafios do Atendimento Educacional Especializado em escolas “inclusivas” e o ensino-aprendizagem de alunos surdos. In :SOUZA, C.T.R. de; BARBOSA, M. O.; BRIEGA, D. ap. M. (Orgs.). **Pesquisas em Educação Especial:** fios e desafios. 1. ed. Curitiba: Appris, 2017.

LOBATO, H. K. G.; BENTES, J. A. de O. O uso de Mapas conceituais na pesquisa de Representações sociais. In: OLIVEIRA, I. A. de; OLIVEIRA, W. M. M. de; LOBATO, H. K. G.



(Orgs.). **Pesquisa educacional sobre representações sociais: o uso da técnica do desenho e dos mapas conceituais.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2018.

MARINHO, Mariana S. **Recursos para a elaboração de material didático no ensino de Língua portuguesa para alunos surdos: uma proposta curricular.** UERJ/FAPERJ, 2018. Disponível em: [http://www.pgletras.uerj.br/lin\\_guistica/textos/livro08/LTAA8\\_a09.pdf](http://www.pgletras.uerj.br/lin_guistica/textos/livro08/LTAA8_a09.pdf). Acesso em: 13 fev. 2021.

MORAN, José Manuel. **Mudar a forma de ensinar e aprender com tecnologias Interações.** Vol. V, n. 9, jan.-jun., 2000, pp. 57-72. Universidade São Marcos. São Paulo, Brasil, 2008.

NASCIMENTO, Lilian Cristine Ribeiro. A pedagogia visual na educação dos surdos: das possibilidades à realização. **Didática e Prática de Ensino na relação com a Sociedade.** EdUECE, 2014.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração.** Catalão: UFG, 2011.

SARDELICH, Maria Emilia. Leitura de imagens, cultura visual e prática educativa. Departamento de Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana - BA. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 128, p. 451-472, mai./ago. 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SKLIAR, C. Perspectivas políticas e pedagógicas da educação bilíngue para surdos. In: SILVA, Shirley; VIZIM, Marli. **Educação Especial: múltiplas leituras e diferentes significados.** Campinas: Mercado de Letras/ALB, 2001.

VIEIRA, Divino Gomes; LIMA, Hildomar José de. O teatro como instrumento pedagógico na educação de surdos. **Revista Sinalizar**, v. 1, n. 1, p. 93-102, jan./jun., 2016.



## DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: O REFORÇO ESCOLAR COMO PROPOSTA PARA ALUNOS DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL II

*Joelma Barbosa de Fontes<sup>18</sup>*

### RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo refletir a relação ou diferenciação da dificuldade de aprendizagem ou transtorno de aprendizagem na sala de aula de ensino regular. Portanto, sabemos que a aprendizagem é um processo importante para o sucesso da sobrevivência humana. Sendo assim, se faz necessário que possamos entender que esse processo passa a ser

---

<sup>18</sup> Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia, Universidade Vale do Acaraú (UVA), Pós-graduada em Psicopedagogia pela Faculdade Escrivor Osman da Costa Lins- (FACOL). Mestranda pela UNADES. E mail: [professorajoelma@outlook.com](mailto:professorajoelma@outlook.com).



uma execução de comportamento sendo essencial, mas que não garante a existência de uma aprendizagem. A motivação dessa pesquisa ocorreu por meio da curiosidade de levar em consideração o trabalho com reforço escolar na melhoria do aprendizado dos alunos dos anos finais do ensino fundamental II, portanto, sabemos que esse público necessita de um acompanhamento mais assíduo e muitas vezes a dificuldade atrapalha na compreensão de determinado conteúdo.

**Palavras Chave:** Aluno; Aprendizagem; Dificuldade; Reforço Escolar; Motivação.

## Introdução

A aprendizagem é um processo importante para que ocorra o sucesso da sobrevivência humana. Sendo assim, se faz necessário que possamos entender que esse processo passa a ser uma execução de comportamento sendo essencial, mas que não garante a existência de uma aprendizagem. Neste sentido, vale ressaltar a motivação desta pesquisa, portanto, muitos profissionais da área educacional lidam com a situação de compreender a relação ou se não há essa relação entre a dificuldade de aprendizagem e o transtorno da aprendizagem. Portanto, o pressuposto teórico desta pesquisa se baseará na questão de diferenciar um do outro, sendo o motivo que levantou diante das inquietações levantadas em sala de aula.

Sendo assim, o problema levantado é: Como utilizar o reforço para os alunos dos anos finais do ensino fundamental II, na melhoria de uma aprendizagem mais significativa? E quais estratégias podem diferenciar o transtorno da dificuldade de aprendizagem? O objetivo da pesquisa é o de refletir a relação ou diferenciação da dificuldade de aprendizagem ou transtorno de aprendizagem na sala de aula de ensino regular.

Para tanto se faz necessários os seguintes objetivos: identificar por meio de embasamentos teóricos o conceito entre dificuldade de aprendizagem e transtorno de aprendizagem; analisar as estratégias que podemos trabalhar em sala de aula para que se possa refletir melhor essas dificuldades.

Desse modo, salienta que para que seja utilizado alguma estratégia para ajudar o aluno com sua dificuldade de aprendizagem, se faz necessário ter clareza se há só a dificuldade de aprender ou se há algo a mais, como o caso do transtorno na aprendizagem.



Por isso, que o professor deve estar atento a essa relação, para que assim o aluno possa ser ajudado de forma correta. O trabalho está estruturado em 03 (três) seções: a primeira refere-se à parte introdutória da pesquisa, apresentando o interesse pelo tema, a justificativa e os objetivos que pretendem ser alcançados, tendo como aporte teórico e metodológico a pesquisa bibliográfica.

A segunda seção abordará os conceitos vistos por autores relacionando o que é dificuldade de aprendizagem e o transtorno de aprendizagem, mostrando a sua relação ao processo de aprendizagem na vida do indivíduo no qual varia, conforme os interesses, atitudes os conhecimentos, as informações adquiridas no seu cotidiano e suas relações com a conduta, a personalidade e a maneira de viver de cada ser.

A terceira seção abordará quais estratégias podemos utilizar para atender a essas crianças que muitas vezes passam despercebidas pelo professor, dificultando ainda mais o seu processo de aprendizagem. Por fim, as considerações finais, buscaremos refletir sobre os processos de mudanças ocorridos em relação à dificuldade de aprendizagem e o transtorno de aprendizagem no qual nós como profissionais da educação deveríamos estar a par diante das situações enfrentada nas escolas de ensino regular, no qual recebemos muitas vezes crianças com essas características de dificuldade e não conseguimos avaliá-las adequadamente.

### **Conceituando dificuldade de aprendizagem e transtorno de aprendizagem visto por alguns teóricos**

Denomina-se aprendizagem tudo aquilo que está relacionado com a aquisição de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes, possibilitado através do estudo, do ensino ou da experiência. Este processo pode ser analisado sob as diversas perspectivas, pelo que existem diferentes teorias da aprendizagem. A psicologia condutista, por exemplo, descreve a aprendizagem de acordo com as alterações que se podem observar no comportamento de um indivíduo.

O processo de aprendizagem é pessoal, sendo resultado de construção e experiências passadas que influenciam as aprendizagens futuras. Dessa forma a aprendizagem numa perspectiva cognitivo-constructivista é como uma construção pessoal resultante de um



processo experimental, interior à pessoa e que se manifesta por uma modificação de comportamento. Ao aprender o sujeito acrescenta aos conhecimentos que possui novos conhecimentos, fazendo ligações àqueles já existentes.

Segundo Moreira (2000), a aprendizagem significativa acontece quando um conhecimento novo é relacionado com os existentes anteriormente, sendo incorporado à estrutura cognitiva do aprendiz, passando a ter significado para ele, justamente por causa dessa relação que é estabelecida com o conhecimento anterior.

Nesse processo que não é visto como arbitrário, o novo conhecimento adquire significado para o aluno e aquele que já existia previamente torna-se mais amplo e elaborado em termos de significados, adquirindo estabilidade e firmeza. Portanto, o conhecimento prévio dos alunos constitui um amplo esquema de ressignificação, devendo ser mobilizado durante todo o processo de ensino-aprendizagem, pois a partir deles o indivíduo interpreta o mundo. Ou seja, é um contínuo de processo de construir, desconstruir, acomodar os novos conhecimentos e construir de novo.

E durante o seu trajeto educativo tem a possibilidade de adquirir uma estrutura cognitiva clara, estável e organizada de forma adequada, tendo a vantagem de poder consolidar conhecimentos novos, complementares e relacionados de alguma forma.

Para que uma aprendizagem significativa possa acontecer, é necessário investir em ações que potencializem a disponibilidade do aluno para a aprendizagem, o que se traduz, por exemplo, no empenho em estabelecer relações entre seus conhecimentos prévios sobre um assunto e o que está aprendendo sobre ele (BRASIL, 1998, p. 34).

O principal objetivo da educação é o de levar o aluno com um certo nível inicial a atingir um determinado nível final. Se conseguir fazer com que o aluno passe de um nível para outro, então terá registrado um processo de aprendizagem. Cabe aos educadores proporcionar situações de interação tais, que despertem no educando motivação para interação com o objeto do conhecimento, com seus colegas e com os próprios professores. Porque, mesmo que a aprendizagem ocorra na intimidade do sujeito, o processo de construção do conhecimento dá-se na diversidade e na qualidade das suas interações. Por isso a ação educativa da escola deve propiciar ao aluno oportunidades para que esse seja induzido a um esforço intencional, visando resultados esperados e compreendidos.



Devemos considerar que cada ser humano é diferente e que o aluno, ao chegar à escola, não chega vazio. Ele chega com uma riqueza muito grande que está pronta para ser explorada pelo professor, que promove uma interação de qualidade com os alunos baseada no seu contexto, tanto no que se refere aos contextos da aprendizagem mais próximos como os mais distantes, desde o espaço físico até a família.

Queiroz (2008) nos remete ao entendimento de que o termo motivação em educação designa:

(...) aquilo que desperta no aluno o desejo de aprender algo novo. As necessidades orgânicas, as atitudes e os interesses são motivos que instigam o indivíduo à ação e à atividade objetiva. As motivações se processam no interior do indivíduo. A motivação é um impulso ou uma tendência diretiva que se processa no interior do organismo (idem, ibidem, p. 177).

A motivação é, portanto, o processo que mobiliza o organismo para a ação, a partir de uma relação estabelecida entre o ambiente, a necessidade e o objeto de satisfação. Isso significa que, na base da motivação, está sempre um organismo que apresenta uma necessidade, um desejo, uma intenção, um interesse, uma vontade ou uma predisposição para agir. A motivação está também incluída o ambiente que estimula o organismo e que oferece o objeto de satisfação. E, por fim, na motivação está incluído o objeto que aparece como a possibilidade de satisfação da necessidade (BOCK, 1999, p. 121)

Uma das grandes virtudes da motivação é melhorar a atenção e a concentração, nessa perspectiva pode-se dizer que a motivação é a força que move o sujeito a realizar atividades. Ao sentir-se motivado o indivíduo tem vontade de fazer alguma coisa e se torna capaz de manter o esforço necessário durante o tempo necessário para atingir o objetivo proposto. Bock (1999, p. 121) também afirma que a preocupação do ensino tem sido a de criar condições tais, que o aluno “fique a fim” de aprender.

Diante desse contexto percebe-se que a motivação deve ser considerada pelos professores de forma cuidadosa, procurando mobilizar as capacidades e potencialidades dos alunos a este nível. Torna-se tarefa primordial do professor identificar e aproveitar aquilo que atrai o aluno, aquilo do que ele gosta, como modo de privilegiar seus interesses. Motivar passa a ser, também, um trabalho de atrair, encantar, prender a atenção, seduzir o aluno, utilizando o que a criança gosta de fazer como forma de engajá-la no ensino.



O que nos ajuda a compreender a motivação de nossos alunos é observar seu comportamento. Uns ficam contentes com suas conquistas e demonstram isso facilmente, outros abaixam a cabeça quando são chamados para ir ao quadro sentem medo ou vergonha. Há aqueles que pedem ao colega para perguntar a professora, pois não sentem segurança o suficiente para tirar alguma dúvida, há os que gostam de fazer trabalho em grupo, pois acham que trabalho em grupo gera confiança e um pode ajudar o outro.

Desta forma, podemos observar que nossos alunos agem tendo em vista diferentes metas e/ou interesses. Para alguns o mais importante é aprender algo que faça sentido: descobrir, por trás das palavras que se constroem, encontrando explicação para um problema relativo a um tema que se deseja compreender. No entanto, para outros a preocupação é preservar sua imagem diante de si mesmo e dos demais. Há também os que somente desejam conseguir a aprovação ou determinada nota. Assim são vários os motivos que permeiam interesses na sala de aula.

De acordo com as concepções de alguns teóricos temos como aporte desta pesquisa Vygotsky, (2007, p.102) afirmando que, “o aprendizado é um aspecto necessário e universal do processo de desenvolvimento das funções psicológicas culturalmente organizadas e especificamente humanas”.

Neste sentido dado à necessidade da aprendizagem na vida do aprendiz é algo essencial, não importa o grau de capacidade ou de dificuldade encontrada, pois esta necessidade deve ser trabalhada de forma a estimular o indivíduo com exatidão e sabedoria, tendo como peça fundamental o ambiente escolar, familiar e social, sendo os mesmos, fatores primordiais para os indivíduos demonstrarem toda sua espontaneidade e crescimento ao longo de sua vida. Bem, como afirma Pain (1985, p. 22),

A aprendizagem é fator decisivo para a vida e sobrevivência do indivíduo, é por meio dela que o homem se afirma como ser racional, constitui sua personalidade e se prepara para cumprir o papel que lhe é reservado na sociedade a qual pertence.

Diante desta afirmação, percebe-se que a construção da aprendizagem é de suma importância na assimilação dos conhecimentos de modo que possam traduzi-los em ações concretas que devem ser problematizadas de acordo com a realidade, buscando o



conhecimento do mundo para que os aprendizes tenham uma visão crítica e possam integrar-se na sociedade de forma que exponham seus pensamentos sem medo de errar.

Segundo Marquezan, (2000, p.7)

A dificuldade de aprendizagem é uma alteração no sistema de trocas entre o organismo e o meio. A alteração no sistema de trocas pode ocorrer em função do comprometimento do organismo, em função do meio ou pela combinação de ambos.

Segundo o autor, entende-se que a aprendizagem leva o educando a vivenciar experiências, opera sobre valores, opinião, concentrações, objetos concretos e concepções de mundo de acordo com a percepção que o meio se refere a determinadas compreensões de dificuldades de aprendizagem e não a categoria em si.

As dificuldades de aprendizado naturais são aquelas dificuldades experimentadas por todos os alunos em alguma matéria ou em algum momento da sua vida escolar. E os fatores causadores destas dificuldades estão relacionados a aspectos evolutivos ou são decorrentes de problemas na proposta pedagógica, de exigência da escola, de falta de assiduidade do aluno, de eventuais conflitos familiares (KWIECINSKI, 2016, p. 20).

Sendo assim, vale ressaltar como bem pontua a autora a dificuldade de aprendizagem torna-se proveniente de alguma situação em que o aluno tenha passado, trazendo assim para o seu processo de aprendizagem um grande bloqueio de entender o que o professor explica.

Desta forma a dificuldade de aprendizagem torna-se algo natural como bem pontua a autora, podendo desaparecer quando o aluno se esforça a querer aprender, e também que seja estimulado pelo professor, portanto o aluno com dificuldade de aprendizagem precisa ter um acompanhamento para reforço escolar e com isso possa ser sanadas as suas dificuldades. Permitindo assim o aluno a socializar e interagir com mais firmeza em seu processo de aprendizagem.

Desse modo o transtorno de aprendizagem já passa a ser algo a estudar com mais cautela, portanto, o transtorno encontra-se proveniente de sintomas neurológicos que a criança passa diante de seu processo de aprendizagem, precisando assim, de cuidados com acompanhamento psicológicos, neurológicos, psicopedagogos entre outros profissionais, pois



o transtorno de aprendizagem não é algo que desaparece ao ser analisado por esses profissionais, mas é algo que deve ser acompanhado sempre para que seu limite de aprender seja respeitado. Segundo Relvas (2008) conceitua o transtorno de aprendizagem da seguinte maneira: “Transtorno é o conjunto de sinais sintomatológicos que provocam uma série de perturbações no aprendizado da criança, interferindo no processo de aquisição e manutenção de informação de uma forma acentuada”. (RELVAS, 2008, p. 53)

A maioria dos transtornos de aprendizagem muitas vezes passa a ser identificado no momento em que a criança passa frequentar a escola, o professor passa a observar e acompanhar a criança em seu desenvolvimento de aprendizagem, vendo assim, se apresenta alguma dificuldade de aprendizagem ou até mesmo se há um transtorno em seu processo de aprendizagem, por isso se faz necessário que se tenha um olhar atento da família e dos professores do ensino infantil podendo assim, auxiliar na identificação precoce dos casos mais graves.

Antes de dizermos que o aluno tem dificuldade de aprendizagem ou transtorno de aprendizagem, se faz necessário entendermos as características de cada situação. Portanto a dificuldade de aprendizagem pode ser apresentada por falta de atenção, por nascimento de um irmão, por um bloqueio escolar, enfim, a dificuldade muitas vezes apresenta por falta de compreensão da família e até mesmo por falta de acompanhamento na aprendizagem. Segundo Relvas (2008) “A presença de uma dificuldade de aprendizagem não implica necessariamente um transtorno” (RELVAS, 2008, p. 52).

Desta forma, salienta que esse processo passa a facilitar a identificação de perfis de aprendizagem, que contribui no planejamento de atividades e estratégias oferecidas a cada criança pelo seu nível de aprendizagem, portanto, se a criança possuir alterações cognitivas que passe a afetar o seu processo de aprendizagem, dessa maneira podemos dizer que estamos lidando com transtorno de aprendizagem.

Sendo assim, dizer que a dificuldade é menos nociva do que o duro estigma de aluno burro, incapaz ou preguiçoso. O aluno que não consegue aprender tem consciência de suas dificuldades e quer ser ajudado. Portanto, cabe ao professor procurar estratégias que possam facilitar ao aluno a integrar, interagir na socialização com os colegas, com ele mesmo e com o professor, portanto, essa interação se faz importante para que o aluno possa se sentir seguro



e com isso identificar se realmente o aluno apresenta a dificuldade ou o transtorno de aprendizagem. Relvas (2008) nos apresenta a forma de diferenciar a dificuldade do transtorno de aprendizagem afirmando o seguinte:

A dificuldade de aprendizagem pode ser causada por problemas passageiros, como por exemplo, um conteúdo escolar, que nem sempre oferece à criança condições adequadas para o sucesso. Podem ser secundários para outros quadros avaliativos, tais como alterações das funções sensoriais, doenças crônicas, transtornos psiquiátricos, deficiência mental e doenças neurológicas (RELVAS, 2008, p. 53-54).

Logo, ao evitarmos a identificação e a caracterização da natureza da sua dificuldade, podemos comprometer o processo de aprendizagem, o que equivale, na realidade, a omitir ajuda, e assim, podemos ressaltar que os transtornos de aprendizagem se manifestam como a variabilidade entre os indivíduos, afetando assim a cognição, impedindo o aluno a adquirir novos conhecimentos.

### **Reforço Escolar: Proposta para Intervenção na Dificuldade de Aprendizagem dos Alunos nos Anos Finais do Ensino Fundamental II**

De acordo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 (BRASIL, 1971), foi implantado o Reforço Escolar, portanto, a lei acoberta ao estudante a ter um reforço que beneficiem em seu processo de aprendizagem. Desse modo, vale salientar que o Reforço Escolar é conhecido também como reforço pedagógico sendo uma prática que as escolas utilizam com o fim de oferecer uma atenção individual aos alunos que não estão aprendendo como os demais colegas.

Considera-se que o Reforço Escolar beneficia aos alunos que apresentam a dificuldade de aprendizagem e assim essa prática de reforço deve ser oferecida no contraturno ao aluno que frequenta a escola. Diante dessa concepção, Duarte (2022, p. 7) afirma que: “reforço é atividade de enriquecimento que pode se destinar a todos os alunos ou a um grupo deles”. Portanto, reforço escolar também está comentado na LDB/96 como uma proposta das políticas educacionais de governo, sendo implantadas na maioria dos Estados e Municípios brasileiros com o intuito de auxiliar na educação das crianças superando, então, o “fracasso escolar” (DUARTE, 2022).



Se faz necessário entender que o fracasso escolar não pode ser confundido com o problema de aprendizagem, pois, o conhecimento torna-se alimento pelo qual transforma o aprendiz. Segundo Alícia Fernández (1990) afirma o seguinte, com relação ao fracasso escolar.

Para resolver o fracasso escolar, quando provém de causas ligadas à estrutura individual e familiar da criança o problema de aprendizagem - sintoma ou inibição vai ser requerido uma intervenção psicopedagógica especializada (...). Para procurar a remissão psicopedagógica clínica que busque liberar a inteligência e mobilizar a circulação patológica do conhecimento em seu grupo familiar (FERNÁNDEZ, 1990, p. 81-82).

Como bem pontua Alícia Fernández, nesta concepção o trabalho psicopedagógico passa a cumprir uma junção social, pelo qual socializa os conhecimentos disponíveis, promovendo no aluno o desenvolvimento cognitivo, a construção de regras de conduta dentro de um papel social mais abrangente.

Diante do fracasso escolar podemos perceber que o reforço escolar só acontece, quando os alunos não conseguem atingir o nível de aprendizagem adequada para determinada escolaridade, por isso, o reforço é obrigatório para que possa garantir que todos os alunos desenvolvam totalmente suas habilidades e competências, assim como consta na Lei nº 9.394/96 no inciso V do artigo 24: “obrigatoriedade dos estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regulamentos” (BRASIL, 1996).

Vale salientar que o aluno é encaminhado para o reforço escolar, quando é observado na sala de aula regular, no qual não atinge o objetivo do currículo da turma, assim, o professor regente apresentará um relatório no qual fala das dificuldades de aprendizagem do aluno e o encaminha para o reforço para que se possa ter um resultado significativo no processo de sua aprendizagem.

É importante ressaltar que os professores levem em conta que cada aluno tem suas singularidades e que suas diferenças devem ser respeitadas, tornando, assim, a educação mais eficaz. Salientando que a escola deve proporcionar condições pedagógicas e humanas para que os professores possam dar conta de ofertar um conhecimento de qualidade para os alunos. (DUARTE, 2022)



Sendo assim, se faz necessário entender que Uma educação de qualidade tem o papel de garantir uma aprendizagem progressiva e contínua, a fim de aumentar as oportunidades de aprendizagem e promover estratégias para que todos os alunos alcancem suas competências. Para ter certeza disso o professor tem que estar atento às atividades propostas, observando se nestas:

Os alunos precisam pôr em jogo tudo que sabem e pensam sobre o conteúdo que se quer ensinar. Os alunos têm problemas a resolver e decisões a tomar em função do que se propõe produzir. A organização da tarefa pelo professor garante a máxima circulação de informação possível: O conteúdo trabalhado mantém suas características de objeto sociocultural real, sem se transformar em objeto escolar vazio de significado social (WEISZ, 2000, p. 66).

Diante disso, o Reforço Escolar (RE) teria o papel de garantir o desenvolvimento dos alunos, promovendo experiências mais significativas e diferentes para cada aluno a partir do que cada um já sabe. Segundo Luckesi (1999): “Reforço escolar é uma atividade de auxiliar o educando a aprender o que não foi possível aprender nas horas regulares de aula em uma escola.” O ideal seria que a própria escola prestasse esse serviço ao educando, pois os estudantes necessitam de aprender; é por essa razão quem vem para a escola. E a escola promete, em sua propaganda, que eles aprenderão (DUARTE, 2022).

Vale salientar que o Reforço Escolar nos anos finais do ensino fundamental II, garante uma melhor forma de compreender determinados conteúdos, ou seja, os alunos dos anos finais, muitas vezes se prendem a conhecimentos que não conseguiu assimilar e nem acomodar, fazendo com que chegue a um fracasso escolar, isso, por muitas vezes serem envergonhados em fazer perguntas ao professor. Dificultando ainda mais a sua forma de aprender.

Desse modo, caso eles não tenham aprendido, é dever da escola propiciar o saneamento desse impasse. Em última instância, se a escola não faz isso, alguém necessita de fazer. Usualmente são os pais que assumem essa tarefa, ou por si mesmo ou contratando quem oferece esse serviço.

Com a reforma da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a educação passou a constituir um direito social. Assim, se a aprendizagem é um processo vincular, ou seja, que se dá no vínculo entre aluno professor,



ocorre, portanto, entre subjetividades. O fracasso escolar não pode ser medido apenas por porcentagem de reprovados por série, como na redação da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. A caminhada do aluno deve ser analisada profundamente, assim como seu desenvolvimento enquanto ser humano e cidadão. Diante da necessidade de formar cidadãos capazes de se adaptar às realidades diversas ou adaptar à realidade às suas necessidades, é abstrato ver a aprendizagem como a capacidade de reproduzir conteúdo.

Neste sentido é importante atribuir a responsabilidade do fracasso escolar não só ao aluno, mas a todo o sistema envolvido, como bem define a nova reforma. Por isso, para que não ocorra o fracasso escolar, se faz necessário que os alunos com dificuldade de aprendizagem possam participar do Reforço Escolar, como estratégia pedagógica no melhoramento/avanço da aprendizagem daqueles que apresentam a dificuldade de aprender determinados conteúdos.

Sendo assim, para aprender, o ser humano coloca em jogo seu organismo herdado, seu corpo e sua inteligência construídos em interação e a dimensão inconsciente, pois o aprender implica em desejo que deve ser reconhecido pelo aluno, uma vez que a redação do artigo terceiro da Lei nº 9.394/96, que trata dos princípios e fins da Educação Nacional, está assim redigido:

Art. 3º O ensino será ministrado com base no seguinte princípio:  
I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;  
II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;  
III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;  
IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;  
[...] VI - Valorização do profissional da educação escolar".  
(BRASIL, 1996, art.3º).

A reforma nos convida a incorporar no trabalho dos professores a tarefa de ensinar a pensar. Saber pensar num contexto dado, diante de uma tarefa concreta, condiciona consequentemente o interesse e a motivação pela aprendizagem. A tarefa de ensinar a pensar pode ser enfocada, no mínimo de duas formas. Uma é que os professores conheçam esses programas, já que contêm ideias muito valiosas que podem melhorar a maneira de ensinar e motivar os alunos e acreditar no potencial de cada aluno, mostrando as eles que são capazes de aprender.



## Metodologia

A presente pesquisa trata-se de um estudo bibliográfico, do tipo descritivo, pautado em uma abordagem qualitativa. Segundo Köche (1997), este tipo de estudo requer do pesquisador maior objetividade com o tema escolhido, pois visa levantar o conhecimento disponível na área, buscando identificar as teorias já produzidas, na tentativa de analisar e avaliar a sua contribuição para compreender ou explicar o problema da investigação. A leitura atenta e análise minuciosa tornaram-se peça fundamental para o processo de produção deste artigo.

Como bem pontua Lima e Miotto (2007, p. 12): “A pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos, de busca por soluções, atentos ao objeto de estudo, e que, por isso, não podem ser aleatórios.” Este processo acintoso de buscar soluções para um problema, por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas, é o que Boccato (2006, p. 266), caracteriza como uma pesquisa bibliográfica.

Assim, buscou-se realizar a revisão teórica das obras de Luckesi (1999), LDB (1971) entre outros no sentido de estabelecer conexão entre ambos, no que diz respeito a dificuldade de aprendizagem diante de Reforço Escolar para os anos finais do ensino fundamental II, Portanto, é um grande desafio para o professor que atua como profissional do Reforço Escolar, principalmente quando o público deste reforço são alunos dos anos finais.

Sabemos que há uma pressão muito grande com os alunos do nono ano em especial, isso porque são avaliados com provas externas, como SAEB e SAEPE, e com isso, o aluno necessita estar preparado para realização dessas provas. Por isso, a importância do trabalho com reforço escolar para garantir um melhor resultado e que ocorra uma aprendizagem significativa.

É importante que os professores dediquem um tempo a ensinar seus alunos a aprender. Estratégias de aprendizagem, de técnicas e procedimentos que objetivem facilitar a aprendizagem dos alunos, a torná-los autônomos diante da aprendizagem, a refletir sobre seus próprios processos de aprendizagem. Costuma-se distinguir entre micro estratégias e macroestratégias de aprendizagem, as micro são fáceis de ensinar e as macros são difíceis. A



cada dia é mais importante o papel do professor como orientador no processo de aprendizagem dos alunos.

### **Considerações finais**

Assim considera-se a importância que o reforço escolar apresenta para atender alunos com dificuldade de aprendizagem, vale salientar que a dificuldade que os alunos apresentam muitas vezes faz com que eles desistam do seu processo de escolaridade. Chegando assim a um fracasso escolar, sabemos que esse fracasso faz com que os alunos se sintam desmotivado em não querer aprender.

Desse modo, cabe ao professor incentivar seus alunos a querer participar do reforço escolar, pois, o professor é o que transmite alguns valores e atitudes: sua maneira de ser, de raciocinar, sua forma de apresentar os problemas, seus critérios para solucionar os conflitos que se apresentam sua maneira de viver.

Aprender passa pela observação do objeto, pela ação sobre ele, pelo desejo. A aprendizagem é a articulação entre saber, conhecimento e informação, sendo esta última o conhecimento objetivado que pode ser transmitido, o conhecimento é o resultado de uma construção do sujeito na interação com os objetos e o saber é a apropriação desses conhecimentos pelo sujeito de forma particular, própria dele, pois implica no inconsciente.

Conhecer a fundo a matéria a ser ensinada e vibrar com ela é indispensável para comunicar aos alunos a motivação que se costuma considerar mais valiosa do ponto de vista pedagógico: a motivação intrínseca. Nesse sentido, é necessária uma formação permanente, pois é importante que os professores falem dos temas da atualidade, os quais interessam a nossos alunos.

Além da comunicação explícita, daquilo que o professor diz e explica, ele comunica muitas outras coisas: a maneira de raciocinar, o estilo cognitivo, a personalidade, as atitudes, os valores. Essa é uma característica que faz com que a vocação de professor seja a uma só vez difícil e apaixonante.

### **Referências**



BOCCATO, Vera Regina. Metodologia da pesquisa bibliográfica. Disponível em: <[http://www.cidadesp.edu.br/old/revista\\_odontologia/pdf/setembro\\_dezembro\\_2006/metodologia\\_pesquisa\\_bibliografica.pdf](http://www.cidadesp.edu.br/old/revista_odontologia/pdf/setembro_dezembro_2006/metodologia_pesquisa_bibliografica.pdf)> Acesso em: 26 out. 2022.

BOCK, A. M. B. (Org). **Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia**. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. In: Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 23 dez. 1996.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências**. In: Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], DF, 12 ago. 1971.

\_\_\_\_\_. **Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, 1988.

DUARTE, Bruna Carvalho. **Dificuldade de aprendizagem e reforço escolar nos anos iniciais do ensino fundamental**. 2022.

FERNÁNDEZ, Alicia. **A mulher escondida na professora: uma leitura psicopedagógica do ser mulher, da corporalidade e da aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 1990.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática de pesquisa**. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

KWIECINSKI Inês. **Entenda a diferença entre Dificuldade de Aprendizado e Transtorno de Aprendizagem**. Blog. 22 de julho de 2016. Acesso: <<http://psicoenvolver.com.br/dificuldade-e-transtorno-de-aprendizagem>> 23, fev.2018.

LIMA, T. C. S.; MIOTO R. C. T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Katálysis, Florianópolis. 2007 v.10 p.37-45.

LUCKESI, Cipriano. Avaliação Educacional Escolar: para além do autoritarismo. In: \_\_\_\_\_. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 7ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MARQUEZAN, Reinoldo. Aprendizagem e dificuldades de aprendizagem. **Cadernos de Ensino, Pesquisa e Extensão**, nº37. Santa Maria: LAPEDOC, 2000.

MOREIRA, O. Z. M. **Uma nova metodologia de educação**. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

PAÍN, Sara. **Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem**. 4. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

QUEIROZ, C.S.G. **Pontos de psicologia escolar**. São Paulo: Ática, 2008.



RELVAS, M. P. **Neurociência e transtornos de aprendizagem:** as múltiplas eficiências para uma educação inclusiva. 2. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2008.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** 7ª Ed. São Paulo: M. Fontes, 2007.

WEISS, Maria Lúcia Lemme. **Psicopedagogia clínica:** uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar. 10. ed. Rio de Janeiro, 1989.



## O PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL COMO MEDIADOR DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

*Maria de Fátima Pessoa de Moura Silva<sup>19</sup>*

### RESUMO

O presente estudo aborda o professor como mediador da prática pedagógica na Educação Infantil, tendo como objetivo geral analisar as práticas pedagógicas dos professores na educação infantil. A motivação por essa temática deu-se pela possibilidade de refletir as propostas curriculares de qualidade que dependem exclusivamente dos professores que trabalham na instituição. Pelo qual, se faz necessário compreender que por meio de suas ações, que devem ser planejadas e compartilhadas com outros profissionais da instituição, pode-se construir projetos educativos. Assim, a pesquisa apresenta um estudo bibliográfico fomentado nas contribuições de autores como Wallon (1986), LDB (1996), entre outros, para mostrar a importância do professor como articulador desse processo de aprendizagem para as crianças da Educação Infantil.

**Palavras Chave:** Professor; Mediador; Educação Infantil; Práticas Pedagógicas.

### Introdução

O avanço da ciência e da tecnologia reflete não só nas transformações de ordem cultural, social e econômica, mas, sobretudo, no modelo de escola vigente. Ou seja, em um contexto marcado pela disseminação acelerada da informação, especialmente por meio dos recursos tecnológicos de comunicação, de forma quase que instantânea, exige do ensino regular e formal mudanças estruturais que ultrapassem a mera transmissão de conhecimentos.

Neste sentido a educação infantil atualmente encontra-se inserida no contexto contemporâneo, pela qual a integração dessa mudança deva desenvolver um ambiente estimulante, valorizando a criatividade, a invenção, a curiosidade e a descoberta como também, possibilite ao professor utiliza-se de práticas inovadoras. Desta forma, a Educação infantil encontra-se voltada a construção de uma aprendizagem lúdica e significativa, que leve ao professor propostas estimulantes para o processo de ensino aprendizagem, pelo qual

---

<sup>19</sup> Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia, Faculdade de Formação de Professores de Nazaré da Mata- UPE, Pós-graduada em Psicopedagogia pela Faculdade Escritor Osman da Costa Lins- (FACOL). Mestranda pela UNADES. E mail: [fatima.p.moura@hotmail.com](mailto:fatima.p.moura@hotmail.com).



o aluno possa sentir-se bem em um espaço agradável que possa então proporcionar a diversificação e ampliação das experiências infantis, valorizando a criatividade da criança e promovendo sua autonomia.

É partindo desse contexto que a temática: A abordagem reflexiva da prática pedagógica do professor na Educação Infantil nos leva a analisar a sua prática pedagógica no cotidiano escolar. Tendo em vista a relevância dessa temática para as ações desenvolvidas nas formações continuada dos professores que desta forma as ações que estejam em desenvolvimento possam assim ajudar os docentes em sua maneira a viver e conviver harmoniosamente no ambiente educativo no processo contínuo do relacionamento entre educador e educando.

A motivação por essa temática deu-se pela possibilidade de refletir as propostas curriculares de qualidade que dependem exclusivamente dos professores que trabalham na instituição. Pelo qual, se faz necessário compreender que por meio de suas ações, que devem ser planejadas e compartilhadas com outros profissionais da instituição, pode-se construir projetos educativos de qualidade junto aos familiares e as crianças para que planejem situações capazes de desafiá-las, ajudando-as a avançar nas suas aprendizagens e no desenvolvimento de suas potencialidades. A hipótese levantada quanto mais dinâmico for o professor em seu processo metodológico pedagógico melhor será o seu aprendizado escolar? Outra hipótese levantada encontra-se na formação continuada e específica para os profissionais de ensino desta área. Desse modo, o objetivo geral desta pesquisa é o de analisar as práticas pedagógicas dos professores na educação infantil. Para tanto, foram elaborados os seguintes objetivos específicos: Enfatizar mediação do professor no processo educativo do aluno em sala de aula; Refletir sobre a prática pedagógica do professor no seu cotidiano.

Assim, buscou-se realizar a revisão teórica das obras de Freire (1996) entre outros no sentido de estabelecer conexão entre ambos, no que diz respeito às práticas pedagógicas do professor na educação básica, onde os materiais didáticos disponibilizados a essa modalidade de ensino corresponde à prática da necessidade do professor atuar com qualidade no ensino da educação básica? A metodologia utilizada tem como foco um estudo bibliográfico, do tipo descritivo e exploratório, pautado em uma abordagem qualitativa e



quantitativa. E por fim as considerações finais que retratam o resultado encontrado nesta pesquisa.

### **O Professor Mediador da Prática Pedagógica na Educação Infantil**

O professor é mediador entre as crianças e os objetos de conhecimento, organizando e propiciando espaços e situações de aprendizagens que articulem os recursos e capacidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas de cada criança aos seus conhecimentos prévios e aos conteúdos referentes aos diferentes campos de conhecimento humano. No ambiente escolar, o professor tem o papel de parceiro mais experiente, tendo como função propiciar e garantir um ambiente rico, prazeroso, saudável e não discriminatória de experiências educativas e sociais. Podemos afirmar que o papel do professor de Educação Infantil seja significativo e que ocorram as aprendizagens infantis com sucesso é necessário que na organização do seu trabalho haja:

A interação com crianças da mesma idade e de idades diferentes em situações diversas como fator de promoção da aprendizagem e do desenvolvimento e da capacidade de relacionar-se; Os conhecimentos prévios de qualquer natureza, que as crianças já possuem sobre o assunto, já que elas aprendem por meio de uma construção interna ao relacionar seus ideais com as novas informações de que dispõem e com as interações que estabelecem; A individualidade e a diversidade; O grau de desafio que as atividades apresentam e o fato de que devam ser significativas e apresentadas de maneira íntegra para as crianças e as mais próximas possíveis das práticas sociais reais; A resolução de problemas como forma de aprendizagem.

É importante destacar que as crianças se desenvolvem em situações de interação social, nas quais conflitos e negociações de sentimentos, ideais e soluções são elementos indispensáveis. Portanto, o professor de Educação Infantil deve ter como meta a construção da autonomia das crianças para locomover-se pelo ambiente, para explorar o mundo, para colocar-se nas relações éticas entre pares e se posicionar nas situações de conflitos.

As práticas pedagógicas também devem estar entrelaçadas por ideais políticos de garantia do direito de ser respeitado em sua singularidade, e atendido em suas especificidades de vivenciar relações democráticas em todos os sentidos. No âmbito escolar



deve tornar concreto o princípio ético, políticos e estéticos da criança, através de um ambiente educativo, proporcionando a vivência de determinadas práticas sociais.

De acordo com o artigo 9º das Diretrizes Curricular Nacional para a Educação Infantil, devem garantir a todas as crianças experiências que:

- Promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança;
- Favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical;
- Possibilitam às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com linguagens oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos;
- Recriem, em contextos significativos para crianças, relações quantitativas, medidas, formas e orientações espaciais e temporais;
- Ampliam a confiança e a participação das crianças nas atividades individuais e coletivas;
- Possibilitam situações de aprendizagem mediadas para a elaboração da autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto- organização, saúde e bem-estar;
- Possibilitem vivências & éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e conhecimento da diversidade;
- Incentivem a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza;
- Promovam o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura;
- Promovam a interação, o cuidado, a preservação e conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais;
- Propicie a interação, o conhecimento pelas crianças das manifestações culturais brasileiras;



- Possibilitem a utilização de gravadores, projetores, computadores, máquinas fotográficas, e outros recursos tecnológicos e midiáticos.

Essas experiências são, portanto, os primeiros referenciais que devem ser considerados na escolha de práticas educativas que vão compor a proposta de uma instituição de Educação Infantil. Isto significa que as diferentes redes de ensino deverão colocar-se a tarefa de investigar de maneira sistemática na capacitação e atualização permanente e em serviço de seus professores, aproveitando as experiências acumuladas daqueles que já vêm trabalhando com crianças há mais tempo e com qualidade.

Para que os projetos educativos das instituições possam, de fato, representar esse diálogo e debate constante, é necessário que os professores estejam comprometidos com a prática educacional, capazes de responder às demandas familiares e das crianças, assim como as questões específicas relacionadas aos cuidados e aprendizagens infantis.

De acordo com Wallon (1986), o papel do professor é o de trazer a criança para o processo de aprendizagem de forma que ela se sinta capaz de participar ativamente das atividades e socializar melhor no meio de sua interação. Para ele, os meios e grupos são “noções conexas que podem, às vezes, coincidir, mas, são distintas”. Ou seja, o meio nada mais é do que o "conjunto mais ou menos durável de circunstâncias nas quais se desenvolvem existências individuais". (WALLON, 1986, p. 170)

### **A prática pedagógica que favorece o desenvolvimento infantil**

A reflexão da prática pedagógica na Educação Infantil tem como finalidade refletir sobre a melhor condição de trabalho relacionado ao docente que leciona com essas crianças. Considerada a educação infantil uma etapa muito recente ao ser identificado por termo de escola, se faz necessária ser vista por meio de pesquisas e estudos, pois nos últimos anos a demanda é maior; sabendo-se que só depois da aprovação da LDB Lei nº 9.394\96 foi que de fato a Educação Infantil se vincula à área da educação deixando ser assistencialista para que se tornasse diferente para criança, a prática histórica para atender essas crianças com os princípios de cuidar, educar além de ser um espaço só para deixar as crianças vai mais adiante e é compreendido como um espaço de processos educativos para o início da infância.



A família nos dias atuais tem uma necessidade de trabalhar, somada a esta necessidade à cultura da escolarização vem se associando a essa demanda, o entendimento de que a criança quanto mais cedo, frequenta a escola, maior é a oportunidade de elas entrarem em um êxito social, neste sentido o avanço por práticas pedagógicas diversificadas faz-se necessária para o atendimento destas crianças, e de fato vê-se que as escolas precisa de um espaço físico que não seja improvisado, precisa ser adaptados para faixas etárias da Educação Infantil, necessita de professores com uma formação, adequadas, com propostas pedagógicas ajustadas para atender demandas que surgem na Educação Infantil sendo nela que se encontra um trabalho com desenvolvimento integral, social, psicológico assim como prevê a LDB.

Colocando como primordial e fundamental a preocupação que toca a Educação Infantil não é por ser nova, no sentido de existência sim pela relevância de estratégia enquanto a primeira etapa da educação básica, muitos ainda ver como espaço ainda só de cuidado, não como um espaço de desenvolvimento e maturidade da criança, ou seja, um ambiente de aprendizagem significativa.

Para Brooker (2010, p. 18).

[...] últimos 10 anos, vimos a nossa profissão ser transformada, de um serviço de baixo status de “cuidar” de crianças pequenas, amplamente considerado como uma extensão do papel de cuidadora das mulheres na família e, portanto, um papel profissional mais baseado no instinto e na experiência do que na formação ou qualificação, em um instrumento de transformação social crucial para criar uma sociedade melhor e atender a objetivos tanto sociais quanto econômicos (BROOKER 2010, p. 18).

Segundo o autor, apresenta que os familiares e alguns educadores ainda prezam muito a Educação Infantil apenas como um espaço cuidador e não com uma dimensão pedagógica, como trabalho de escola, ou seja, o olhar ainda é voltado para o assistencialismo, sem a preocupação de transformações orientadas e redefinidas com a Educação Infantil, é um espaço de além de ser cuidador apresenta uma visão mais holística voltada para formação do ser humano.

Esta visão que ainda se encontra relacionada à Educação Infantil não são casuais, elas são instaladas e alimentadas no universo escolar com isso, as funções se tornam diferentes, sendo assim legitimam uma postura, que determina a representação e a crença a respeito da



prática pedagógica, por isso cada vez mais é reforçada a necessidade de entender o processo da formação profissional a essência do trabalho pedagógico na Educação Infantil.

Entretanto, o conhecimento do profissional e do ser humano é algo que torna uma preocupação no qual se faz necessário que se questione e possa se fazer uma breve discussão da relação teoria\ prática, isso não é nada novo mais o que na verdade precisa ser novo é a forma de repensar com inovar essa relação teoria\ prática para o conhecimento humano.

De acordo com Aristóteles (1985), considera a teoria como algo propósito e contemplativo na vida humana, e a prática; como uma dimensão política; não se cria uma visão contrária, mas mostra que para algo se constituir, num contexto histórico é importante e se faz necessária uma reflexão sobre ambos.

Nesta perspectiva Perrenuod (2000, p. 149) afirma que a teoria funciona “[...] como grelha de leitura da experiência sem permitir que se preveja o controle de tudo, ajuda a dar sentido, a formular hipóteses interpretativas.”

Segundo o autor a teoria de fato é um subsídio que dar sustentabilidade ao conhecimento adquirido por cada docente, ela ajuda a direcionar o trabalho com mas segurança e propriedade, dando confiança ao profissional de dirigir seu trabalho com qualidade, tendo como base o controle de com deve ser realizado atividades, com uma sustentação teórica e não apenas o senso comum.

No início tem-se uma crença que necessariamente define melhor o conceito, embora que o entendimento vem da prática, mas nem por isso pode-se dizer que existe teoria sem a prática, embora que o entendimento vem da prática, pois, adquirir da prática não significa adquirir totalmente o domínio do conhecimento, alguns têm o domínio da prática e não tem o conhecimento é neste sentido que a educação se prejudica, por ter profissionais da área que não se preocupa em relacionar teoria/prática ambos serve para dominar o que está dentro e fora do espaço escolar.

Sendo assim, Bandeira (2013) ressalta:

A relação teoria e prática tem sido recorrente nos debates acadêmicos, na pesquisa e também no cotidiano, contudo ao se dirigir um olhar mais capcioso é possível perceber que os conceitos de teoria e prática não são equivalentes. Ao nível do senso comum, muitas vezes, a prática se constitui na própria experiência, o fazer em si. Ao passo que a teoria para o senso comum, em geral



se coaduna com a ideia de abstração, desvinculada da realidade ou da prática, como dizem alguns (BANDEIRA, 2013, p. 5).

Neste sentido o autor ressalta que a teoria/prática é orientada e direcionada para a inseparabilidade, ou seja, não é necessária precisar se unir ambas, isso não deixa de ser um dilema, mas o que o autor chama atenção é que o assunto vem sendo debatido no sentido de ter um olhar, mas preciso entre elas, um entendimento para termos lógicos e formal e não teoria e prática se opor ou excluir uma da outra.

Para Alves (2012), não existe prática que integre teorias, e que para a teoria se expressar, aparecer precisa da prática e uma é influenciada pela outra. “[...] sem separação sem a pressuposição de que possam existir umas sem a outra ou que possa ser singularizada, já que são sempre muita a se confrontar” (Alves 2012, p. 61).” Ou seja, é necessário superar esta visão contrária que existe entre teoria \ prática em ambientes de formação e repensar formas desta concepção de modalidade. Assim, a prática é a razão de ser da teoria, o que significa que a teoria só se constitui e se desenvolve em função da prática que opera, ao mesmo tempo, como seu fundamento, finalidade e critério de verdade (SAVIANI, 2007, p.108).

De acordo com o autor teoria \ prática não deve ser vista como uma relação mecanizada, as mesmas devem ser vistas como uma relação que leve a compreender, refletir que ambos compõem um mundo de construção pedagógica com valores a serem realizados pelo homem que busca um conhecimento novo, cheios de sonhos, projetando um ambiente que tenha uma relação concreta, e que existam sim os problemas, mas que deve ser tratado teoria e prática como uma ponte de uma aprendizagem significativa.

Desta forma a proposta pedagógica é que os educadores não sejam os principais protagonistas de suas próprias das práticas ocorridas dentro ou fora de sala de aula, afinal tudo isso depende de sua formação, motivação, entusiasmo e nível de envolvimento com os determinantes sociais, culturais, políticos e econômicos das crianças.

Como bem pontua RCNEI (1998), o professor precisa levar em suas práticas pedagógicas propostas que levem a criança a sentir-se motivada no ambiente escolar, logo, o professor precisa repensar nas atividades que sejam adequadas para que a criança se sinta interessada, trabalhando assim o desenvolvimento social, afetivo, cognitivo da criança.



## **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil- (DCNEI), como sustentação da prática pedagógica.**

O DCNEI é um documento focado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, elaborado em 2010 pelo Ministério da Educação (MEC), pelo qual deu seu processo de documento destinado a essa modalidade de ensino a partir de 17 de dezembro de 2009, vista pela Resolução Nº 5 dá pelo qual fixa os seus objetivos dentro da educação infantil, afirmando assim, os seguintes objetivos:

Esta norma tem por objetivo estabelecer as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil a serem observadas na organização de propostas pedagógicas na educação infantil. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil articulam-se às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares de Educação Infantil. Além das exigências dessas diretrizes, deve também ser observada a legislação estadual e municipal atinentes ao assunto, bem como as normas do respectivo sistema (DCNEI, 2010, p.11)

Diante desses objetivos alcançados pelo DCNEI, a criança é considerada um sujeito de direito proporcionando, assim, uma interação consigo e com outros, pela qual a relação se destaca em sociedade de diferentes culturas. Portanto, como bem pontua esse documento, a educação infantil inserida na educação básica torna-se a primeira fase de desenvolvimento educacional da criança.

Atualmente, a Educação Infantil passou a ser adaptada a crianças de 0 a 5 anos de idade, que antes o público desse nível era de 0 a 6 anos de idade, depois que LDB 9394/96 passou por uma reforma, pela qual a partir dos 6 anos de idade a criança precisa está sendo encaminhados para um começo de uma alfabetização e com isso os anos que eram série agora passaram a ser ano até o nono ano, e com isso permitiu à criança uma entrada mais cedo para os anos iniciais.

Sendo assim, a Educação Infantil é dividida em dois níveis que são: Creche de 0 a 3 anos de idade e Pré-escola de 4 a 5 anos de idade. Levando como proposta o cuidar e educar que se faz presente nesta modalidade de ensino. A prática destina a Educação Infantil, são propostas de ações planejadas e organizadas que são executadas no dia a dia escolar da



criança, mostrando assim, que o ambiente pelo qual se aprende a desenvolver a aprendizagem também forma cidadãos apto a prática da cidadania. As propostas pedagógicas deste nível devem relacionar-se ao projeto político pedagógico, que deve ser construído por toda comunidade escolar, visto que esse documento irá subsidiar ainda mais o trabalho pedagógico que oferece uma visão pelo qual mostra o intuito de cuidar e educar dessas crianças.

Na concepção da Educação Infantil, podemos perceber diante deste documento os cuidados e obrigações que devem ser seguidos afirmando que:

É obrigatória a matrícula na Educação Infantil de crianças que completam 4 ou 5 anos até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula. As crianças que completam 6 anos após o dia 31 de março devem ser matriculadas na Educação Infantil. A frequência na Educação Infantil não é pré-requisito para a matrícula no Ensino Fundamental. As vagas em creches e pré-escolas devem ser oferecidas próximas às residências das crianças (DCNEI, 2010, p. 15).

As Diretrizes curricular da Educação Infantil aponta o direito da criança está em ser matriculada em uma instituição, assim sendo é preciso não só a matrícula, mas também a essas instituições precisam está preparada para receber essas crianças tendo profissionais qualificados, ambiente propício, móveis aptos para si mesma.

Além de escola ter que ser o mais próximo da sua residência pois muitos não tem condições de pagar transporte, às vezes a caminhada é tão longa que chegam cansados e não terá um bom rendimento na escola alguns que pagam transporte ainda precisam caminhar um pouco sendo sua moradia de difícil acesso, assim sendo a jornada diária da Educação Infantil pauta-se em 4 horas, sabendo-se que essas quatro horas precisam ser recheadas de atividades lúdicas favorecendo o processo de ensino aprendizagem, essas atividades precisam está de acordo com a proposta pedagógica oferecida pela escola o que o professor precisa fazer é adaptá-las de acordo com a necessidades da sua sala de aula.

Desta forma, salienta a questão que a proposta pedagógica da Educação Infantil deve seguir os princípios “éticos; político; estéticos;” (DCNEI,2010,p.16). conforme pauta-se esse documento esses princípios fornecem ao professor de trabalhar a autonomia da criança visando o respeito a suas diferentes culturas; os direitos da criança fazendo exerce seu papel de cidadã social opinando pelos seus objetivos democraticamente; e por fim a proposta de



trabalhar a criatividade da criança dando-lhe o direito de expressar-se através das atividades vivenciadas no ambiente escolar.

Os princípios vistos pelo DCNEI são princípios pelos quais se deve seguir no intuito de estabelecer o direito pelo qual deve ser garantida a criança. Tendo ético pelo qual enfatiza a questão da autonomia, a identidade entre outros, o princípio político para educação infantil encontra-se pautado no direito da sua cidadania em que a criança deve entender o seu direito de ir e vir como cidadão. E por fim o estético onde se utiliza da criatividade da criança e por fim permitindo a criança aprender através de atividades lúdicas.

### **Resultados e discussão**

É necessário que o professor atuante da modalidade Educação Infantil esteja ciente das propostas pedagógicas oferecidas pelas instituições e também das propostas do RCNEI. Portanto, um dos maiores princípios a ser seguido pela Educação Infantil é o cuidar e educar.

Segundo Kishimoto (apud MANSUR, 1999, p. 231), a proposta curricular para pré-escola é vista como: “[...] currículo como o conjunto das experiências que o aprendiz adquire sob a responsabilidade da escola priorizando o aluno e suas experiências e não apenas o conteúdo disciplinar.” Nesta perspectiva, Saviani (2003, p. 18) destaca que o currículo é visto como a “organização do conjunto das atividades nucleares distribuídas no espaço e no tempo escolar”.

Neste sentido, o (MEC/SEB 2006, p. 05) destaca que: “a Educação Infantil é uma etapa obrigatória, e sim, direito da criança, opção da família e dever do Estado.” Sendo assim, a consequência da não obrigatoriedade da educação na infância gera barreiras ao acesso de crianças à escolarização e paradoxos na política pública, como relata o documento PNEI (Política Nacional de Educação Infantil) do Ministério da Educação, publicado em 2006 o qual destaca que: “[...] a integração das instituições de Educação Infantil ao sistema educacional não foi acompanhada em nível nacional, da correspondente dotação orçamentária (BRASIL, MEC/SEB, 2006).

Sendo assim, o professor da Educação Infantil passará a ocupar uma função ímpar, que é fundamental para o desenvolvimento da sua personalidade e terá, então, um papel



indispensável que desperte o interesse por novas descobertas que fará diferença nas séries posteriores.

Para isso, o professor terá que interessar-se sobretudo da criança, o que ela sente o que ela sabe sobre si e sobre o mundo, oportunizando a ampliação destes conhecimentos e de suas habilidades e, com isso, aos poucos as tornarão mais independentes e mais autônomas.

De acordo com o RCNEI (1998), “A prática educativa é bastante complexa e são inúmeras as questões que se apresentam no cotidiano e que transcendem o planejamento didático e a própria proposta curricular.” Na perspectiva de explicitar situações didáticas e apoiar ao trabalho do professor, estes devem ter as orientações didáticas focadas no espaço entre as intenções educativas e a prática.

### **Considerações Finais**

O professor da educação infantil como mediador das práticas pedagógicas é um tema que nos faz refletir as formas pelas quais os professores atuam na Educação Infantil, sabendo então que é algo desafiador, portanto, nem todos os profissionais têm a capacidade de atuar na educação infantil, conforme declara o RCNEI em seus princípios norteadores que deixa claro aos profissionais desta área quando diz que o cuidar e o educar são dois princípios importantíssimos nesta modalidade.

Neste sentido, o referencial destaca que “o cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades. O cuidado é um ato em relação ao outro e a si próprio que possui uma dimensão expressiva e implica em procedimentos específicos”. E o educar “significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros, em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso pelas crianças aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural.”

Alarcão (2003) afirma que a dimensão do conhecimento profissional do professor é fundamentada na base do conhecimento científico à profissão docente é constituído por vários tipos de conhecimento, a saber, que o conhecimento científico-pedagógico que se integra ao conhecimento do conteúdo disciplinar e pelo conhecimento pedagógico em geral.



## Referências

- ALARCÃO, Isabel. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. São Paulo, SP: Cortez, 2003.
- ALVES, Bruna Molisani Ferreira. **Infância e Educação Infantil: aspectos históricos, legais e Pedagógicos**. Revista Aleph Infâncias, ano V, n. 16, p. 9, 2012.
- ARISTÓTELES. **A Política**. Trad. de Mário da Gama Kury. Brasília/DF: Editora Universidade de Brasília, 1985.
- BANDEIRA, Hilda M. M. **Formação de professores e prática reflexiva**, 2013.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 3. ed., Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006.
- BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Introdução. v. 1, Brasília: MEC/SEF, 1998.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Provinha Brasil: passo a passo**. Brasília: Inep/MEC, 2009.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica**. – Brasília: MEC, SEB, 2010.
- BROOKER, N. e BONAMINO, A. (Orgs.). **GERES 2005: Razões e Resultados de uma Pesquisa Longitudinal sobre Eficácia Escolar**. Rio de Janeiro: WalPrint, 2010.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O jogo, a criança e a Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- MANSUR, Kátia V. **Proposta Curricular: ação de uma equipe**. In: KRAMER, Sônia et. al. (Orgs.). **Infância e educação infantil**. Campinas/SP: Papyrus, 1999.
- PERRENOUD, Ph. **10 novas competências para ensinar** Porto Alegre: ArtMed, 2000.



SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 8. ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2003.

\_\_\_\_\_. Pedagogia: o espaço da educação na universidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 130, p. 99-134, jan./abr. 2007.

WALLON, H. **A atividade próprio plástica**. São Paulo: Ed. Ática, 1986.

## UM NOVO OLHAR PARA O CAMPO: A EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA COMO PRÁXIS DE EMANCIPAÇÃO HUMANA PARA O SEMIÁRIDO

*João Paulo de Oliveira Silva*  
*Jose Luciano de Oliveira Silva*  
*Sérgio Oliveira da Silva*

### RESUMO

Este trabalho intitulado: Um novo olhar para o campo: A educação Contextualizada como práxis de Emancipação Humana no Semiárido, vem discutir sobre uma educação transformadora, que leva as pessoas a refletirem sobre a própria realidade de onde vivem, tendo a escola como uma aliada no sentido de propor projetos junto às comunidades que viabilizem a convivência com o semiárido, levando em considerações as barreiras que podem ser enfrentadas como os baixos índices de chuvas, mas também as potencialidades da região como o turismo. Objetiva, portanto, contribuir para uma educação que se preocupa com as peculiaridades sociais e climáticas das comunidades rurais do Semiárido, e o enfrentamento da realidade climática, que influencia na convivência social e no bem estar das pessoas. Esse trabalho é uma revisão de literatura que se baseia em autores como Soares (2016), Castro (2015), Farias (2016), Rios (2015) e Silva (2003) para ter sustentação em seus argumentos.

**Palavras chave:** Educação; Desenvolvimento; Ensino; Semiárido.

### Introdução:

A região semiárida é marcada pela escassez dos recursos hídricos e pela limitação dos recursos naturais, que dificulta a permanência das pessoas nesse território, no entanto é preciso políticas públicas que intensifiquem ações, que facilitem a interação entre o homem e



o clima, ajudando a melhorar a vida das pessoas, que ali vivem. A história do semiárido brasileiro está intimamente relacionada às secas, seus efeitos se apresentam nas mais variadas formas, seja pelo aumento do desemprego rural, fome, pobreza, ou pela consequente migração das áreas afetadas (MARENGO *et al*, 2011, p.13).

O termo “semiárido” faz referência à idéia de aridez; condição essa que é causada não só por aspectos naturais, como o fator climático e a irregularidade das chuvas, mas também pela forma como a região é explorada; por vezes, a partir de práticas que podem envolver desmatamento e queimadas da vegetação, que compõe o bioma caatinga, além da provável contaminação do solo e da água com agrotóxicos, nos locais onde se pode praticar algum tipo de agricultura (SCHISTEK, 2013).

Esses fatores aqui citados acarretam outros, pois em anos extremamente secos, a perda das culturas de ciclo curto, causada pela estiagem, ocasiona o êxodo rural, um dos fatores mais agravantes da economia regional. E esse êxodo tem se dado ainda na atualidade, principalmente entre os jovens, que não são levados a utilizarem das potencialidades da região, para continuarem vivendo no lugar onde nasceram.

Esse trabalho intitulado: Um novo olhar para o Campo: A Educação contextualizada como práxis de Emancipação Humana para o Semiárido objetiva contribuir para uma educação que se preocupe com as peculiaridades sociais e climáticas das comunidades rurais do Semiárido, através de projetos pedagógicos que direcionem os alunos para o enfrentamento da realidade climática, que influencie na convivência social e no bem estar das pessoas.

Acreditamos que uma educação contextualizada, para a realidade dessa região, possa contribuir de forma significativa para a permanência principalmente dos jovens no campo, tendo estas condições e dignidade de viverem bem, através da aprendizagem adquirida, que pode ser intensificada no sentido de promover ações que valorizem os aspectos culturais, sociais e econômicos e que tenha o intuito, também de contribuir para que as pessoas possam ter mais dignidade e direitos respeitados.

Acreditamos que as mudanças sociais e econômicas que essa região precisa pode ser melhorada, quando houver de fato e de direito, uma educação que se preocupe com todos os aspectos sociais, que envolvem as pessoas que vivem no semiárido.



Para a realização dessa pesquisa, nos baseamos em autores como: Vianna (2008), Silva (2016), Marengo (2011) e Marquesan (2016), Gadotti (2005) Farias (2016) e Salomão (2005) para ter sustentação nos questionamentos, já que esses autores discutem em suas pesquisas, assuntos relacionados à educação e a convivência com o semiárido.

A busca pelo conhecimento que envolve o semiárido, comunidades rurais e educação, nos permitiu intensificar a pesquisa, através da leitura de livros, artigos e dissertações sobre o tema, e conseqüentemente compreender melhor como se dar os principais anseios dessa região, suas peculiaridades e potencialidades.

Esse trabalho se justifica, portanto, pela necessidade de uma educação contextualizada, que se preocupe com a realidade das pessoas, que ajude na superação das dificuldades enfrentadas, podendo a escola juntamente com a comunidade, proporem meios que seja possível a valorização do lugar, oferecendo condições para que se conheçam estratégias de convivência com o clima, podendo as escolas e as comunidades, buscar parcerias com instituições vinculadas ao semiárido, e ao poder público, no sentido de buscar e garantir tecnologias, que ajude na permanência das pessoas nas comunidades rurais, com condições de ter, renda, mas também saúde e educação de qualidade para todos.

Portanto, o objetivo principal desse estudo é discutir sobre uma educação que tenha um olhar diferenciado para as escolas rurais, que se preocupe com as potencialidades da região, como sendo uma estratégia positiva, mas também, favorecer para que projetos sejam realizados, valorizando o espaço ao discutir sobre uma educação que enfatiza a cultura e a identidade das pessoas, valorizando as potencialidades da região.

Contribuir para uma educação que enalteça o lugar onde se vivem; buscando conhecer de forma mais aprofundada através da escola o clima, o bioma e as capacidades rurais; fortalecer o coletivo e o lugar é também um dos meios que acreditamos ser essenciais para a permanência das pessoas nessa região, com dignidade e respeito aos direitos instituídos por lei.

As escolas do campo é o centro das comunidades e lá pode ser oferecido, além do ensino que nos leva a compreensão dos textos, letras e palavras, a cidadania e os meios de se viver melhor, pois uma das virtudes da educação é proporcionar as pessoas o conhecimento



para que ela possa mudar sua própria realidade e conseqüentemente da comunidade em que vive.

Aqui nessa pesquisa é dado destaque a esses aspectos ao valorizar o semiárido e suas potencialidades, destacando a necessidade da educação contextualizada, como forma de ajudar no progresso e no desenvolvimento da região por meio do ensino.

### **O semiárido e a necessidade de Ensino Contextualizado, para as transformações sociais que a região precisa**

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a região semiárida do país, conta com uma extensão total de 982.563,3 km<sup>2</sup>. Dessa área, a Região Nordeste concentra-se em torno de 89,5%, abrangendo a maioria dos Estados nordestinos, com exceção do Maranhão e do Estado de Minas Gerais, situado na Região Sudeste, possui os 10,5% restantes (103.589,96 km<sup>2</sup>). Caracterizam-se como Semiárido os ambientes naturalmente secos e com aspectos muito particulares com relação às manifestações pluviométricas (NASCIMENTO; MESQUITA, 2009).

Segundo a Secretaria de Educação da Bahia (2010), o conceito e definição de Educação no Campo se dão à educação que atende às especificidades e oferece uma educação de qualidade, adequada ao modo de viver, pensar e produzir das populações identificadas com o campo, agricultores, criadores, extrativistas, pescadores, ribeirinhos, caiçaras, seringueiros.

As escolas do campo foram e continuam sendo, desprestigiadas diante de um processo de ensino, voltado principalmente para a realidade urbana e não rural, como deveria ser, embora venha ocorrendo mudanças que trás significados importantes no sentido da contextualização do ensino para as comunidades rurais. Quando tratamos a respeito desse desprestígio em relação à educação no campo a região semiárida do nordeste brasileiro ainda é mais prejudicada, pois a maioria das informações repassadas pelos livros didáticos só menosprezam essa região do país.

Para Farias e Marquesan (2016, p.2) desde o início do processo de colonização por representantes da coroa portuguesa, o semiárido brasileiro enfrenta, além dos problemas de ordem ambiental, a carência de ações públicas efetivas, que visem a uma melhor convivência da população com essa região.



Além das fragilidades ambientais, essa região tem sido cenário de enormes contradições e injustiças sociais. Para a maioria das pessoas que reside no semiárido, ser cidadão é um desejo e uma utopia, Silva (2003, p.368). Essa ainda é uma realidade de milhões de pessoas que vivem nessa região e que experimentam ainda na atualidade, situações vivenciadas pelos antepassados há séculos.

É, portanto séculos de ocupação humana, de uma terra, que mesmo sendo a região semiárida mais habitada do planeta, ainda não tem de fato uma política pública efetiva relacionada à educação, no sentido de promover meios que valorizem o lugar, através de alternativas que viabilizem a boa convivência e que mudem o entendimento das pessoas sobre o próprio lugar onde elas vivem.

A falta de políticas pública e de uma educação contextualizada para a realidade do nordeste semiárido, levam as pessoas a acreditarem que vive um lugar que não existem expectativas de futuro, onde há possibilidade de crescimento social e econômico, parece ser quase impossível, sendo que na realidade essa região é cheia de potencialidades, que não são discutidas e, portanto, não tem contribuído da forma que se deve para a melhoria das condições econômicas e sociais da região. A escola tem um papel de reverter essa situação por meio dos ensinamentos e de uma educação que se volte para um cenário mais próximo da realidade.

Uma saída para esse estado de coisas, pode ser a educação, que segundo Silva *et al.* (2009), é um dos instrumentos de construção da cidadania plena, além de uma condição para a formação de um projeto de emancipação no semiárido. No entanto quando falamos de educação é preciso destacar que essa região necessita de uma educação contextualização nas práticas de ensino para os que ali vivem, e frequentam os bancos escolares.

O entendimento de que necessitamos de uma educação contextualizada, surge diante dos fatores climáticos com os baixos índices pluviométricos que impede, por exemplo, que tenhamos uma grande produção agrícola, ou que possamos desenvolver outras atividades econômicas, que necessitam de uma grande quantidade de água.

No entanto, esse não é um motivo que impossibilite por completo as pessoas se desenvolverem, é preciso que se tenha um olhar para outras potencialidades da região como o turismo, caprinocultura, energia eólica, energia solar, minério entre outras potencialidades.



A Educação Contextualizada (EC) busca superar as barreiras entre o ensino e a realidade de cada escola, se contrapondo à concepção de um ensino técnico e burocrático na conjuntura de campo, agindo como ferramenta pedagógica multidimensional, que beneficia alunos, famílias e sociedade, por meio do olhar apurado sobre a realidade de vida do alunado, essas características que a EC possui são essências e, portanto devem ser implementadas.

Segundo Paiva e Sousa (2019, p. 2):

A EC volta-se para uma educação de permanência das pessoas no campo e valorização da cultura local. Para tanto, por meio da EC busca, junto à escola, correlacionar o conhecimento geral com o conhecimento de vivência do aluno, valorizando suas raízes e dando base para convivência com o semiárido e a permanência no campo, firmando as potencialidades individuais e da comunidade.

É perceptível que a maioria das escolas existentes nas comunidades rurais do semiárido, não possui projetos voltados para a realidade da comunidade escolar, que leve seus educandos, por meio das aulas a conhecerem sua própria realidade, que permita a escola, juntamente com os educandos e a comunidade escolar, estabelecer ações que busquem o fortalecimento de políticas que melhorem fatores como a saúde, educação, trabalho, emprego, renda, convivência e meio ambiente.

É preciso que a escola trabalhe projetos, por meio de suas metodologias que se voltem para uma educação contextualizada com a realidade do semiárido, acontecendo com maior firmeza, por meio de ações que contribuam para a permanência do cidadão, nas áreas rurais dessa região, por acreditar desde criança, e aprender ainda na escola, a lidar com as dificuldades, mas também aproveitar das mais diferentes potencialidades que a região oferece, sem o medo de estar sempre sobre a ameaça da falta de oportunidades, ou da falsa expectativa de que a vida fora daqui é melhor.

Desta forma, acreditamos que metodologias necessitam ser implementadas, para que as comunidades rurais, juntamente com as escolas, possam fortalecer ações que intensifiquem os ensinamentos para a convivência com os fatores climáticos e sociais, através de um processo, com base na educação, onde o currículo escolar para as escolas do campo se



volte ainda mais para a realidade local e que permita aos alunos terem maior criticidade em relação às questões sociais.

Segundo Vianna [10], a “educação, em sentido amplo, representa tudo aquilo que pode ser feito para desenvolver o ser humano e, no sentido estrito, representa a instrução e o desenvolvimento de competências e habilidades”. É, portanto a necessidade de instrução e a falta de política pública que impede o desenvolvimento principalmente das áreas rurais do semiárido. É preciso mudanças iniciando pela escola e pelos métodos de ensino que até então mostra a região como lugar de miséria, de falta de água e comida, levando os próprios moradores a terem essa visão do lugar em que vivem.

Os próprios livros didáticos, em sua maioria tendem a destacar questões como pobreza e seca, quando se referem ao semiárido nordestino, ao mesmo tempo em que enfatizam o agronegócio e os grandes centros urbanos, quando se referem a outras regiões do país, levando muitos, por falta de conhecimento ou até por preconceito a terem uma visão precipitada das comunidades rurais e do semiárido, como sendo de muita fome e sede.

É preciso que se conciliem os processos educacionais da escola com a vida dos alunos. “Associar o que se aprende na escola com as experiências vividas na realidade é uma forma de relacionar a teoria e a prática, permitindo que os alunos atribuam maior aplicação e sentido ao que é ensinado” (Fárias e Marquesan, 2016, p.6). É necessário acabar com a estigmatização que ocorre com o rural, partindo dos ensinamentos e das boas experiências que precisam ser compartilhadas. Segundo Silva:

Estigmatizada pelo senso comum como rudimentar, atrasada e de pouca ou nenhuma significação na vida dos povos que habitam zonas rurais, a educação destinada a esses segmentos foi sempre concebida como apêndice nos Sistemas de Ensino, situando-se nas franjas das políticas educacionais. As iniciativas do Estado durante o século XX – sob a denominação de Educação Rural ou Educação para Comunidades Rurais, destinada ao campo, mas concebida a partir do olhar da cidade, descolada da cultura rural – efetivaram-se mediante a transposição de conteúdos referenciados na realidade urbana, fazendo - se, quando muito, adaptações e/ou adequações (2009).

É preciso novos olhares para o campo em especial no semiárido, educando as crianças e assistindo os mais velhos, para que fatores como geração de renda, soberania alimentar,



preservação ambiental e bem estar social, possam acontecer, trazendo mais dignidade para as pessoas, e evitando que problemas como o êxodo rural continue acontecendo.

Segundo Molina (2006) a especificidade da Educação do Campo, em relação a outros diálogos sobre a educação deve-se ao fato de sua permanente associação com as questões do desenvolvimento e do território no qual ela se enraíza. O envolvimento dos movimentos sociais e das próprias comunidades rurais nas decisões da escola é um dos véis, que valoriza a identidade das pessoas camponesas, por contribuir com uma inserção de educação que se volte para o campo.

### **A Educação como conceito de transformações sociais no semiárido**

Para Salomão, 2005: “Uma educação entendida não como um fim em si mesma, mas como um instrumento de construção da hegemonia de um projeto de sociedade: incluyente, democrática e plural.” Essa é uma das características da educação contextualizada. Para Gadotti (2005) a educação deve defender a valorização da diversidade cultural, para que todas as pessoas possam participar dos bens culturais da humanidade num fazer-se constante. Para o autor a educação se baseia na realidade social dos sujeitos em formação e possibilita contextualizar o processo ensino-aprendizagem com a diversidade cultural de cada lugar, promovendo assim, a produção do conhecimento apropriada a cada território.

A região Semiárida do Nordeste Brasileiro foi e continua sendo apresentada e representada de maneira estereotipada. Nessa lógica os conhecimentos, as culturas, as religiosidades, as tradições, a fauna e flora, a vegetação e toda forma de expressão que remeta a idéia de Nordeste foi e continua sendo apresentado aos “outros” a partir de estereótipos.

É preciso novas práticas que contribua para o processo de aprendizagem, por meio das mudanças educacionais que valorizem elementos característicos das comunidades rurais do semiárido, como a cultura e a identidade de seu povo, mas também outros métodos que podem engrandecer ainda mais a região como já anteriormente aqui citado, a exemplo da caprinovinocultura e do turismo regional,mas também das plantas xerófilas, cisternas calçadão, ensilagem e os quitais produtivos, que devem ser trabalhados, juntamente com a



luta pelo direito a saúde e educação de qualidade, mas também bem estar - social e acesso as tecnologias.

A educação contextualizada nas escolas do Semiárido brasileiro prevê uma adaptação dos conteúdos escolares ao espaço geográfico, à cultura, à identidade e à especificidade do lugar, estimulando um processo de desconstrução de estereótipos e de construção de um novo olhar sobre o Semiárido. Trata-se de um processo de ressignificação e reorganização socioespacial.

Para Silva e Lautet (2010, p.13)

Falar em mudança educacional, não requer somente mudanças no âmbito político ou de currículos. Requer um repensar e uma nova organização tanto nos termos burocráticos quanto nos termos humanísticos, como por exemplo, nos profissionais que se propõe a fazer parte do processo educacional do campo.

É através dessa mudança significativa, que poderemos auxiliar o homem do campo a permanecer no seu espaço rural, podendo desfrutar de todo conhecimento sistematizado que o espaço urbano pode oferecer. Uma educação contextualizada para o semiárido pode agir como uma ferramenta pedagógica que beneficie toda sociedade escolar, principalmente pais, alunos e professores, através de uma visão mais elaborada sobre a realidade dos alunos.

Na Educação Contextualizada o alunado é confrontado a pensar sobre seu caráter, na coletividade, a enxergar-se como ferramenta para quebra de paradigmas, ou seja:

[...] transformação radical em padrões culturais que tem produzido como uma herança mais que secular a pobreza, a violência (de todas as ordens, desde a família, contra a mulher, a criança, até a institucional), a desesperança, a falta de criatividade para encontrar saídas para as questões de nosso tempo e lugar, o pouco ou quase nenhum letramento em grande parte da população, enfim, a falta de confiança em si mesmo/a, enquanto sujeito individual e coletivo (CASTRO 2015, p. 23).

Para Kraus (2015, p.3) “No Semiárido essa idéia é representativa de demandas particulares: a descolonização da educação, a desconstrução do estereótipo do Nordeste e do Nordeste e a difusão do paradigma de convivência com o Semiárido”. É uma proposta de educação pautada no princípio da convivência com as características socioambientais do



Semiárido, visando à criação de um novo senso comum, de novos significados do lugar e da vida no lugar, a partir de uma nova leitura do próprio espaço (PIMENTEL, 2002).

O Semiárido é a região com os índices de pobreza e exclusão social mais preocupante do país; e currículos desvinculados da realidade, das necessidades e das potencialidades do lugar impedem que a educação se transforme num dispositivo para o desenvolvimento (SOUZA e SILVA, 2011). A educação contextualizada é um dos fatores que poderá buscar garantir que no futuro as pessoas não possuam as mesmas dificuldades de hoje, e por meio da educação possam ter orgulho de sua identidade regional.

A educação contextualizada, cria espaços de reflexão e ação que, a partir da desconstrução da imagem de um não lugar, traçam caminhos para novas possibilidades de vida no Semiárido (Kraus, 2015, p.13). Por exemplo, o processo de contextualização inclui reflexões críticas e ações concretas, acerca de oportunidades de geração de renda no semiárido, respeito a preservação do meio ambiente, mudando as perspectivas da vida cotidiana, dos estudantes e das comunidades.

Neste mesmo modelo de educação o alunado é confrontado a pensar sobre seu caráter, na coletividade, a enxergar-se como ferramenta para quebra de paradigmas, ou seja:

[...] transformação radical em padrões culturais que tem produzido como uma herança mais que secular a pobreza, a violência (de todas as ordens, desde a família, contra a mulher, a criança, até a institucional), a desesperança, a falta de criatividade para encontrar saídas para as questões de nosso tempo e lugar, o pouco ou quase nenhum letramento em grande parte da população, enfim, a falta de confiança em si mesmo/a, enquanto sujeito individual e coletivo (CASTRO 2015, p. 23).

Essa mesma educação que se preocupa com as particularidades individuais de cada região, dentro de um paradigma de convivência, promove um enfoque sistêmico no planejamento e gestão territorial. São apontadas novas especificidades e potencialidades do território, mediante um processo de reapropriação social do território e gestão compartilhada (CARVALHO, 2007).

Fernandes (2005) faz uma recuperação da história recente da construção do conceito Educação do Campo:

Educação, cultura, produção, trabalho, organização política, e mercado. São concomitantemente interativos e completivos. Elas não existem em separados.



Educação não existe fora do território, assim com a cultura, a economia e todas as outras dimensões.

No entanto sabemos das dificuldades que o sistema educacional brasileiro tem vivenciado ultimamente, principalmente em relação às mudanças ocorridas como à Base Nacional Comum Curricular que ao tirar a obrigatoriedade de algumas disciplinas escolares, acaba que dificultando o acesso ao ensino que promove a crítica, ao mesmo tempo em que, a BNCC beneficia a classe dominante.

Para Verdério e Barros (2020) a BNCC, por sua vez, enaltece ainda uma perspectiva formativa voltada unicamente para a formação de força de trabalho e de consumidores, com o intuito de impulsionar a expansão da capacidade de exploração da classe dominante em suas diversas frações e formas. Tais elementos expressam seu caráter eminentemente conservador no que tange a educação pública do país.

É preciso que novas possibilidades possam ser encontradas, para que a educação contribua de forma significativa para a compreensão das pessoas para o desenvolvimento de uma região estereotipizada ao longo dos séculos. Faz-se necessário, conhecer, gostar, potencializar e usufruir o que o semiárido proporciona com outro olhar que se relacione com as potencialidades, quebrando preconceitos e construindo novas representações.

A escola deve ter papel importante nesse aspecto, por ser o centro das comunidades, onde os conhecimentos se encontram e a troca de experiência atrelada a um modelo de educação que se preocupa além do ensinar a ler, escrever, somar e diminuir, mas que leva as pessoas a ter criticidade, trabalhando diferentes projetos, que instiguem essas discussões, mas também estando sempre fazendo uma relação entre os conteúdos e tudo aquilo que as comunidades camponesas do semiárido dispõem, para que se aprenda e se valorize, buscando formas de geração de renda, soberania alimentar e conseqüentemente melhoria na qualidade de vida.

### **Metodologia:**

Para o desenvolvimento desse trabalho, foi necessário se aprofundar na literatura, através da leitura de livros, artigos e dissertações que trabalham sobre assuntos relacionados



a este, como educação no campo, semiárido, ensino e aprendizagem. Essa é, portanto uma pesquisa de caráter qualitativo, em que a principal fonte de pesquisa foi o computador com acesso a internet, onde por meio deles, tornou se possível a pesquisa em sites como o Google Acadêmico e tantos outros, que permitem aos internautas terem acessos aos mais diferentes trabalhos e pesquisas publicadas.

### **Considerações finais**

Por meio desse estudo, podemos enfatizar a importância de um ensino contextualizado para as comunidades rurais do semiárido brasileiro, onde nos baseamos em vários estudiosos da área da educação do campo e da região semiárida, para que pudéssemos ter sustentação em nossos argumentos. Atingimos nossos objetivos de compreender melhor a convivência nessa região, por meio das diferentes fontes de informações, como livros, artigos, sites e dissertações que enfatizam a importância do ensino contextualizada para as escolas rurais do campo.

É importante ressaltar, que nossos argumentos aqui levantados, não é o de uma mudança drástica do sistema de ensino nas escolas do campo, mas sim que se desenvolvam projetos e ações que envolvam não apenas a escola, mas toda a comunidade no sentido de discutir e propor políticas públicas que dêem importância as pessoas, mas também ao clima e as potencialidades que esta região possui. As mudanças podem ocorrer no currículo, onde os conteúdos possam dar mais ênfase aos aspectos reais que essa região possui.

Acreditamos que a escola é um ambiente propício para o envolvimento das questões sociais e econômicas dos que dela fazem parte, sendo preciso aos alunos logo nos primeiros de escola, irem aprendendo sobre seu o lugar e as oportunidades e obstáculos que ali podem ser encontrados, sem deixarem de serem direcionados para o ensino que é aberto para o conhecimento de mundo de uma forma geral.

De acordo com Soares e Silva *et al* (2016, p.9) nesse contexto, a educação só ganha sentido e significado quando direcionada ao conjunto de vivências que um determinado grupo de indivíduos desenvolve, e a escola passa a funcionar como um espaço de fortalecimento na formação das pessoas e na possibilidade de qualificação e ampliação dos saberes que já possuem da vida cotidiana e da socialização cultural em sociedade.



Ter um ensino contextualizado para o semiárido é ensinar a valorização desse lugar, sem deixar de conhecer outras realidades e oportunidades e dar condições de igualdade para aprender sobre sua terra e a se próprio, sem valorizar em excesso outros lugares, na medida em que diminuam a própria região em que se vive.

Ainda na atualidade a mídia tanto falada, quanto impressa, ainda se manifesta de maneira diferente em relação ao nordeste, principalmente dependendo do lugar de onde vêm as informações. Muitos dos livros didáticos, mesmo tendo ocorrido mudanças significativas nos últimos anos, ainda trata essa região do Brasil, como sendo apenas pobre e com índices socioeconômicos muito baixos, não mostrando outras realidades que também vivenciamos.

Por meio dessa pesquisa, foi possível mostrar que temos sim dificuldades a serem sanadas, mas também potencialidades que podem ser exploradas, assim como índices sociais e econômicos que mostram a capacidade em vários aspectos que essa região possui de se desenvolver economicamente, e que podem ainda mais, serem melhoradas por meio de uma educação, que tem a escola como aliada permitindo a seus estudantes compreenderem melhor a região, sua comunidade e a realidade em que vivem para que assim, possam buscar cobrar e efetivar políticas pública que dinamizem maiores e melhores condições para que as pessoas que vivem nessa área.

É preciso viver com a garantia de condições ao acesso a educação de qualidade, saúde, segurança, meio ambiente preservado e tantas outras políticas que são necessárias para o que o ser humano possa viver bem. Paulo Freire fala sobre a educação para as transformações sociais por meio das pessoas ao dizer: “Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo.” É desse modelo de educação que muda as pessoas que precisamos para que elas possam fazer a diferença por meio das transformações que as sociedades precisam.

Ainda para Soares e Silva *et al* (2016, p.8) a idéia da educação para o desenvolvimento local está diretamente vinculada a essa compreensão e à necessidade de se formarem pessoas que amanhã possam participar de forma ativa das iniciativas capazes de transformar o seu entorno e de gerar dinâmicas construtivas.

## **Referências.**



CARVALHO, L. D. As representações políticas e geográficas sobre o Semi-Árido Brasileiro e o planejamento e gestão territorial. In: RESAB (Org.), **Currículo, contextualização e complexidade: elementos para pensar a escola no Semi-Árido**. Juazeiro/BA: selo editorial RESAB, 2007.

CASTRO, Gigi. **Retalhos da educação contextualizada para convivência com o semiárido sertão do Ceará**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2015.

FARIAS I. M.; Marquesan. F. F. S. **Educação (contextualizada) no Semiárido Nordestino**. IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais - Porto Alegre, RS, Brasil, 19 a 21 de Outubro de 2016.

FERNANDES, Bernardo M. **Movimento Social como categoria geográfica**. AGB - Nacional: Associação dos Geógrafos do Brasil, 2005.

GADOTTI, Moacir. **Escola cidadã**. São Paulo: Cortez, 2005.

JOSÉ A. Marengo, Lincoln M. Alves<sup>1</sup>, Elder A. Beserra<sup>1</sup> & Francinete F. Lacerda<sup>2</sup>. 1 **Variabilidade e mudanças climáticas no semiárido brasileiro**. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais 2 Laboratório de Meteorologia de Pernambuco, Instituto Nacional do Semiárido Campina Grande - PB 2011.

KRAUS, L. A Educação contextualizada no semiárido brasileiro: entre desconstrução de estereótipos e construção de uma nova territorialidade. **Revista de Geografia (UFPE)** V. 32, No. 1, 2015.

MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e Pesquisa: Questões para Refletir**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

NASCIMENTO, H. H. D; MESQUITA, T. P. N. O Semiárido Nordeste na sala de aula: uma proposta de transversalidade para os anos finais do Ensino Fundamental. **Sociedade e Território**, Natal, v. 21, n.1 - 2 (Edição Especial), p. 95 - 109, 2009.

PAIVA, I, de C; Sousa, A, F; A importância da Educação Contextualizada na Família e o efeito na comunidade. **VI Congresso Nacional de educação - CONEDU - 2019**.

PIMENTEL, A. **O elogio da convivência e suas pedagogias subterrâneas no semi-árido brasileiro**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

RIOS, P. P. S. **A Educação contextualizada no Semiárido Baiano e o Advento de novas práticas na Educação do Campo**, 2015.

SALOMÃO HAGE. **A importância da articulação na construção da identidade e pela luta da educação do campo**, 2005. Artigo.



SOARES, J. M.A; SOUZA, A, R, F; FARIAS, A. B.S; BRITO, L.P; CALIXTO, M.S; Educação Contextualizada: Convivência com o Semiárido. CONIDIS – I Congresso Internacional da Diversidade do Semiárido. Universidade Federal de Campina Grande – UFCG 2016.

SILVA, R. M. A. **Entre dois paradigmas:** Combate a seca e Convivência com o semiárido. Brasília, 2003.

SILVA, A. A. Educação ambiental no semiárido nordestino: apontamento de pesquisa e notas sobre a prática educativa. **Revista VITAS** – Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade, 2016.

SOUZA, M. L. A.; SILVA, N. M. Conhecer, Analisar e Transformar: uma proposta de metodologia para a educação contextualizada no semiárido. **III Fórum do Semiárido Brasileiro**. Universidade do Vale do Acaraú/Universidade Federal do Ceará, mai. 2011.

## MANGUEZAL, RESISTÊNCIA, RACIONALIDADE E SUSTENTABILIDADE NO MEIO AMBIENTE: UM ESTUDO DE CASO NA COMUNIDADE DA MANGABEIRA NA CIDADE DE MACAÍBA/RN

*Suely Nascimento de Melo<sup>20</sup>*  
*Natalice Feliciano dos Santos Nascimento<sup>21</sup>*  
*João Maria Simplício Ferreira<sup>22</sup>*

### RESUMO

Nesse trabalho será apresentado um estudo de caso o trabalho desenvolvido nos anos iniciais do ensino fundamental I na escola Educandário Venera Dantas de Medeiros, localizada no

---

<sup>20</sup> Bacharel e Mestre em música pela UFRN; Mestre em Ciências da Educação (UEP); Bacharel em Direito pelo Centro Universitário UNINASSAU, Pós-graduado em Direito Eleitoral e Previdenciário. Pedagoga. Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Especialização em Língua Portuguesa Aspectos Teóricos e Práticos Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestranda Em Ciências da Educação - ESL Centro de Ensino. E-mail: [suely.melo.sn@gmail.com](mailto:suely.melo.sn@gmail.com).

<sup>21</sup> Pedagoga. Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Especialização em Didática da Língua Portuguesa e Literatura pela Universidade Potiguar - UNP. Mestranda Em Ciências da Educação - ESL Centro de Ensino. E-mail: [natalicedossantos.nascimento@hotmail.com](mailto:natalicedossantos.nascimento@hotmail.com).

<sup>22</sup> Doutorando em Educação Profissional (IFRN – Campus Central). E-mail: [jsimplicioadv@gmail.com](mailto:jsimplicioadv@gmail.com).



município de Macaíba/RN. Essa pesquisa tem como objetivo principal sensibilizar e resgatar a importância do Manguezal para a comunidade, destacando a conservação ambiental, propiciando aos alunos e comunidade escolar o desenvolvimento da sustentabilidade como práticas de Educação Ambiental. A pesquisa busca-se relatar as atividades e discussões de questões ambientais, tentando solucionar os problemas encontrados no manguezal da localidade.

**Palavras-chaves:** Educação ambiental; Manguezal; Sustentabilidade.

## Introdução

Na perspectiva de Educação Ambiental em suma o mundo contemporâneo, temos observado a exploração dos recursos naturais e geração de resíduos poluentes no manguezal, que provocam o desequilíbrio ecológico. Afetando também o desenvolvimento econômico e social a nível regional. A degradação ambiental reflete na nossa comunidade de pescadores, pois grande maioria retira seu sustento da pesca artesanal no manguezal. Desse modo a educação ambiental se faz necessária para reflexões sobre as questões e problemas encontrados.

O objetivo geral deste trabalho, é relatar práticas de educação ambiental, efetivadas na escola Educandário Venera Dantas de Medeiros, como o projeto manguezal, resistência, racionalidade e sustentabilidade no meio ambiente: um estudo de caso na comunidade de Mangabeira na cidade de Macaíba/RN.

No atual contexto educacional primeiramente realizou-se a apresentação do tema, pois muitos alunos ainda não conhecem o manguezal e a sua importância como fonte de renda, enfatizando também os aspectos do solo, fauna e flora do ecossistema. Dessa forma, promovendo um conhecimento gerado a partir das rodas de conversas e sobre as percepções que os alunos apresentam sobre o tema. As atividades propostas foram realizadas com um questionário inicial e registro de desenhos dos alunos.

Portanto, este trabalho culminou com a confecção de material para exposição na escola e comunidade, promovendo a sustentabilidade e valorização do ecossistema manguezal. Destacamos as contribuições de autores estudiosos que se atentam para a importância de se trabalhar a Educação Ambiental e sustentabilidade.



Dessa forma, é possível a construção de saberes, estimulando os alunos a desenvolver suas habilidades e adquirir aprendizagens significativas sobre o manguezal e todos ecossistemas integrados.

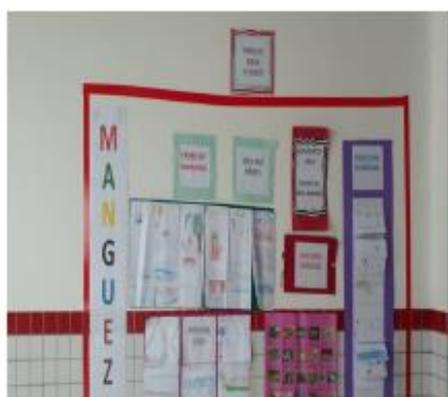
### **Discussões E Reflexões**

O paradigma da Educação Ambiental como uma educação direcionada para as questões ambientais e sociais se encontra extremamente relacionada com a sustentabilidade, pois está inserida no contexto de mudanças de hábitos e atitudes das pessoas em relação as suas ações com o equilíbrio do planeta.

Segundo Guimarães (2012) considera a Educação Ambiental como uma proposta a uma nova visão de mundo que procura romper com a racionalidade econômica, base da sociedade moderna atual geradora dos problemas socioambientais da comunidade. A Educação Ambiental e as práticas sustentáveis, pautadas na racionalidade e ética ambiental possibilitam a construção de um desenvolvimento sustentável harmonioso com a natureza, promovendo equidade e respeito a diversidade ética e cultural (LEFF,2012).

Nesse contexto, compreendemos que a escola desenvolve os valores necessários para a prática educativa, conforme Leff (2012, p.237) “a educação converte-se num processo estratégico com o propósito de formar valores, habilidade e capacidades para orientar a transição para a sustentabilidade. Diante desses pressupostos, podemos destacar em nossas vivências práticas no segundo momento foi apresentado um filme com fotos tiradas pela autora destacar o manguezal e um filme de biodiversidade ambiental e grande parte dos problemas encontrados pela exploração dos recursos naturais. E apresentação dos trabalhos realizados pelos alunos durante todo o projeto. Na realização dessa prática pedagógica os alunos foram capazes de representar com atividade coletiva com exposição de todos os trabalhos, no qual houve o envolvimento participativo nas atividades propostas.

Fotos da Autora (2022)



### Considerações Finais

As atividades relatadas nesse estudo demonstram a importância de introduzir e ampliar a Educação Ambiental na comunidade escolar compreendemos que, é de extrema importância que o professor consiga desenvolver seu projeto de extensão na forma prática do ensino, ressaltando a transformação da realidade e sensibilização ambiental dos envolvidos. Os valores da educação são capazes de transformar o saber tradicional em conhecimento científico, sendo uma função social essencial que promove na escola a reflexão, a construção de valores e sensibilização ambiental primordial na formação da cidadania e enfrentamento dos problemas ambientais.

No entanto ressalta-se a relevância da construção de um projeto ambiental que tenha a conservação ambiental e proteção desse ecossistema como transformação da realidade, promovendo assim o meio ambiente equilibrado e com sustentabilidade.



## Referências

GUIMARÃES, M. Sustentabilidade e Educação Ambiental. In: CUNHA, S. B. da; GUERRA, A. J. T (Org.). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

LEFF, E. **Saber ambiental; sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 9ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2012.

RODRIGUEZ, J.M.M.; SILVA, E. V. da **Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: Problemática, Tendências e Desafios**. 2. ed. Fortaleza-CE: Edições UFC, 2013.

## O ENCONTRO DE CULTURAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DO FILME A GUERRA DO FOGO

*Albertina Sueli Pereira<sup>23</sup>*

---

<sup>23</sup> Graduada em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba-UEPB. Graduada em Pedagogia Licenciatura Plena pelo Instituto Superior de Educação São Judas Tadeu-ISESJT. Especialização em Ensino de Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba -UEPB E-mail: [bel\\_asp@hotmail.com](mailto:bel_asp@hotmail.com).



## RESUMO

A cultura é um campo de produção de significados. Sendo ela a característica fundamental de uma sociedade, é considerada na sua forma, um elemento primordial que contemporiza e difere um povo de outro, porém não é algo que acontece de forma isolada. A história da humanidade é marcada por múltiplas culturas, e esta diversidade cultural nos leva a analisar a nossa realidade social. Assim sendo, iremos proceder a uma análise fazendo um breve histórico do pensamento antropológico enquanto campo de saber, o conceito de cultura e suas relações com o campo geográfico, não se esquecendo dos processos que envolvem esta multiculturalidade. Entretanto, é preciso ressaltar de forma organizada a atuação da Geografia neste processo cultural, que frisarà quais os aspectos socioculturais, que tem como objeto de análise, o material fílmico “A Guerra do Fogo” (1981), por ser material fílmico um veículo pretensiosamente artístico cultural percebendo as nuances linguísticas, costumes, hábitos na época, isto é, nas relações as práticas sociais numa sociedade, proposto pela produção artística cultural do filme. Havendo assim, uma grande relevância na análise do filme, mostrando a importância de se conhecer a multiculturalidade existente na sociedade desde seu primórdio.

**Palavras-chave:** Diversidade; Geografia Cultural; Culturas; Cinema.

## Introdução

O referido filme se passa no período da pré historia, apresenta a evolução do homem primitivo, suas relações com a natureza e as relações com o meio em que vive, apresenta também o encontro de culturas entre grupos diferentes. Com o autoquestionamento intrínseco ao ser humano em sua evolução do saber, na época do Renascimento, acontece a gênese do conhecimento antropológico, baseado em informações colhidas por meio das grandes explorações e navegações do período. O contato com outros seres humanos e outras sociedades enfatiza o encontro de culturas entre os sistemas políticos e culturais consolidados na Europa e sua relação com o resto do mundo, apesar das pesquisas ditas propriamente antropológicas só acontecerem após esta era (século XVIII).

A consolidação do saber antropológico só acontece no século XIX, a partir de experiências empíricas e autônomas, que levantam informações e dados não considerados anteriormente por outros campos, atingindo assim, uma relevância no meio acadêmico. Após a firmação de uma metodologia de pesquisa própria, um obstáculo lógico surge que é o desaparecimento do “selvagem” (populações não pertencentes à civilização ocidental),



presente em sociedades ditas como primitivas, uma vez que este universo não fica impune à chamada “evolução social”, e assim, surge uma crise de identidade da Antropologia.

A este dilema, é amplamente aceita a ideia supracitada sobre o conceito deste saber: a abordagem epistemológica da Geografia Cultural sobre o homem por inteiro e suas organizações sociais e culturais (religião, arte, política, lingüística, economia entre outros). Diante do exposto o encontro de cultura é algo rico em análise, sendo assim o filme “A Guerra do Fogo” nos mostra claramente esse encontro de culturas.

O artigo aborda os aspectos socioculturais apresentados no filme “A Guerra do Fogo” com o objetivo principal analisar o encontro de culturas proporcionado no mesmo. A análise do material fílmico nesses aspectos do ponto de vista antropológico e, sobretudo geográfico foi de extrema importância, pois assim permitiu visualizar a multiculturalidade existente nos povos desde os primórdios da humanidade.

### **Aspectos socioculturais da produção “A Guerra Do Fogo”**

Do ponto de vista geográfico e antropológico, o encontro de culturas, suas influências mútuas e a capacidade de convivência entre elas geram confrontos e aprendizagem pelos seus agentes; as pessoas. Para melhor compreensão, temos a citação a seguir:

A antropologia não é apenas o estudo de tudo que compõe uma sociedade. Ela é o estudo de todas as sociedades humanas (a nossa inclusive), ou seja, das culturas da humanidade como um todo em suas diversidades históricas e geográficas. Visando constituir os “arquivos” da humanidade em suas diferenças significativas, ela, inicialmente privilegiou claramente as áreas de civilização exteriores à nossa (LAPLANTINE, 2003, p.12).

Diante do exposto, o estudo do homem por inteiro revela-se um grande emaranhado de informações, sendo necessário, portanto, especializar algumas áreas, haja vista a dificuldade de domínio de todas. No campo geográfico, por afinidade ao objeto de análise que iremos trabalhar (filme), tomaremos por base, inicialmente, o aspecto sociocultural (contexto histórico, político, religioso, artístico, entre outros.), sem, portanto, deixar de pontuar alguns aspectos inerentes a outros campos de estudo da Geografia Cultural, que tem suma importância.



Na situação retratada no filme “A Guerra do Fogo”, podemos identificar três grupos de tribos humanas e humanóides, duas são tribos Neanderthais (sendo uma delas praticante do canibalismo), uma tribo de Homo Erectus e uma de Homo Sapiens. A princípio, os Neanderthais são muito parecidos no modo de vestir, comunicação e técnicas de combate. O grupo de Homo Erectus apresentava vocalização rudimentar para anunciar ataques, porém, sem quaisquer hierarquias observadas; não trajavam vestimentas e tinham aspecto semelhante aos símios contemporâneos, apesar de serem bípedes. O grupo de Homo Sapiens apresentava um idioma complexo (se expressavam com frases longas), tinham a capacidade de esboçar emoções, uma arquitetura rudimentar, instrumentos mais elaborados, culinária onívora, técnicas medicinais, e, principalmente, o controle da produção do fogo.

Os aspectos socioculturais do filme “A Guerra do Fogo” nos mostra diferentes processos culturais. As tribos que aparecem no filme se encontram e deparam-se com outro tipo de cultura, as quais jamais haviam visto, lembrando que: “Cada cultura é o resultado de uma historia particular, isso inclui também ter características bem diferentes.” (SANTOS, 2006, p. 12).

Podemos observar no material, vários grupos, uns que moravam em cavernas e vestiam-se com peles de animais, outro grupo que não se diferenciavam muito dos primatas, e também tinham os que eram canibais, também havia um grupo mais evoluído, em comparação aos demais, tinha uma comunicação e hábitos mais avançados, e era esse o grupo que mais se assemelha ao Homo Sapiens e também era o único grupo que tinha a técnica de dominar o fogo, diferentemente dos outros que sabiam apenas manter o fogo acesso. A partir desse encontro os grupos começaram a se deparar com um novo mundo, outras culturas, outra forma de viver, território diferente, uma transformação na vida de cada um. Diante do exposto, vejamos:

O desenvolvimento dos grupos humanos se fez segundo ritmos diversos e modalidades variáveis não bastam à constatação de certas tendências globais. Isso implica, por exemplo, às formas de utilização e transformação dos recursos naturais disponíveis. Não só esses recursos são heterogêneos ao longo das terras habitáveis, como ainda territórios semelhantes foram ocupados de modo diferente por populações diferentes. Apesar dessa variabilidade são notórias algumas tendências dominantes. Assim, por exemplo, em vários lugares e épocas grupos humanos inicialmente nômades e



dependentes de caça e da coleta para sobrevivência passaram a sedentarizar (SANTOS, 2006, p. 10-11).

Desta forma, percebe-se que houve aculturação (absorção de hábitos culturais) da tribo mais desenvolvida para a menos desenvolvida (Homo Sapiens – Homo Neanderthal), como a produção do fogo, preparação de alimentos e pintura na pele, por exemplo. Diante do analisado vejamos uma imagem que representa o exposto:

Imagem 1: Cena do filme A Guerra do Fogo (1981)  
Fonte: <http://noticias.orm.com.br>



A verbalização ausente no filme foi de extrema importância para a evolução da humanidade. De acordo com Lobato Corrêa:

A língua, como meio essencial da comunicação humana é obviamente um componente crucial de qualquer cultura. A influencia exata da língua sobre a cultura tem sido estimada, mas nunca estabelecida claramente. Seja como for, a língua, por sua vez é fortemente afetada por outros aspectos culturais. Quaisquer que possam ser estas inter-relações, a linguagem de uma comunidade é uma de suas características distintivas. Uma cultura pode, certamente, abranger ou sobrepor diversos grupos lingüísticos diferentes, desde que seja mantido algum tipo de equivalência entre os sistemas simbólicos coexistentes; da mesma forma, em grupo lingüístico pode ser dividido entre diversas culturas diferentes (CORRÊA, 2007, p. 29).

Percebemos que mesmo a forma de comunicar-se sendo primária, havia sim uma comunicação, com essa forma simples houve uma troca de cultura, uma tribo assimilou a cultura da outra, onde os integrantes conheceram hábitos os quais jamais tinham visto,



começaram a aprender novas maneiras de se comunicar, passaram a deixar de ser nômades para serem sedentários, ou seja, ocuparem territórios fixos submetendo estes territórios à suas necessidades, por mais escassas e primitivas que fossem suas ferramentas. Para Corrêa (2005) explica, a interação é necessidade crucial da natureza humana, na geografia isso não é diferente, o filme mostra claramente a mudança dos hábitos e costumes, o que leva os indivíduos a terem outro olhar diante do novo. Podemos observar na imagem a seguir o encontro entre as tribos.

A busca pelo fogo em si, ganha traços aparentes de misticismo e mitologia, sendo o elemento um “ser” digno de veneração e temor. Essa busca com todos os seus percalços, ganha contornos de uma jornada fantástica, com elementos místicos e encontros com outros povos que já dominavam o referido elemento, sendo assim, a cultura no contexto geográfico, se propaga e atribui-se esta propagação à capacidade que o ser humano tem de se comunicar por meio de ruídos, gestos ou de qualquer inter-relação. Diante do exposto Corrêa explica:

É impossível separar as palavras de uma língua dos outros mecanismos de comunicação sempre associados a elas. Exclamações, gestos, expressões faciais etc. também são linguagens; de outro modo, pinturas, emblemas e tudo que é regularmente reconhecido como “significado algo” também são linguagens. Finalmente, objetos e comportamentos de todos os tipos entram no processo de comunicação. A cultura atribui significado a tudo, desde os sons vocais deliberadamente articulados até seres, objetos e lugares (CORRÊA, 2007, p. 29).

Como é notória, a linguagem não é apenas falada, mas sim em todos os seus aspectos, de acordo com a geografia cultural, se atribui a tudo, desde os sons vocais, a gestos, objetos e lugares; no aspecto religioso se destaca a veneração pelo fogo, percebida na tribo do personagem protagonista; no aspecto artístico se destaca as vestimentas rudimentares e a pintura do corpo, tomando também, a critério particular do analista, os instrumentos e armas de cada tribo; no aspecto político, percebe-se em todos os grupos (exceto no de Homo Erectus) a existência de um ancião que delibera sobre algumas questões; e, por fim, no aspecto econômico, temos a caça como satisfação das demandas grupais em alimentação e



vestes, porém, no grupo de Homo Sapiens, sugere-se a colheita e cultivo de plantas alimentícias, aliado ao aspecto previamente mencionado.

Imagem 2: Cena do filme A Guerra do Fogo (1981) Fonte:

<https://filmescultuados.files.wordpress.com>



A análise dos aspectos, focado no homem primitivo e sua cultura, bem como, as culturas diversas conhecidas através das jornadas já mencionadas, visam o entendimento das relações no contexto mais recente, onde o desenvolvimento da humanidade é marcado por conflitos e transformações na maneira de se organizar em sociedade e das experiências em grupos sociais.

### **Considerações Finais**

O propósito desse trabalho foi de apresentar os aspectos socioculturais do filme “A Guerra do Fogo”, tendo o auxílio de autores como Corrêa, Santos e Laplantine, tentando mostrar também um pouco dos processos culturais na produção. O objeto de análise foi, para apesquisa, de extrema importância, pois assim pudemos analisar um pouco sobre a multiculturalidade existente em diferentes povos. A globalização por sua vez, aproxima em uma escala cada vez mais ampla grupos com culturas diferentes, assim, a diversidade cultural se torna um alvo fácil de debates calorosos.



Conclui-se, portanto, com esse trabalho, que desde os primórdios da humanidade ocorrem os processos culturais, e, é a partir do encontro com o outro que surgem novas culturas. Sabemos que cada realidade cultural tem uma lógica interna a qual devemos procurar conhecer e respeitar.

Apesar das realidades distintas apresentada no filme, todas são culturas e cada uma delas nos mostra uma diversidade enorme, seja no modo de comunicarem ou na maneira estratégica de organizarem sua sociedade. Logo, a existência e o encontro dessas culturas nos mostram a capacidade e possibilidades de relacionarmos com o diferente.

Não podemos esquecer que cada cultura é, sem sombra, de dúvidas o resultado de uma história particular, pois a história do ser humano é marcada pela existência de múltiplas culturas, daí a importância de analisarmos essa diversidade cultural, observando e refletindo sobre a cultural não só no individual, mas também no coletivo.

## Referencias

CORRÊA, Lobato, ROSENDAHL, Zeny. (Org.) **Introdução a Geografia Cultural**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_. **Geografia: temas sobre cultura e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. 15 ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

SANTOS, José. **O que é cultura**. 16 ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.



## DESAFIOS DA VIVÊNCIA INCLUSIVA: CONDICIONAMENTOS PARA QUE UM DISCENTE CEGO DESCUBRA A LEITURA SEM O BRAILE

*Fabiana da Silva Araújo Machado*<sup>24</sup>  
*Maria Regineide de Lima Macedo Freitas*<sup>25</sup>

### Resumo:

Tendo em vista os avanços e as discussões no campo da inclusão, é salutar ressaltar o fazer pedagógico que ainda se mostra incipiente no desenvolvimento de práticas inclusivas, no entanto, professores tem modificado sua prática. Assim, o estudo apresentado objetiva: analisar as práticas e assistências possibilitadas pelo sistema, para que docentes possam incluir em salas da educação infantil, fundamental I e dar continuidade nos anos posteriores. Trabalhou-se com uma pesquisa bibliográfica, baseada em Carvalho (2000), Silva (2014), Martins (1999), Mantoan (2006), dentre outros que muito contribuíram para que se desse o inscrito desse e o entendimento, de como se deu da melhor forma o conhecimento da palavra inclusão. Obteve-se como resultado das análises dos textos que os professores experienciam dificuldades, falta de apoio e de recursos didáticos, mas, também as tentativas de aproximação de um modelo mais inclusivo, práticas pedagógicas desenvolvidas que deram certo e suas possíveis reelaborações.

**Palavras-chave:** Continuidade; Inclusão; Prática; Sistema;

### Introdução

Notadamente nos últimos anos, se vive um tempo inédito no que se refere a avanços legais em relação a inclusão, mais especificamente às políticas, estas tem sido aprofundada por meio de legislações, também as pesquisas na área vêm dando sua contribuição, na medida em que analisam o cenário e oferecem subsídios para que se aprofunde políticas e práticas em educação inclusiva. No entanto, diversos estudos também indicam a distância significativa entre as políticas de educação inclusiva, os projetos propostos e as práticas em

---

<sup>24</sup>Mestranda em Ciências da Educação, pela Universidade Del Sol. Endereço de email: [fabianaaraujo100@gmail.com](mailto:fabianaaraujo100@gmail.com).

<sup>25</sup>Mestranda em Ciências da Educação, pela Universidade Del Sol. Endereço de email: [regineidemacedoproflp@hotmail.com](mailto:regineidemacedoproflp@hotmail.com).



salas de aula e principalmente numa política contínua de anos e séries posteriores, isso, entre a legislação vigente e a realidade educacional.

Nesse sentido a inclusão escolar depende tanto de políticas inclusivas quanto de práticas pedagógicas dos que se encorajam a ousar. Quem é, na escola, um dos grandes responsáveis por esse papel? Sem dúvida a figura do professor é imprescindível, pois o mesmo interage diretamente com os alunos, organizando e conduzindo as práticas pedagógicas em sala de aula, sendo o grande mediador do processo de aprendizagem.

Dessa forma o artigo de tema: Desafios da vivência inclusiva, demarca uma postura de relatos de experiências, de enfrentamento, de dificuldades e de desafios, abordando de forma clara e relevante, aspectos que qualificam o cotidiano inclusivo, contribuindo para um fazer que vise o aluno e não se agrave nas dificuldades, possibilitando assim, a descoberta da leitura sem o recurso necessário: tornando também evidente a luta e clareza da aplicação de políticas públicas que assista continuamente os alunos de anos posteriores ao ensino do fundamental I. Haja vista o entrave apresentado por docentes de área específica de ensino.

O artigo também estabelece com o professor possibilidades pedagógicas, que estejam permeadas por princípios inclusivos que ensejem a reflexão sobre o fazer pedagógico diário, numa “busca” por formação sobre como se pode otimizar as ações de forma a atender o aluno com tantas necessidades.

Nessa perspectiva, esta publicação nem atender a demandas de professores que desejam saber o que devem fazer com os alunos com deficiência, uma vez que, oferece relato de experiência que deu certo, na perspectiva de cada um desses profissionais pense e repense o seu fazer pedagógico cotidiano. Assim se torna possível construir escolas inclusivas com possibilidades de alcance de um trabalho educativo na e para adversidade que é inquestionável e tem sido amplamente difundida por autores diversos como: Carvalho (2000), Silva (2014), Martins (1999), Aincow (1997), Mantoan (2006), dentre outros que muito contribuíram para que se desse o inscrito desse e o entendimento, de como se deu da melhor forma o conhecimento da palavra inclusão.

Assim o artigo está dividido em três seções, onde o primeiro, discute as possibilidades de mediação com o mínimo de recursos que, trata da grande dificuldade que o docente enfrenta ao se deparar com situações em que tem que fazer inclusão sem aprimorar o



conhecimento da causa e sem recurso para desenvolver atividade com o aluno com deficiência além da falta de acessibilidades.

A segundaseção reflete sobre os condicionamentos para que um aluno cego descubra a leitura sem o braile, traz estratégias metodológicas inclusivas criadas intuitivamente, a partir das necessidades cotidianas, sendo plausível por cada pessoa que assiste as conquistas do discente e a interação da turma, escola e comunidade escolar junto a adjacência.

O terceiro texto refere-se a necessidade de políticas públicas voltada para esse público do fundamental II e anos posteriores que aponta um desajuste de assistência para que se possa atender o aluno com necessidades especiais e instigue um ambiente de sala de aula em que “todos possam aprender através da colaboração e do respeito as suas diferenças e necessidades, o objetivo de tudo isso é que se possa fazer um acompanhamento contínuo dos avanços com a inclusão analisando e refletindo sobre práticas pedagógicas que os levem a avançar nas suas conquistas, possibilitando aos alunos com necessidades especiais seu aprendizado, evolução e sucesso com os seus direitos garantidos.

### **Desafios da vivência inclusiva**

Mesmo com inúmeros avanços conseguidos na concepção da educação dimensionado centralmente dos países com vistas ao desenvolvimento sustentado nos aspectos econômicos e social, ainda convivemos com grandes desafios para assegurar escolas de boa qualidade para todos e por toda vida, o que é visível na constatação dos elevados índices de fracasso escolar.

Para enfrentar tantos desafios muito se tem discutido nas últimas décadas no âmbito da educação especial, as várias mudanças de tendências tem provocado uma série de reflexões e de substituições dos termos empregados. A exemplo da terminologia que sempre foi objeto de controvérsias, embora a busca de novas denominações objetivem identificar os sujeitos aos quais se referem, sem estigmatizá-los. Portanto, são usadas expressões como sinônimos pelos que trabalham na educação especial para substituir várias outras atribuídas ao seu alunado, como por exemplo: necessidades especiais e necessidades educacionais especiais.



Nesse sentido é perceptível que: no imaginário coletivo, a deficiência e a incapacidade dela resultante estão associadas com patologia, numa visão reducionista e preconceituosa em relação ao indivíduo. Se adequar a forma de tratar já é por natureza um desafio, até trabalhar a melhor forma de não reduzir para incluir. Segundo Carvalho (2000), a expressão necessidades especial consta do Art. 58 da LDB, 9394/96 em seu capítulo V, referente ao alunado da educação especial, considerando-se que a nova LDB, depois de uma longa gestação veio à luz no auge de todo um movimento em prol de uma escola inclusiva uma escola de boa qualidade para todos.

Dessa forma é viável o termo inclusão, pois acolhe não só deficiente como também os excluídos, pois essa falta de clareza e precisão da expressão necessidades especiais ou educacionais especiais, quando referidas a escola. São muito vagas, como no âmbito educacional escolar a expressão tem sido amplamente usadas por profissionais da educação especial, estabeleceu-se uma ligação entre as necessidades educacionais especiais e a deficiência (embora, todos os alunos, indiscriminadamente, sintam, manifestem necessidades educacionais, ainda que temporariamente). Como consequência dessa associação, todos os que desviam dos padrões “normais” entram para a categoria de alunos com necessidades educacionais especiais percebidos como portadores de deficiência, ainda que lhes seja aplicada outra “etiqueta”.

É relevante ressaltar que: A imprecisão e abrangência da expressão, associada à forte tendência de medicalização da educação, tem expandido o número de alunos que se encaixam na categoria de necessidades educacionais especiais, passando à condição de deficientes, circunstancialmente produzidos. E o que é mais sério, acabam desalojando dos espaços os deficientes “reais”, aqueles que pelas limitações impostas por suas deficiências (sensoriais, mentais, físicas, motoras ou pelos distúrbios invasivos de seu desenvolvimento), apresentam necessidades específicas que exigem adaptações de toda a ordem. Inclusive nas escolas para lhes garantir a igualdade de direitos a aprendizagem e a participação.

A ênfase desloca-se do aluno com defeito para situar-se na resposta educativa da escola, sem que isso represente negação do problema vivido pelo educando.

São muitos os entraves encontrados por quem pensa em fazer inclusão. Mesmo com essas dificuldades o docente procura se preparar para dar o seu melhor, a realização das



ações pedagógicas inclusivas requer uma percepção do sistema escolar como um todo unificado, em vez de estruturas paralelas, separadas como uma para alunos regulares e outra para alunos com deficiência ou necessidades especiais. Comportamentos inclusivos dentro da escola requer comprometimento e ações inclusivas. Ao entender deficiência como resultante da inter-relação das limitações individuais com as barreiras existentes no cotidiano, passa-se a considerar o contexto e o nosso papel e, também o papel de cada um na constituição das deficiências.

Nessa perspectiva diz Silva (2014, p.18),

Os mitos, por serem construções históricas e culturais, estão presentes em todos os espaços sociais, entre eles a escola, e constituem os sujeitos. Nesse sentido, é fundamental que mitos acerca da deficiência sejam explicitados e reconstruídos de maneira clara e objetiva.

Pensando no que tratou a autora é que se faz uma ressalva, pois se quisermos construir uma escola para todos, reflete-se as práticas permeadas por concepções que se tem acerca dos alunos. Para assim redimensionar o fazer da melhor forma.

### **Possibilidades de mediação inclusiva, com o mínimo de recursos**

A escola precisa assumir um traço imprescindível a qualquer instituição a flexibilidade, a mudança, incorporando o paradigma da diversidade humana, o respeito as diferentes formas de aprender, compreendendo o que essas mudanças tem causado na classe docente e em suas tarefas educativas, para que se trace uma possível linha de intervenção formativa continuada, entre outros fatores, a tomada de decisão para manter uma postura adequada onde a qualidade do ensino deve prevalecer sobre a quantidade, a cooperação sobre a competição e a parceria sobre a dominação, além do comprometimento de todos os envolvidos no processo de formação inclusiva.

Para o professor, é muito importante o contato com as possibilidades de acesso a recursos que possam utilizá-los em sala de aula. Essas possibilidades são minimamente a concretização de significativas interações para todos, tornando assim possível a construção de uma escola em que as relações e práticas pedagógicas sejam menos discriminatórias e excludentes, em que as diferenças sejam entendidas como inerentes ao ser humano e como



potencialidades para a aprendizagem de todos os envolvidos, assim nos diz Freire (1980, p. 78-79)

O educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educador que, ao ser educado, também educa [...] já agora ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo.

É relevante entender que deve existir a reflexão e a ação do homem sobre o mundo, e as atitudes com a mediação para que se possa incluir, com o olhar de capacidade não é diferente. Nessa perspectiva é que a cobrança por políticas públicas que vise o fazer do profissional da educação se faz necessário, pois mesmo com os avanços tecnológicos, ainda existe a falta de formação.

Apesar da vontade de fazer a inclusão dos profissionais, existe a falta dos recursos necessários para que se deem as práticas inclusivas mais eficazmente. Mesmo com tantas dificuldades o docente procura formas acessíveis para colocar o seu trabalho em prática, em razão disso Mazzota (1996, p. 15) afirma “Ignorando sua longa construção sociocultural, muitos tem sido os que entendem a situação atual como resultado de suas próprias ações e de contemporâneos seus.”

Dessa forma as ações que ocorreram dentro da evolução da educação especial/inclusão, ao longo da história, não foram resultadas, apenas, da ação de algumas pessoas. Hoje para incluir é preciso se unir.

### **Condicionamentos para que um discente cego descubra a leitura sem braile**

Atualmente se percebe que a deficiência visual não provoca alterações na potencialidade do aluno, para estabelecer relações com pessoas, objetos e fatos. Sendo assim, não representa limitações no que diz respeito a satisfazer as necessidades básicas do mesmo, como também aos estímulos que o rodeiam.

Nesse sentido é visto que: a deficiência visual para fins educacionais, como a perda total ou parcial congênita ou adquirida da visão, variando de acordo com o nível ou acuidade visual. De acordo com (ROCHA, 1987, p. 89) “O grau de aptidão do olho para discriminar os detalhes classifica-se em cegueira ou baixa visão.”



No entanto para a inclusão é questionável as políticas e práticas educacionais por muito tempo desenvolvidas e propõe que todos os alunos sejam incluídos na classe regular, onde tenham as suas necessidades educacionais reconhecidas e atendidas. Portanto o mais viável é que se exista o olhar e assistência de aprimoramento e de conhecimento mesmo da causa com estratégias desenvolvidas, que sejam bem elaboradas, executadas e que atendam as necessidades e beneficiem a todos os alunos, não apenas aos que apresentam as necessidades educacionais especiais. Para tanto, melhores condições precisam ser proporcionadas a esses profissionais, principalmente na preparação para atender casos como: cegueira, pois ao receber alunos com baixa visão ou cego se faz necessário que se tenha o mínimo de conhecimento, ou então o deixará sem produção alguma, junto aos demais alunos em sala.

Nesse sentido apresenta-se uma vivência de inclusão, onde certa professora ao receber um aluno cego total, sem vivência escolar alguma, pois as escolas não o recebiam, por não ter preparo, e já com nove anos de idade, ficou transtornado sem saber como lidar com tal situação, ela já atendia um aluno com síndrome de down<sup>26</sup>, uma aluna com surdez<sup>27</sup> e ainda com uma sala multisseriada, ministrando aula para discente de quarto e quintos anos.

A maior dificuldade no processo da inclusão está relacionada ao despreparo do corpo de professores, ao preconceito e a ignorância da sociedade como um todo e, especialmente, dos pais, tanto dos alunos sem deficiência como daqueles com deficiência.

Atualmente se tem professores convencidos do valor da inclusão, mas no começo não foi fácil e a referida professora percebendo que precisava fazer algo pelo aluno com a cegueira agiu de forma intuitiva e iniciou um processo acolhedor de apresentação e estimulação com ele tanto da sua oralidade como Tateando letras em (E.V.A<sup>28</sup>). Esse era o material mais acessível que a unidade escolar oferecia, foi então, que se iniciou apresentação de letras do nome do aluno, logo após a apropriação dessas letras, foi Tateado e apresentado letras do alfabeto comum (convencional), criado e apresentado palavras, frases, números, produção de diversos jogos em destaque o jogo da velha tudo em E.V.A.

---

<sup>26</sup>É uma alteração genética causada por uma divisão celular atípica.

<sup>27</sup>É o nome dado a impossibilidade ou dificuldade de ouvir.

<sup>28</sup>E.V.A - É um polímero emborrachado, flexível, com propriedades adesivas e componentes à prova d'água.



Nesse sentido foi se alcançando o objetivo almejado, todo esse processo se deu num trabalho de cinco anos, onde a docente buscou aprimorar-se fazendo cursos onde lhe desce fundamentos para esse alicerce, a busca por respostas a essas possibilidades se deu ao perceber a leitura do aluno tateando o material exposto, haja vista que o docente demonstra alta confiança em si próprio, muito fácil de fazer amizade, a aceitação dos colegas era muito forte a ponto de auxiliar nas suas conquistas. Daí uma experiência que deu certo.

De acordo com SÁ (2007, p. 55):

Está cientificamente comprovado que crianças cegas e videntes apresentam o mesmo padrão de desenvolvimento, embora o ritmo possa ser mais lento para os que não enxergam, porém, não nos devemos ater a afirmativas em relação ao “ritmo mais lento” e deixar de oportunizar várias e desafiadoras atividades que estimulem o desenvolvimento cognitivo dos alunos cegos.

É de suma relevância que o professor compreenda que a pessoa cega não vive num mundo escuro e sombrio. Ela percebe coisas e ambientes e adquire informações por meio de tato, da audição, do paladar, do olfato, dos sentidos cinestésicos e vestibulares. O salutar e plausível o cego aprender através do braile é o convencional, mas até chegar a essa estratégia de ensino o aluno cego ficaria sem atendimento, pois os dois aluno e professor precisaria ter esse conhecimento, coisa que a professora e o aluno da vivência citada não tinham, seria o correto a orientação o estímulo a aprendizagem do braile pelas crianças cegas, pois estaria assegurando-lhes uma forma de ler e escrever.

Foram utilizados também materiais com texturas diferentes, formas, interações em jogos, e outros. Sabe-se também que essa aprendizagem específica para cegos pode ocorrer também na sala de recurso multifuncional, nos centros de apoio a pessoa com deficiência visual (CAP) ou em outra instituição especializada.

Para Martins (1999), as ações inclusivas marcam os alunos com necessidades especiais e seus colegas em seu desenvolvimento longitudinal, em sua adaptação escolar e social, fazendo com que se desenvolva, desde a mais tenra idade, o respeito pelas características individuais dos seus colegas e a consciência da importância da amizade. Nessa perspectiva afirma-se que: ser limitado não é ser incapaz pois um ensino concreto, ativo, voltado para o desenvolvimento da criatividade e do imaginário e sobretudo uma sensibilidade profunda relativa as vivências contextuais da pessoa com necessidades especiais.



Para tanto, apesar da maioria das escolas e particularmente, seu corpo docente, não se julgar suficientemente preparada para essa nova política educativa, é fundamental que a escola inclusiva recorra, cada vez mais, visando portanto, os alunos como uma das formas mais eficientes de recursos que podem ser utilizados pelo professor para se fazer a inclusão, fontes de inspiração, apoio, desafio, experiência e aprendizagem.

### **Necessidades de políticas públicas para a existência continuada da inclusão**

O elemento básico da inclusão é a interação, ou seja, a ação mútua existente entre pessoas de um grupo. Para que essa interação aconteça, necessário se faz o estabelecimento de vínculos, de uma interdependência entre os membros do grupo onde a pessoa com necessidades educacionais especiais está inserida. Dessa forma diz Ainscow (1997, p. 41).

É importante o desenvolvimento na escola de uma pedagogia relacional, que valorize a pessoa reconheça o outro como um ser igual em alguns aspectos e diferente em outros, como alguém digno de atenção e respeito. Os laços de amizade que são construídos no convívio escolar dão a criança uma maior segurança afetivo - emocional, que são base da sua autoestima, e representam uma mediação incitativa ao acesso do conhecimento. Ao mesmo tempo, impregnação de estimulações socioculturais favoráveis constitui o alicerce do desenvolvimento integrativo escolar.

Nesse sentido, não basta, portanto, envolver apenas professores que receberão os alunos com necessidades especiais, embora sejam eles as figuras mais centrais desse processo. É preciso que a escola como um todo, junto ao sistema que precisa ter um olhar de inclusão continuada fazendo, elaborando, criando políticas públicas que atendam essa demanda e ainda participe todos juntos, conscientemente e ativamente desse processo.

Conforme destaca O'Brien (1999, p. 60) "Cada membro da escola, incluindo os diretores, zeladores e os funcionários da cantina, deve aceitar a responsabilidade pessoal de também ser um aprendiz ativo e cooperativo". Indo, portanto, mais além, requerendo e atingindo, também a comunidade mais ampla mudanças na forma de perceber e atuar com as pessoas que apresentam necessidades especiais. Assim se tem um dos pilares da educação, na atualidade, de acordo com (DELORS, 2003) o relatório da UNESCO da comissão internacional sobre educação para o século XXI, é aprender a viver juntos, a fim de participar e de cooperar com os outros em todas as atividades humanas. Para juntos é imprescindível a



existência de objetos e projetos comuns, com vistas a derrubar preconceitos, hostilidades, suscitar a cooperação e, até a amizade.

Nesse contexto se faz necessário urgentemente, pensar em como assistir alunos que se inserem hoje, em turmas de fundamental II, ensino médio e séries posteriores, pois ainda falta e muito políticas públicas que deem assistência a alunos que precisam ser incluídos nesse meio educacional, não se pensou ainda que os alunos da inclusão tem uma continuidade de conquistas educacionais e que podem ir muito além, a própria oferta de recursos e auxílios tende a limitar o aluno com necessidades educacionais especiais. Segundo Mantoan (2006, p. 40) “Já situavam que uma das grandes questões que se apresentam nesse início de milênios é: como vivermos uns com os outros?”

Esse pensamento ressalta que o processo de inclusão escolar envolve justamente, aprender a viver com o outro a estar com o outro e cuidar uns dos outros, isso implica na valorização da diversidade, pois na comunidade humana não há como se exigir padronizações, igualdades.

Nesse sentido nos diz Forest, Pearpoint (1997, p. 137):

Inclusão significa convidar aqueles que (de alguma forma) tem esperado para ajudar a desenhar novos sistemas que encorajem todas as pessoas a participar da completude de suas capacidades – como companheiros e membros.

Para que se dê a inclusão não é suficiente – como muitos ainda pensam que os alunos com necessidades educacionais especiais sejam inseridos fisicamente num ambiente comum a todos isso é importante, sendo que é apenas e tão somente o primeiro passo. A esse respeito Vayer (1989, p. 61) afirma “Não basta dar um lugar a criança, no fundo da classe ou numa estrutura de atendimento, para que ela participe ativamente na vida do grupo social em que se encontra”.

Necessário se faz que ele seja parte integrante desse ambiente, relacionando-se com os colegas, recebendo e exercendo influências, tendo uma identificação, com o grupo sendo valorizada, cobrada na contribuição de forma compatível com as suas condições e, ao mesmo tempo, apoiada no que for necessário.

Nesse processo dinâmico, envolvente, participativo, com amplitude dimensionamento valorosa, educativa e profundamente social, através desse os alunos aprendem a viver juntos



suas diferenças, enriquecendo-se reciprocamente e desenvolvendo atitudes de confiança, intercomunicação, respeito e aceitação do outro. No tocante a formação de professores para atender educandos com deficiência, a LDB 9.394/96 situa apenas no inciso III do art. 59 que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais.

Embora a lei de diretrizes e bases da educação nacional – LDB tenha ampliado a questão educacional em vários aspectos – política, educação, formação de professores, educação especial, entre outros – parece não ter correspondido às expectativas. Uma vez que em concordância com Saviani (2009, p. 148), ao introduzir os institutos superiores de educação e as escolas normais superiores como alternativa aos cursos de pedagogia e licenciatura, sinalizou para uma política educacional com tendência a nivelar a formação por baixo. Nesse contexto, “os institutos superiores de educação emergem como instituições de nível superior de segunda categoria, provendo uma formação mais aligeirada, mais barata, por meio de cursos de curta duração.”

Porém, várias escolas vêm empreendendo um trabalho sério, voltado para a ampliação e a melhora da educação de pessoas com necessidades especiais em ambientes regulares de ensino. Muito, porém, ainda se faz necessário para que a inclusão escolar se torne uma realidade nas escolas brasileiras, em geral.

Há necessidades de um investimento mais efetivo na formação inicial e continuada dos profissionais de educação, em várias áreas, visando a derrubada de barreiras ainda existentes em relação ao atendimento desses educandos, seja ela, de cunho atitudinal ou pedagógica. Surge, mudanças nas políticas, nos processos de gestão, estruturação de escolas, metodologias de ensino, forma de avaliação, bem como, incentivos a colaboração entre os alunos, ações compartilhadas e envolvimento dos vários segmentos da comunidade escolar.

### **Considerações Finais**

Ao exercer a escrita desse artigo, veio-nos a satisfação em poder dar uma contribuição para o redimensionamento de atitude e práticas voltadas, mais especificamente, a alunos com deficiência visual como também a tantos outros que necessitam, acreditando, portanto, que o enriquecimento proporcionado pelas múltiplas experiências e saberes adquiridos no



percurso de nossa profissão de professor com uma dimensão mais fecunda à nossa vivência da cidadania.

O conhecimento com multiplicidade torna-nos abertos à diferença e a um saber pluralmente fortalecedor da nossa visão de mundo, nos dando um leque de possibilidades de formas inovadoras do pensar, de superar preconceitos, combater atitudes discriminatórias e nos encorajando para seguirmos no caminho humano e inovador da educação.

Nesse contexto, não significa dizer que se sabe mais sobre o melhor caminho para educar nossos meninos e meninas na condição de deficiência para que se tornem reflexivos, críticos, autônomos, independentes. No entanto, a partir do avanço da ciência, das teorias da aprendizagem, estudos e pesquisas envolvendo as capacidades cognitivas do humano, dizendo que é possível propor novos e melhores meios e formas de ensinar, levando em consideração as diferentes maneiras de ser e de aprender de nossos educandos.

Portanto, pode-se dizer que usar e abusar da criatividade, do diálogo, do questionamento, da aproximação dos saberes, dos instrumentos, meios e recursos para motivar a aprendizagem conjunta deles e também dos demais alunos.

Nas últimas décadas tem sido reconhecido que esse modelo de atendimento ao aluno com necessidades educacionais especiais anteriormente existente, não conduzia ao atendimento das necessidades reais do educando com deficiência, de forma geral, porém, apesar de críticas existentes em relação as modalidades de atendimento especializado, pode-se afirmar segundo os pensadores citados nesse trabalho que a qualidade da educação que oferecem pode ser benéfica para algumas crianças, dado ao seu nível de recursos, tamanho, planejamento, currículo, compromisso de todos os que formam o seu meio.

Aos poucos vem sendo reconhecido o fato de que não se pode continuar a defender que tem de ser a criança a se adaptar às exigências escolares, mas sim o contrário, a escola é que deve se adaptar as condições das crianças. O sistema não pode continuar a excluir a totalidade das crianças com deficiência, estigmatizando, a rotulando como com alguém que tenha uma doença incurável ou marcando-a com o sinal de inferioridade permanente.

É evidente que é mais complicado do que parece. Os professores também precisam trabalhar em escolas que são comprometidas com a auto avaliação como parte do processo normal de desenvolvimento escolar: escolas que estão preparadas para revisar suas práticas e



para experimentar modos diferentes de trabalhar. Elas precisam de diretores conselheiros e autoridades locais que estejam abertos a mudanças e que os apoiem para avançar. Dúvidas e reservas são compreensíveis para alcançar a prática inclusiva com certeza, não acontece sem o enfrentamento de dificuldades. Em todo caso o sistema de ensino, é qualquer coisa, menos inclusivo, e as normas públicas estão em conflito com o sistema competitivo e dividido que pare não querer sair de cena, durante tempos.

Um dos grandes obstáculos para a inclusão subpõe às crenças e às atitudes, e não a ausência de prontidão das escolas e dos professores, olhar-se-ão, mais de perto as atitudes e crenças dos professores além disso, considera-se a contribuição que a capacitação e o desenvolvimento profissional podem oferecer a preparação de todos os profissionais da educação para ensinar coletivamente, pois a escola é um corpo.

Nessa perspectiva é que se apresenta e pesquisa essa temática: desafios da vivência inclusiva, visando expor experiências de professores que deram certo, mesmo sendo essas com recursos não convencionais, e mais com recursos de punho assistivo. Evidenciando-se características onde, precisava-se, criar, analisar e ministrar de forma a experimentar para sanar aquela ou outra dificuldade, desafios que foram superados.

Dessa forma é explicável a questão do mito que estão repletos de termos e crenças que explicam a nossa visão de mundo, organizando, relações sociais, legitimando e determinando um sistema complexo de permissão e proibições, contribuindo com seleções de alunos aptos e não aptos ao convívio social e a produção.

Contundo a inclusão é possível e necessária. É uma lição, tanto para o aluno quanto para o professor. É portanto importante ressaltar que se invista na formação de professores, no treinamento e na especialização, porém, força de vontade e dedicação do professor são os principais ingredientes. Graças a experiência que muitos dos professores partilham com os demais colegas.

Portanto o educador que efetivamente constrói uma identidade docente inclusiva, isto é, que constrói sua formação docente em função da inclusão de seus alunos precisa estar consciente de que o aluno que assume seu processo inclusivo, é um discente que se liberta, inclusive da sua própria mediação. Esse é o sentido da relação educativa, que deve permitir



que o aluno trabalhe, lute, seja ousado e vença com seus próprios limites na construção do seu próprio processo de inclusão.

Contudo, a ênfase maior nesse trabalho é colaborar, na esperança junto aqueles que buscam entender da melhor forma, como não deixar um aluno com necessidades educacionais especiais a mercê da própria sorte, pois se entende que: ser limitado não é ser incapaz.

Almeja-se que muitos dos docentes e discentes cobrem o direito de políticas públicas que percebam a importância de inclusão de forma abrangente e contínua, espera-se que ao ler o referido trabalho o leitor encontre respostas para os seus anseios e se encoraje a fazer diferente, que com a sua prática inclusiva não apenas possa aprender ao ensinar, como também superar suas próprias barreiras.

## Referências

- AINSCOW, M. **Necessidades Especiais em sala de aula**: Um guia para a formação de professores. UNESCO 1997.
- CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo barreiras para a aprendizagem**: Educação inclusiva, Porto Alegre: 2000.
- DELORS, J. Educação: **Um tesouro a descobrir**, Brasília, UNESCO, 2003.
- FOREST, M. PEARPOINT, J: **Contribuições para uma reflexão sobre o tema, inclusão escolar**. São Paulo: 1997.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Paz e terra Rio de Janeiro: 1980.
- MANTOAN, M.T.E. **Inclusão**: Um panorama maior. A integração de pessoas com deficiência: São Paulo: 2006.
- MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos: **A diferença/deficiência sob uma ótica histórica**. Natal; 1999.
- MAZZOTTA, Marcos José Silveira: **Educação Especial no Brasil**: história e políticas públicas. São PAULO: 1996.
- OBRIEN, J; **A inclusão como força para renovação da Escola**. Um guia para educadores: Porto Alegre, 1999.
- ROCHA, h. Ribeiro Gonçalves. **Ensaio sobre a problemática da cegueira**. Belo Horizonte: 1987.



SÁ, Elisabet Dias; **Atendimento Educacional Especializado**: deficiência visual. São Paulo: 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Formação de professores**: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. Revista Brasileira de Educação: 2009.

SILVA: Luzia Guacira dos Santos: **Educação inclusiva**: Práticas pedagógicas para uma escola sem exclusão. São Paulo 2014.

VAYER, P. Roncin, C. **A integração da criança na classe**. São Paulo: 1989.



## AVALIAÇÃO SIGNIFICATIVA: UMA REFLEXÃO PRECISA NA PRÁTICA DO PROFESSOR NO ENSINO FUNDAMENTAL DOS ANOS FINAIS

*Natalice Feliciano dos Santos Nascimento*<sup>29</sup>  
*Suely Nascimento de Melo*<sup>30</sup>  
*João Maria Simplicio Ferreira*<sup>31</sup>

### RESUMO

A finalidade deste trabalho é apresentar algumas reflexões norteadoras sobre a avaliação significativa nos anos finais do ensino fundamental; priorizando recortes textuais das principais concepções de ensino e dos tipos de avaliações que perpassam a ação pedagógica do professor e o ambiente escolar, considerando também os instrumentos avaliativos que são importantes para a avaliação em um contexto significativo. Para apresentar esses recortes textuais, destacamos autores como: LUCKESI, HOFFMANN, LUCK, VILLELA e ARCHANGELO, que discorrem sobre a avaliação no intuito da aprendizagem. Um destaque importante está apontado na discussão de uma avaliação que preza a pedagogia construtivista, considerando que uma avaliação efetiva requer ação-reflexão-ação, ampliando os conceitos de avaliação diagnóstica, contínua e formativa, com o intuito de assessorar a aprendizagem dos estudantes.

**Palavras-chave:** Concepção de ensino. Avaliação significativa. Prática pedagógica

### Introdução

Esse trabalho tem como prioridade apresentar reflexões norteadoras sobre a avaliação escolar no ensino fundamental dos anos finais, prezando por uma avaliação significativa, seu conceito, suas características e como essa avaliação pode ser possível na escola. Avaliar

---

<sup>29</sup>Pedagoga. Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Especialização em Didática da Língua Portuguesa e Literatura pela Universidade Potiguar - UNP. Mestranda Em Ciências da Educação - ESL Centro de Ensino. E-mail: [natalicedossantos.nascimento@hotmail.com](mailto:natalicedossantos.nascimento@hotmail.com).

<sup>30</sup>Pedagoga. Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Especialização em Língua Portuguesa Aspectos Teóricos e Práticos Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestranda Em Ciências da Educação - ESL Centro de Ensino. E-mail: [suely.melo.sn@gmail.com](mailto:suely.melo.sn@gmail.com).

<sup>31</sup>Bacharel e Mestre em música pela UFRN; Mestre em Ciências da Educação (UEP); Bacharel em Direito pelo Centro Universitário UNINASSAU, Pós-graduado em Direito Eleitoral e Previdenciário. Doutorando em Educação Profissional (IFRN - Campus Central). E-mail: [jsimplicioadv@gmail.com](mailto:jsimplicioadv@gmail.com).



sempre foi uma ação difícil para o professor, exige na ação pedagógica, compromisso, reflexão e ação. Atualmente, a escola tem vivenciado mudanças notáveis sobre a forma de avaliar seus estudantes. Mudanças fundamentais no âmbito da prática educativa, bem como, na forma de avaliar, conseqüentemente, em fazer escolhas adequadas no processo avaliativo. Sendo necessário, refletir sobre o papel da avaliação e quais contribuições que a mesma oferece aos estudantes.

Para que essa reflexão, seja, norteadora e tenha significado, necessitamos fazer alguns recortes sobre as concepções de avaliação que perpassam no meio escolar e quais as mudanças que ocorreram nos últimos anos. Visando identificar as concepções que contribuem para uma avaliação significativa, que colaborem com significado na vida estudantil dos alunos.

Não se deixar de mencionar que, para dar significado ao processo avaliativo, deve-se refletir, também, sobre os instrumentos avaliativos que são de fundamental importância ao avaliar os estudantes. Esses instrumentos devem estar alinhados com a concepção de ensino adotado pela escola, também, pelo tipo de avaliação que a mesma utiliza e a prática pedagógica do professor.

Vale enfatizar que, uma avaliação deve estar pautada numa aprendizagem significativa e a escola deve ter a mesma característica. É preciso acreditar num ensino onde o aluno tenha interesse de estudar, bem como, estar num espaço de aprendizagem, que seja, acolhedor e motivador para que os mesmos desenvolvam suas habilidades e competências, alcançando resultados significativos.

Neste sentido, citamos os autores VILLELA e ARCHANGELO (2014, p. 21) que defende essa escola significativa para os estudantes, com o “intuito de construir uma escola significativa ao aluno, cujo, alicerce é um ambiente acolhedor que favoreça, no aluno, os sentimentos de acolhimento, pertencimento e reconhecimento em relação a escola, aos seus colegas e professores”. É interessante considerar que essa escola necessita de um olhar mediador de valorização de uma convivência social pautada nos valores éticos e afetivos dos envolvidos.

Para fundamentar a discussão sobre uma avaliação significativa foram priorizados autores que defendem uma avaliação construtivista, como, LUCKESI (2001, 2011, 2014, 2021),



HOFFMANN (2001, 2013), AMBRÓSIO (2015), LUCK (2013), HADJI (2001), VILLELA e ARCHANGELO (2014), além do DOCUMENTO CURRICULAR DO RIO GRANDE DO NORTE (2018).

Sobretudo, eles trazem contribuições que fortalecem as ações avaliativas focando em avaliações diagnósticas, mediadora, formativas e contínuas num contexto construtivista levando em consideração a ação, reflexão e ação. Contudo focando numa aprendizagem significativa e consequente, fazendo escolha de meios norteadores que alcancem resultados satisfatórios ao avaliar os alunos.

Neste sentido, é fundamental refletir sobre algumas concepções de ensino e a avaliação que perpetuam nos planos de aula dos professores, como também, nos projetos da escola. Essas concepções são importantes quando o professor define que tipo de avaliação será adotada no seu planejamento, pois, elas são espelhos para constatar a aprendizagem dos estudantes.

### **As marcas das tendências tradicionais e progressistas**

A avaliação no ensino fundamental dos anos finais continua sendo um desafio para os professores avaliarem de forma que contemplem as necessidades desses estudantes. No decorrer da história da educação, avaliar é considerada uma ferramenta fundamental, mas por outro lado, uma ação que exige tomadas de decisões sobre a aprendizagem dos alunos. Essas decisões podem ser positivas e negativas, dependendo de como realizo tais ações e o que devo considerar para esta finalidade.

Vale salientar, que avaliar é um ato corajoso e quem avalia necessita estar seguro do seu objetivo. Pode-se analisar que, quando se fala em avaliação, aqueles que serão avaliados têm certo receio. Imaginemos, quando falamos, hoje tem de prova! Esse discurso para crianças e adolescentes carrega certo medo, passa ser uma atividade difícil. Necessitando provar o que aprendeu.

No entanto, acredita-se que discorrer sobre algumas concepções avaliativas, a fim de refletir como se avalia nos dias atuais, tem sua importância. Apresenta-se nesse espaço, recortes sobre as principais concepções avaliativas que vem sendo discutida na educação nos últimos anos.



No decorrer da história da educação, marcas importantes foram deixadas pelos os estudiosos sobre o ensino, bem como, a avaliação. Desta forma, explicita-se a educação Jesuítica, que representou um “modelo de educação” oprimindo a cultura daqueles que tiveram a oportunidade de estudar. Por outro lado, pode-se visualizar que a partir do ensino jesuítico a história da educação foi notável no Brasil.

Outras tendências foram sendo descobertas, surge o ensino tradicional, a “palmatória”, era uma “estratégia” presente no ensino, uma forma de avaliar caracterizada como uma “judiação”. Assim, pode-se analisar uma metodologia em que o castigo era valorizado pela escola. Os joelhos no milho e o saber centralizado no professor, dar ideia de transmissão de conhecimento. Para Freire (2021, p. 47) “saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas cria possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”.

Essa tendência tradicional deixou marcas profundas nas vidas de muitos estudantes, pois, fica entendido que a escola não era para todos. Quem não aderisse sofrer, desistiria de aprender. Visto que, a forma de avaliar era condizente com o ensino. É importante citar que os estudantes, naquela época vivenciaram a “palmatória”, que era usada pelo professor ao avaliar seus alunos. A avaliação era oral e quem não respondesse as perguntas corretas, a mão deveria ser estendida para a palmatória.

Com o passar dos anos, as mudanças foram acontecendo na educação, os paradigmas tradicionais foram se rompendo, dando lugar para outras tendências educacionais. Novos estudos foram publicados e experimentados na prática pedagógica do professor. Então, reflexões e opiniões contribuíram para escolhas das concepções para serem alinhadas de acordo com a realidade da escola.

Apesar de que, atualmente, os castigos e à palmatória foram abolidos, mas, o ensino tradicional, ainda, continua aparecendo nas escolas, quando avaliamos de forma classificatória, ao aplicar exames com a finalidade de “medir” o conhecimento dos alunos. “ Os educadores aceitam e reforçam o velho e o abusivo uso das notas, sem percebê-lo como um mecanismo privilegiado de competição e seleção nas escolas. ” (HOFFMANN, 2001, p.50)

Para LUCKESI (2011, p.61) o ensino tradicional, chamada de pedagogia tradicional destaca que:



Permanecemos fiéis à crença de que o ser humano chega ao mundo “pronto”. Esse é o pano de fundo de toda a pedagogia tradicional, ainda hegemônica em nossas escolas; vale ressaltar que, com os ditames dessa pedagogia, tomados de sua totalidade, não há possibilidade do uso da avaliação como recurso de construção de resultados bem-sucedidos. (...). Pela pedagogia tradicional, nosso papel de educadores é classificá-los em termos de seu nível de prontidão (prática classificatória de exames).

Tendo em vista, essa visão de avaliar levando em consideração a classificação, notas e exames, estamos ainda, ligados a pedagogia tradicional, cuja, as ações didáticas pedagógicas estão atreladas a esse modelo que não dar conta das problemáticas que ocorrem no cotidiano escolar. O ensino não atende a uma diversidade cultural, social e de nível de aprendizagem. Porém, “a pedagogia tradicional, ainda impera em nossas escolas, reina absoluta em nossas práticas escolares diárias”, reforça LUCKESI (2011, p.67)

HADJI (2001, p. 27) discute sobre a avaliação não é uma medida, pois, “a medida é assim uma operação de descrição quantitativa da realidade. (...) E a ideia de que a avaliação é uma medida dos desempenhos dos alunos está, como já vimos, solidamente enraizada na mente dos professores... e, frequentemente, na dos alunos”. Então, o autor confirma que as marcas de medir ainda perpassam no ambiente escolar.

Por outro lado, ao discorrer sobre a pedagogia progressista, que é defendida por Paulo Freire, nos remete a uma prática educativa, que preza a democracia e ações didáticas que valorizem o conhecimento do estudante, oportunizando-o construir seu conhecimento, numa visão construtivista. O autor LUCKESI (201, p. 144) enfoca:

A avaliação da aprendizagem sustenta-se numa proposta e numa ação pedagógica cujo foco de atenção é a formação do educando – portanto, uma concepção construtivista da aprendizagem e, conseqüentemente, desenvolvimento e da individuação do educando.

Vale salientar que, a avaliação neste contexto abrange metodológicas mediadoras, levando uma reflexão sobre as ações didáticas e os instrumentos avaliativos que estão presentes na prática pedagógica. Hoffmann (2001, p. 67) defende que “Para analisarmos a perspectiva da avaliação como ação mediadora, de fato, é preciso partir da negação da prática atual quanto o seu caráter de terminalidade, de obstrução, de constatação de erros e acertos.”.



Apesar de vivenciarmos contexto de discussões com “novas” de avaliação, porém, a escola continua reproduzindo ações e instrumentos avaliativos tradicionais, esses recursos persistem no meio escolar. Como destaca AMBRÓSIO (2015, p.27):

Embora novos instrumentos avaliativos sejam incorporados no cotidiano escolar, a proposta avaliativa tecnicista continua a ser privilegiada pelos professores em suas práticas pedagógicas, reproduzindo formatos de registro definidos por essa concepção: testes, escalas de atitudes, inventários, questionários, fichas de registro e outras formas de coletar dados sobre o rendimento dos alunos com a relação à consecução dos objetivos curriculares.

Tendo em vista, que a escola não tem conseguido acompanhar as novas tendências pedagógicas no contexto do construtivismo, a autora cita que, os professores adotam em suas práticas uma avaliação voltada para o tecnicismo. No entanto, é importante que a escola reflita e tome posição a reavaliar seu posicionamento.

Para LUCKESI (2011, p.144) “A prática da avaliação, em virtude de subsidiar a obtenção de resultados desejados e bem-sucedidos, depende de uma concepção pedagógica construtiva, seguida de uma execução consistente na obtenção desses resultados”.

Para sintetizar as pedagogias tradicionais, LUCKESI (2021, p.351) aponta que:

A pedagogia Jesuítica seu grande interesse era que o estudante se tornasse um cristão piedoso e sábio. Comênio, repetiu essa lição, desejando, mediante os atos pedagógicos, formar um cristão sábio e temente a Deus. Já Herbart sonhava com uma formação de um cidadão moralmente correto no seio da vida social. A pedagogia Escola Nova interessa criar as condições para que a criança se desenvolvesse ativa, livre e independente, tornando-se um sujeito útil à sociedade na qual vive e viveria.

Esse recorte nos leva a analisar como surgiram as novas tendências ou concepções de ensino, isso porque, para cada descoberta de uma tendência foi preciso inquietação, insatisfação dos modelos, gerando quebra de paradigmas, visando melhorias na educação, se fazendo necessário reflexão e tomadas de decisões.

Assim, as tendências educacionais são retratos norteadores quanto o processo de avaliação, numa instituição de ensino, como também na prática pedagógica do professor e na vida estudantil dos alunos. É pela avaliação que se torna visível a aprendizagem, pois os resultados servem não apenas para a finalidade da nota, mas também para conhecer os



resultados positivos e os negativos sobre o que está sendo avaliado. Mesmo, sabendo que a forma de avaliar vai implicar na tomada de decisões quanto os instrumentos selecionados para tal fim.

### **Reflexão sobre as tipologias avaliativas**

Para ampliar sobre a forma de avaliar, consideramos importante refletir sobre alguns tipos de avaliação que perpassam no processo avaliativo e na ação avaliativa do professor. Então, diante de um cenário que a escola vivencia atualmente, turmas de alunos heterogêneos, apresentando níveis de aprendizagem diversos, atrasos na aprendizagem e implicações sociais e estruturais, se faz necessário uma reflexão sobre como fazer uma avaliação adequada.

Vamos iniciar refletindo sobre uma avaliação construtivista defendida por LUCKESI (2011, p.61), essa avaliação para ele trata de denunciar os exames, a classificação e a nota afim de registrar a aprendizagem. Para ele, essa avaliação considera o erro do aluno como fonte de virtude, quando é refletido para alcançar uma aprendizagem. Ainda, discorre que:

Para trabalhar com avaliação na prática pedagógica escolar (assim em outras), necessitamos de uma pedagogia cujo o fundamento seja a compreensão de que o ser humano é um ser em processo de formação, em movimento, sempre com a possibilidade de atingir um resultado mais satisfatório no caminho da vida.

Neste sentido, visualiza-se que avaliar nesse contexto vai além da nota, o aluno tem a oportunidade de participar ativamente do seu processo de aprendizagem. Essa avaliação de acompanhamento sobre a aprendizagem do aluno, o mesmo autor destaca que “ não há prática de acompanhamento da aprendizagem do educando mediante a avaliação que não esteja comprometida com a determinada concepção pedagógica, a qual estabelece uma direção para o agir pedagógico. (LUCKESI, 2011, p.61)

Nessa visão de avaliação construtivista, Hoffmann (2001) defende que o professor deve ter um olhar mediador. A mediação é considerada a grande marca na prática do professor. Destaca em seus estudos “os instrumentos de avaliação, numa concepção mediadora, têm por finalidade investigar o nível de aprendizagem do aluno em uma determinada área de conhecimento”. (Hoffmann, 2013, p. 62).



LUCKESI (2011, p. 198) discorre também sobre uma avaliação, diagnóstica. Nesse sentido apresenta que:

O ato de avaliar, por ser diagnóstico, é construtivo, mediador, dialético, dialógico, visto que, levando em consideração as complexas relações presentes na realidade avaliada e dela constituintes, tem por objetivo subsidiar a obtenção de resultados os mais satisfatórios possíveis, o que implica que a avaliação, por ser avaliação, está a serviço do movimento de construção de resultados satisfatórios, bem-sucedidos, diferente dos exames que estão a serviço da classificação.

Hadji (2001, p.19) fala de uma avaliação formativa que situa-se no centro da ação de formação e sua função é principal. (...) trata-se de levantar informações úteis à regulação do processo ensino/aprendizagem. É uma avaliação que corrobora para a concretização da atividade de ensino. Essa avaliação se dá de forma individual, cada aluno é avaliado, considerando suas limitações quanto ao desenvolvimento de ensino. No Documento Curricular/RN (2018, p. 53) orienta que nas avaliações internas na escola, não necessita seguir uma padronização. Expõe que:

O professor precisa observar e compreender essas diferenças individuais para poder oferecer as ajudas necessárias ao avanço de todos. É a avaliação processual, formativa e qualitativa que melhor atende a essa finalidade, uma vez que não se fixa em momentos estanques e predefinidos nem na mensuração de notas ou conceitos, mas está voltada ao atendimento das demandas de todos os estudantes.

Neste sentido, ainda, destacamos a avaliação contínua como uma avaliação significativa para o estudante. AMBRÓSIO (2015, p. 15) defende que uma avaliação que vise a aprendizagem deve considerar, “em qualquer nível e modalidade de ensino, deve ser entendida como um processo de formação contínuo, coletivo, sistemático e flexível, de forma a ocorrer ao longo do processo educativo, com a participação efetiva dos educandos. ”

No entanto, analisa-se que a avaliação deve ser adequada a realidade dos estudantes e também da escola. Esta visibilidade contempla também, uma avaliação significativa e inclusiva, pois todos os estudantes são atendidos. Por outro lado, na realidade as ações didáticas não condizem, muitos entraves são postos quando a prática se efetiva.



## Escolhas de instrumentos avaliativos adequados

Ao discorrer sobre os instrumentos avaliativos são fundamentais para subsidiar na ação avaliativa. Como avaliar exige reflexão, ação e decisão, os instrumentos precisam ser escolhidos adequadamente a realidade dos estudantes e o objetivo pedagógico da escola, uma ação importante ao falar dos instrumentos é considerar a avaliação adotada e priorizada no meio escolar.

Atualmente, se faz necessário repensar esses instrumentos, levando-se em consideração uma concepção de aprendizagem significativa, como defende AMBRÓSIO, “significa ir além das provinhas e testes que são incapazes de desafiar os educandos a refletirem sobre as situações por eles vivenciadas, a formular hipóteses, de despertar sentimentos de solidariedade, companheirismo, cooperação (...)” (2015, p.47).

É importante essa reflexão, pois precisamos ir além, existem outros instrumentos que fazem o estudante ser honrado com o seu conhecimento. Podemos exemplificar, apresentação de seminários, portfólios, diário de bordo, compartilhar as respostas de uma atividade, através de redações, roda de diálogos e entre outros. SILVA (2018, 1 e 14) destaca que “Avaliações mais criativas tem por objetivo dar aquela agitada na sala de aula, no sentido de propor trabalhos mais significativos e que proporcionem maiores possibilidades de engajamento e criatividade dos alunos”.

LUCKESI (2011, p.368) aponta alguns modelos de aplicação de instrumentos apresentando no decorrer de um bimestre de ano letivo, “seria interessante executar diariamente (processual) sondagens das aprendizagens efetuadas pelos educandos, com imediata reorientação”. Ainda expõe que:

No final do bimestre letivo, fazer uso de um instrumento de coleta de dados para uma avaliação mais extenso e sistemático, que abranja todos os conteúdos essenciais bimestre e possibilite ao educador, assim como aos educandos, um olhar sobre todas as aprendizagens daquele período de disciplina com o qual está atuando. (...) Através da avaliação diária (processual) seria formativa e a de final de bimestre seria a somativa – um modelo misto que possibilitaria estar atento, de um lado, à construção cotidiana da aprendizagem e, de outro, a dados e experiências que não puderam ser observadas durante o período de ensino, à vista dos limites que temos para exercer a docência (...)



Então, esses exemplos de instrumentos são adequados para serem usados na sala de aulas no ensino fundamental dos anos finais. Muito importante perceber que existem instrumentos dinâmicos e criativos que proporcionam aos estudantes construir suas aprendizagens. Avaliar requer um compromisso ético e de valorização aos estudantes.

### **A importância da avaliação num contexto significativo**

Diante do que já foi exposto sobre uma avaliação que tenha significado para o estudante, é importante destacar nessa discussão apresentar reflexões e posicionamentos sobre um processo avaliativo no contexto de uma pedagogia que preze a valorização de uma prática pedagógica dialógica, construtivista, focando em instrumentos também no mesmo contexto educativo.

Ao vivenciar discussões sobre a concepção de avaliação voltada para uma linha pedagógica progressista, abrangendo uma concepção libertadora defendida por Paulo Freire, que trata de uma emancipação do ensino e, também defendendo uma avaliação mais humanizada. O professor nessa concepção tem a oportunidade de despertar no estudante uma autonomia e de construir sua aprendizagem.

A pedagogia progressista, nasce o ensino construtivista que oportuniza o estudante a construir sua aprendizagem, o professor é o mediador e a avaliação está contextualizada como mediadora defendida por Hoffmann (2001). Este tipo de avaliação considera a reflexão de estratégias adequadas objetivando o estudante construir sua aprendizagem.

LUCKESI (2001, p.13) defende uma avaliação pautada na ação pedagógica construtivista, destacando em seus estudos que avaliar é um ato de investigar a qualidade daquilo que constitui seu objeto de estudo, e, por isso mesmo, retrata sua qualidade. Para ele a pedagogia do exame não representa uma ação excludente, e não oportuniza o estudante a construir seu conhecimento. Nesse sentido, uma aprendizagem significativa, LUCKESI (2011, p.85) explicita que:

(...) toda aprendizagem significativa far-se-á por meio do movimento, que organiza a experiência, constituindo uma forma: movimento que não necessariamente é físico, biológico, muscular, mas pode ser tudo isso e também afetivo, mental, de raciocínio, de compreensão ou mais de ação. O fato é que o ser humano aprende pela ação ou, mais apropriadamente, por uma cadeia de atos, intitulada “ação-reflexão-ação”.



Diante desse conceito, podemos visualizar que uma aprendizagem significativa requer ação- reflexão-ação para que venha ter efeito na prática pedagógica do professor, bem como, na vida escolar do aluno. Assim, fazendo toda a diferença quando se escolhe os instrumentos avaliativos, pois estão no mesmo contexto, resulta numa avaliação significativa.

Quando falamos em monitorar a aprendizagem dos estudantes, é considerado uma tarefa importante que subsidia o trabalho pedagógico no cotidiano escolar. Sabemos que monitorar faz parte da avaliação, que expressa alcançar resultados satisfatórios, quanto aprendizagem dos alunos. Sobre monitoramento, LUCK (2013, p.65) ressalta que:

A preocupação com o monitoramento e a avaliação corresponde à dedicação ao alcance da efetividade das ações educacionais promovidas mediante ações observadas, analisadas e acompanhadas em relação ao atendimento das necessidades educacionais da comunidade escolar e os objetivos estabelecidos para tal fim. Volta-se para a garantia da adequação de meios, para a realização efetiva dos objetivos educacionais, dentre os quais o uso do tempo, dos recursos e das competências.

Mediante a ideia da autora sobre monitoramento no ensino, é uma ação fundamental, para que as decisões sejam tomadas com segurança e ser adequadas as ações pedagógicas no meio escolar. Como saber se as ações estão sendo positivas ou negativas à aprendizagem dos educandos. Nesse sentido, monitorar é uma ação que cada gestor deve adotar no intuito de conhecer o rendimento dos alunos e refletir para ser retomado o que não gerou aprendizagem.

VILLELA e ARCHANGELO (2014, p.23) vai apresentar uma escola significativa, que contribuem para um ensino significativo, que vai somar para uma avaliação significativa. Quando explicita que:

O segredo da escola significativa está especialmente no professor, que visa ao bem-estar e ao desenvolvimento pleno do aluno. Ao mesmo tempo que promove e expande esse bem-estar e o interesse pela aprendizagem para limites que extrapolam a sala de aula, esse professor tende a influenciar, direta ou indiretamente, todo o ambiente escolar.

Desta maneira, percebe-se que a escolha de instrumentos avaliativos no contexto do ensino significativo, é uma forma de superar os desafios vivenciados na prática pedagógica do professor, como também subsidiar nas atividades avaliativas dos estudantes.



## Referências

- AMBRÓSIO, Márcia. **Avaliação, os registros e o portfólio**: ressignificando os espaços educativos no ciclo das juventudes. Petrópolis, RJ: vozes, 2015.
- ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Educação. **Documento Curricular do Rio Grande do Norte**, Ensino Fundamental, 2018.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- HOFFAMANN, Jussara. **Avaliação mitos e desafios uma perspectiva construtivista**. 3. ed. Porto Alegre. Ed. Mediação, 2001.
- \_\_\_\_\_. Jussara. **Avaliando redações**: metodologias e instrumentos de avaliação. 3.ed. Porto Alegre. Ed. Mediação, 2013.
- HADJI, Charles. **Avaliação desmistificada**. Trad. Patrícia Ramos. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- LÜCK, Heloísa. **Avaliação e Monitoramento do Trabalho Educacional**. Vol.VII. Petrópolis, RJ; ed. Vozes, 2013.
- LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 11.ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Sobre notas escolares**: distorções e possibilidades. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- \_\_\_\_\_. **Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Avaliação da aprendizagem escolar: passado, presente e futuro**. São Paulo: Cortez, 2021.
- SILVA, Solimar. **Avaliações mais criativas ideias para trabalhos nota 10**. Petrópolis: RJ: Vozes, 1995.



## AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVA PALMEIRA-PB

*Arcanjo dos Santos Silva*<sup>32</sup>

### RESUMO:

O texto apresenta uma versão preliminar da pesquisa de mestrado, enfoca questões referentes ao surgimento e a aplicação das principais políticas públicas voltadas aos anos iniciais, abordando, sobretudo, a situação do município de Nova Palmeira/PB, por meio da pesquisa bibliográfica, analisa-se a temática a partir de uma abordagem qualitativa.

Palavras chaves: Anos Iniciais; Pesquisa Bibliográfica; Políticas Públicas.

As políticas públicas de inclusão de pessoas com deficiências é algo relativamente recente, diante do percurso da história da humanidade, pois foram séculos de exclusão, discriminação, preconceito e até o extermínio de grande parte dessa parcela da população, pois muitos não tiveram nem o direito de viver. Segundo Bruno (2006) ao longo da história da humanidade as pessoas que nasciam com alguma deficiência física ou mental, em diferentes "civilizações" como é o caso da Roma Antiga e da Grécia antiga, sempre sofreram discrimina/preconceito ou até mesmo eram sacrificadas pelos próprios pais, pois muitas crianças logo ao nascer eram asfixiadas, afogadas, queimadas ou abandonadas a própria sorte, onde muitos eram devorados por feras selvagens ou regatadas por outras pessoas, visto que eram criadas escondidas, como também as pessoas com deficiências eram consideradas possuidoras dos demônios. Enquanto as pessoas cegas e surdas eram consideradas possuidoras de dons e poderes sobrenaturais. De acordo com Brandenburg e Bückmeier (2013) diante do fortalecimento do Cristianismo as crianças que nasciam com alguma deficiência passaram a ter o direito à vida assegurada, pois com o advento do Cristianismo todos os seres humanos passaram a ser considerados filhos de Deus, inclusive as pessoas com diferentes deficiências como é o caso dos

---

<sup>32</sup> Aluno do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação pela Facultad del Sol. E-mail: [arcanjo\\_np@hotmail.com](mailto:arcanjo_np@hotmail.com).



deficientes físicas, mentais, cegos, surdos e outras deficiências que antes eram considerados possuídos de demônios. Porém com o tribunal da inquisição liderado pela Igreja Católica tudo isso mudou, pois as pessoas com deficiências principalmente os deficientes mentais passaram a ser consideradas detentoras de poderes sobrenaturais, por isso muitos sofreram diversas formas de perseguições inclusive chegando a ser queimados na fogueira.

Para Bruno (*Idem*), com o Renascimento ocorreu uma ruptura no pensamento vigente na sociedade da época, pois houve uma separação entre religião e ciência, portanto muitos fatos eram explicados pela fé sem antes passar pelo crivo da razão, agora com o surgimento do Renascimento as ciências começaram a buscar a causa de muitos fatos inclusive das deficiências, pois passaram ver vista do ponto médico como doenças de cunho hereditário, males físicos ou mentais.

Esse corte na história da humanidade nos permite compreender que as pessoas com deficiências sofreram discriminação, preconceito e diversas formas de violências, portanto até o presente momento ainda não temos a efetivação de uma política pública de inclusão de pessoas com deficiências nos diferentes segmentos da sociedade, nem tão pouco uma inclusão educacional, visto que a educação ainda não era compreendida como uma prioridade para o desenvolvimento de uma sociedade.

De acordo com Kassir (2011), só no século XIX, que o Brasil apresentou algumas experiências isoladas no tocante ao atendimento de pessoas com deficiências como a criação Imperial Instituto dos Meninos Cegos (atual Instituto Benjamin Constant) em 1854, e Instituto dos Surdos-Mudos (atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos-INES), em 1856. Essas medidas podem ser consideradas um marco importante no desenvolvimento das políticas públicas de inclusão das pessoas com deficiências, porém devemos ressaltar que essas medidas são paliativas, diante da extensão do território brasileiro com a criação de apenas dois institutos, com também as pessoas acometidas de outras deficiências ficam desprovidas de atendimento.

Segundo Pereira e Saraiva (2017), após a segunda Guerra Mundial, foi desenvolvida nos países europeus uma política de Bem Estar Social, onde o Estado passa a intervir de forma direta na economia, saúde, assistência às pessoas mutiladas na guerra e com também os deficientes. Vale salientar que é nesse contexto que vai surgir os primeiros programas e políticas assistenciais voltadas para o atendimento das pessoas mais pobres, idosos, crianças carentes, mutilados de guerra e as pessoas com deficiências.

Ainda, conforme, Pereira e Saraiva (*Idem*), diante do desenvolvimento da política de Bem Estar Social, pode ser considerado um marco de grande relevância para a consolidação das políticas públicas voltadas para o atendimento das pessoas com deficiências, visto que em dezembro de 1948 Assembleia



Geral das Nações Unidas proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, onde vem afirmar o compromisso com a liberdade individual, inerente a cada ser humano, sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, pois todos nascem livres e que seus direitos devem ser assegurados pelo Estado.

Para Bruno (Idem), a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei Nº 4.024/61, recomenda a integração no sistema geral de ensino, a educação dos excepcionais, como eram chamadas na época as pessoas com deficiências, portanto devemos salientar que a presente lei não garante a inclusão dos alunos com deficiências no ensino regular, pois apenas apresenta uma recomendação.

De acordo com Kassar (2011), até a promulgação da Lei Nº 4.024/61 ainda não havia uma legislação que garantisse a inclusão de todos os alunos com deficiências no ensino regular, pois o que tínhamos até essa data são organizadas campanhas como: Campanha para Educação do Surdo Brasileiro - Cesb em 1957, Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficientes Visuais – CNERDV em 1958 e Campanha Nacional de Educação do Deficiente Mental- Cademe em 1960, que estavam subordinadas diretamente ao Ministério da Educação e Cultura - MEC e tinham como funções: a promoção, em todo território nacional, de treinamento, reabilitação e assistência educacional às pessoas com deficiências; a cooperação técnica e financeira com entidades públicas e privadas; e o incentivo de organização de cursos e entidades voltados a essa área.

Kassar (Idem), afirma que em 1967 é promulgada a primeira Constituição após o Golpe Militar de 1964 que prevê o estabelecimento dos planos nacionais de educação, assim em 1971 é decretada a LDB de Nº 5.692, onde destaca em seu art. 1º como objetivo geral da educação de 1º e 2º graus (hoje ensino fundamental e médio) "proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autor realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania". Nesse contexto, a educação é vista como necessária para o progresso da sociedade, pois possibilita a adaptação do indivíduo em seu meio.

Pereira e Saraiva (Idem), destacam que dez anos após a ONU conceber a Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência, em 17/10/87 o Brasil assume as recomendações da ONU e faz uma Emenda à Carta Magna de 1967, de nº 12 assegurando aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica especialmente mediante: I- educação especial gratuita; II- assistência, reabilitação e reinserção na vida econômica social do país; III- proibição de discriminação inclusive quanto à admissão ao trabalho ou ao serviço público e a salários; IV- possibilidade de acesso a edifícios e logradouros públicos.



Segundo Carvalho, (2007) aponta que ocorreu a nível mundial alguns movimentos voltados para o atendimento educacional para todos, como é o caso da Declaração Mundial de Educação para Todos realizado na Tailândia em 1990 e a Declaração de Salamanca ocorrido em 1994, pois são movimentos que contribuíram para reforçar o compromisso do Estado Brasileiro no fortalecimento das políticas públicas para todos e principalmente no que se refere ao atendimento das pessoas com deficiências.

Inspirados nos princípios que liberbade, solidariedade, destinados a todos os seres humanos sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política, condição econômica nos mais diversos espaços do território brasileiro que começou a surgir especialmente no final da década de 80 e início nos anos 90 do século XX, um movimento que defendia a inclusão de todos os alunos sem distinção no mesmo ambiente escolar, garantidos por uma legislação que nasce com o processo de redemocratização do Brasil como é caso da nossa Constituição Federal de 1988.

As autoras Favero, Pantajo e Mantoan (2007), fazem uma análise em torno dos aspectos jurídicos, partindo da Constituição Federal de 1988, da LDB Lei nº 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), procurando destacar a origem do direito à educação de pessoas com deficiências, perante a legislação existe em nosso país, visto que a legislação vigente em nosso país garante o direito de todos os cidadãos a uma educação de qualidade.

Para Mantoan (2003), A nossa Constituição Federal de 1988 respalda os que propõem avanços significativos para a educação escolar de pessoas com deficiência, quando elege como fundamentos da República a cidadania e a dignidade da pessoa humana (art. 1º, incisos II e III) e, como um dos seus objetivos fundamentais, a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, inciso IV). Ela garante ainda o direito à igualdade (art. 5) e trata, no artigo 205 e seguintes, do direito de todos à educação. Esse direito deve visar ao “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

É a partir da publicação da Constituição citada a cima que podemos o oberver uma preocupação por parte do Estado Brasileiro em assegurar a todos os brasileiros uma escolarização que respeita as diferenças e que garante a inclusão de todos os alunos dentro da escola regular, garantindo igualdade de condições para o acesso e permanência do educando no ambiente escolar. Pereira e Saraiva (Idem), destacam outro marco de grande conotação em nível mundial que contribuiu fortemente para o fortalecimento da educação de pessoas com deficiências em nosso país, é a



Declaração de Salamanca realizada entre os dias 7 e 10 de junho em Salamanca na Espanha, onde apresenta várias orientações para que os países participantes possam ofertar uma educação para as pessoas com deficiências.

De acordo com a Declaração de Salamanca toda criança tem direito a uma educação e deve ser dada a oportunidade iguais para atingir e manter o nível adequado de aprendizagem para todos educandos, mas devemos levar em consideração que cada aluno é único diante de suas limitações e potencialidades seja ele deficiente ou considerado normal. Salienta ainda que os sistemas educacionais se organizem para ofertar uma educação que elimine qualquer forma de preconceito e discriminação dos alunos com deficiências.

Segundo Brasil (2020), outro marco que vem fortalecer a legislação brasileira no tocante a inclusão de alunos no ensino regular é a LDB Lei nº 9394/96, visto que em seu artigo 58º destaca que a educação especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Como também enfatiza que quando necessário haverá serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial e que o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

Favero, Pantajo, Mantoan (*Idem*), destacam que em 8 de outubro de 2001, o presidente da República Fernando Henrique Cardoso por meio do Decreto nº 3.956, determinou após aprovação do Congresso Nacional que o nosso país se tornasse um signatário da Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência por meio do Decreto Legislativo nº 198, de 13 de junho de 2001. A partir da promulgação do decreto citado é necessário fazer as adaptações na nossa LDB para garantir a inclusão de todos os alunos nos moldes da nossa legislação.

Kassar (*Idem*) ressalta outro marco importante para o fortalecimento da legislação educacional em nosso país é a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, ou a Lei 8.069/90, que vem substituir o Código de Menores, garantindo proteção e direitos às crianças e aos adolescentes. Vale salientar que para seja efetivado as políticas públicas destacadas no ECA, é prevista a instalação de Conselhos dos Direitos da Criança e Adolescente, nos níveis federal, estadual e municipal.

Dentre as diversas políticas públicas que o ECA vem assegurar para as crianças e os adolescentes, deve-se enfatizar que os mesmos têm direito à educação, visando ao pleno



desenvolvimento de sua pessoa, com o objetivo de preparar para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, além, disso o poder público deve garantir igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, direito de ser respeitado por seus educadores, direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores, direito de organização e participação em entidades estudantis e acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Desse modo a estruturação dos Conselhos dos Direitos da Criança e Adolescente, nos níveis federal, estadual e municipal, vem colaborar no sentido de fortalecer o controle social das políticas públicas destinadas para todas as crianças e adolescentes, pois quando seus direitos forem violados devem questionar os poderes constituídos o Ministério Público para garantir e assegurar o cumprimento dos direitos assegurados no ECA e nos demais legislações existentes em nosso país.

Para Brasil (2019), destaca que com a aprovação da lei 13.146/15 Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), vem colaborar no sentido de assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais destinadas as pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Além de uma série de direitos que o mencionado Estatuto apresenta destinado às pessoas com deficiências, convém destacar que a educação constitui como um direito fundamental da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. Pois é dever do poder público criar condições para o desenvolvimento e a consolidação de uma educação inclusiva para todos de qualidade.

Diante de toda a trajetória na luta pela efetivação e a garantia dos direitos elementares as pessoas com deficiências, principalmente no que se refere à equidade do direito a uma educação de qualidades para todos, como determina nossa Carta Magna e as demais legislações vigentes em nosso país, que procuraremos compreender como vem se desenvolvendo as políticas públicas voltadas para o atendimento educacional das pessoas com deficiências, desde as primeiras civilizações perpassando por diferentes nações com ênfase no Brasil, desde o surgimento das primeiras instituições criadas durante o Brasil imperial, passando pelo Brasil republicano até chegarmos ao Século XXI.

A inclusão dos alunos com deficiências dentro da sala de aula do ensino regular convivendo e interagindo de forma harmoniosa e respeitosa com os alunos considerados normais é um direito constitucional assegurado por nossa Constituição Federal e as demais legislações existentes em nosso país que trata das questões referentes a uma educação de qualidade para todos os cidadãos. Diante



desse direito e "obrigatoriedade" em garantir a todos os educandos uma educação de qualidade com equidade, surgem os desafios que os profissionais da educação em especial o professor enfrentam para desenvolverem um modelo de educação que respeita os princípios constitucionais.

Dentre os diversos desafios enfrentados pelos professores é que muitos não se sentem preparados para incluir em uma mesma sala de aula todos os alunos, ou seja, aqueles com deficientes e os considerados normais, frente à esses desafios surgem à necessidade de formações continuadas para qualificar aqueles que já estavam exercendo o magistério, como também aqueles profissionais que durante a sua formação não foi contemplado com uma análise e reflexão em torno das políticas públicas voltadas para o atendimento de pessoas com deficiências ou que a sua formação foi insuficiente para atender as demandas atuais que exige o ato de incluir para a diversidade respeitando os limites e potencialidades de cada educando.

Segundo Baú (2014), a formação de professores voltada para o atendimento de alunos com deficiências é algo relativamente recente diante da longa história do nosso país, visto que só a partir dos anos de 1950 que começa a serem implantados aqui no Brasil os cursos de formação de professores em nível médio, voltados para o atendimento de alunos com deficiências e que durou até o final dos anos de 1960. Devemos enfatizar que a oferta desses cursos de nível era dividida em duas modalidades a primeira preparava o professor para o ensino dos deficientes auditivos e visuais, enquanto a segunda contemplava em preparar o professor para o ensino dos deficientes físicos e mentais. Diante desse modelo de formação de professores de forma fragmentada, pode-se entender que os professores ainda não estão preparados ao concluir apenas um dos cursos citados, diante da diversidade de deficiências que há em nossa sociedade.

Baú (*Idem*) *apud* Mazzotta (1999) destacam que a formação de professores para o atendimento de alunos com deficiências nos anos de 1970 é elevada do nível médio para o superior, visto que os cursos de pedagogia passaram a ofertar a Habilitação em Educação Especial, convém destacar que é nesse período que passa a serem oferecidos os primeiros cursos de especialização, como uma possibilidade para a formação de professores em nível de pós-graduação.

Martins (2012) destaca que é a partir de meados da década de 1990 inicia-se em todo o território brasileiro um novo movimento inspirado a partir da promulgação da constituição cidadã de 1988, visto que tal movimento se prolonga até os dias atuais, em que se busca a inclusão plena de todos os educandos nas classes regulares, desde a Educação Infantil, ou seja, reconhece-se que crianças, jovens e adultos com necessidades deficiências devem aprender junto aos demais alunos considerados normais, independentemente das suas limitações e potencialidades.



A partir da promulgação da nossa Constituição Federal de 1988 a chamada Constituição Cidadã, emergiu na sociedade brasileira diversos movimentos com objetivo de assegurar os direitos constitucionais para aqueles que eram excluídos historicamente e viviam a margem da sociedade. Diante dessa necessidade de atender a todos os alunos em uma mesma sala de aula, seja ele deficiente ou considerado normal, surgiu na categoria dos profissionais da educação a carência da oferta de formações continuadas para prepara-los, diante dos desafios que é tornar as escolas inclusivas para todos.

A Declaração de Salamanca destaca a importância de um treinamento pré-profissional, onde o mesmo deveria fornecer a todos os estudantes de pedagogia de ensino primário ou secundário, orientações positivas com relação à deficiência, desta forma desenvolvendo um entendimento daquilo que pode ser alcançado nas escolas através dos serviços de apoio disponíveis na localidade. Portanto o estudante de pedagogia antes de terminar seu curso superior já vai construindo uma bagagem significativa para desenvolver um trabalho de apoio nas escolas, levando em consideração a inclusão de todos os alunos em uma mesma sala de aula.

Para Martins (Idem), é a partir do contexto histórico e social apresentado que em 8 de dezembro de 1994 é publicada a Portaria Ministerial nº 1793, onde reconhece a relevância de complementar os currículos de formação docentes e de outros profissionais que atuam na educação e em áreas afins, sendo recomendada a inclusão de disciplina específica focalizando aspectos ético-político-educacionais relativos às pessoas com deficiências, prioritariamente nos cursos de Pedagogia, Psicologia e em outras licenciaturas, assim como a inclusão de conteúdos específicos em cursos da área da Saúde e em outras áreas.

Portanto a promulgação da portaria citada vem contribuir significativamente para a consolidação de uma formação profissional que tem como objetivo principal assegurar a inclusão com qualidades de todos os alunos, pois desse modo o professor estar mais preparada para desenvolver uma prática pedagógica voltada para os princípios da inclusão.

De acordo com Brasil (Idem), a LDB Lei nº 9394/96, em seu artigo 62-A, vem reforçar e garantir a oferta de formação continuada para os profissionais da educação em seu local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores e graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação, portanto é mais um margo na legislação brasileira que vem colaborar para a consolidação de uma escola inclusiva para todos.

Diante da necessidade de oferecer a todos os alunos uma educação de qualidade, para que os mesmos possam progredir nos estudos e ter a seguridade de uma formação escolar que possa contribuir



significativamente para a formação cidadã e para o mercado de trabalho segundo as potencialidades e as limitações de cada educado, é essencial que os professores possam desenvolver diversas estratégias em suas aulas para torna-las atrativas e significativas, diante da diversidade que há em nossas salas de aula.

Reorganizar pedagogicamente as escolas, abrindo espaços para que a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam exercitados nas escolas, por professores, administradores, funcionários e alunos, porque são habilidades mínimas para o exercício da verdadeira cidadania (MANTOAN, 2003, p. 33).

Em conformidade com a diversidade que há em nossas escolas precisamos que as mesmas se reorganizem em diversos aspectos, mas principalmente no tocante ao pedagógico, pois precisamos urgentemente torna-las um espaço de cooperação, diálogo, solidariedade, criatividade e criticidade despertando tantos nos professores, gestores escolares, funcionários, alunos e todos que ali frequentam, visto que são habilidades fundamentais para o exercício da cidadania nos moldes que almejamos.

Além dos pontos citados é essencial termos em nossas escolas uma proposta de trabalho definida em seu o Projeto Político Pedagógico (PPP), pois além dos aspectos pedagógicos e administrativos e de uma gestão democrática, deve estar explícito o modelo de homem e mulher que desejamos formar para nossa sociedade, pois tal documento não deve ser visto com pronto e acabado, mas deve estar aberta à avaliação e reflexão, diante das demandas que emergem da comunidade na qual a escola faz parte.

Em conformidade com a Declaração de Salamanca para alcançarmos uma escola inclusiva precisamos fomentar uma articulação política centrada no respeito às diferenças individuais inerentes a cada cidadão, onde possamos combater o preconceito e criar programas destinados para a formação de profissionais da educação que atuam de forma direta e indireta no atendimento aos alunos com deficiências. Além disso, precisamos promover mudanças nos diversos aspectos para tornar nossas escolas inclusivas, tais como currículo, prédios, organização escolar, avaliação, pessoal, filosofia da escola e atividades extracurriculares.

Ao pensarmos em desenvolvermos uma prática educativa inclusiva no primeiro momento devemos avaliar como se encontra às instalações físicas do ambiente escolar, pois precisamos garantir a todos os alunos o direito de ir e vir e assegurar que todos os educandos com deficiências possam se sentir acolhidos e respeitados dentro das limitações que sua deficiência o condiciona.

Como também precisamos garantir a efetivação de um currículo flexível diante da diversidade que há em nossas escolas, portanto para garantirmos uma aprendizagem significativa para todos os



alunos que frequentam a sala de aula do ensino regular é fundamental assegurarmos algumas adaptações curriculares essenciais para que todos os alunos possam aprender com significado levando em consideração seus conhecimentos prévios.

Além dos pontos citados para garantirmos a concretização de uma educação inclusiva nos moldes da legislação vigente em nosso país, precisar-se repensar como vem se efetivando a prática da avaliação do rendimento escolar, pois é fundamental rever que o ato de avaliar o aluno não se resume em realizar uma prova no final de um bimestre ou final do ano letivo e atribuir uma nota de zero a dez, onde levam em consideração apenas os números de questões que o aluno errou ou acertou durante a realização de tal prova.

Diante do exposto sobre o ato de avaliar os educandos, seja ele deficiente ou considerado normal precisamos urgentemente pensar e colocarmos em prática um modelo de avaliação que leve em consideração os progressos e dificuldades de cada aluno, a princípio precisamos entender que o ato de avaliar o aluno não se resume apenas em uma atividade meramente só do aluno, mas precisa levar em consideração a postura do professor que ao identificar que os alunos ainda não conseguiram adquirir as habilidades fundamentais do conteúdo que está sendo ministrado em suas aulas, deve entender que ainda não é hora de avançar apenas para garantir o cumprimento dos conteúdos programados para aquela série ou ano que aluno estar cursando.

Precisamos pensar em uma prática avaliativa que leve em consideração os conhecimentos de mundo do educando, como também em uma autoavaliação, pois é essencial fomentar tal prática desde os anos iniciais do ensino fundamental, visto que os alunos quando chegam aos níveis mais elevados do ensino e da pesquisa não conseguem avaliar as suas próprias produções acadêmicas.

Corroborando com a Declaração de Salamanca Mantoan (2003), vem reforçar que para recriar o modelo educativo escolar, tendo como objetivo o ensino para todos, precisamos eliminar a ideia de separar os alunos com deficiências dos considerados normais em salas de aulas diferentes, pois precisamos desenvolver e fortalecer estratégias para que todos os alunos possam conviver e aprender juntos em uma mesma sala de aula.

Como também é essencial que as escolas se reorganizem pedagogicamente, onde possam se tornarem espaços para que a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam exercitados nas escolas, por professores, administradores, funcionários e alunos, porque são habilidades mínimas para o exercício da verdadeira cidadania. Desso modo estaremos ultrapassando uma proposta pedagógica, onde cada profissional da educação é visto como robô para exercer apenas o que lhes foram programados, pois como seres humanos que somos precisamos criar em nosso



ambiente de trabalho relações entre todos que ali frequentam baseadas na cooperação, diálogo, solidariedade.

Em conformidade com a reorganização pedagógica para tornar nossas escolas inclusivas precisamos desenvolver uma proposta curricular, onde os conteúdos do seu currículo sejam levados em consideração os conhecimentos prévios dos alunos, ou seja, os conhecimentos de mundo que cada educando adquire com suas experiências de vida, desse modo às aulas ministradas pelos professores e seus conteúdos trabalhados terão mais significado e conseqüentemente serão assimilados com maior relevância para a sua vida estudantil e social. Além disso, precisamos fomentar em nossas escolas uma prática que leve em consideração o tempo e liberdade para aprender de cada educando, visto que devemos compreender que cada educando seja ele deficiente ou considerado normal aprende com estratégias pedagógicas diferentes como também em tempos diferentes.

Diante desse modelo de escola inclusiva, precisamos desenvolver uma proposta de ensino que não segregue os seus alunos, pois como já mencionei anteriormente a interação entre todos os educandos é dos requisitos básicos garantir a aprendizagem baseada na diversidade e conseqüentemente promover os avanços de toda a turma, como também precisamos formar em nossos alunos habilidades para o respeito e a empatia com o próximo, diante da diversidade que há em nossa sociedade.

Por último em conformidade com os pontos apresentados por Mantoan (Idem) precisamos formar e aprimorar continuamente e valorizar os professores, pois além dos professores precisamos garantir a todos os profissionais da educação uma formação continuada com o objetivo de aperfeiçoar sua prática para termos uma escola inclusiva é essencial termos uma equipe de profissionais preparados e estimulados para garantir a inclusão de todos os alunos com deficiências, desde do ensino infantil até aos graus mais elevados do ensino e da pesquisa, respeitando os limites e potencialidades de cada educando.

Segundo Brasil (2002), outro marco de grande importância que contribuiu para consolidação e o aperfeiçoamento dos profissionais da educação é Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, pois a mesma vem determinar que aos sistemas educacionais em nível federal, estadual, municipal como também do Distrito Federal, devem garantir que seja incluído nos cursos de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, uma formação na Língua Brasileira de Sinais –LIBRAS, devemos enfatizar que a LIBRAS não pode substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

Perante o exposto com a promulgação da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, podemos considerar um marco importante à efetivação de uma escola inclusiva, visto que é uma forma de garantir à comunidade surda a interação com seus professores e colegas considerados normais, pois



desse modo o aluno surdo a ser um protagonista do processo de ensino e aprendizagem e não apenas um coadjuvante.

Para Mantoan (2007), precisamos urgentemente desnaturalizar algumas práticas pedagógicas que estão enraizadas no fazer didático de muitos professores que não contribuem positivamente para a consolidação de uma escola inclusiva para todos os educandos. Em primeiro lugar precisamos desmistificar que ao propormos trabalhos coletivos, onde se resumem na realização de atividades individuais ao mesmo tempo pela turma, portanto devemos compreender que ao propormos a realização de trabalhos coletivos é fundamental que ocorra a interação entre os participantes da equipe para que ocorra a socialização dos saberes e ponto de vista de cada aluno sobre a temática a ser trabalhada.

Além disso, precisamos romper com a ideia ensinar com ênfase nos conteúdos programáticos sem levar em consideração os conhecimentos prévios dos alunos sobre os conteúdos trabalhados nas aulas ministradas, com também precisamos entender que o livro didático é um meio para ser trabalhado na realização das nossas atividades em sala de aula e não como ferramenta exclusiva de orientação dos programas de ensino.

Em conformidade com a autora citada à cima devemos superar a ideia de que ao sugerirmos trabalhar com projetos totalmente desvinculados das experiências e do interesse dos alunos, que só servem apenas para demonstrar uma falsa adesão pedagógica do professor às inovações, portanto devemos compreender que ao sugerirmos trabalhar com projetos é fundamental que essa temática emane de uma problemática da realidade do educando, pois desse modo ele se sentirá parte desse projeto e conseqüentemente motivado para socializar seus conhecimentos e adquirir novas habilidades, diante da interação e socialização com seus professores e colegas.

Outro equívoco presente na prática pedagógica de alguns professores que precisam ser superados para tornar nossas escolas inclusivas é organizar de modo fragmentado o emprego do tempo do dia letivo para apresentar os conteúdos programados desta ou daquela disciplina e outros expedientes de rotina das salas de aula, portanto para termos uma aprendizagem significativa dos alunos deficiências ou aqueles considerados normais é fundamental planejarmos uma rotina de aula e uma sequência de atividades visando desfiar os alunos para uma aprendizagem significativa, pois a realização de atividades fragmentadas sem interação entre as disciplinas que formam a matriz curricular da escola não contribuem significativamente para a prática de uma educação inclusiva.

Partido desse panorama histórico a presente pesquisa tem como principal objetivo analisar ao longo da história as políticas públicas voltadas para o atendimento educacional das pessoas com



deficiência, procurando analisar desafios oriundos da sociedade contemporânea principalmente diante de interpretações equivocadas da nossa legislação atual, como também a importância da oferta de formação continuada para todos os profissionais da educação em todos os níveis, vale salientar que é primordial que os profissionais da educação se sintam encorajados em buscar novos conhecimentos para melhorar sua prática principalmente no tocante ao atendimento das pessoas com deficiências. Por último procuraremos compreender como vem se efetivando a inclusão dos alunos com deficiências na sala de aula do ensino regular e quais são os maiores desafios enfrentados pelos professores para garantir oportunidades iguais para que todos os alunos aprendam e que possam progredir nos estudos segundo a capacidade de cada um.

Para desenvolver o presente trabalho, utilizamos uma pesquisa bibliográfica através da leitura e análise das informações apresentadas em artigos científicos, dissertações, livros digitais e impressos que trabalham sobre a temática apresentada ao longo deste trabalho. Além disso, contou com a análise de decretos, portarias e leis de nível nacional e internacional que discute e fomenta a consolidação das políticas públicas voltadas para a inclusão de pessoas com deficiências no ensino regular em todo o território brasileiro, como também a legislação brasileira que garante uma formação continuada a todos os profissionais da educação em especial ao professor, visto que é um dos responsáveis que de forma direta tem a atribuição de proporcionar os meios para que todos os alunos possam aprender.

Outra metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho foi à realização de questionários com perguntas fechadas e abertas destinadas aos professores da sala regular, pois é um dos meios utilizados de grande importância para coletar os dados e adquirir as informações necessárias para comprovar se as informações levantadas durante o processo da revisão bibliográfica colaboram ou são rejeitadas quando são colocadas em práticas na sala de aula.

## Referências

BRASIL. **Declaração de Salamanca.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 28 de junho 2022.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei Federal nº 9.384 de 20 de dezembro de 1996.4ª edição. Brasília. Senado Federal, 2020. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/572694/Lei\\_diretrizes\\_bases\\_4ed.pdf?sequencia=1&isAllowed=y](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/572694/Lei_diretrizes_bases_4ed.pdf?sequencia=1&isAllowed=y). Acesso em 28 de junho 2022.

\_\_\_\_\_. **Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.** Decreto Nº 3.956, de 8 de Outubro de 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/d3956.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm)



BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **Educação Infantil: Saberes e Práticas da Educação Inclusiva: Introdução**. 4ª edição. Brasília: MEC, 2006.

COSTA, Ana Maria Bénard da. **Currículo Funcional no Contexto da Educação Inclusiva- Tornar a Educação Inclusiva**. UNESCO. Brasília, 2009. p.p 105-119.

COSTA, Valdelúcia Alves da. **Formação de Professores e Educação Inclusiva Frente às**

**Demandas Humanas e Sociais: para quê?** O Professor e a Educação Inclusiva Formação, Práticas e Lugares. EDUFBA. Salvador, 2012..

HILEISHEIM, Betina; LASTRO, Leticia Lorenzoni. **Políticas de Inclusão Escolar: Produção da Anormalidade**. Psicologia & Sociedade; 26 (n. spe.), P.P 140-149.2014.

GREGO, Sonia Maria Duarte. **A Avaliação Formativa: Ressignificando Concepções e Processos**. Unesp/Univesp – 1ª edição, 2013.

KASSAS, Mônica de Carvalho. **Uma Leitura da Educação Especial no Brasil**. (In:) Caminhos Pedagógicos da Educação Especial. (Ogrs.) Roberta Gaio e Rosa G. Krob Meneghetti. 7. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

LIMA, Cláudia Araújo de; RODRIGUES, Ana Paula Neves. **A História da Pessoa com Deficiência e da Educação Especial em Tempos de Inclusão**. Revista Territórios de Educação da Universidade Federal de Pernambuco Caruaru, Brasil V.3 N. 5. 2017.

SANTOS, Alex Reis dos; Margarida Maria TELES. **Declaração de Salamanca e Educação Inclusiva**. Simpósio Educação e Comunicação. Edição Internacional de 17 a 19 de setembro 2012.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: o Paradigma do Século 21**. Inclusão – Revista da Educação Especial. Mec, ed. Nº 1. Outubro de 2005, p. 19 -23.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por Quê? Como Fazer**. São Paulo, Moderna, 1ª edição 2003.

\_\_\_\_\_. **A Hora da Virada**. Inclusão Revista da Educação Especial. Mec, ed. Nº 1. Outubro de 2005, p. 24 -25.

\_\_\_\_\_. **Educação Inclusiva-Orientações pedagógicas**. Atendimento Educacional Especializado: Aspectos Legais e Orientações Pedagógicas. MEC/SEESP. São Paulo, 2007.



## GESTÃO DEMOCRÁTICA: CONSIDERAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA E PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR

*José Ítalo Soares Silva*<sup>33</sup>

### RESUMO

O texto busca promover uma reflexão sobre a importância e o trabalho da gestão escolar a partir de um olhar sobre a inclusão, dando destaque para a participação da comunidade, neste sentido, através de uma pesquisa qualitativa, e de uma análise sobre a bibliografia relacionada ao tema, busca-se compreender a constituição de uma gestão escolar que seja eficiente e comprometida com a melhoria contínua dos processos educativos e que possa agregar valores e ações inclusivas na escola, compreendemos ainda que essa dimensão da educação evoca a necessidade de diálogo com a legislação a exemplo da Declaração de Salamanca (1994) e a própria Constituição de 1988, que advogam por uma educação para todos. Entendemos a educação inclusiva a partir do que apresenta MANTOAN (2015), que defende que a inclusão deve ser uma face da escola democrática que acolhe e proporciona aprendizado igualitário para todos, favorecendo, inclusive a participação da comunidade na escola.

**Palavras-Chave:** Educação Inclusiva; Gestão Democrática; Participação.

### Introdução:

A escola trabalha com uma diversidade de conhecimentos assimilados diariamente ao processo educativo. Cada vez mais é necessário que os horizontes escolares sejam ampliados, que sua organização seja e esteja profissionalizada e que cada um ocupe conscientemente seu

---

<sup>33</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação. E-mail: joseitalo2005@yahoo.com.br.



lugar com responsabilidade e compromisso, a prática educativa se constitui a partir de um grande conjunto de referências e ações práticas, e que envolvem, não apenas o quadro docente, mas alunos e toda comunidade.

Nesta perspectiva, a escola enquanto política pública é um bem comum e deve ser abraçada por toda a comunidade onde está inserida, todos a devem ter como extensão de suas casas, lugar de resgate de cidadania, lugar de formação de cidadãos críticos e preparados para a vida em sociedade. Moacir Gadotti (1998) identifica que como a sociedade afastou-se da escola, a mesma passou por um momento de acentuada crise, para o autor “a sociedade atual encontra-se em profunda crise, na qual somos remetidos a repensar nossos valores e atitudes” (p, 86).

A temática da inclusão escolar é uma discussão já bastante conhecida entre os educadores. A Educação Inclusiva compreende a Educação Especial dentro da escola regular e transforma a escola em um espaço para todos. Ela favorece a diversidade na medida em que considera que todos os alunos podem ter necessidades especiais em algum momento de sua vida escolar (MANTOAN, 2015). Esse processo tem como princípio básico, que todos os alunos, independente das suas condições socioeconômicas, raciais, culturais ou de desenvolvimento, sejam acolhidos nas escolas regulares, onde estas devem se adaptar para atender às suas necessidades, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos (UNESCO, 1994).

Em 1994, no Brasil foi publicada a Política Nacional de Educação Especial, que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais (MOREIRA, 2006), porém na última década, o sistema escolar foi modificado com a proposta inclusiva e um único tipo de escola foi adotado: a regular, que acolhe todos os alunos, apresenta meios e recursos adequados e oferece apoio àqueles que encontram barreiras para a aprendizagem (MANTOAN, 2015). Ainda em 1994, em Salamanca, Espanha, criou-se a Declaração de Salamanca, sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, onde de uma forma mais ampla, a inclusão de crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino é a questão central (MOREIRA, 2013). Nessa



Declaração, há um apelo dirigido aos governos para que eles concedam prioridades, no desenvolvimento dos sistemas educativos, de modo que possam incluir todas as crianças, independente das diferenças ou dificuldades individuais e, além disso, adotar como matéria de lei ou política o princípio da Educação Inclusiva, admitindo todos em escolas regulares (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

### **Breve histórico da educação Inclusiva no Brasil**

O tratamento e a atenção dada as pessoas com deficiência nem sempre foram iguais, historicamente podemos perceber grandes mudanças, e de um certo período até a atualidade, esse tratamento visou a garantia dos direitos e a qualidade de vida dessas pessoas. Durante muito tempo as pessoas com deficiências viveram às margens da sociedade, não havendo respeito com as diferenças, essas pessoas eram tidas como incapazes, passando a serem marginalizadas e ignoradas pela sociedade. Após o advento de luta dos movimentos sociais pelos direitos das pessoas com deficiência, o sistema educacional procura uma forma de integrar os alunos com deficiências no sistema educacional regular.

De acordo com Goldfeld (2001) nas civilizações antigas, Esparta e Grécia, as pessoas com deficiência por serem consideradas incapazes eram exterminadas sem nenhuma vergonha ou constrangimento tendo em vista que à época era natural se desfazer dos indivíduos considerados doentes e incapazes. Já na idade média, de acordo com Pessoti (1984), devido ao cristianismo ascendente em muitos países, as pessoas ditas doentes ou incapazes não poderiam ser sacrificadas uma vez que também eram consideradas criações de Deus, de outro modo, eram excluídas do convívio social, abandonadas por seus entes queridos e entregues ao relento das ruas frias.

Segundo Mazzota (1986) nos séculos XV e XVI, período da santa inquisição e da reforma protestante, a pessoa com deficiência passou a ter uma visão religiosa fatalista, sendo interpretado como um indivíduo que estava possuído por demônios, suas diferenças eram consideradas aberrações demoníacas, e as consideradas loucas eram levadas à fogueira. Segundo afirma Aranha (2001) em alguns documentos da igreja, durante esse momento, ilustram maneiras de identificar e tratar essas pessoas, “A estes, se recomendava uma ardilosa inquisição, para obtenção de confissão de heresia” (ARANHA, 2001, p. 5).



Para Goldfeld (2001), somente no século XVII as pessoas com deficiênciativeramaoportunidadedeseremassistidasporumaespéciedepráticaassistencialista, onde eram confinados em hospícios e asilos, administrados pela igreja e por religiosos e burgueses que praticavam a caridade, no entanto longe de uma perspectiva de integração, ainda segregados do convívio social.

De acordo com Pessoti (1984), no final do século XVIII as deficiências passam a servistos com cunho médico, a partir dos estudos dos médicos Paracelso<sup>34</sup> e Cardano<sup>35</sup> foi surgindo a ideia de que a deficiência era um problema de saúde e que necessitava de tratamento.

Históricamente, as sociedades passaram a entender que não se poderia continuar negando o direito das pessoas com deficiência, tendo em vista que os direitos humanos e as políticas de reivindicação desses direitos passaram a ser essenciais para a manutenção da atual sociedade democrática e inclusiva (RODRIGUES, 2010). Para Pessoti (1984), “A opção intermediária é a segregação: não se pune nem se abandona o deficiente, mas também não se sobrecarrega o governo e a família com sua incômoda presença” (p.24). A partir dessa tutela da medicina as pessoas com deficiência passaram a ser tratadas em instituições especializadas por tipo de deficiência, nesse momento ocorre a institucionalização das deficiências, ou seja, o cuidado e o tratamento passa a ser realizado por instituições especializadas.

No contexto da história do Brasil, durante o período colonial, século XIX, foram desenvolvidos projetos pioneiros no Brasil voltados às pessoas com deficiência, como a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, e em 1857 com a criação pelo então Imperador Dom Pedro II do Instituto dos Surdos-Mudos (MAZZOTA, 1986). Aos poucos as pessoas foram se conscientizando da necessidade de escolarização da população e que as pessoas com deficiências também poderiam conviver e terem uma educação formal nos mesmos espaços sociais com as pessoas sem deficiência, os ditos “normais” e que eram capazes de exercer as mesmas funções.

---

<sup>34</sup> Philipus Aureolus Theophrastus Bombastus Von Hohenheim (1493-1541), dito Paracelsus, médico e alquimista, considerava que traumatismos e doenças poderiam resultar em deficiência.

<sup>35</sup> Jerônimo Cardano (1501-1576) Filósofo, médico e matemático de renome Cardano, além de concordar que a deficiência era um problema médico, se preocupava com a educação das pessoas que apresentavam a deficiência. Ainda neste século, novas leis definem a loucura e a idiotia como enfermidade ou produto de infortúnios naturais, com o objetivo de disciplinar a administração de bens e heranças dessas pessoas.



### Imagem 1 – Imperial Instituto dos Meninos Cegos

Fonte: <http://notaimperial.blogspot.com/2018/05/educacao-especial-o-marco-inicial-da.html>.



Sem dúvida um novo olhar sobre essas pessoas é lançado a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos<sup>36</sup> a pessoa com deficiência passou a ser considerada indivíduo de direitos, diferente do que se configurava anteriormente. Apesar de ainda não fazer menção à educação inclusiva, esse documento abriu precedentes para a efetivação dos direitos da pessoa com deficiência à educação, pois o direito à educação escolar está no rol

---

<sup>36</sup> Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em 03 de setembro de 2022.



dos demais direitos do indivíduo. A partir de então, foram sendo realizadas tentativas de integração das pessoas com deficiência às escolas (GOLDFELD, 2001).

Dentro desse contexto vale salientar a importância da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), assim como, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Juntas, essas instituições têm corroborado para que a educação chegue a todas as crianças em idade escolar (SÁNCHEZ, 2005, p. 9).

Ainda segundo Sánchez, vários países têm promovido discussões importantes pela inclusão escolar das pessoas com deficiência.

Dentre essas reuniões, destaca-se a Convenção dos Direitos da Criança realizada em Nova York em 1989; a Conferência Mundial de Educação para Todos, que aconteceu em Jomtiem (Tailândia) em 1990; a Conferência Mundial sobre “Necessidades Educativas Especiais”, desenvolvida em Salamanca (Espanha), 1994; e, a mais recente no ano de 2000, acontecida em Dakar (Senegal), com o título de “Fórum Consultivo Internacional para a Educação para Todos” (SÁNCHEZ, 2005, p. 9).

A declaração de Salamanca<sup>37</sup> (1994) foi de extrema importância na construção do direito a uma educação inclusiva, nesse momento já se discute sobre a aprendizagem conjunta, compartilhamento de ideias, a adequação curricular e uso de estratégias metodológicas que abarquem o repasse de conhecimento à todos os alunos, independente de suas condições e limitações (UNESCO, 1945, p.4). Nesse viés, a Constituição Federal Brasileira (CF) promulgada em 1988, vem consubstanciar a educação inclusiva ao ponto que “tem como objetivo garantir o direito a educação e promover o bem de todos”, vejamos o que trata seus artigos:

Artigo 205, a educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Artigo 206, inciso I, estabelece “a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola”. Artigo 208 faz referência a educação inclusiva, no seu inciso III, define como dever do estado a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988).

---

<sup>37</sup>Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 30 de agosto de 2022.



A inclusão de pessoas com deficiência no sistema de ensino regular já eragarantia da Constituição Federal de 1988, embora na realidade não ocorre ainclusão. Com a luta dos movimentos sociais e o reconhecimento do direito das pessoas com deficiências, a população se mobilizou e surgiram outros movimentos em defesa das pessoas com deficiências. Desta forma a sociedade vem modificando suas estruturas e abrindo espaços para inclusão das pessoas com deficiências, entretanto, ao passo em que é posta em prática, a inclusão dessas pessoas ao espaço escolar vai perpassando entraves e barreiras, em suma, desafios que percorrem o país desde o século XIX até nossos dias.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. **Salto parao futuro: construindo a escola cidadã, projeto político-pedagógico**. Brasília, 1998.

DENARI, F. E. Um (novo) olhar sobre a formação do professor deeducação especial: da segregação à inclusão. In: RODRIGUES, D. (Org.).**Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

FIGUEIRA, E. **A Imagem do Portador de Deficiência Mental na Sociedade enos Meios de Comunicação**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

FINGER, Almeriet. **Educação: caminho e perspectivas**. Curitiba: Champagnat, 1996.

FINGER, Almeriet al. **A escola participativa o trabalho do gestor escolar**. Rio de Janeiro: DPeA, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. SãoPaulo:PazeTerra,1978.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia:SaberesNecessárioáPraticasEducativas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo; OlhoD´água, 1993.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Práxis**.2.<sup>a</sup>Ed.,SãoPaulo,Cortez.1998.

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José Eustáquios (org). **Autonomia da escola: princípios e proposta**. Cinco ed. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2002.



GRACINDO, Regina Vinhaes. Projeto Político-Pedagógico: retrato da escola em movimento. In: AGUIAR, Márcia A. (Org). **Retrato da Escola no Brasil**. Brasília: CNTE, 2004.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução de Joice Elias Costa. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

HOFFMANN, J. M. L. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

LIBÂNEO, J. C., OLIVEIRA J; Toschi M. S.; **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 2.ª Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LIMA, L. C. **A escola como organização educativa**. São Paulo: Cortez; 2001.

LUCK, Heloisa. Gestão educacional: estratégia e ação global e coletivo no ensino. In: FINGER, A. *et al.* **Educação: caminhos e perspectivas**. Curitiba: Champagnat, 1996.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo, Memnon, 1997.

\_\_\_\_\_. **Ensinando a Turma Toda**. Pátio, Porto Alegre, ano 5, nº 20, 2002.

\_\_\_\_\_. **Inclusão Escolar: O quê? Porquê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2015.

PARO, V. H. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã, 2001.



## ORIGEM, DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E AS TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS DO SÍTIO MAGANA

*Nilson Pereira da Silva*<sup>38</sup>

### RESUMO

O Sítio Magana está localizado na cidade pernambucana de Santa Cruz do Capibaribe, e não lembra aquele lugar de tempos atrás, onde sua população era bem resumida, a qual conseguia sua sobrevivência à custa de muitas dificuldades. Atualmente encontrarmos outra realidade, devido o aumento de sua população. Além do desenvolvimento econômico vivenciado nos dias de hoje, algo que antes poderia ser inimaginável, nos dias de seu surgimento. Hoje a comunidade da Magana tem sido evidência no município de Santa Cruz do Capibaribe, graças, sobretudo a luta e preparo da sua associação que têm sido reconhecida como uma das mais organizadas e atuantes do município, sendo exemplo a ser seguido.

**Palavras chave:** Sítio Magana; Desenvolvimento Socioeconômico; Transformações espaciais.

### Introdução

O Sítio Magana dos dias atuais, não lembra nem de longe aquele lugarejo de outrora, onde sua população resumia-se a pouquíssimos moradores, os quais conseguia sua sobrevivência à custa de muitas dificuldades e sofrimento na luta diária, sem contar as lamentações, de uma vida dura, sem regalias, sem luxo, mas pelo contrário uma vida repleta de privações. Na Magana dos tempos passados, além de poucos moradores, as casas eram distantes umas das outras, mas com o passar dos anos o número de residências começaram a aumentar devido o crescimento populacional, e à medida que essa população aumentava também foram aumentando as residências, ao ponto de que hoje a Magana apresenta aspectos de vila, mesmo não sendo uma vila.

Hoje a comunidade da Magana tem sido destaque no município de Santa Cruz do Capibaribe/PE, graças principalmente a luta e organização da sua associação que é uma das mais organizadas e atuantes do município, onde através dela, inúmeros cursos têm sido disponibilizados aquela população rural que tem buscado se capacitar para melhorar sua produção. À medida que isto acontece o homem do campo renova suas energias e alimenta a esperança de dias melhores no campo.

---

<sup>38</sup> Graduado no Curso de Licenciatura Plena em Geografia. Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. Especialista no Ensino de História e Geografia e suas Linguagens pela UniCesumar. E-mail: nilsper\_33@hotmail.com.



O artigo aborda três aspectos importantes do Sítio Magana. O primeiro destaca a origem do nome Magana e sua cultura. O segundo, os aspectos gerais e as transformações espaciais do Sítio Magana em Santa Cruz de Capibaribe/PE. O terceiro aborda os aspectos atuais da população, o Desenvolvimento Socioeconômico. Conseqüentemente, nesse ponto destacaremos o associativismo no Sítio Magana. O objetivo principal deste trabalho foi apresentar os aspectos, histórico-culturais e econômicos, existentes no Sítio Magana. Além de discutir e entender os diversos processos vivenciados pela população deste aglomerado rural, e contribuir para o resgate e a preservação de sua história, deixando assim uma contribuição para população futura, principalmente aos jovens, algo a mais que possa lhes auxiliar em pesquisas futuras.

### **Origem do nome magana e cultura**

Antes de maiores detalhes vale ressaltar que a localidade não possuía um nome específico, até que um animal morreu na comunidade, a partir de então começou a surgir o nome Magana. Existe uma divergência sobre o animal em questão, uns dizem que se tratava de uma vaca muito magra, outros defendem o relato que era uma égua que também seria muito magra.

Porem o que se pode concluir é que o animal era uma fêmea e muito magra, e por sua característica física, era chamada de “magona”, diante deste acontecimento, se passou a usar a morte do animal para referenciar o lugar onde se morava. “moro perto de onde a magona morreu”, “vou lá onde a magona morreu”. Tempos depois, houve uma derivação do nome magona para magana que apesar de ter uma grande semelhança tanto na escrita quanto na fonética os nomes têm significados totalmente diferentes, pois enquanto magona refere-se ao substantivo feminino de quem é muito magra. Já magana faz referencia a mulher de vida dissoluta, ou vida desregrada. É possível notar as características culturais na origem do nome do Sítio Magana. Para isso Corrêa (2007), diz: “A cultura resulta da capacidade dos seres humanos se comunicarem por meios de símbolos”. Desta forma a morte do animal em questão serviu de símbolo para dar nome ao lugar que hoje conhecemos por Magana.



Ainda no quesito “Cultura” o Sítio Magana vem resgatando a história e sua cultura local, e prova disso é a Segunda Exposição de Cultura que foi realizada no ultimo mês de setembro do corrente ano. Na exposição a população pode conferir o artesanato feito na comunidade, como por, exemplo do artesanato em tecidos conhecido popularmente como “fuxico”. Também artesanato de confecção de bonecas a base de tecidos reaproveitados. Também a culinária esteve presente, nos doces, bolos e tortas, além de comidas caseiras.

No campo da literatura, a Magana também tem sua representante, trata-se da escritora Roseli Queiroz que é filha natural da Magana e vem se destacado na literatura Santa-cruzeira, tendo já publicado quatro livros. O ultimo deles tem por título: “Cicatriz... é um deserto atravessado”. No quesito educação na Primeira Exposição de Cultura da Magana, foi apresentado, um painel com mais de trinta pessoas com formação superior e/ou formação técnica que fazer parte da comunidade da Magana, e neste sentido o presidente da associação dos produtores rurais da Magana falou da importância desse fato.

"Isto é muito importante para comunidade, principalmente, para os nossos jovens, que sirva de exemplo, e que futuramente a Magana tenha mais pessoas formadas, sem dúvidas isso interfere positivamente na vida da comunidade", disse o presidente da Associação Isaías Gregório.

De fato, esse nível educacional que a população da Magana, tem alcançado, tem feito a diferença, nos dias atuais, já que uma população mais educada, é uma população com uma melhor qualidade de vida. E neste contexto a Magana tem apresentado, Professores nas mais diversas áreas como, por exemplo, e Geografia, História, Educação Física, Matemática, Português/Espanhol, Pedagogias, além de Engenheiros Civis, Médicos Veterinários, Psicólogos, Enfermeiras, e Técnicos em Enfermagem, entre outros. Vale destacar que alguns desses profissionais não pararam na graduação, de forma que hoje é possível encontra vários deles com especializações e alguns até cursando mestrado.



Na cultural religiosa, a Magana é diferenciada, pois, predomina o seguimento evangélico, o que abordaremos mais adiante. Outro aspecto relevante, e que não pode ser deixado de lado, referente ao Sítio Magana de Santa Cruz do Capibaribe, é a cultura esportiva e neste quesito se destaca o futebol, pois o lugar tem fama de sempre ter em suas equipes bons jogadores, aqui podemos citar o senhor Joás, que é considerado por muitos como o melhor jogador que a Magana já teve. No entanto o atleta que mais se destacou foi o conhecido Val da Magana, que no ano de 2020 assinou contrato com a equipe Austríaca de futebol Hittisau. Como podemos conferir na imagem a seguir.

Imagem 01: Val na equipe Austríaca do Hittisau  
Fonte: Arquivo pessoal do atleta.



Desta forma Val tornou-se o primeiro atleta Santa-cruzense de futebol a assinar contrato profissional com uma equipe da Europa. Além desse feito, as equipes de futebol da Magana sempre se destacaram no município de Santa Cruz do Capibaribe, inclusive sagrando-se campeã em algumas oportunidades. No campo cultural da música o Sítio Magana, também tem outro destaque, trata-se do



sanfoneiro Sinésio da Magana, que iniciou sua carreira musical ainda jovem aos 15 anos de idade, e até hoje tem sido requisitado para tocar em várias festas não só em Santa Cruz do Capibaribe, mas, em toda uma região. Recentemente Sinésio foi convidado a se apresentar na segunda Mostra Cultural da Magana, como veremos na imagem a seguir.

Imagem 02: Entrevista do autor a Sinésio da Magana na 2ª Mostra Cultural da Magana em 2022.

Fonte: do autor (2022).



Sinésio da Magana esteve se apresentando na 2ª Mostra Cultural da Magana realizada em setembro de 2022, na oportunidade falou um pouco de sua trajetória musical.

“papai vendeu uma novilha e falou que ia comprar uma sanfona para mim, e assim ele fez, comprou a sanfona e chegando em casa acompanhado do então dono da sanfona, ele falou que após o final de semana voltaria a minha casa para me dá umas dicas como tocar a



sanfona, mas quando ele veio para me dá as dicas, falou que eu já estava tocando mais que ele. (risos), e depois disso não parei mais de tocar”, disse Sinésio da Magana.

Durante o evento Sinésio lembrou algumas de suas músicas como, por exemplo, “A morte do boi Craúna” entre outras de sua autoria, além de vários sucessos do Rei do Baião Luiz Gonzaga, que segundo Sinésio, sempre foi sua fonte de inspiração.

### Aspectos gerais do sítio magana em santa cruz de caibaribe/pe.

O Sítio Magana está localizado na zona rural do município de Santa Cruz do Capibaribe, Agreste Setentrional do Estado de Pernambuco, e está localizada segundo o Google Earth sobre as coordenadas geográficas: Longitude 7° 54'20 87" S, e Latitude - 36° 18'03.76" O. Sua altitude no ponto central da comunidade é de 477 metros em relação ao nível do mar, e tem uma extensão territorial aproximadamente de 34.000 m<sup>2</sup>. Na imagem 03 podemos ver uma caracterização espacial do Sítio Magana.

Imagem 03: Caracterização espacial do Sítio Magana

Fonte: Elaborado pelo autor com base em imagem capturada no Google Earth (2021).





Mas vale salientar que essa extensão territorial da caracterização espacial do Sítio Magana, refere-se apenas a área central da Magana, onde se concentra a maior parte de suas habitações. Seria muito difícil precisar com exatidão quando se originou a Sítio Magana, mas, de acordo com alguns moradores mais velhos, o Sítio Magana tem mais de cem anos, e neste sentido, Mônica Vicky Medeiros Oliveira nos traz na sua dissertação de mestrado a informação que corrobora com o que conseguimos levantar.

[...] o início da vila se deu com o chamado Velho Pedro Lui (avô do sogro do Sr. Gedeão) aproximadamente entre 1915 e 1916. Os moradores que vieram em seguida para vila foram “Chicudo Malaca”, que era casado com Chiquinha Meli, Manoel Lui (irmão de Pedro Lui) e Matias (OLIVEIRA, 2011, p. 62).

Desta forma, é possível dizer que o Sítio Magana tem sim mais de cem anos, e seu surgimento ocorreu de forma natural e comum às demais comunidades rurais brasileiras, e sobre tudo nordestina, sem pretensões de grandeza, ou seja, sem perspectiva de crescimento, apenas a esperança de sobrevivência, organizando o espaço e se relacionando reproduzindo por sua vez o espaço habitado. Corrêa explica que: “A organização espacial não é somente um reflexo da sociedade. Como vimos, ao ser um reflexo, passa a ser simultaneamente uma condição para o futuro da sociedade, isto é, a reprodução social” (CORRÊA, 2007, p. 72).

Neste contexto, começa a surgir casas no lugarejo, que além de poucas, eram distantes umas das outras, algo que é bem típico em se tratando de uma área rural, principalmente em localidades mais afastadas das zonas urbanas. Aliás, essa característica ainda se mantém nos nossos dias, em se tratando de moradia rural. Porém com o passar do tempo, novas casas começam a surgir com a chegada de outros moradores, no entanto, esse crescimento aconteceu de forma gradativa, porém muito lenta. Eram os tempos de muito atraso, como os moradores mais velhos ainda costumam dizer, pois se tratava de dias difíceis, onde a fome assolava, de forma que muitos são os relatos de pessoas que chegaram a passar fome literalmente, além de tantas outras privações.



## Economia

A economia do Sítio Magana sempre girou em torno da agricultura e do extrativismo, atividades tão comum naqueles dias. No entanto a Magana também produziu redes e até chegar ao atual arranjo produtivo das confecções. A agricultura do Sítio Magana sempre girou em torno da agricultura de subsistência, ou seja, onde quase tudo que era produzido era para o próprio consumo.

A agricultura de subsistência se caracteriza pela utilização de métodos tradicionais de cultivo, realizados por famílias camponesas ou por comunidades rurais. Essa modalidade é desenvolvida, geralmente, em pequenas propriedades e a produção é bem inferior se comparada às áreas rurais mecanizadas. Contudo, o camponês estabelece relações de produção para garantir a subsistência da família e da comunidade a que pertence. (FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. "Agricultura de Subsistência"; *Brasil Escola.*).

Ainda de acordo com Wagner Cerqueira e Francisco, “os principais produtos cultivados na agricultura nas propriedades de subsistência o arroz, feijão, milho, mandioca, batata, frutas, hortaliças, entre outros”. No Sítio Magana não era diferente, tendo em vista que a agricultura de subsistência praticada pelos moradores era basicamente o feijão, o milho, a mandioca a batata doce, além de algumas hortaliças, a exemplo da cebolinha, o coentro e também o pimentão. No caso das hortaliças, eram quase sempre plantadas nos quintais das casas. O pouco excedente dessa produção era vendido.

O carvão vegetal também foi fonte de renda para muitos e por muito tempo, outra atividade que merece destaque foi a confecção de cordas, as quais tinha como matéria-prima fibra do caroá (*Neoglasioviavariiegata*). Planta nativa da Caatinga, e encontrada com facilidade em toda região. Na imagem 04, poderemos conferir uma área de caroá nas proximidades do Sítio Magana.



Imagem 04: Caroá (*Neoglasioviavariegata*).  
Fonte: Professor Arnaldo Vitorino (2015).



Outra fonte de renda para boa parte da população residente no Sítio Magana foi a confecção de redes, como podemos constatar nas entrevistas realizadas com os moradores (Edilson Silva de Moura e Natalício Xavier da Silva), os dois relatam que entre as décadas de 50 e 70 a Magana produziu muita rede, as quais eram fabricadas de forma artesanal em teares manuais. Também vale ressaltar, que até o fio de algodão utilizado para a tecelagem das redes, era produzido na própria comunidade, através do processo puramente artesanal, onde o algodão era plantado, descaroçado e fiado, para depois ser tingido, quase sempre nas cores: vermelha, azul, verde e amarela.

Na imagem 05, podemos conferir um tear manual, semelhante aos que eram usados na Magana para o processo de fabricação das redes.



Imagem 05: Artesã tecendo rede no tear manual.

Fonte: [http://www.geocities.ws/redes\\_ artesanais/artes.html](http://www.geocities.ws/redes_ artesanais/artes.html) (2022).



Infelizmente não se tem notícias do paradeiro dos teares da Magana, provavelmente, foram descartados ao relento, por falta de uso depois que as redes deixaram de ser produzidas, e com o passar do tempo, se perderam. É bem possível que tenham sido usados como lenha alimentar os fogões de lenha, tão comuns naquela época, aliás, o fogão de lenha era a principal maneira de se cozinhar.

## **Religiosidade**

Em se tratando da religiosidade, o Sítio Magana se difere dos demais aglomerados rurais, tendo em vista a inexistência da Igreja Católica Apostólica Romana que é muito comum nos espaços rurais não só no nordeste, mas, em todo o Brasil. No entanto, o Sítio Magana, se coloca na contra mão dessa regra, pois desde sempre a única presença religiosa institucionalizada de fato, tem sido através da Igreja evangélica, que desde a década de 1950, encontra-se ali instalada, naquela comunidade. Hoje o Sítio Magana conta com duas igrejas evangélicas, como podemos conferir na imagem a seguir.



Imagem 06: 1ª Igreja Batista de Filadélfia Missão Novo Israel (A), e Igreja Congregacional (B).  
Fonte: Do Autor 2022



A 1ª Igreja Batista de Filadélfia Missão Novo Israel é a mais nova Igreja existente na Magana, enquanto a pioneira é a Igreja Congregacional, a qual teve sua fundação em meados do ano de 1965. A pregação do evangelho por missionários, e posteriormente a presença da igreja evangélica pode explicar a ausência da presença da igreja Católica Apostólica Romana no Sítio Magana, tendo em vista que aquela população rural sempre teve a igreja evangélica como referencia religiosa.

#### **Aspectos atuais da população.**

Atualmente, o Sítio Magana está muito diferente, e como já foi dito nem de longe lembra aquele lugarejo do passado, onde havia apenas cinco ou seis casas no máximo, mantendo certa distancia uma das outras, característica bem peculiar na maioria das residências rurais. Hoje a Magana conta com aproximadamente 80 unidades habitacionais, e que na sua grande maioria tem água encanada proveniente de um poço artesiano, algo que pode ser considerado um privilégio para poucos, em se tratando do semiárido nordestino. Em se tratando de modificação da paisagem, como foi analisando no Sitio Magana pode-se verificar que houve processos culturais. Diante do exposto Lobato Corrêa fala:

A evolução de uma passagem em processo gradual e cumulativo tem uma historia. [...] as paisagens culturais atuais do mundo refletem não apenas evoluções locais, mas também grande número de influencia devido a migrações, difusão, comércio e trocas. (CORRÊA, 2007, p. 39).



Neste sentido o Sítio Magana, passou, e continua passando por um processo gradual e cumulativo, da sua história, mudando sua paisagem cultural, recebendo influência principalmente no tocante a atividade econômica da confecção. Residindo hoje no Sítio Magana existem aproximadamente 70 famílias, o que corresponde em números aproximados de 300 habitantes, número que aumenta consideravelmente aos finais de semana onde muitos daqueles que foram morar na cidade vem visitar seus parentes. Outro fator fundamental para o desenvolvimento da localidade foi o advento da energia elétrica, que chegou nessa região entre a segunda metade da década de 60 e início da década de 70. Mas antes da eletrificação definitiva a Magana teve por algum tempo um gerador que fornecia energia das 18 horas até às 22 horas, depois disso o fornecimento era interrompido e tudo voltava às escuras. O morador Edilson Silva da Moura, fala sobre este fato:

[...] O motor era no centro da Magana tinha uma garagem, papai fez uma garagem pequenininha, fez a parte do Motor, e fez um radiador, que era dois tanques, um de água fria e outro de água quente, a água fria descia para o motor né, e a água quente subia e derramava no outro tanque, e passava a noite circulando assim, a noite não, ele ligava de 6 horas da noite, e desligava de 10 horas. Quando era 9h40 ele dava um aviso, tinha um dispositivo que ele rodava e diminuía a energia, a energia se apagava e depois acendia de novo, aí pronto ali era o aviso, aí o povo se prevenia com os candeeiros, quando eram 10 horas, ele apagava. E ai eu tenho uma lembrança que se tirava uma comissão (contribuição) pra comprar o óleo, todo mundo dava, era pouquinho, cada um pagava uma quantia por semana pra comprar o óleo para o motor passar a semana rodando. E assim foi, papai tomou conta desse gerador até chegar à energia de Paulo Afonso como nós chamávamos. Nessa época existia na Magana em torno de 12 casas que recebia energia desse gerador” Entrevista ao morador (Edilson Silva da Moura).

E é graças a essa eletrificação, que hoje algumas famílias tiram seu sustento na costura, produzindo confecções dos mais diversos tipos, como já mencionamos no tópico economia. Outra atividade que vem fomentando a economia da comunidade é a caprinocultura de leite, que através dos inúmeros cursos os criadores da Magana têm conseguido se sobressair em meio a tantas dificuldades impostas principalmente pela seca.



Nos dias atuais é possível encontrar na Magana, gente produzindo inúmeros produtos derivados do leite de cabra, como o queijo de coalho, iogurte, sorvete, doces, licores, entre outros, todo isso sem contar com a própria carne de bode. Ainda para tentar alavancar e incentivar a produção recentemente foi realizada a Expogana, uma exposição que veio resgatar a antiga Bodegana. Mesmo mudando de nome a festa continua, nos mesmos moldes com exposição de animais, torneio leiteiro, a pega do bode, além de shows artísticos. Não resta dúvida que tudo isso, tem ajudado a diversificar e fortalecer a economia deste aglomerado rural.

Além de fazer girar a economia local a Expogana também fez com que os produtores buscassem o melhoramento genético de seus rebanhos, feito alcançando com sucesso, pois hoje é possível encontrar animais de alta qualidade genética, o que melhorou a produção de leite ou até mesmo o melhor aproveitamento no corte, tendo em vista que o abate desses animais tende acontecer mais precocemente.

Outra atividade que foi destaque na Magana é a avicultura, pois, recentemente existiam duas granjas produzindo aproximadamente 10.000 (dez mil) frangos por mês. Produção esta que era toda escoada para sede do município. Vale ressaltar que uma dessas granjas estava localizada no vizinho Sítio de Porteiras, mas que o mesmo tem uma ligação fortíssima com a Magana, prova disso e o nome da própria associação. “Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Magana e Porteiras” então, especificamente neste arranjo produtivo é até aceitável e compreensível ouvir dizer que Magana teve duas granjas produzindo.

Mesmo que em menor escala, a pecuária e a agricultura são atividades que ainda pode ser encontrada na localidade. Em se tratando de pecuárias são poucos os criadores que ainda resistem bravamente. Já sobre a agricultura a modalidade que ainda pode ser encontrada é a agricultura de pequena produção simplesmente para o próprio consumo, e manter a tradição de comer o milho no São João e o feijão verde.

### **Associativismo no Sítio Magana**



O associativismo no Sítio Magana é sem dúvidas, a força motriz que têm ajudado melhorar as condições daquela população rural. Fundada em 08 de junho de 2001, a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Magana e Porteira, é reconhecida no município como uma das mais organizadas e atuantes associações, em se tratando de associação rural ela tem sido exemplo e serve de parâmetro para a formalização e organização de outras associações. Uma das provas da sua organização e trabalho da Associação da Magana é a Lei Municipal Nº 2.403 de 2014, que reconhece a Associação de Utilidade Pública Municipal de Natureza Filantrópica, como podemos conferir no Artigo 1º da referida Lei.

Art. 1º. Fica reconhecida de Utilidade Pública Municipal de Natureza Filantrópica, a ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE MAGANA E PORTEIRAS, sociedade civil de personalidade jurídica sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 04.825.663/0001-04, registrada no Livro de Registro de Pessoas Jurídicas de no A-03, às fls. 174 a 174 versos, sob o nº 562, com sede no Sítio Magana Rua Amélia Cintra Pontes, 39, Templo da Igreja Congregacional S/N, Santa Cruz do Capibaribe-PE.

A Lei Municipal nº 2.403/2014, foi gerada a partir do Projeto de Lei 071/2014, de autoria do então Vereador Luciano Silva Bezerra (PR), que em reconhecimento ao trabalho e diante da organização da Associação teve a iniciativa de propor a referida Lei.

Desde sua fundação a Associação de Magana e Porteiras já passou pelo comando de cinco presidentes, foram eles: Antônio Edileuzo da Silva eleito por dois mandatos, Natalício Xavier da Silva também eleito para dois mandatos, Abdias Silva de Moura foi eleito por três oportunidade, Israel Moura de Lima foi eleito uma vez como presidente, mas na condição de vice-presidente, assumiu a presidência depois que o então presidente Abdias Silva de Moura, renunciou o cargo de presidente no seu terceiro mandato. Atualmente a associação é presidida por Isaías Gregório de Souza, o qual estar no seu segundo mandato a frente da associação.

Hoje a associação têm registrados em seu quadro de sócios aproximadamente 70 sócios, um número considerável para uma associação de produtores rurais. Um ponto de destaque nesta entidade, é a participação dos sócios nas reuniões que



acontecem mensalmente, sempre no segundo sábado de cada mês é comum ver as dependências da sede lotada para participar das discursões inerentes a comunidade. Como podemos ver na parte “B” imagem 07.

Imagem 07: (a) Galpão cosntruido com Garrafas Pet. (b) Dia de reunião.  
Fonte: Do autor (2015).



A associação tem conseguido ao longo de sua existência viabilizar inúmeros cursos junto a entidades como SENAI, SENAR, e sempre em parceria com órgãos governamentais a exemplo das Secretárias de Agricultura do município e do Estado bem como o Instituto de Pesquisa Agropecuária - IPA. Mas o grande feito realizado pela associação da Magana nos últimos anos foi a construção do galpão anexo a sua sede. Está construção têm um significado extraordinário, por se tratar de uma construção ecologicamente correta, pois, foi construída com garrafas pet's no lugar dos tijolos, medida essa que ajudou a tirar milhares de garrafas do meio ambiente.

“[...] a construção desse galpão foi uma coisa extraordinária, após a ideia de construir nosso galpão com garrafas pet, uma comissão foi até a cidade de Natal-RN, para conhecer de perto esse tipo de construção, feito isso, conseguimos a autorização do dono da patente do projeto para que pudéssemos fazer nossa sede nestes moldes. Ao darmos inicio a construção, muitos foram aqueles que desdenharam dizendo que estávamos doidos, e que aquilo não daria certo, mas não baixamos a cabeça e seguimos em frente mesmo com as dificuldades, e aos finais de semana lá estávamos quase sempre os mesmo tocando a obra, e aos poucos tudo vai tomando corpo até que chagamos ao ponto da cobertura. Olhe foi sem duvidas um grande desafio, mas tenho o prazer de dizer que vencemos, e hoje podemos disfrutar



deste espaço que tem servido a nossa comunidade, todos nós estamos de parabéns principalmente aqueles que de fato colocaram a mão na massa como se diz, mas também devemos agradecer aqueles que também deram sua parcela de contribuição de uma forma ou de outra". Entrevista a sócia, (Joseilda Xavier da Silva). no dia 01.05.2016.

Depois do acolhimento da proposta de construir o tão sonhado galpão a partir das garrafas pet's, foi dado início a primeira fase desse processo, que foi a coleta das garrafas, e em pouco tempo milhares delas foram armazenadas para o começo da obra. Na próxima imagem podemos entender melhor como foi o processo de construção do galpão anexo, onde hoje são realizados as reuniões, festas da comunidade entre outros.

Imagem 08: Esquema de montagem do galpão.  
Fonte: Do autor (2014).



Como podemos ver na imagem 08, as garrafas são fixadas umas nas outras, sempre em três fileiras de garrafas e depois, é colocada a outra parte da placa, em seguida o espaço entre as garrafas são preenchidos por cimento, e quando essa primeira parte seca, as placas são retiradas e um novo bloco é iniciado. Desta forma, não se utiliza o tijolo na construção das paredes, apenas as garrafas pet's, e o cimento. Outro ponto interessante neste tipo de construção é que se for bem feito o processo de vibração do cimento na hora do preenchimento, quando as placas são retiradas, não se faz necessário rebocar as paredes, isso aumenta a economia da obra.



## Considerações finais

O intuito deste trabalho foi apresentar os aspectos gerais do Sítio Magana, a exemplo de sua história, cultura, potencialidade e influência na expansão do território rural do município da Santa Cruz do Capibaribe-PE. Trazendo o auxílio do teórico Roberto Lobato Corrêa, bem como a análise de entrevistas à moradores locais. Entrevistas estas que contribuíram de forma substancial para a compreensão e o desenvolvimento da pesquisa, pois através destes recursos foi possível analisar fatos antes conhecidos apenas pelo senso comum.

A organização espacial do Sítio Magana hoje tem refletido positivamente na vida de sua população, revelando um processo histórico/cultural e uma dinâmica territorial existente na comunidade, da qual pouco era difundido, promovendo, portanto, essa reorganização tem demonstrado uma melhor distribuição espacial da área, e vem revelando um crescimento substancial no número de habitações e conseqüentemente o aumento de populacional do Sítio Magana. População que se estima ser de aproximadamente 300 (trezentas) pessoas, muito diferente da Magana do passado.

Pode-se concluir que, todo espaço têm uma cultura própria que influencia na organização do território muitas vezes de forma implícita, mas quando identificada deve-se explorar toda sua potencialidade, a qual produzirá grandes resultados na melhoria de vida de sua gente, e isso tem acontecido, diante dos arranjos econômicos, principalmente, no contexto da confecção, tendo em vista que muitas são as pessoas que moram no Sítio Magana e tiram seu sustento justamente costurando, algo impensável no início da história da Magana onde a única fonte de renda era as atividades oriundas do extrativismo, como por exemplo, a produção do carvão vegetal.

Desta forma, este trabalho objetiva trazer um pouco da história do Sítio Magana de Santa Cruz do Capibaribe, trazendo ao conhecimento da população mais jovem a importância cultural do lugarejo, que na boca de muito é chamada de Vila da Magana, e fazer com que essa mesma população tenha mais orgulho do seu lugar.



E que este trabalho possa ser fonte de inspiração e ponto de partida para trabalhos futuros, servindo de embasamento para novas abordagens a fim de debater outros problemas inerentes àquela população rural.

## REFERÊNCIAS

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização espacial**. 8 ed. São Paulo: Ática, 2007.

CORRÊA, Lobato, ROSENDAHL, Zeny. (Org.) **Introdução a Geografia Cultural**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 224 p.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. "Agricultura de Subsistência"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/agricultura-subsistencia.htm>. Acesso em 12 de outubro de 2022.

OLIVEIRA, Mônica Vincky Mendeiros. **A expansão das atividades de confecção em áreas rurais no município de Santa Cruz do Capibaribe, PE. - O caso da vila Magana**. Dissertação de Mestrado, Pós Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural - PADR, Departamento de Letras e Ciências Humanas - DLCH, Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, Recife, PE, 2011. P.126.

SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE - PE. Câmara de Vereadores de Santa Cruz do Capibaribe - Lei Municipal Nº 2.403/2014 de 10 de Dezembro de 2014.

## Sites consultados:

<[http://www.geocities.ws/redes\\_artesanais/artes.html](http://www.geocities.ws/redes_artesanais/artes.html).> acessado em 19 de outubro de 2022.



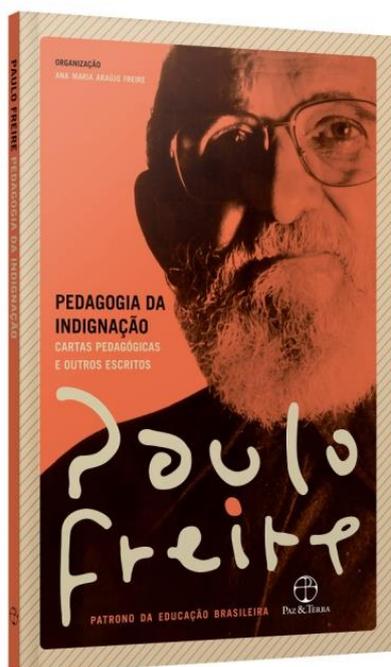
## *RESENHA*



## O ÚLTIMO ATO: PAULO FREIRE E A PEDAGOGIA DA INDIGNAÇÃO

*Silvano Fidelis de Lira*<sup>39</sup>

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: Cartas Pedagógicas e Outros Escritos**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.



O filósofo francês, Michel Foucault, falecido em 1984, ao observar atentamente o surgimento e a aceleração do processo da modernidade, dizia que o homem precisa fazer de sua vida uma obra de arte, deve encontrar formas, mecanismos de converter suas ações, suas práticas em uma produção artística. Penso que Foucault, se referia, indiretamente ao teatro, a vida seria um grande palco, nós seríamos os personagens, livres, embora presos a um texto ou a um enredo<sup>40</sup>.

Com o educador brasileiro, Paulo Freire, não foi diferente, talvez não tenha feito de seu ambiente de atuação o teatro, mas fez da velha mangueira<sup>41</sup> um espaço de desenvolvimento de uma performance comprometida com a transformação do sujeito, e ali, em meio as folhas e aos gravetos, conseguiu produzir uma obra fundamental para o pensamento educacional moderno.

Pedagogia da indignação pode ser interpretada como o último ato de Paulo Freire, pois reúne textos produzidos em seus últimos dias de existência, organizado por Ana Maria Araújo Freire, o livro apresenta três cartas e outros textos deixados

<sup>39</sup> Graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba e Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba, atua nos cursos de graduação e pós-graduação e tem interesse em pesquisas no campo da História e da Educação. E-mail: [silvanofidelis01@gmail.com](mailto:silvanofidelis01@gmail.com).

<sup>40</sup> DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1995.

<sup>41</sup> Freire, Paulo. **À sombra desta mangueira**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.



por ele, interessante notar, que suas últimas produções são justamente cartas, gênero textual, com o qual tanto se identificou<sup>42</sup> e ao qual fez como forma de comunicação de seus “sonhos” pedagógicos.

Ao fazer apresentação do texto Ana Maria Freire mostra todo o sentimento diante da perda de seu companheiro, o ausente (Paulo Freire) continua, contudo, falando, ensinando através de seus escritos. Os textos escritos entre 1996 e 1997 mostram um Paulo Freire imensamente preocupado com a sociedade, com o descaso com a vida e com os mais pobres, transparece em cada linha a indignação de quem sempre sonhou com justiça social e educação para todos.

Merece destaque a carta escrita como “forma de protesto”, Freire inconformado com o assassinado do Índio Pataxó, Galdino Jesus dos Santos, faz considerações sobre a barbárie cometida por cinco adolescentes que atearam fogo no corpo do índio, que dormia numa estação de ônibus, em Brasília, assim Paulo reflete sobre classes sociais como, a do pobre, do mendigo, do negro, da mulher, do camponês, do operário e do índio neste pensar. Ao partir deste tema, ele reflete sobre a perversidade a qual fomos submetidos, e aponta, como sempre fez, que a educação é o único caminho para a mudança social que necessitamos.

O livro é, sobretudo, um convite à indignação. Um convite para que possamos, mesmo com nossas forças quase esgotadas, como Freire fez, desempenharmos um grandioso espetáculo da vida, no qual somos convidados a dar voz aos maltrapilhos da história, a todos aqueles que foram expurgados da sociedade por meio de dispositivos econômicos e sociais. O convite é para vivenciarmos a educação como um grande ato, pois Paulo Freire, não apenas fez de sua vida uma bela atuação, mas contribuiu para que tenhamos inspirações, desejos de uma educação e de uma sociedade melhor.

## Referências

---

<sup>42</sup> FREIRE, Paulo. **Cartas a Cristina**: reflexões sobre minha vida e minha práxis. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.



DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica:** para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1995.

FREIRE, Paulo. **À sombra desta mangueira.** 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

\_\_\_\_\_. **Cartas a Cristina:** reflexões sobre minha vida e minha práxis. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.



## **ESL - Centro Educacional**

# **Cursos Reconhecidos pelo MEC**

**83 2153-1512**  
**83 99838-9782**

**| ACESSE O NOSSO SITE ↗**

[www.eslcentroeducacional.com.br](http://www.eslcentroeducacional.com.br)